

ابن مروان

IBN MARUÁN

REVISTA CULTURAL DO CONCELHO DE MARVÃO



MARVÃO

Miradouro nacional de MARVÃO... com teus
Arcos, Serra de S. Mamede, ruas estreitas, típicas enfeitadas de flores,
Ricamente embelezam e bem esta
Vila medieval, pequenina, bem alta, num cimo da Serra, toda dentro da muralha!...
À!... Teu semblante paisagístico encanta todos os
Olhos, e não resitem à tentativa atraente... e vão visitar-te e novamente visitar.

Maria Olívia Diniz Sampaio

ابن مروان

IBN MARUÁN

REVISTA CULTURAL DO CONCELHO DE MARVÃO



N.º 2

DEZEMBRO 1992

FICHA TÉCNICA

Director:

António Moura Andrade
(Presidente da Câmara Municipal de Marvão)

Coordenador:

Jorge Oliveira

Presidente do Conselho de Redacção:

José Luís Murta Ruivo
(Vereador da Cultura)

Conselho de Redacção:

António José de Sousa Caria Mendes
Carlos Abafa
Carmen Balesteros
Eliseu Dias da Silva
Emília Silva
Felicidade Tavares
João Vidal
José Caldeira Martins
Manuela Andrade

Edição e propriedade:

Câmara Municipal de Marvão - 7330 Marvão

Capa e projecto gráfico:

António José de Sousa Caria Mendes

Revisão:

Carmen Balesteros
Clara P. Oliveira
Jorge Oliveira

Fotografia de capa:

Jorge Oliveira

Edição electrónica:

Jorge Frutuoso

Composição e impressão:

Tipografia Guedelha, Portalegre, Dezembro/92

Tiragem: 1000 exemplares

Depósito legal n.º 63728 / 93

Colaboram neste número: António Moura Andrade, Carmen Balesteros, Clara P. Oliveira, Dionísio Gonçalves, Elías Diéguez Luengo, Emília Lima Mourato Silva, Emília Mena, Felicidade Sanches H. Tavares, Francisco Martins Ramos, J. Caldeira Martins, Jorge Madeira Mendes, Jorge Oliveira, J. P. Castanho, José Bueno Rocha, José da Silva Máximo, José Garraio Afonso, Luís Bacharel, Manuel Cebolas, Manuel Inácio Pestana, Manuel Ramiro Salgueiro, Maria Olivia Diniz Sampaio, Rui Arimateia.

Os artigos assinados são da inteira responsabilidade dos seus autores.

A Direcção da Revista não se compromete com a publicação ou devolução de artigos não solicitados.

Solicita-se permuta. On prie l'échange.

Exchange wanted. Tauschverkehr erwünscht.

- Editorial	9
- Nota de Abertura	11
- Temas:	
- A Festa de São Marcos e a Religiosidade Popular - <i>Rui Arimateia</i>	15
- A Anta dos Pombais - Beirã - Marvão - <i>Jorge Oliveira</i>	51
- El Origen del Toponimo "Marvão" - <i>José Bueno Rocha</i>	91
- Aspectos Florísticos e Faunísticos do Concelho de Marvão - <i>Jorge Madeira Mendes</i>	97
- Menorot em Cabeceiras de Sepultura Medievais de Marvão - <i>Carmen Balestero</i>	113
- A Ponte Quinhentista da Portagem - Marvão - <i>Jorge Oliveira</i>	121
- As Caleiras da Escusa - <i>Emília Mena</i>	131
- O Tópico da "Despedida" na Poesia Rural do Concelho de Marvão <i>Manuel Ramiro Salgueiro</i>	137
- Saudação a Marvão - <i>Manuel Ramiro Salgueiro</i>	162
- Marvão e a Filatelia - <i>José Garraio Afonso</i>	181
- Vária:	
- O Turismo, a Economia e a Felicidade: Marvão e a Arqueologia do Desejo - <i>Francisco Martins Ramos</i>	187
- Clima e Vegetação na Serra de S. Mamede nos Séculos XVI e XVII - <i>Luis Bacharel</i>	198
- Registo Mineiros na Região de Portalegre no Período Fontista - <i>Manuel Inácio Pestana</i>	208
- Plaza Española con Piso Português - <i>Elias Diéguez Luengo</i>	221
- Tempo de Escrita:	
- Poesias - <i>José da Silva Máximo</i>	225
- Marvão Reencontrado - <i>J. P. Castanho</i>	227
- Poemas - <i>Clara P. Oliveira</i>	241
- Poemas e Outros Escritos - <i>Manuel Cebolas</i>	245
- Ninho de Águias - <i>Jaime da Cruz Soares</i>	253
- As Passarinhas - <i>J. Caldeira Martins</i>	255
- Gente Nossa:	
- Depois do Exílio uma Réstea de Sol in "Apátridas" - João Apolinário <i>Felicidade Sanches Homem Tavares / Emília Lima Mourato Silva</i>	261
- Em Memória do João Luís, o João da Areia - <i>Dionísio Gonçalves</i>	286
- Memórias:	
- Visitas Presidenciais a Marvão - <i>Carmona, Tomás, Soares</i>	293
- Festas Populares:	
- Panfletos	305

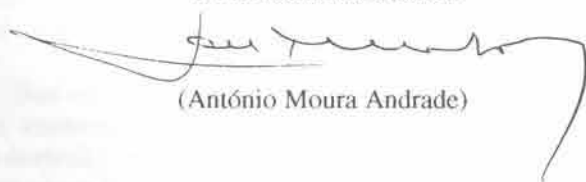
De acordo com os desejos por nós formulados, aquando da publicação do primeiro número da Revista Cultural do Concelho de Marvão, verificada em finais do ano passado e na qual era manifestada a vontade da sua continuidade, chegou agora o momento de ser editado o segundo número desta obra.

Estando perfeitamente conscientes das dificuldades que irão surgir em futuras publicações pensamos, no entanto, continuar a dar total apoio a esta iniciativa, uma vez que, como tivemos já oportunidade de afirmar, a consideramos muito importante para a divulgação e cultura do nosso Concelho.

Por outro lado e reforçando esta nossa opinião, tivemos oportunidade de verificar o interesse manifestado por um grande número de pessoas pela publicação desta revista, sendo referido, muito em especial, a diversidade de temas abordados pela mesma.

Para terminar, desejamos aproveitar esta oportunidade para agradecer a todas as pessoas que, das mais diversas formas, nos prestaram a sua indispensável colaboração contribuindo, deste modo, para que fosse possível concretizar mais este objectivo que nos propusemos todos levar por diante.

O Presidente da Câmara



(António Moura Andrade)

Um ano volvido sobre o lançamento do primeiro número da **IBN MARUÁN - Revista Cultural do Concelho de Marvão** pode-se já avaliar o grande acolhimento que esta iniciativa teve na população do concelho, mas sobretudo nos que, naturais desta região, pelas várias partes do mundo estão espalhados.

Dizíamos nós na Nota de Abertura do n.º1 que "sabendo-se que **ibn** significa **filho de**" esta revista de nome **Ibn Maruán** pretendia constituir-se como mais um elo de ligação entre todos os "*filhos de Marvão*". De facto parece que logo com a edição do primeiro número o objectivo principal foi claramente alcançado. De todas as partes nos chegaram mensagens, quer de felicitações (a maioria), quer comportando sugestões (algumas de grande interesse), quer oferecendo colaborações (sempre bem vindas). Também, e como seria de esperar, não faltaram os que por motivos, certamente inconfessáveis, com muita dificuldade aplaudiram a iniciativa. Para todos, mas sobretudo para estes, com o maior empenho construímos o segundo número que agora se apresenta.

O número de artigos aumentou, tal como aumentou o número de colaboradores. Alguns arranjos estruturais foram ensaiados quer por motivos técnicos quer por motivos orçamentais. A oferta de colaboração com temas de carácter menos local e mais regional, obrigou-nos, já neste número, a alargar as fronteiras que cingiam os temas do primeiro número. Se o alargamento do território alvo de estudos é já notório neste número, mais o será nos próximos, tal o reconhecimento que Marvão não pode, nem deve, ser compreendido isoladamente. Muito nos agrada reconhecer que por vontade de tantos a que nos se dirigiram, a **Ibn Maruán** começa a esboçar-se mais como um espaço editorial de carácter regional do que eminentemente concelhio.

O secular diálogo com os vizinhos municípios espanhóis passará, estamos certos, a reflectir-se de forma continuada nas páginas desta revista. Neste número contamos já com a preciosa colaboração de autores espanhóis que aqui quiseram divulgar temas da sua investigação.

Sem nunca esquecer que se trata de uma revista do Concelho de Marvão, tentaremos nos próximos números acolher, cada vez maior número de estudos, ensaios ou outras manifestações de âmbito cultural que ultrapassando os limites do próprio concelho contribuam para um melhor conhecimento da região onde Marvão ocupa lugar de destaque.

J. O.

tennis

A FESTA DE SÃO MARCOS E A RELIGIOSIDADE POPULAR

Rui Arimateia

"(...) uma parte da religião popular da Europa pré-cristã sobreviveu, camuflada ou transformada, nas festas do calendário e no culto dos Santos. A Igreja teve de lutar durante mais de dez séculos contra o afluxo contínuo de elementos "pagãos" (isto é, pertencentes à religião cósmica) nas práticas e nas lendas cristãs. O resultado dessa luta feroz foi bastante limitado, sobretudo no Sul e no Sudeste da Europa, onde o folclore e as práticas religiosas das populações rurais apresentavam ainda, no fim do século XIX, figuras, mitos e rituais da mais remota antiguidade, senão mesmo da proto-história."

Mircea Eliade in: *Aspectos do Mito*

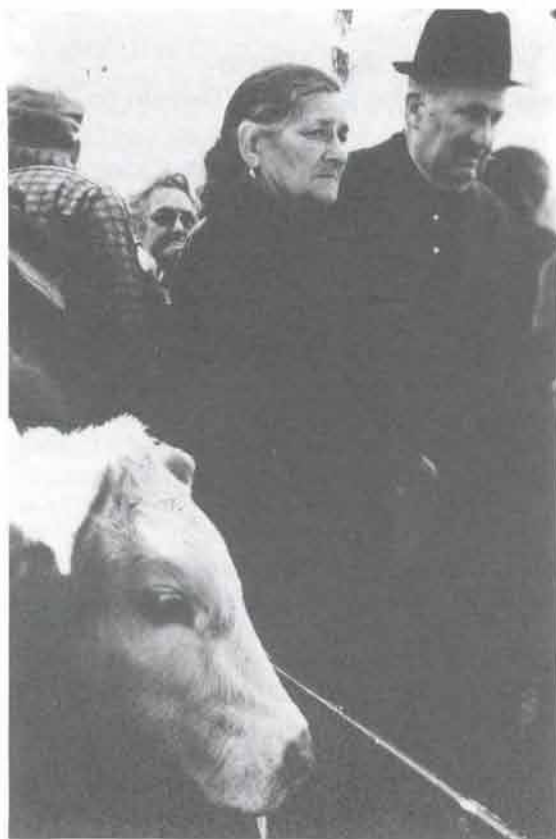


Foto de Rui Arimateia

Na Festa de S. Marcos em Santo António das Areias em 1992: o olhar longíquo, profundo, solitário... mas pleno de sentido e de sentir

INTRODUÇÃO

I. 25 de Abril - A Festa de São Marcos em Santo António das Areias - Concelho de Marvão

- Da Tradição Oral
- A Festa de São Marcos, hoje

II. Sobre o Apóstolo S. Marcos

III. Algumas referências literárias à Festa de S. Marcos em Santo António das Areias

IV. A Diáspora da Festa de S. Marcos

- Algumas referências à Festa no Distrito de Portalegre

- A Festa de S. Marcos em Alter do Chão
- A Festa de S. Marcos em Gáfete

- A Festa de S. Marcos noutras localidades

V. A Festa de S. Marcos em Espanha

VI. As Proibições Eclesiásticas

À Guisa de Conclusão...

Bibliografia

Notas

INTRODUÇÃO

Santo António das Areias, freguesia do Concelho de Marvão e Distrito de Portalegre encontra-se localizada na encosta da Serra de Marvão. Freguesia em que a cultura do trigo, a pastorícia e a lavoura eram ainda nos anos 20 a base da Actividade Produtiva da População residente, contribuindo de forma notória para a idiossincrasia das gentes do lugar, no que diz respeito ao seu relacionamento com a Terra. Outrora envolvida por matas de castanheiros, situa-se hoje entre serras escarpadas e férteis vales, apresentando todas as condições que, desde há milénios, contribuíram para o desenvolvimento das comunidades humanas nesta região do Alentejo.

Existem nos arredores vestígios humanos desde as mais longínquas eras: da Pré-História - do Paleolítico ao Neolítico (com a identificação de mais de cinco dezenas de dolmens e meia-dúzia de menires) - passando pelo Calcolítico e Idade dos Metais, até aos inúmeros sinais Romanos da cidade de Ammaia. E dos Romanos até aos nossos dias a ocupação foi ininterrupta onde não faltam elementos árabes e, posteriormente, cristãos medievais...

Assim, foi desta amálgama de raças, de cultos, de línguas, de costumes, que surgiram os núcleos populacionais das Serras de São Mamede e de Marvão, e entre os quais o lugar de Areias que modernamente se viria a denominar toponimicamente por Santo António das Areias e se constituiria administrativamente como Freguesia.

Para se aprofundar toda a problemática do processo histórico da região de Marvão, consulte-se a obra de Possidónio M. Laranjo Coelho, Terras de Odiãna, 2.^a Edição revista e anotada por Diamantino Sanches Trindade, de 1988. Por outro lado, consulte-se a Bibliografia de foro Arqueológico de Afonso do Paço e dos autores modernos Ana Carvalho Dias, Jorge Oliveira e Carmen Balesteros.

Tenhamos em conta que, para a nossa investigação interessam sobremaneira duas épocas distintas: a anterior a 1924 quando a cerimónia da entrada do boizinho ou toirinho de São Marcos se efectuava ainda na Igreja Paroquial de Santo António das Areias; e a época hodierna, em que subsiste a reminiscência do supracitado costume arcaico e o imane desejo nostálgico da sua restauração. Afinal o que é a Saudade - sentimento tão cantado pelo Poeta e simultaneamente tão Português - se não o apelo do Homem pelo Eterno Retorno?!... onde o Passado e o Futuro se transformam real e paradigmaticamente no Eterno Presente?!...

O presente trabalho encontra-se dividido em diversos capítulos que, ou pela sua especificidade de assunto ou pela metodologia utilizada - recolha da tradição oral ou bibliográfica - decidi tratar separadamente.

Pela riqueza do assunto, o mesmo não se encontra esgotado, pelo contrário, considero ser este um trabalho iniciado e minimamente sistematizado, carecendo de um aprofundamento geográfico, bibliográfico e mesmo antropológico e sociológico. Procuro, no fundo, situar-me dentro da Problemática da História das Religiões, mais concretamente da Religião Popular e Tradicional, que, através da Dramatização de Rituais Arcaicos vai tecer uma Mitologia de carácter Universal e Unitário.

I. 25 de ABRIL - A FESTA DE SÃO MARCOS EM SANTO ANTÓNIO DAS AREIAS - CONCELHO DE MARVÃO

Da Tradição Oral:

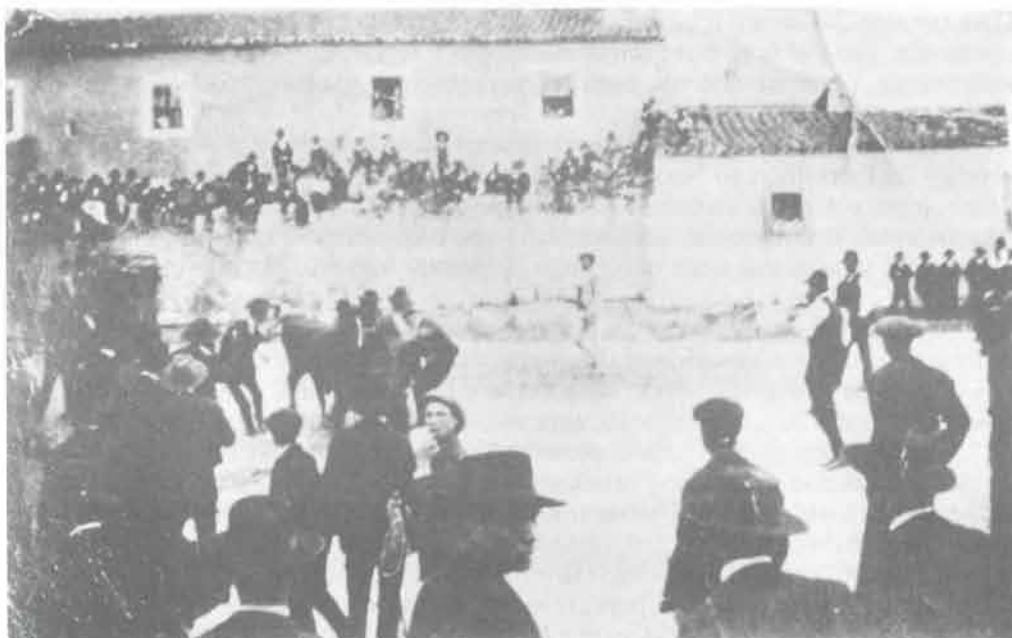


Foto de J. Oliveira

Tourada no dia de S. Marcos no princípio do século D. João da Câmara em Santo António das Areias

Entra Marcos! Entra Marcos!...

Com esta invocação o bom padre João (1), há já quase setenta anos conseguia amainar a fúria incontida e natural existente em potência dentro do bezerro, ou toirinho, que os festeiros com as suas opas vermelhas e empunhando varas - ainda na altura denominadas "tocheiros de S. Marcos" e que se acendiam na procissão - iam escolher ao recinto da feira do gado nos arrabaldes logo contíguos à aldeia.

O bezerro, todos os anos pelo dia do Santo, era oferecido por um lavrador, da aldeia ou das redondezas. E era uma honra oferecer um toirinho para a Festa, pelo S. Marcos. O animal para oferta, distinguia-se dos outros, no terrado da feira do gado, pelo facto de ter sido antecipadamente marcado, enfeitado, apresentando um laço vermelho, preso entre os cornos. O lavrador, autor da oferta saía prestigiado perante os demais, daí o grande interesse e o facto de nunca ter faltado o bezerro para a função. A maioria das vezes, contudo, a oferta de um bezerro para o Santo resultava do cumprimento de promessa (2) e, desde o nascimento chamado Marcos...

Era uma festa cuja origem se perdia na lonjura dos tempos e importantíssima para a aldeia e para a região.

Durante três dias havia a já referida Feira do Gado, assim como Arraial no Largo envolvente da Igreja Paroquial (3). Romaria a que não faltava a música com a indispensável presença por vezes de três Bandas Filarmónicas da região, normalmente rivais umas das outras. No Largo junto ao Templo, formava-se com carretas e carroças o recinto para as inevitáveis touradas; ainda havendo quem se lembre igualmente das "cavalhadas" (isto é,



Foto de J. Oliveira

Reconstituição dos Romeiros de S. Marcos

corridas de cavalos ou animais congéneres...) por altura do S. Marcos.

Durante três dias os habitantes e os forasteiros poderiam divertir-se com festa rija, sendo costume de bom tom vestir-se o fato novo pelo S. Marcos, para bem receber os forasteiros, familiares ou não. E é interessante notar a enorme afluência de "primos" espanhóis das imediações próximas da fronteira, como por exemplo de Valência de Alcântara. Tão importante esta Festa de S. Marcos foi e tão intimamente marcou as povoações da raia espanhola que a Aldeia de Santo António das Areias era conhecida por S. Marcos, devido exactamente à importância que os espanhóis davam à Festa, acorrendo principalmente para presenciarem a benção do tourinho de S. Marcos, e as touradas...

Touradas, foguetes, feira do gado e de quinquilharias e de comes-e-bebes, bandas de música no Coreto, Promessas ao Santo, leilão do bezerro após a Cerimónia, procissões, orações, fato novo estreado, o característico almoço de S. Marcos... tudo isto, juntamente com o reboliço alegre e saudável de milhares de convivas que por aquele terreiro de Arraial passavam durante três dias em S. António das Areias... e sabe-se lá desde há quanto tempo, tudo isto, repito, constitui a Romaria de S. Marcos que bem fundo tocou os moradores da Aldeia. E ainda hoje toca, apesar da tradicional cerimónia da bênção do ou dos bezerras de S. Marcos ter sido anatematizada pelas autoridades eclesiásticas nos anos 20, pelo facto do touro entrar solenemente na capela.

Entra, Marcos! Entra, Marcos!...

E uma vez mais o bom Padre de nome João, empunhando firmemente o hissope, comprimido por uma multidão ávida de presenciar a chegada do bezerro acompanhado pelo seu harém (pois sempre duas ou três vacas o acompanhavam à porta do templo). E eis que já se ouvem os gritos dos festeiros - somente homens - e já se vislumbram as suas varas de função e de direito - os tocheiros de S. Marcos - e as suas opas encarnadas. E o boi vem vindo através de um corredor vivo de humanos, pois o largo encontra-se pejado de gentes de todas as condições...

Defronte da porta principal da Igreja já o bezerro é intimado a parar e, de seguida, a dirigir-se, mansamente para o interior do Templo sob a invocação firme e prenehe de sentido do padre João:

Entra, Marcos! Entra, Marcos!...

"Coisas da Providência" diriam alguns crentes do Costume, ao ver acontecer aquela maravilha - o facto de um bezerro se tornar manso, ao ser convocado e convidado a entrar no Templo pela Água benta e pelo Nome do Santo se acalmar, apesar da multidão febril de excitação e altiroante, que o rodeava, o comprimía, e obedecer prontamente ao Sacerdote...

Gesto quantas vezes repetido ao longo dos séculos de duração do costume, por todos os sacerdotes de nome João!?... Porém, eficaz na sua ritualística, se efectuado com convicção e com a precisão e o rigor conferidos pela Tradição.

O Animal, tocado nas suas essências anímicas, amansava e seguia o gesto, o movimento e a palavra do Padre João, até junto ao andor do Santo, colocado para o efeito no altar-mor da Igreja... chegado aí, lambia o bezerrinho de S. Marcos, ouvia uma curta prédica e bênção em ordem, saindo depois, sempre enquadrados, o boi e o sacerdote, por muitas centenas de curiosos, crentes e outros. Porém, o toirinho saía do templo a recuar pela simples razão de que não havia espaço que permitisse ao animal dar a volta, dentro da igreja.



Foto de J. Oliveira

Reconstituição dos Romeiros de S. Marcos

No curto espaço que ficava sem gente no adro da Igreja, saía o bezerro onde era leiloado, revertendo a verba conseguida para os festeiros, a fim de cobrirem as despesas dos três dias de duração da Festa. Todo o lavrador, ou outro, que comprasse no leilão o bezerro de S. Marcos, auferia igualmente de prestígio... comprando-o muitas vezes o mesmo que o oferecia.

Não obstante a enorme popularidade do Ritual e da Romaria, o que é certo é que há cerca de sessenta e oito anos a Festa de S. Marcos em S. António das Areias foi proibida pelas autoridades religiosas. Consequentemente, a afluência de forasteiros, principalmente de origem espanhola, decresceu significativamente. Os Festeiros ainda tentaram, por altura da proibição, uma artimanha, fazendo construir uma pequena capela efémera ao lado da Igreja Matriz e aí continuar com a cerimónia da "entrada" do bezerro no espaço sagrado até chegar junto do seu congénere de S. Marcos, mas... não pegou... nem com a autoridade (que insistiu na proibição), nem com os espanhóis... que deixaram de vir com aquele entusiasmo e garridice que tão bem caracteriza os nossos vizinhos...

Restou tão só a bênção ao gado oferecido ao Santo (ainda hoje) e o consequente leilão e Feira, mas aquele frenesim pagão, aquela força ritualística e anímica, conferida pela cerimónia da entrada do boi na Igreja, tudo isso se perdeu... tão só perdura na memória dos mais idosos... os que ainda foram festeiros, os que ainda seguraram os tocheiros de S. Marcos e ataram os cornos do bezerro com a fita vermelha e o conduziram até ao bom padre João que o aspergia de água benta e o conduzia, mansamente, perante o andor do Santo, ciclicamente ano após ano e quase sempre o "milagre" da mansidão acontecia... Entra, Marcos! Entra, Marcos!...

Mas a Festa na Aldeia era total: acontecia na Praça, isto é, no Arraial, mas também se vivia sentidamente em casa. Aí era ocasião de se confeccionarem os acepipes gastronómicos regionais que eram servidos durante o Almoço de S. Marcos, no dia do Santo a 25 de Abril. Para festejar o Santo e brindar os familiares e amigos tínhamos principalmente a canja de galinha velha e o arroz-doce; e ainda as sopas de sarapatel - confeccionadas com borrego ou chibo juntamente com o sangue e os miúdos - e o afamado Ratatau - carne de chibo guisada com batatas - variante do ensopado alentejano; e ainda os pastéis de carne crua, os bolos fintos ou bolos "dormidos" e empadas de galinha... e claro, todos os pitéus regados com o bom vinho da região (4).

A Festa de S. Marcos, hoje

Foi com palavras do Livro Sagrado que o bom Padre José, desta feita a 25 de Abril de 1992, abençoou os três bozinhos de S. Marcos em frente ao Templo de Santo António das Arcias. Um dos bezerros tinha sido por uma menina "baptizado" com o nome de Marcos e aquela, vestida de branco, vinha com os seus pais oferecê-lo ao Santo em acção de graças.

Muita "família" se encontrava no adro, alguns espanhóis. E este anos ouviu-se missa, com a Igreja Paroquial a transbordar de gente, realizou-se a procissão e, após esta, procedeu-se ao leilão, não sem antes o padre José elevar o hissopo e aspergir... gesto tantas vezes repetidos, palavras tantas vezes pronunciadas, tais como:

"Depois disse Deus": Produza a terra animais vivos segundo a sua espécie, animais e répteis e feras terrestres, segundo a sua espécie." E assim foi.

Fez, pois, Deus as feras terrestres e os animais e os répteis dos campos, cada um segundo a sua espécie. E Deus viu que estava bem feito." (Gen. I, 24-25.)

E a água benta sacralizou o momento, que através das palavras e do gesto deu seguimento à tradição cíclica, porque anual, da Festa de S. Marcos.



Largo de S. Marcos

Foto de J. Oliveira

Ainda hoje podemos ver a imagem de S. Marcos na Igreja Paroquial. Ainda hoje a palma do martírio, na mão da imagem mais antiga de S. Marcos (instalada no antigo púlpito), se encontra presa por uma fitinha encarnada. Ainda hoje o pequeno boi de barro lá se encontra pacientemente sentado junto do seu Santo Protector, esperando, quem sabe, tornar a ouvir a sua tão por demais conhecida invocação:

Entra, Marcos! Entra, Marcos!

Grande burburinho durante a bênção e durante o leilão.

As promessas tinham sido cumpridas. E a comunidade disso tinha sido testemunha... E aconteceu mesmo, como já antes era hábito, ter sido um dos próprios ofertantes a comprar o boizinho por ele oferecido.

O clima era de festa, lá estava a quermesse dos festeiros, lá estava o mastro engalanado, símbolo de que o "centro do mundo" hoje, neste dia 25 de Abril, festa de S. Marcos, era também (ou principalmente) aqui, em Santo António das Areias, no centro da aldeia... E o "centro do mundo" é um espaço e um tempo sagrados... onde o inverosímil se torna possibilidade...

E foi no centro da aldeia que se realizou desde sempre, desde os princípios, esta bênção do boizinho, que beneficiava, em última análise, toda uma população, que, à sua maneira, participava no mistério das hierofanias, através da dramatização da sua Festa ao boizinho (de) S. Marcos. E esta coincidia com o tempo da Páscoa, da floração e da Primavera, em que as forças de rejuvenescimento, de virilidade (de que o touro é disso símbolo

supremo...), da Natureza, se encontram no auge do seu desenvolvimento, da sua regeneração.

Hoje a tourada já não se faz no largo, mas continua a realizar-se noutra local. Os tempos são outros, as exigências em termos de salubridade e saúde pública são também outras.

Também já não se vêem carros com espadanas, enfeitados e floridos. Contudo, a Essência continua a subsistir independentemente da evolução dos tempos - continuam a celebrar-se as Festas de S. Marcos, continuam a benzer-se os toirinhos, continua a Tradição desde tempos imemoriais a fazer-se sentir no coração e nas vontades das gentes de Santo António das Areias... E ainda há quem pergunte: e quando é que novamente o boizinho ouvirá a tão conhecida e desejada invocação: Entra, Marcos! Entra, Marcos!?!...



Foto de Rui Arimateia

S. Marcos (o velho) de Santo António das Areias

II. SOBRE O APÓSTOLO S. MARCOS:

Segundo a tradição Bfblica, oriundo de família abastada de Jerusalém, do ano 1 da Era Cristã, S. Marcos é aceite como tendo sido o autor do segundo dos Evangelhos sinópticos (5), talvez o de estilo mais simples, mais popular comparativamente a Mateus e a Lucas. Marcos teria sido colaborador directo de S. Pedro e S. Paulo na preparação do



Foto de J. Oliveira

Benção do bezerro em 1992

Evangelho e na catequização aos primeiros cristãos da Igreja de Roma.

Tido como o intérprete de Pedro, nunca teria conhecido Jesus. Segundo a tradição, pregou em Jerusalém, em Chipre e teria evangelizado o Egipto, fundando a Igreja de Alexandria, onde foi martirizado.

Sobre o Apóstolo S. Marcos, podemos ler na obra "Vidas e Paixões dos Apóstolos", de Bernardo de Brihuega (6):

"Sam Marcos, evangelista, ante que se convertesse, foi sacerdote dos judeus. Mais converteu-o, depois, Sam Pedro, e bautizou-o, e foi seu discipulo, bem como Sam Lucas, de Sam Paulo. E, ao tempo que Sam Pedro foi a Roma, foi Sam Marcos com ele, ouvindo sempre a sua preegação, e parando muito mentes em nas cousas que preegava, e contava/ muito do feito de nosso Senhor Jesu Cristo.

E el reteve-as mui bem em seu coração. E, porque Sam Marcos screvera ja os seus Evangelhos em Terra de Judea em na lingoagem dos judeus, rogaram-lhe todos os cristãos que eram em Roma que el screvesse ãu Evangelho de todo aquelo que ouvira dizer a Sam Pedro e do que aprendera del. E el screveo seu Evangelho mui pequeno e mui breve. E, des que o houve scripto, mostraram-no a Sam Pedro, e el leu-o e deu-lhe sua outoridade e seu outorgamento, que devia a seer leudo bem come aquela scritura em que nom havia senom verdade."

Continua o autor a referir-se aos actos do apóstolo, às suas pregações e milagres e finalmente ao seu martírio e à transladação do corpo de S. Marcos de Alexandria para Veneza, da qual cidade é Santo Patrono.

Em relação ao "nosso" S. Marcos, o do boizinho, em termos de referências bíblicas e eruditas ao boi parecem ser inexistentes a não ser uma muito rápida referência, na obra atrás citada de Bernardo de Brihuega. Assim, no capítulo 263.º (Págs. 362-3) "*De como Sam Marcos foi arrastado e açoutado, e apareceu-lhe Nosso Senhor e morreu*", podemos ler:

"(...)

E enton veo uu dia de Pascoa, sete dias por andar d'Abril e em aquel dia faziam eles festa a uu dos seus idolos. E todos aqueles que o buscavam eram ali ajuntados, e andarom-no tanto buscando que o acharom u stava cantando a Missa.

E deitaram-lhe bem ali uu baraço na garganta, e levarom-no, fazendo-lhe muito mal.

E tragiaram-no pela cidade, e doestando-o muito, e diziam:

- Levemos este boi ao/lugar u matam os bois!

(...)

E a manhã sacaram-no do carcer e deitaram-lhe outra vegada o baraço na garganta, e fezeram-no restrar, e, tragendo-o assi rastrando de ca e de la, iam bradando empos el, e diziam:

- "Trahite babilum ad loca buculi" que quer dizer: "Levade esse boi ao lugar u matam os bois". (...)"

Nesta referência parece-me interessante sublinhar o facto da paixão de S. Marcos ocorrer em Abril, durante a Páscoa e o facto de certo modo haver a coincidência entre a morte do santo e o levarem-no para o "lugar u matam os bois!", lugar de sacrifício onde o taurobolio acontecia...

Existem ainda outras referências, digamos assim, eruditas, referindo o facto de S. Marcos ter tido igualmente a autoria de "milagres". Segundo reza a obra *Acta Sanctorum* (7), citada por Pedro A. d'Azevedo (8) e que passo a citar o resumo por este apresentado:

"(...) Causava admiração aos habitantes da Apulia, na Italia meridional, não chover havia cinco anos no paiz, até que lhes foi revelado por certos religiosos, que isso era motivado por não observarem a festa de S. Marcos. Reuniram-se então todos na igreja por ocasião da mais próxima festa do santo onde "impetraram" com orações os benefícios de S. Marcos: e logo choveu com mais abundância do que havia esperança, cessando a esterilidade da terra. (...)"



Foto de J. Oliveira

Leilão dos bezerros em 1992

III. ALGUMAS REFERÊNCIAS LITERÁRIAS À FESTA DE S. MARCOS EM SANTO ANTÓNIO DAS AREIAS

- João António Gordo - 1904
- Possidónio Mateus Laranjo Coelho - 1924
- Manuel Subtil - 1954
- José Leite de Vasconcellos - 1941

João António Gordo, na sua obra regionalista "No Alto Alentejo..." (9), descrevia a Festa de S. Marcos em Santo António das Areias, com a entrada ritual e tradicional do boi na Igreja Paroquial, pelo próprio presenciada em 1904. Vejamos quais os pontos fundamentais da sua descrição da Festa:

- Festa anual em honra de S. Marcos a 25 de Abril, que mergulha as suas tradições em época longínqua e desconhecida. Caracteriza-se pela espectacular entrada do boi na igreja paroquial, aspergido pelo prior da freguesia, que o acompanhava, com as palavras rituais, até à capela-mor: - Entra, Marcos! Entra, Marcos!

Tinha lugar igualmente a feira onde se viam muitos espanhóis - os de Valência de Alcântara, os de S. Vicente, os de Pino, e os de S. Pedro.

A festa portuguesa de S. Marcos, festa católica em que não faltava o mais intenso cunho pagão. Às onze horas era grande a convergência para o adro da igreja paroquial - tinha chegado um belo novilho que seu dono, um lavrador, oferecera em cumprimento de certa promessa anterior, para a festa de S. Marcos. Mal se podia romper no templo!

Era a hora do pároco e da irmandade entrarem com o novilho e iniciar a festa religiosa. Aspergido pelo prior, o novilho entrou no Santuário - Entra, Marcos! Entra, Marcos!

O animal seguiu, sem dificuldade, ao longo da estreita coxia aberta na massa popular, sempre aspergido com água benta - Entra, Marcos!...

A comoção popular revelou-se por silêncio repeitoso...

O bezerro, seguido pelo pároco e pelos da irmandade, estes de opas vermelhas, chegou ao altar estancando em frente de S. Marcos. Poucos momentos decorridos, abriu-se apertada clareira para que ele pudesse voltar-se, caminhando para a porta. O povo saía, ficando na igreja os que desejavam assistir à missa da festa. No coro, acompanhamento a vozes e instrumental da filarmónica da sede do Concelho. Depois celebrou-se missa e, na sua altura o sermão. Cá fora os feirantes faziam o seu negócio. Logo a seguir sobre a festa saiu a procissão. O relógio marcava três horas da tarde.



Procissão de S. Marcos em 1992

Foto de J. Oliveira

Também o historiador Laranjo Coelho na sua obra "Terra de Odiana" (10) faz referência à Festa de S. Marcos na freguesia de Santo António das Areias, que passamos a referir resumidamente:

- Interessante e tradicional festividade religiosa, a romaria de S. Marcos tem lugar no dia 25 de Abril. Apelativo o curioso número da festa e velho costume de fazer entrar na igreja o boi de S. Marcos, animal que é oferecido por um dos lavradores do termo, ordinariamente em cumprimento de uma promessa.

O acto realiza-se antes de se celebrar a missa, quando o adro da igreja regorgita de enorme multidão, oriunda das proximidades e também de muitos espanhóis de Valência de Alcântara e de outras povoações raianas. À porta do templo é o boi aguardado pelo pároco revestido de batina, sobrepeliz e estola, que o asperge com o hissope pronunciando as seguintes palavras do ritual: - Entra, Marcos! Entra, Marcos!...

Adiantando L. Coelho uma interpretação: - Esta cerimónia tem a sua origem do culto pagão do Touro, festa agrícola, que o povo celebrava no começo do seu ano solar pelo signo zodiacal do Touro (11).

D. João da Câmara, em finais do século passado fazia referência numa das suas mais conhecidas peças de teatro, "Os Velhos" (12) ao arraial de S. Marcos. Referência esta que foi completada e explicada por Manuel Subtil em obra de sua autoria sobre D. João e a comédia "Os Velhos". (13) Manuel Subtil que viu o seu livro editado em 1954 já não presenciou a cerimónia da entrada do Toirinho de S. Marcos na igreja mas, serviu-se de testemunhos recolhidos junto do povo de Santo António das Areias que passo a resumir:

- A cerimónia da entrada do boi (bezerro) na igreja efectuava-se no dia da Festa de S. Marcos (25 de Abril). Consistiu na realização de promessas feitas ao Santo. Como S. Marcos é o advogado dos produtores de gado, estes, no cumprimento das suas promessas por o gado lhes não morrer ou por não terem sido atacados por moléstias, ofereciam o bezerro no dia da festa, em graças a São Marcos. O animal entrava na igreja e ia até ao altar atrás do padre.

Seguia por estreito corredor formado pelo povo, desde a rua até ao altar e à frente ia o padre chamando-o e dizendo-lhe as sacramentais palavras: "Entra, Marcos!". O bezerro, impelido pelo povo e por entre alas, seguia afoitamente até ao altar, onde lhe era pelo padre lançada a água benta por cima. Voltava depois pelo mesmo sítio. A cerimónia era assim mesmo.

Hoje já não se realiza porque foi proibida há alguns anos. Vontade há para que a cerimónia interrompida por interdito eclesiástico volte a acontecer em Santo António das Areias, e por vontade do povo...

Também a grande figura da Etnografia Portuguesa, o Dr. José Leite de Vasconcellos, por volta de 1941, na sua obra com o mesmo nome, (14) faz referência a um Costume Antigo, que transcrevo:

Como vestígio, provavelmente, de uma cerimónia pagã, entrava, ainda há poucos anos, em alguns templos do bispado de Portalegre, no dia de S. Marcos (25 de

Abril), um boi ou bezerro, tocado pelos irmãos da irmandade do mesmo Santo. A igreja de Santo António das Areias era um desses templos (...)"

E continua o autor em nota de rodapé:

"O Rev. Bispo da diocese, D. Domingos [Maria Frutuoso, que fez entrada em Portalegre a 2 de Fev. de 1921], proibiu a cerimónia no seu bispado. Hoje [1941], ainda na freguesia de Santo António das Areias, resta um vestígio do antigo costume, pois se oferece um bezerro, e às vezes seis ou sete, consistindo a cerimónia apenas numa bênção eclesiástica dos mesmos à porta do templo. A isto se segue o leilão dos animais. [Informação fornecida ao insigne etnógrafo pelo Sr. Prof. José Domingos de Oliveira]."

IV. A DIÁSPORA DA FESTA DE S. MARCOS ALGUMAS REFERÊNCIAS À FESTA NO DISTRITO DE PORTALEGRE

A Festa do boizinho de S. Marcos não é apanágio de Santo António das Areias, conhecendo-se alguns vestígios da festa noutras localidades, nomeadamente no distrito de Portalegre.

Festa de S. Marcos em Alter do Chão:

Continua a realizar-se hoje a Feira a 25 de Abril já não existindo contudo quaisquer outros vestígios da Festa de S. Marcos a não ser na memória dos mais velhos e nos documentos escritos publicados. Já nem existe a antiga capela de S. Marcos onde se realizava a entrada do (s) bezerro (s).

Contudo, investigadores como J. Leite de Vasconcellos (15) Teófilo Braga (16) e Pedro de Azevedo (17) deixaram-nos compiladas algumas memórias sobre a Festa, citando por sua vez o "Almanaque de Lembranças" publicado em 1858 e um artigo de "O Século" n.º 95 sobre o Touro Bento. Referem-se ao facto do boi entrar na igreja acompanhado por quatro empreadores (irmãos de S. Marcos) que lhe batem com uma varinha dizendo:

"Entra Marcos
Em louvor do Senhor S. Marcos".

Os irmãos, previamente confessados e sacramentados iam buscar o animal à Coutada real. O mesmo, que tinha sido oferecido por um lavrador, era enfeitado com grinaldas de flores, entrando livremente na igreja quando solicitado pela ladainha, sendo posteriormente leiloado.

O "milagre" consistia no facto do bezerro se deixar conduzir mansamente até ao altar, onde lhe era colocado o Evangelho nos cornos e se procedia à Leitura. Só depois saía da igreja para ser leiloado.

Pela sumptuosidade do escrito, não resisto em transcrever um pequeno excerto

sobre "O Boi de S. Marcos" dado à luz pelo escritor monfortense António Sardinha em 1922 e publicado numa das suas obras sobre Estudos da História e das Tradições portuguesas:

"Não sei se comporei uma memória grave de erudito, se um poema bárbaro e misterioso... Na igreja humilde, apinhada de gente suspensa entre a curiosidade e o receio, a irmandade desfila vagarosa com o celebrante à frente, toda ela de opa garrida e uma varinha chibante, a modo de insígnia, na mão direita de cada um dos mordomos. Junto da porta da ermida detém-se um momento, vincando ainda mais as alas em que se distribui. Fora, há o rumor da feira e um como que alvoroço que se aproxima.



Foto de Rui Arimateia

S. Marcos (o novo) em procissão (1992)

Estralejam foguetes e a música ataca, furiosa, as notas de qualquer destempêro sinfónico. Na assistência a espectação aumenta, num ondular mais vivo de cabeças e trajas vistosos. Já no pequeno campanário o sino repica açodado. De estola e capa solene, o padre avança para os primeiros degraus do adro, erguendo o hissopo numa aspersão santificadora.

"Entra, Marcos! Entra, Marcos!" E em louvor do Senhor S. Marcos o novilho é conduzido processionalmente ao altar pelas varinhas chibantes da mordomia, cantando-se-lhe depois o Evangelho nos cornos, num gargantear de latim sonoro.

"Entra, Marcos! Entra, Marcos! Seja em louvor do Senhor S. Marcos!" E eu não sei se comporei um rimado bárbaro da saga, se uma reflectida memória de erudito. É que o S. Marcos de Alter, com um novilho participando litúrgicamente da festa do Evangelista, acorda não só o interêsse da minha inteligência, mas levanta também na minha sensibilidade uma maré larga de evocações e reminiscências atávicas. Nada mais estranho, na verdade, de que essa sobrevivência dum culto extinto ali, numa prega esquecida da antiga Lisitânia, às abas dum castro que durou, fortificado e habitado, até à hora de hoje!

Não erro, seguramente, se o ligar à religião ibérica do Touro, (...).

Tão longe me projecta no tempo e no espaço o novilho que os de Alter oferecem incruentamente a S. Marcos rememorando nesse rito que a igreja, não podendo debelar, santificou com enternecida simplicidade - a visita do Sol, do grande Deua, à constelação sobranceira do Taurus! (...).

(...) - e eu vejo-me com os padres de Alter, rezando o Credo, já depois de entoado o Evangelho do dia nas hastes enlaçaroladas do novilho.

Em Alter, o novilho, substituindo na liturgia do santo Evangelista, o leão simbólico de Veneza, recebe do Cristianismo aquela santificação que a Igreja nas ladainhas da Primavera atrai, dadivosa e vigilante, por sôbre toda a natureza, desde as sementeiras aos frutos, desde as searas aos pomares. (...).

"Entra, Marcos! Entra, Marcos! Seja em louvor do Senhor S. Marcos!" - repetem os moços de Alter, de varinhas chibantes e opas vistosas, ladeando o novilho. E o novilho quási que ajoelha nos degraus do altar, rendido à imposição pacífica do missal. (...) Arde o incenso nos turíbulo pendentes. (...)." (18)

Festa de S. Marcos em Gáfete:

Esta festa ainda hoje se continua a realizar no dia 25 de Abril com a efectivação de Procissão da Igreja Paroquial para a Ermida de S. Marcos a cerca de um quilómetro distante da aldeia.

Desta Festa, refere José Leite de Vasconcellos (19): "Eu ainda vi, na capela da freguesia de Gáfete, um bezerro luzidio, tocado pelos mordomos ao som de "Entra Marcos!" chegava ao altar-mor e voltava logo".

(...) Estive em Gáfete, em 25 de Abril de 1922, e assisti. De Gáfete, saiu uma procissão do adro da igreja para a tal capela, a um quilómetro. Vai a Irmandade de S. Marcos e ainda três padres, que vão cantar a missa na capela, e o sacristão, mas neste ano, não foram os irmãos. Ao pé da capela, num curral, estava o boi, que é, como disse, um bezerro.

Os irmãos foram, de opa branca, buscá-lo, e com uma varinha para o tocar, e puseram-no debaixo do alpendre ou galilé. Aí, um padre benzeu-o, e o boi entrou. Depois,

ao pé do altar, era costume o padre dar na cabeça do animal com uma cruz de pau. Seguiu-se missa cantada e sermão. (...) logo que o boi sai da igreja, e lhe dão comida, leiloam-no e o produto, com as esmolas, é para a festa."

Hoje em dia continua o costume, mas, a Festa terminou com a proibição das autoridades.

Aquela força religiosa colectiva, que fazia reunir os habitantes da região, que lhes conferia coesão social em torno da tradição do toirinho de S. Marcos, terminou com as proibições dos anos 20. Eram pagãos?!

De certeza, porque pertenciam à aldeia e aos aldeãos, porque se regulavam com valores religiosos e éticos diferentes do clero citadino e urbano que os não compreendia nem aceitava, porque se não enquadravam nos limites do "dogma"... instituído pelos poderes eclesiásticos eruditos.

Outras localidades de que consegui referências foram as de N.^a Sr.^a da Graça de Póvoas e Meadas (concelho de Castelo de Vide) e de Portalegre.

Assim, quanto a estas duas localidades, são referidas por Fernando Castelo Branco (20), dizendo o autor que na povoação de Póvoa e Meadas realizava-se uma festa em honra de S. Marcos, protector do gado, assim como na igreja do Bonfim em Portalegre, ambas idênticas à de Santo António das Areias e todas realizadas outrora.

A FESTA DE S. MARCOS NOUTRAS LOCALIDADES

Ermida de São Marcos da Abóbadã antiga Sede de Freguesia do Concelho de Évora, hoje extinta e integrada na Freguesia de Torre de Coelheiros - tinha como orago S. Marcos Evangelista. O Padre Francisco da Fonseca, na sua obra "Évora Gloriosa" (21), refere a realização da Festa de S. Marcos dizendo: "(...) todos os annos no dia do Santo, o Touro mais bravo deyxada a ferocidade natural, assiste na Igreja, como hum cordeyrinho aos Officios Divinos."

A festa de S. Marcos ainda em 1901 se realizava no dia 25 de Abril, segundo notícia de jornal da época.

A Festa de S. Marcos próximo de Serpa, é este o título de artigo do investigador Pedro de Azevedo, publicado na revista de características Etnográficas "A Tradição" e editada em Serpa. Refere o autor a certo passo os "Interrogatórios aos priores das Freguesias de Serpa", realizados pelo Padre Luiz Cardoso no ano de 1758, fazendo ele próprio a transcrição:

"No termo d'esta villa socede, e se pratica um acto pio de devoção, que tem algumas circumstancias de notavel: Festeja-se S. Marcos na hermida, que dicemos, sinco leguas da villa na Serra grande, os irmãos do santo, todos os que tem malhadas na dita serra, e outras pessoas na festa: sae o prior de S. bento (freguezia da Aldea Nova) da Igreja de S. Marcos ao campo paramentado com capa de Asperges, e chama em nome de S. Marcos hum touro bravo, que a genteda festa traz entre si a pouca distancia do dito Prior, lançando-lhe água benta, e o touro caminha para o sacerdote, ou obbedecendo ao preceito, como crê a bondade do povo, ou por opprimido da gente que só lhe deixa aquella coxia livre; vai seguindo-o, entra na

Igreja, assiste a toda a missa sosegado e canta-se-lhe o Evangelho entre as pontas: no fim da missa sahe o touro entre a gente para o campo: e sim he repparavel o socego de animal tão bravo n'aquella acção." (22)



Foto de Rui Arimateia

S. Marcos de Gáfete (1992)

Em Arcozêlo da Serra (Concelho de Gouveia) e segundo informação obtida em Pinho Leal havia o seguinte costume:

"Na capella de S. Marcos faziam antigamente uma festa no seu dia, indo na procissão um touro bravo, que entrava na capella e ia até ao altar mor assistir à festa, muito quieto. Havia então feira." (23)

* * *

Além das povoações atrás referidas onde se realizam ou realizaram Festas e Romarias em honra de S. Marcos, fazendo outrora um bezerro ou boi ou touro entrar no templo, outras há por este país fora que igualmente têm pelo Santo uma veneração muito especial, refiramos algumas: Sandomil (Seia), Évora-Monte (Estremoz), S. Marcos da Serra (Silves), Vidigueira, Oleiros (Castelo Branco), Elvas, S. Pedro do Esteval (Mação), Senhora de Pergulho (Proença-a-Nova), Penha de Aguiar (Figueira de Castelo Rodrigo), Tondela, Freixiosa (Mangualde) e Abrunhosa do Mato (Mangualde), Branca (Albergaria-a-Velha, Aveiro)...

Em muitas destas povoações S. Marcos é venerado principalmente como tendo a qualidade inestimável de amansar não só os touros bravos mas, e principalmente, as crianças travêssas!! É assim que refere J. Leite de Vasconcelos um antigo costume de S. Marcos da Serra:

"Os povos da freguesia de S. Marcos da Serra costumavam ir bater com a cabeça das crianças travêssas na do animal que o padroeiro S. Marcos tem aos pés. Diziam estes versos, pausando-os com as cabeças dos pobres inocentes:

*Mê senhor sã Marcos,
Que amansas toiros brabos,
Amansai-me este filho,
Que é pior qu'a todo-los diabos". (24)*

Este costume vigora ainda em Santo António das Areias pois durante o dia 25 de Abril de 1992 foram levadas crianças junto do andor do Santo, desta vez para ou dar beijinhos ou cabeçadas no toirinho... "para as amansar", diziam...

Contudo, outras virtudes possui o Santo e, além de padroeiro dos gados (das reses), pois tinha como missão a de livrar os gados dos lobos e de moléstias, é igualmente padroeiro dos campos.

Em algumas localidades no dia da Festa, enfeitava-se o altar de S. Marcos com espadanas que, depois de benzidas pelo pároco, eram dadas aos lavradores para que as pendurassem nas árvores ou as espetassem no chão das searas ou das hortas para que as plantas prosperassem.

Margarida Ribeiro, no seu trabalho "Benção dos Gados" (25) adianta uma interpretação/explicação sobre a eventual génese dos costumes antigos da bênção de gados ainda chegados aos nossos dias e pertencentes ao património religioso riquíssimo das nossas aldeias. "A benção dos campos e das searas, por intermédio dos santos, tem a sua origem na antiga festa pagã dos Robigalia, que decorria a 25 de Abril de cada ano. Os jovens romanos faziam sacrifícios ao deus Robigo, cuja atribuição era a de preservar os trigais da ferrugem."

V. A FESTA DE S. MARCOS EM ESPANHA

"Notorio es à toda España el culto (si se puede llamar culto) que al glorioso Evangelista San Marcos se dà en su dia en algunos Lugares de Estremadura; (...)

Lo que comunmente se dice, es, que la vispera de San Marcos, los Mayordomos de una Cofradía instituïda en obsequio de El Santo, vãn al Monte, donde està la Vacada, y escogiendo con los ojos el Toro que les parece, le ponen el nombre de Marcos; y llamandole luego en nombre de el Santo Evangelista, el Toro sale de la Vacada, y olvidado no solo de su nativa ferocidad, mas aun al parecer de su essencial irracionalidad, los vá siguiendo pacifico à la Iglesia, donde con la misma mansedumbre assiste à las Visperas solemnes, y el dia siguiente à la Missa, y Procession, hasta que se acaban los Divinos Oficios, los quales fenecidos, recobrando la fiereza, parte disparado al Monte, sin que nadie osse ponerse delante. Entre tanto que està en la Iglesia, se dexa manejar, y hacer alhagos de todo el Mundo, y las mugeres suelen ponerle guirnaldas de flores, y roscas de pan en cabeza, y hastas. (...)" (26)

Inicia assim o Tomo Septimo do Discurso Octavo do Theatro Critico Universal, D. Fr. Benito Feijó, sobre o "Toro de San Marcos". Neste seu Discurso vai tentar analisar as causas deste facto prodigioso, que é o da mansidão do touro quando nomeado "Marcos", e inserido em toda uma ritualística envolvente de características essencialmente cristãs...

Assim, o autor começa por examinar a mansidão do touro, podendo esta - diz ele - resultar de três diferentes causas:

- milagrosa (por intervenção de Deus),
- supersticiosa (por intervenção do Demónio) e
- natural (efeito produzido por processos naturais).

Apresentando algumas argumentações diferentes entre os defensores de cada uma das causas adiantadas.

Continua Feijó com a análise de Autores e Teólogos que tenham tocado a questão da Festa de S. Marcos, citando para o efeito quatro fontes, todas religiosas:

- Maestro Fr. Juan de Sancto Thoma (na sua obra - Expositiva)
- Os Padres Salmanticenses (na obra - Curs. Moral)
- Padre Thomàs Hurtado (na sua obra - Resolat. Moral)
- Padre Carlos Casnedi, da Companhia de Jesus (na obra - Crisis Theologica)

Refere o Maestro Frey Juan de Sancto Thoma que aquele rito é supersticioso. A mansidão é efeito de encantamento, religião supersticiosa que não se deve aprovar, mas desaprovar. Não é culto digno da piedade Cristã, mas sim abuso de superstição execrável, redimível no que diz respeito a ignorantes, mas absolutamente intolerável em caso contrário.

Os Padres Salmanticenses partilham a opinião do Mestre de Sancto Thoma e com tanta firmeza quanto ele.

O Padre Thomàs Hurtado esforça-se por justificar aquela prática, cujo costume imemorial motiva uma presunção legítima que não é supersticiosa. Argumentando ele ao questionar: - como seria possível uma prática supersticiosa conservar-se tanto tempo em

povoações católicas, observada por Prelados Eclesiásticos e tolerando-a os Senhores Inquisidores?...

Observa ainda de que o Breve de Clemente VIII foi publicado a pedido do Bispo Civitatense, em cuja Diocese acaso se praticavam os abusos expressos no texto.

Finalmente o Padre Casnedi ao tratar do assunto do Touro de S. Marcos diz que em Espanha se permite o que em outras Regiões se tem por supersticioso, olhando o culto com tolerância e de modo desapaixonado.

Não obstante, Feijóo é absolutamente contra a referida Festa, que reputa de prodigiosa, a que contrapõe a suprema autoridade do Papa Clemente VIII, através do Breve de 10 de Março de 1598 ao Bispo Civitatis, condenando aquela prática por supersticiosa, escandalosa e indecente.

Adianta ainda que os referidos prodígios somente servem de estorvo e de promoção do Culto Divino e, passo a citar:

"Esto resulta de la introduccion de el Toro en el Templo, y asistencia em èl mientras duran los Divinos Oficios. La gente mira mas al Toro, que al Sacerdote, y Altar; ò por mejor decir, en el Toro pone toda la atencion: muchachos, y muchachas estàn en continuados juguotes com èl: con esta ocasion, todo el Templo incessantemente resuena con risadas; y no pocas veces el Sagrado Pavimento se ensucia con las inmundicias de el bruto." (27)

Conclui o autor, acerca dos verdadeiros milagres e dos prodígios, e pelo facto de muitos quererem que assim se considere a Festa de S. Marcos, que, se desses prodígios resulta indecência, profanação do Sagrado ou prejuízo ao Culto Divino logo a obra em causa não poderá ser considerada milagrosa mas sim supersticiosa e contrária à verdadeira fé. Assente que é de causas naturais (embora não explicadas pelo autor!...) a mansidão do touro de S. Marcos, o rito e a própria Festa não deixam de ser supersticiosos, pois que encorajam a realização de um culto vicioso, proibido, desordenado e indecente...

A Festa de S. Marcos foi proibida em Espanha, por real provisão em 6 de Abril de 1753. (28)

Apesar do Breve Papal ter sido publicado, nos fins do século XVIII, um Fr. Antonio, natural da cidade de Trujillo, publicava em Madrid (1690) a obra (29) San Marcos defendido en el milagro que Dios obra todos los años, que por ter muito interesse como comparação da "nossa" Festa de S. Marcos, passo a transcrever:

"Na véspera do dia santo preparam-se os deputados e mordomos para ir escolher e separar um touro. Depois de se terem confessado e comungado, como disposição cristã, partem para o local onde se encontra o touro, onde quer que ele esteja, levando em sua companhia um sacerdote. Normalmente acontece terem preparado o touro a uma légua do local, ou numa vacada mais próxima. Nem sempre é só um: se o há por esmola, esse levam; se não, daqueles que o Santo possui; (...). Não vão a cavalo, nem levam agulhão, ou qualquer outra coisa que o obrigue a vir; vão a pé, e levam na mão báculos ou varas. Ao chegarem ao sítio onde se encontra o touro, todos se ajoelham, e rezam, uma ave-Maria e um Pai-Nosso, ao mesmo tempo que o sacerdote diz a saudação ao bendito S. Marcos, com a sua oração. Logo se levantam e o separam da vacada, sem dizer outra coisa que vamos Marcos.

Obedece o touro a esta palavra, e logo controlando-o, o põem a caminho, o guiam, indo ele como se fosse uma ovelha mansa, sem se desviar do seu caminho até chegar à ermida do Santo. Nela assiste às vésperas, sobe ao altar-mor, e a seu modo o beija e o venera; depois o levam pelas ruas e casas dos vizinhos, entra em todas, e é coisa de se ver e de se dar graças a Deus, como se acomoda para entrar pela porta, mesmo que seja estreita (...)"

Tudo isto acontecia na vila de Brozas (Cáceres), existindo o mesmo costume por outras localidades da Estremadura (30)

Tal como em Portugal, também na nossa vizinha Espanha o culto do touro de S. Marcos tocou fundo as populações, principalmente as da Região da Estremadura. E também aí, tal como no nosso país, as proibições e condenações se sucederam sem grandes resultados práticos, pois os costumes em causa estavam enraizados na vida religiosa das populações. Faziam parte do ciclo vital do Calendário Agrícola e ao mesmo tempo Hagiológico e Sagrado das aldeias e campos.

Segundo José María Dominguez Moreno (31) foi em meados do século passado que o costume do touro de São Marcos, teria sido suspenso definitivamente. Refere ainda que anteriormente tinha sido muito festejado em Brozas, Casas del Monte, Casas de Don Gómez, Pozuelo de Zarzon, Mirabel, Talayuela, Trujillo e muito possivelmente naquelas povoações de Badojoz pertencentes ao Priorado de S. Marcos.

Daqui podemos perceber pois, todo aquele interesse dos "primos" espanhóis em festejarem o S. Marcos e em participarem na entrada do "boizinho" de S. Marcos quando aquela se realizava, até 1924, em Santo António das Areias. Na sua terra o costume estava interdito, restava-lhes o S. Marcos do Alentejo português...

VI. AS PROIBIÇÕES ECLESIAÍSTICAS

A Festa de S. Marcos foi proibida, nomeadamente em 1924, no que concerne à Diocese de Portalegre. Contudo, não foi esta a primeira vez que a referida Festa foi proibida, porque já no século XVI e mais concretamente consultando a edição de 1620 do livro "*De Incantationibus Seu Ensalms*" (32) o Dr. Valle de Moura, faz referência ao facto de ter sido proibida esta celebração popular e mística, por Breve do Papa Clemente VIII a 10 de Março de 1598, dirigido a uma Diocese de Bispo Civitatense, respondendo a solicitação deste.

Poder-se-á calcular a força deste costume entre os camponeses na época, pelo facto da Autoridade Máxima da Igreja Católica se ter preocupado com a sua excessiva proliferação, entre as gentes cristãs.

Com o andar dos tempos, tudo levará a crer que, ou o Breve foi ignorado e esquecido na região do Alto Alentejo, ou o costume do Boi de S. Marcos teve características pontuais isoladas, ou devido a outras razões que eventualmente se prendam directamente com a natureza dos povos onde ele singrou e criou raízes... o que é facto é que a Festa se manteve ao longo de mais de trezentos anos antes das autoridades eclesiásticas a tornassem a proibir. Pois foi tão só em 1924 que o Bispo de Portalegre D. Domingos Maria Frutuoso, com a finalidade de "suprimir abusos condenáveis (33) que com o correr do tempo se teriam introduzido na celebração" da Festa de S. Marcos, avisou particularmente (34) os párocos das freguesias em que esses abusos vigoravam.

Na altura o Bispo foi obedecido em todas as freguesias, incluindo Santo António das Areias (35).

Estávamos então nas vésperas da realização do Concílio Nacional de Portugal, o qual, em 1926 (e logo após o Golpe de Estado Militar que viria a dar origem ao Estado Novo) iniciou a "cruzada para a recristanização das romarias". Foi a partir desta altura que se multiplicaram os "Decretos", os "Princípios, as "Provisões", as "Exortações Pastorais", os "Regulamentos", as "Elucidações", os "Esclarecimentos", as "Cartas Pastorais", as "Constituições Diocesanas", etc., etc., etc., todos vocacionados para a "Domesticação" das festas religiosas... e para a "regularização" dos comportamentos religiosos, principalmente no âmbito do fenómeno religioso popular, nas romarias, nos arraiais, nos santuários dos campos e das aldeias...

Pode ler-se ainda no citado Boletim da Diocese:

"Para convencer a todos de que o Bispo é quem governa a Diocese sem ingerências abusivas, seja de quem fôr, mandou o nosso Exm.º Prelado expedir ao pároco respectivo o ofício transcrito a seguir:

Ilmº e Revmº Sr.

Em vista dos lamentáveis acontecimentos que se deram na freguesia de Gáfete, na Capela de S. Marcos e por ocasião da sua festa, e da atitude irreverente e insubordinada que tomaram os habitantes daquela freguesia, desacantando o templo e desrespeitando a autoridade eclesiástica, manda-me Sua Exª Rev.mª o Sr. Bispo desta diocese comunicar a V. Rev.mª que o proíbe de exercer qualquer acto de culto dentro dos limites da dita freguesia, a não ser a administração dos últimos sacramentos aos moribundos e a assistência aos funerais, devendo os fiéis, para tudo o mais, recorrer à freguesia de Tolosa.

Outrossim proíbe Sua Exmª Rev.mª que qualquer Sacerdote celebre missa dentro dos limites da freguesia de Gáfete, quer de semana quer aos domingos, sem licença Sua, concedida por escrito.

Deus Guarde a V. Rev.mª: - Ilmº e Rev.mº Sr. Pároco de Gáfete e Tolosa.

Portalegre, 30 de Abril de 1924

O secretário, Cónego João José Alvares de Moura."

Logo a seguir à publicação da carta na íntegra, seguia, no mesmo artigo, uma nota referindo que passado pouco tempo, "uma representação das pessoas gradas da freguesia, dando as satisfações devidas" dirigiu-se às autoridades competentes, "pelo que foi levantada a proibição e restabelecido o culto".

Hoje em dia continua a vigorar a proibição e somente em Santo António das Areias os boizinhos ainda chegam junto à porta do Templo...

Nos primórdios do Cristianismo a maioria das comunidades subsistiam através da Agricultura, conseqüentemente foi encontrado um Deus que se interessasse pela fertilidade da terra e dos animais, servindo, em última análise, o próprio homem...

O Papa Gregório I, no século VII, reconhecendo esta maneira de sentir das populações, nomeadamente das populações rurais e aldeãs, instruiu o clero no sentido de,

se se encontrasse entre aquelas populações simples, crenças pagãs profundamente enraizadas as quais não pudessem ser eliminadas facilmente, as transformassem em práticas cristãs:

"e como eles têm um costume que consiste em sacrificar muitos bois ao Diabo, substituam-no por qualquer outra solenidade, como um dia de Consagração ou os Festivais dos santos mártires... Nessas ocasiões podem construir abrigos de ramos para si próprios à volta das igrejas que dantes foram templos, e celebrar a solenidade com festividades devotas. Não devem sacrificar mais animais ao Diabo, mas podem matá-los para comer e em louvor de Deus, e agradecer ao que concede todas as dádivas a abundância de que gozam."



Foto de Rui Arimateia

S. Marcos de Évora-Monte (1992)

À GUIA DE CONCLUSÃO...

Como referi no início, este trabalho não pretende esgotar o assunto abordado - S. Marcos e a Religiosidade Popular.

As conclusões que eventualmente se possam identificar prendem-se mais com considerandos de ordem pragmática, no sentido das abordagens metodológicas e das necessidades prementes de pesquisas no terreno, do que com considerandos teóricos e ideológicos e de valorizações teológicas... A minha perspectiva de trabalho não vai na linha de considerar a Religião Popular no sentido Católico ortodoxo do termo, mas no seu sentido Etimológico, quicá Ecológico: Religião, de "*Re-ligare*", unir, ligar, voltar a ligar num todo as diversas partes de uma mesma Realidade Una e Indivisível...

Isto é, sem dogmas, sem verdades absolutas, sem revelações, sem ideologias cristalizadoras que opõem, confrontam e dividem... a Religião, a Verdade, faz-nos buscar o que une os homens entre eles e a Humanidade em devir. E os homens tornar-se-ão tanto mais sábios quanto mais procurarem ultrapassar as divergências no sentido da realização da Unidade, salvaguardando contudo as diferenças. A união na diferença foi e é, sem dúvida, uma das questões mais importantes em todas as épocas históricas-social, psicológica e espiritualmente. Daqui até à vivência autêntica do sentimento de tolerância vai um pequeno passo. Tolerância que transforma a divergência irreconciliável em convergência fraternal, onde o homem aprende a liberdade e, através da assumpção da diferença do seu semelhante, alcança a compreensão da igualdade do ser humano face ao próprio ser humano. Aprende que a complexidade do seu semelhante é afinal composta de pequenas verdades constituintes da Vida Una e Indivisível.

E falando de Religião Popular, sem preconceitos, vêm-nos ao sentido palavras várias, prenes de significado - Unidade, Tolerância, Convergência, Liberdade e, partindo do pressuposto de que estas manifestações religiosas do Bozinho de S. Marcos são afinal persistências vivas duma prática arcaica, de tempos imemoriais em que os Ritos e os Mitos e os Sítios do Paganismo e do Cristianismo se incorporavam uns nos outros numa amálgama, digamos assim, viva e complexa.

Costume religioso com forte implantação na região da Serra de S. Mamede, local de antigas transmânias e de arcaicas hierofanias. Costume conferido e autenticado pela Tradição, resistiu a todas as proibições eclesiásticas e seculares, conseguindo desembocar com toda a sua essência mítica nos primeiros anos do século XX.

"Frenesim pagão" como António de Monforte apelidaria ao costume da entrada do boi na igreja - mas não seria esse templo originário de um tempo sagrado original? Tempo esse tornado Presente, sacralizando o lugar e fazendo com que o inverosímil se tornasse possibilidade?!... e o bozinho de S. Marcos naquele próprio momento do "frenesim" fizesse acontecer, porque Símbolo, a Regeneração, a Virilidade, a Transformação no íntimo dos milhares e milhares de crentes que ao longo dos séculos acorreram às Romarias de S. Marcos?!...

Originário ou não dos antigos Cultos Romanos de Marte ou de Diana, ou de quaisquer outros Deuses de outros Panteons, em termos individuais terá um interesse muito relativo pois que o Culto teve, e tem ainda nas suas formas mais modernas, nas suas reminiscências, como finalidade última a constituição e a construção da Romaria, onde o Sagrado e o Profano se juntavam e confundiam, e onde aquela se constituía como forte factor

de coesão social, garante, ao longo dos tempos, da sobrevivência física, psíquica e espiritual do homem e do grupo... Afinal o que é e Religião senão a "técnica" que o homem encontrou para ultrapassar a sua própria efemeridade física e atingir a imortalidade?! Isto é, encontrar um factor de coesão grupal que permitisse dar continuidade à própria espécie humana, à sua memória, ao seu Ser, que no fundo se encontrava ligado a tudo o que constitui o/um Universo...

A problemática da Religião Popular foi abordada à superfície de modo a permitir uma outra abordagem que foque de um modo integrado essa Realidade nos seus diferentes mas complementares factores constituintes: a Romaria, o Templo, o Mito, o Sacerdote, o Crente, a Fé, a Unidade, o Deus, a Vida, os Santos, os Ritos, a Tradição, etc., etc., etc.

Realidade multifacetada cujo fio condutor tem o poder de a dominar, de a compreender e de a transformar, fio esse que é afinal o próprio Homem...

* * *

"Ao paganismo lusitano-romano sucedeu o Cristianismo (...). A Igreja, impotente para extinguir completamente o paganismo, santificou numerosas crenças; (...). Os simpáticos deuses tópicos, tão queridos do povo simples, transformaram-se em Santos patronos, a quem os devotos não deixaram de render o antigo culto, embora sob uma outra forma; (...).

Herdeira de inúmeros sistemas religiosos tão diferentes, a nossa religião popular é propriamente uma amálgama: descobre-se nela ainda elementos naturistas, animistas e politeístas.

As ideias, e sobretudo as ideias religiosas, raramente se extinguem: uma vez adquiridas pela alma humana, podem experimentar mil mudanças, sofrer e confranger-se, mas resistem levantando-se sempre contra o inimigo que as ataca."

J. Leite de Vasconcellos
in: Sur des Religions de la Lusitanie

NOTAS

(1) - Padre João Graça Oliveira, ainda presente na memória dos mais velhos. Era de Nisa e, além de sacerdote teria sido "ponto" do teatro local, apicultor, além de telheiro... entre outras actividades...

(2) - Naqueles tempos fazia-se a promessa a S. Marcos numa outra ocasião festiva: a da Festa de Páscoa. Notemos pois o paralelismo existente entre as duas. E ainda: em terras de Miranda (Trás-os-Montes) diz o povo: "*No dia da Senhora da Luz, se não chover, S. Marcos não ganha o touro*"...

(3) - Cujó orago, e aparentemente de forma inexplicável, é Santo António... Contudo, também este Santo, na Hagiologia Popular e Tradicional se encontra ligado à protecção dos gados... e ainda Santo Amaro, Santo Antão, Santa Brígida, S. Comélio, S. Gens, S. Geraldo, Santo Isidro, S. Jorge, S. Luís, S. Mamede, S. Romão, S. Sebastião, S. Silvestre, S. Salvador do Mundo, Santa Suzana, S. Tiago, etc.

A todos estes Santos, são ou foram organizadas festividades de Norte a Sul do país, possuindo elas duas características comuns: são consagradas às entidades protectoras do gado, sendo este levado junto da igreja no dia da festa em que se pagam as promessas feitas. Associa-se pois o gado às manifestações de reconhecimento de seus donos pelas graças recebidas. Santos esses que, muitas vezes assumiam as funções de anteriores entidades míticas do Paganismo, muitas vezes verificadas pelas práticas cultais da própria ortodoxia religiosa...

(4) - Não queria deixar de agradecer àquelas pessoas naturais e/ou residentes em Santo António das Areias que acederam a partilhar comigo as suas memórias e as suas vivências particulares sobre a Romaria de S. Marcos dos seus tempos de mocidade: a Sra. D. Elvira da Mota, o Sr. Dionísio Baptista Nunes, o Sr. Francisco Nascimento Mota, o Sr. prof. Jorge Forte Oliveira e o Sr. Dr. Manuel Magro Machado.

(5) - Sobre "Os Evangelhos Sinópticos" ver o artigo com o mesmo nome de E. Montet na revista ELEUSIS, n.º 3, Lisboa, Livraria Clássica Editora, Março de 1927. À pág. 77 diz o autor: "*Os três primeiros evangelhos, que são conhecidos sob os nomes de Mateus, Marcos e Lucas, foram denominados: sinópticos, de uma palavra grega, que significa: "que permite abraçar, simultaneamente, as partes de um conjunto". Os evangelhos sinópticos, são assim chamados, porque concordam, entre si, nas suas disposições principais e porque, de alguma sorte, se podem abarcar conjuntamente.*

(...)"

Segundo o mesmo autor (pág. 79) o Evangelho de S. Marcos teria sido a fonte dos Evangelhos sinópticos.

(6) - *Vidas e Paixões dos Apóstolos*, Vol. II, Col. Textos Medievais Portugueses I, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1989. Edição crítica e estudo por Isabel Vilares Cepeda, que refere ter sido o próprio Rei Afonso X quem teria mandado compilar esta obra durante a segunda metade do século XIII.

(7) - *Acta Sanctorum*, Ed. Bollandus, Antuérpia - Paris, 1643 e ss.

- (8) - Cf. "A Festa de S. Marcos próximo de Serpa", in A Tradição, Vol. I, Ano 1, n.º 8, Serpa, Agosto, 1899 (pág. 118).
- (9) - No Alto Alentejo - Crónicas e Narrativas, GORDO, João António; Lisboa, 1954 (Capítulo: "Na Raia de Marvão - S. Marcos", pp. 45-50).
- (10) - Terras de Odiana; COELHO, Possidónio Mateus Laranjo; Edição das Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão; Lisboa, 1988, pp. 310-311 (1.ª Edição de 1924).
- (11) - Constelação Zodiacal. Segundo signo do Zodíaco que o Sol atravessa de 20 de Abril a 20 de Maio.
- (12) - Os Velhos; CÂMARA, D. João da; Col. "Biblioteca Escolhida"; J. A. Rodrigues & C.ª, Editores (2.ª Edição); Lisboa, 1909, pág. 49. Obs.: Comédia em três actos representada pela primeira vez no Teatro D. Maria II em 11 de Março de 1893. Teria sido eventualmente escrita em Santo António das Areias em 1878-1879, aquando da estadia na aldeia de D. João da Câmara enquanto funcionário dos Caminhos de Ferro conduzindo a construção do ramal de Cáceres.
- (13) - GÉNESE DA COMÉDIA "OS VELHOS"; SUBTIL, Manuel; Lisboa, 1954. (pp. 60-61).
- (14) - ETNOGRAFIA PORTUGUESA - TENTAME DE SISTEMATIZAÇÃO (Vol. III); VASCONCELLOS, José Leite de; Imprensa Nacional - Casa da Moeda; Lisboa, 1980 [1.ª Edição é de 1942], p. 552.
- (15) in: Etnografia Portuguesa, Vol III, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982 (p. 250 e ss.)
- (16) - in: O Povo Português, nos seus Costumes, crenças e tradições, Vol. II, Col. "Portugal de Perto", 11, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1986 (A primeira edição remonta a 1885).
- (17) - Artigo "A Festa de s. Marcos próximo de Serpa", in A Tradição, Vol. I, Ano 1, n.º 8, Serpa, Agosto 1899.
- (18) - in: De Vita Et Moribus, Livraria Ferin Editora, Lisboa, 1931 (pp. 61-67).
- (19) - in: Etnografia Portuguesa, Vol. VIII, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, pp. 249 e ss.
- (20) - in: Sobrevivências de Cultos Pagãos em Portugal, Associação para o Progresso das Ciências, Separata da Secção VII das Publicações do XXVI Congresso Luso-Espanhol, Porto, 1962.
- (21) - Obra editada no ano de 1728 em Roma. Sobre a freguesia de S. Marcos da Abóbada ver Parte Segunda, página 223.
- (22) - in: A Tradição, Volume I, Ano 1, n.º 8, pp. 117, 118 e 119, Serpa, Agosto de 1899.
- (23) - Portugal Antigo e Moderno, I, 238A, Livraria Editora de Mattos Moreira e C.ª, Lisboa, 1873.

- (24) - in: *Ensaios Ethnograficos*, Vol. III, Imprensa Lucas, Lisboa, 1906.
- (25) - in: *Revista de Etnografia*, n.º 30, Vol. XV, tomo 2, Porto, Outubro, 1971, pág. 340.
- (26) - in: *Theatro Critico Universal o Discursos Varios en todo Genero de Materiais, para Desengano de Errores Comunes*, por Don. Fray Benedito Geronymo, Imprenta de Don Eugenio Bieco, Madrid, 1755 (pp. 205-206).
- (27) - Feijóo, *op. cit.*, pág. 209.
- (28) - Segundo informação de J. Leite de Vasconcellos, *Etnografia Portuguesa*, Vol. VIII, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982 (p. 253).
- (29) - ver Leite Vasconcellos, *op. cit.*, p. 253.
- (30) - Refere Leite Vasconcellos, *op. cit.*, que esta informação lha teria dado D. Eugénio Escobar Prieto, deão da Sé de Placência.
- (31) - in: *Cultos a la Fertilidade en Extremadura*, Col. "Cuadernos Populares", n.º 18, Editora Regional de Extremadura, Mérida, 1987. (Cap. VIII - "Del toro de San Marcos al toro nupcial", p. 24).
- (32) - Obra editada em Évora pelo Dr. Manuel Valle de Moura, e escrita com intuits morais e eclesiásticos, apresentando uma enorme panóplia de elementos para a história das superstições portuguesas dos fins do século XVI e primeiro quartel do século XVII, entre as quais a superstição com o boi de S. Marcos.
- (33) - Tudo leva a crer que esses "abusos condenáveis" consistiam no facto de bois e/ou bezerros entrarem em capelas e/ou igrejas paroquiais e participarem em celebrações religiosas com a convência dos respectivos párcos.
- (34) - Não respeitar o aviso significa a interdição dos templos e a suspensão dos direitos religiosos das paróquias, podendo inclusivamente os párcos e/ou os responsáveis pelas "prevaricações" ser excomungados.
- (35) - O aviso particular do Bispo "foi obedecido em todas [as freguesias] exceptuando apenas a de Gáfete, em que uma parte do povo se amotinou, vociferando na capela do santo injúrias contra o pároco por se opôr a que se levasse a efeito o que superiormente estava proibido. Disseram mesmo que o Bispo nada tinha com aqueles costumes, e que o povo é que mandava."
in: "Boletim da Diocese de Portalegre", n.ºs 11 e 12, Ano VIII, Maio e Junho, 1924, (pág. 138).

BIBLIOGRAFIA

ATIENZA, Juan G. - *Santoral Diabólico*; Col. "FF - Fontana Fantástica"; Ediciones Martínez Roca, S.A.; Barcelona, 1988.

ATTWATER, Donald - *Dictionary of Saints*; The Penguin Reference Books, 2nd Edition Revised and updated by Catherine Rachel John, London, 1983.

AZEVEDO, Pedro A. d' - *A Festa de S. Marcos Próximo de Serpa*; in "A Tradição", Vol. I, Ano 1, N.º 8, Edição 'fac-smile', 2.ª Edição, Câmara Municipal de Serpa, 1982 (1.ª Ed. - Serpa, Agosto, 1899).

BANCROFT, Anne - *As Origens do Sagrado*; Col. 'Margens', N.º 6, Editorial Estampa, Lisboa, 1991.

BLAVATSKY, Helena P. - *Les Origines du Rituel dans l'Église et dans la Maçonnerie*; Éditions Adyar, Paris, s/d.

BRAGA, Teófilo - *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições* (Vol. II); Col. 'Portugal de Perto', N.º 11, Publicações D. Queixote, Lisboa, 1986. (1.ª Ed. 1885).

BRIHUEGA, Bernardo de - *Vidas e Paixões dos Apóstolos* (Vol. II); Col. 'Textos Medievais Portugueses', 1, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1989.

CÂMARA, D. João da - *Os Velhos*; Col. 'Biblioteca Escolhida', J. A. Rodrigues & C.ª Editores (2.ª Edição), Lisboa, 1909.

CARDOSO, George - *Agiologio Lusitano*; Officina de Henrique Valente d'Oliveira, Lisboa, anno de 1657.

CASTELO-BRANCO, Fernando - *Sobrevivências dos Cultos Pagãos em Portugal*; in "Publicações do XXVI Congresso Luso - Espanhol para o Progresso das Ciências", 22-26 de Junho, Secção VII, Porto, 1962.

CASTELO-BRANCO, Fernando - *Vestígios do Culto de Diana em Portugal*; in "Revista de Guimarães", LXIX, Guimarães, 1959.

CHEVALIER, Jeane GHEERBRANT, Alain - *Dictionnaire des Symboles*; Col. 'Bouquins', Éditions Robert Laffont/Jupiter, Paris, 1982.

COELHO, Possidónio Mateus Laranjo - *Terra de Odiana* (Medobriga, Ammaia, Aramenha, Marvão); Ed. das Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão, Lisboa, 1988. (1.ª Ed., Coimbra, 1924).

CONCÍLIO PLENÁRIO PORTUGUÊS (MCMXXVI) - *Pastoral Colectiva/Decretos*, Ed. Portuguesa Oficial, Tip. da União Gráfica, Lisboa, 1931.

DIAS, Ana Carvalho e **OLIVEIRA**, Jorge Manuel - *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão* in Ed. da Assembleia Distrital de Portalegre, 1981.

ELIADE, Mircea - *Aspectos do Mito*; Col. 'Perspectivas do Homem', N.º 19, Edição 70, Lisboa, s/d.

ELIADE, Mircea - *O Sagrado e o Profano*; Col. 'Vida e Cultura', Ed. Livros do Brasil, Lisboa, s/d.

ELIADE, Mircea - *Tratado de História das Religiões*; Col. 'Coordenadas', N.º 4, Edições Cosmos, Lisboa, 1977.

ESPÍRITO SANTO, Moisés - *Freguesia Rural ao Norte do Tejo*; Ed. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED), Lisboa, 1980.

ESPÍRITO SANTO, Moisés - *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa/Ensaio sobre Toponímia Antiga*; Col. 'Peninsulares'/especial/10, Ed. Assírio & Alvim, Lisboa, 1988.

ESPÍRITO SANTO, Moisés - *A Religião Popular Portuguesa*; Col. 'Estudos 2', A Regra do Jogo Ed., Lisboa, 1984.

FAZENDA JÚNIOR - *O Touro de S. Marcos*; in "A Tradição", Vol. I, Ano 1, N.º 7, Ed. 'fac--smile' (2.ª Ed.), Câmara Municipal de Serpa, 1982 (1.ª Ed., Serpa, Julho, 1899).

FELJOÒ, Don Fr. Benedito Geronymo - *Cartas Eruditas, e curiosas en que por la mayor parte se continua el designio del Theatro Critico Universal, impugnando, ó reduciendo á dudosas, varias opiniones comunes*; Por Joachin Ibarra, Madrid, 1760.

FELJOÒ, Don Fray Benedito Geronymo - *Theatro Critico Universal o Discursos varios en todo genero de materias, para desengano de errores comunes*; Imprenta de Don Eugenio Bieco, Madrid, Año de M.DCC.LV.

FERREIRA, Fernando Bandeira - *Nótula acerca da Ermida de S. Mamede de Janas*; in "Revista de Guimarães", Vol. LXXII, N.º 3-4, Julho-Dezembro, Ed. Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 1962.

FONSECA, Pe. Francisco da - *Évora Gloriosa*; Roma, 1728.

GARCIA, José Manuel - *Religiões Antigas de Portugal*; Colecção "Temas Portugueses", Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1991.

GORDO, João António - *No Alto Alentejo - Crónicas e Narrativas*; Lisboa, 1954.

HODSON, Geoffrey - *The Hidden Wisdom in the Holy Bible* (Vol. I - 'An Introductio to the Sacred Language of Allegory and Symbol'); The Theosophical Publishing House, Adyar, Madras, India, 1970.

MARTINS, Oliveira - *Sistema dos Mitos Religiosos*; Guimarães Editores, 4.ª Edição, Lisboa, 1986.

MOITA, Irisalva - *Sobrevivência de Cultos de Origem Remota no Interior do Alentejo*; Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1965.

MONTET, E. - *Os Evangelhos Sinópticos*; in Revista "Eleusis", N.º 3, Livraria Clássica Editora, Lisboa, Março, 1927.

MORENO, José Maria Domínguez - *Del Toro de San Marcos al Toro Nupcial*; in "Cultos a la Fertilidad en Extremadura", Col. 'Cuadernos Populares', N.º 18, Editora Regional de Extremadura, Mérida, 1987.

MOURA, Manuel Valle de - *De Incantationibus Seu Ensalmis*; Eborac, 1620.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de - *Festividades Cíclicas em Portugal*; Col. 'Portugal de Perto', N.º 6, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1984.

OLIVEIRA, Jorge de e **BALESTEROS**, Carmen - *Levantamento Arqueológico da Barragem da Apertadura - Aramenha - Marvão*; Edição da Câmara Municipal de Marvão, 1989.

PAÇO, Afonso do - *Carta Arqueológica do Concelho de Marvão*; Sep. do Instituto de Alta Cultura e da Câmara Municipal de Marvão, 1953.

PINHO LEAL, Augusto (e outros) - *Portugal Antigo e Moderno* (12 vols.); Livraria Editora de Mattos Moreira e C.ª, Lisboa, 1873-1890.

RAPOSO, Paulo - *Corpos, Arados e Romarias*; Col. 'A Aprendizagem para além da Escola', N.º 4, Editora Escher Publicações, Lisboa, 1991.

RIBEIRO, Margarida - *Benção de Gados*; in "Revista de Etnografia", N.º 30, Vol XV, Tomo 2, Porto, Outubro, 1971.

RIBEIRO, Margarida - *Nossa Senhora da Luz - Nota Etnográfica da Raia Mirandesa*; in "Revista de Etnografia", N.º 16, Vol. VIII, Tomo 2, Porto, Abril, 1967.

RODRIGUES, Adriano Vasco - *Sobrevivências actuais da Religião dos Lusitanos*; in "Revista de Ciências Históricas", Universidade Portucalense, Vol. VIII, Porto, 1988.

SANCHIS, Pierre - *Arraial - Festa de um Povo*; Col. 'Portugal de Perto', N.º 3, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1983.

SARDINHA, António - *De Vita et Moribus*; Livraria Ferrin Editora, Lisboa, 1931.

SUBTIL, Manuel - *D. João da Câmara e a Génese da Comédia "Os Velhos"*, Lisboa, 1954.

TAVARES, Jorge Campos - *Dicionário de Santos*; Lello & Irmão Editores, Porto, 1990.

VASCONCELLOS, Carolina Michaelis de (Editora) - *CANCIONEIRO DA AJUDA*; Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1990 (Reimpressão da edição de Halle de 1904).

VASCONCELLOS, José Leite de - *O Dia de S. Marcos*; in "Etnografia Portuguesa - Tentame de Sistematização", Vol. VIII, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1982.

VASCONCELLOS, José Leite de - *Ensaaios Ethnographicos* (III); Lisboa, 1906.

VASCONCELLOS, José Leite de - *Etnografia Portuguesa - Tentame de Sistematização* (Vol. III); Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1980.

VASCONCELLOS, José Leite de - *Religiões da Lusitânia* (Vols. I e III); Col. 'Temas Portugueses', Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1981.

VASCONCELLOS, José Leite de - *Sur les Religions de la Lusitanie*; Abrégé d'une Mémoire Destiné à la 10éme Session du Congrès International des Orientalistes, Lisboa, 1892.

VASCONCELLOS, José Leite de - *Tradições Populares de Portugal*; Col. 'Temas Portugueses', Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1986.

VENTURA, António - *Publicações Periódicas de Portalegre (1836-1974)*; Ed. Câmara Municipal de Portalegre, 1991.

SJA. - *Acta Sanctorum*; Ed. Bollandus, Antuérpia - Paris, 1643 e ss.(67 Vols.).

SJA. - *A Festa de S. Marcos*; in "Boletim da Diocese de Portalegre", N.º 11-12, Maio - Junho, Ano VIII, Portalegre, 1924.

A ANTA DOS POMBAIS BEIRÃ - MARVÃO

Jorge Oliveira

NOTA PRÉVIA

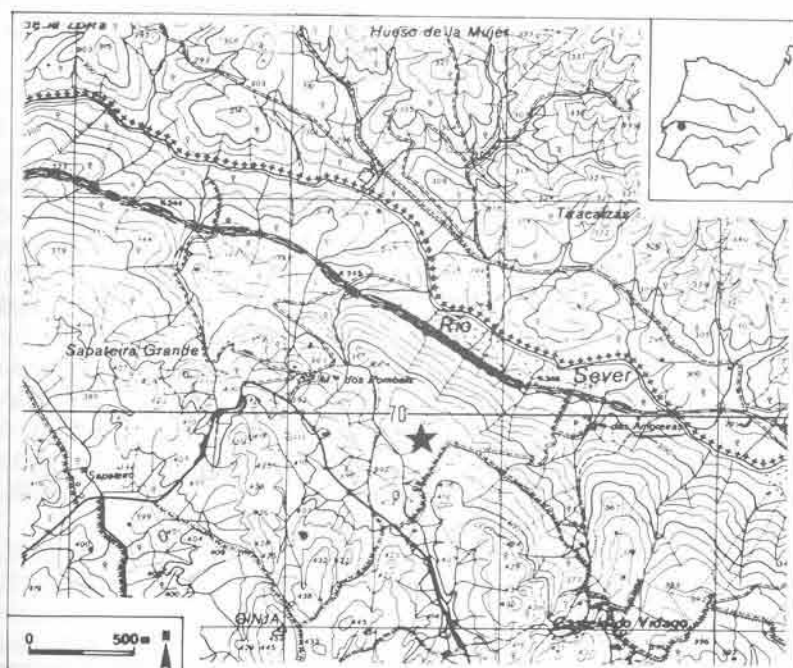
A Anta dos Pombais foi escavada em 1982 com o apoio da Câmara Municipal de Marvão e do Instituto Português do Património Cultural.

Colaboraram nesta escavação os seguintes senhores:

Joaquim Mateus Serigado, Manuel José Antunes, Regina Delgado, José Joaquim Maravilhas, Inês Lança, Joaquim Manuel Serrano, Antero Ribeiro, Felismina Antunes, José Maria Bengala, Carlos Falcão e Ana Carvalho Dias que co-dirigiu a escavação. De importância fundamental para o bom desenvolvimento da escavação foram também os apoios do Sr. Francisco Martins Carapeto. A todos, os nossos reconhecidos agradecimentos.

1. LOCALIZAÇÃO DO MONUMENTO

A Anta dos Pombais situa-se na área agrícola da Herdade do Monte dos Pombais, na Freguesia de Beirã, Concelho de Marvão, Distrito de Portalegre. Implanta-se numa



Anta dos Pombais (localização)

plataforma xistosa, sobranceira ao Rio Sever, distando deste 400 metros. Ainda que não construída numa cota alta (366 metros) em relação às altimetrias médias de Concelho, este monumento, enquanto completo, seria perfeitamente identificável na paisagem.

O acesso à Anta dos Pombais processa-se pela entrada camarária que liga Santo António das Areias aos Pombais e à Beirã. Desviando-se pelo caminho que se dirige ao Monte das Amendoeiras, encontramos o monumento à esquerda, após percorridos 200 metros.

A Anta dos Pombais situa-se a 125 metros para NE do marco Ginja e a 500 metros para Este do Monte da Herdade dos Pombais, possuindo as seguintes coordenadas do sistema hectométrico GAUSS da quadrícula militar de Portugal, obtidas sobre a folha n.º 336, de 1970, na escala 1/25000 da Carta Militar de Portugal:

X - 699

Y - 780

2. DESCRIÇÃO DO MONUMENTO ANTES DA ESCAVAÇÃO

Facilmente confundível com os afloramentos xistosos que a rodeiam e implantada em terrenos de tradicional aproveitamento agrícola, a Anta dos Pombais era constantemente alvo das mais variadas mutilações e descaracterizações.

Se alguns esteios da câmara, pela sua forte implantação no solo se tornavam obstáculos ao arroteamento da terra, o mesmo já não acontecia com os do corredor que se amontoavam caoticamente uns sobre os outros, arrancados e fracturados depois de extraídos da sua posição inicial.

Na câmara, onde o "chapéu" repousava desviado e mutilado no perímetro, erguiam-se duas pereiras bravas, rodeando os seus troncos um grande depósito de pedras aí amontoadas durante as despedregas das fainas agrícolas.

Dos elementos pétreos componentes da mamoa nenhum aflorava à superfície, sendo notória grande destruição na face Norte e Nascente, do que seria o montículo envolvente da estrutura tumular. Esta destruição provocada pelos movimentos naturais do solo e pelas práticas agrícolas, auxiliada pela declinação do terreno, provocava que os esteios da face Norte da câmara e corredor, ainda no local original, se encontrassem completamente desprotegidos, ameaçando tombar ao menor movimento.

Na face Sul, a estrutura tumular interna apresentava-se parcialmente soterrada, encontrando-se a cobertura da câmara ao nível do solo, não se verificando qualquer sobrelevação do terreno indicadora da mamoa.

O esteio de cabeceira era o que apresentava menores sinais de mutilações, sendo por esse motivo o que mais se erguia acima do solo arável, não excedendo, contudo, os 70 cm.

3. METODOLOGIA DA ESCAVAÇÃO

3.1 Topografia e limpeza do terreno

Solicitado apoio topográfico ao Gabinete de Apoio Técnico de Portalegre, através da Câmara Municipal de Marvão, procederam os Técnicos daquele Gabinete, a partir de uma

planta provisória elaborada anteriormente, à marcação e levantamento da área prevista para escavação à escala 1/20, tendo-se determinado como ponto 100,00m de cota arbitrária o topo do esteio de cabeceira da câmara, de altimetria mais elevada, sendo também este o ponto de intercepção dos dois eixos ortogonais orientados N-S - eixo dos yy e E-W - eixo dos XX. A partir destes dois eixos orientadores, procedeu-se à marcação de uma rede de quadrículas de 2x2m numa área de 280m², que envolveu toda a área de influência do monumento. Todos os pontos de intercepção da rede de quadrículas foram cotados em relação ao ponto 100,00m marcado no topo do esteio de cabeceira.

Após conclusão do levantamento topográfico e do estabelecimento de rede de quadrículas, iniciaram-se os trabalhos de limpeza superficial do terreno, em toda a área demarcada para trabalhos arqueológicos. Com o corte das árvores que se implantavam na câmara, libertou-se toda a área a estudar da vegetação que a cobria, procedendo-se ao mesmo tempo a um nivelamento geral terreno, pela base dos sulcos do arado, detectando-se, logo nesta fase dos trabalhos, na face Oeste do monumento, vestígios da estrutura pétreo envolvente da anta. Embora toda a terra extraída com a limpeza superficial tivesse sido crivada, nenhum espólio arqueológico foi registado.

3.2 Escavação

A escavação da câmara, corredor e mamoa decorreu simultaneamente; contudo, para facilitar a exposição, apresenta-se aqui em duas fases - espaço funerário e mamoa.

3.2.1. Escavação do espaço funerário

Logo após a limpeza superficial, constatou-se que a única solução para se atingir o interior da câmara implicaria a remoção do "chapéu", que desviado da sua posição inicial e fracturado no contorno, vedava totalmente o acesso ao nível arqueológico.

Removida a cobertura da câmara com a utilização exclusiva da força humana, apoiada numa estratégia de rolos de madeira e alavancas, deparou-se, na face Sul, com quatro esteios tombados para o interior. Estes esteios, que não apresentavam sinais de fractura, vedavam, também, completamente o acesso ao nível arqueológico.

Houve, mais uma vez, necessidade de se proceder à remoção destes elementos que se encontravam fora da sua posição original. Com a remoção dos esteios efectuada, houve então possibilidade de se iniciar a escavação.

A fim de se obter uma possível leitura estratigráfica, dividiu-se o espaço funerário (câmara e corredor) longitudinalmente, utilizando-se o eixo dos XX que, orientando-se E-W, passava pelo topo do esteio de cabeceira e seccionava o monumento exactamente em duas metades, já que a Anta dos Pombais apresenta o corredor orientado a 100°.

O corte, que se iria obter pela escavação em sectores, denominou-se de "corte X-Y".

Iniciou-se a decapagem pelo sector Norte do corte X-Y, que correspondia à fiada dos quadrados EE, entrando-se num nível de blocos graníticos de factura natural, com visíveis sinais de deposição relativamente recente, aí colocados pela despedrega do terreno circundante do monumento. Por entre este nível de revolvimento, detectou-se um recente

habitat de javali, que penetrou para além do nível superficial, provocando a remoção para a superfície, de fragmentos de cerâmica. O nível de revolvimento verificou-se até aos 1,20m em relação ao ponto de cota 100,00m. Entrou-se então, num nível de terra muito mais compacta e clara, com ausência substancial de pedras.

No corredor, o nível de revolvimento apresentava uma potência de terra muito mais fraca (0,15m), já que o acesso à câmara se encontrava praticamente destruído; após o nível de revolvimento ainda foi possível detectar uma fina camada arqueológica intacta.

Continuou-se a decapagem da câmara e corredor no sector norte, agora já no nível arqueológico, local onde se recolheram os materiais exumados. Registou-se, contudo, que sensivelmente no centro da câmara o espólio era mais raro e a terra menos consistente mas de características semelhantes, o que levou a conjecturar-se a possibilidade duma violação extremamente antiga.

O nível arqueológico extinguiu-se aos 1,56m em relação ao ponto de cota arbitrária fixa, para dar lugar a um outro nível de saibro muito compacto que nivelava todo o espaço interior do monumento, assentando directamente sobre o xisto de base que, aflorando descontinuamente, conferia ao espaço funerário irregularidades que foram niveladas recorrendo-se ao saibro calcado.

Quando se atingiu solo de base, iniciou-se a escavação do sector Sul, onde se verificaram as mesmas sequências estratigráficas, confirmando-se a existência duma violação muito antiga mas de reduzidas dimensões no centro da câmara.

Todos os materiais recolhidos foram devidamente registados, o que nos possibilitou reconstituir gráficamente a sua distribuição.

3.2.2. Escavação da mamoa

Como acima se referiu, a escavação da mamoa desenvolveu-se concomitantemente com a da câmara e a do corredor.

Iniciou-se pelos quadrados E5 e D5, tendo-se encontrado logo na limpeza do terreno, os primeiros blocos líticos componentes da couraça envolvente do túmulo. Prolongou-se a decapagem de terra húmida para Oeste, na direcção dos quadrados E e D5, que abrangeu os quadrados E4, E3, D4, D3 e E2. Neste último, a ausência de blocos líticos definiu o contorno exterior da mamoa. Alargou-se a decapagem aos quadrados D6, D7, D8 e C3, C4, C5, C6 e C7, que se encontravam justapostos aos esteios da câmara e corredor do lado Sul, onde se verificou a continuação da couraça pétreia, embora bastante destruída, comparativamente à face Poente. Na fiada dos quadrados CC, a rarefacção e a curvatura dos blocos graníticos mostrou o estado de destruição em que se encontrava a mamoa, optando-se pela abertura de outra área, desta vez a nascente, frente ao corredor, abrangendo os quadrados C8, D8, E8, F8 e F7.

Na face Norte apenas se procedeu à escavação dos quadrados F8 e F7, onde nenhum vestígio da mamoa foi detectado, explicando-se essa ausência pela grande depressão existente em toda esta face, motivada sobretudo pelos trabalhos agrícolas. Os restantes quadrados da face Norte não foram escavados por dois motivos. Por um lado o reduzido subsídio atribuído pelo Instituto Português do Património Cultural não possibilitou a continuação dos trabalhos e por outro não se justificaria a continuação da escavação, atendendo ao estado de grande destruição detectável nesse sector.

4. RECONSTITUIÇÃO DO MONUMENTO

Várias são as atitudes que se podem tomar, face a um monumento deste género após a sua escavação, tendo todas elas aspectos positivos e negativos.

A opção tomada para a preservação do monumento, foi ditada pelo conhecimento profundo da zona e das suas gentes e pela realidade concreta e prática que a escavação nos apresentou.

Para além da reimplantação dos quatro esteios que se encontravam tombados no interior da câmara, nos seus alvéolos originais, detectados durante a escavação, procedeu-se à remontagem da estrutura pétreo da mamoa (face Sul) que consolidava exteriormente os esteios. Para esse fim empregou-se a técnica utilizada pelos construtores deste monumento, detectada ao longo da escavação, que consistia na imbricagem de pedras entre si, sendo estas travadas pela colocação longitudinal e paralela aos esteios, de pedras de maiores dimensões.

Procedeu-se também à construção dum muro de "pedra seca" na interior da câmara, para apoio dos esteios erguidos, a fim de evitar o seu abatimento. O restante espaço funerário (câmara e corredor) foi preenchido pela deposição das terras crivadas. Toda a área escavada da mamoa foi recoberta também com terra crivada e posteriormente calcada.

A cobertura da câmara (chapéu) ficou depositada junto ao monumento, tornando-se impossível recolocá-lo sobre os esteios. Contribuíram para essa impossibilidade a grande área de fractura do chapéu e o desnivelamento existente entre os esteios, onde os da face Norte se encontravam truncados nos seus topos, enquanto que os da face Sul mantinham as dimensões originais.

5. ARQUITECTURA DA CÂMARA E MAMOA

5.1. Câmara e Corredor

A câmara da Anta dos Pombais possui dez esteios todos de xisto. Dos dez esteios, quatro encontravam-se tombados para o interior da câmara e os restantes parcialmente fracturados nos contornos superiores.

Com a montagem da anta, pôde-se verificar que a câmara apresentava a planta dum polígono regular, destacando-se pelas suas dimensões, pela verticalidade e pela disposição geográfica (frente ao corredor), uma pedra de cabeceira.

Os esteios da câmara, ao contrário de alguns do corredor, implantavam-se directamente em alvéolos previamente escavados no solo xistoso e apenas consolidados com saibro calcado, não havendo, portanto, qualquer tipo de calços líticos na sua fixação.

Do corredor apenas restavam três pequenos esteios em xisto, que se implantavam em alvéolos abertos no solo, estando dois deles apoiados por pequenos calços líticos. Embora restassem apenas três esteios do corredor, foram detectados mais três alvéolos, onde se implantariam outros tantos esteios. Dos alvéolos detectados, apenas o da face Sul do corredor apresentava ainda os calços que outrora auxiliaram a fixação dos esteios (vide planta geral).

Pode-se, portanto, deduzir que o corredor da Anta dos Pombais, era composto por

seis esteios, apresentando-se os exteriores levemente inflectidos para o espaço sepucral, provocando assim um pequeno estragamento à entrada do monumento.

Para além dos seis que de início formariam o corredor, localizou-se próximo da entrada da câmara, no interior do corredor, junto ao último esteio da face Norte, um pequeno bloco de xisto que poderia estar relacionado com algum sistema de fecho já detectado em antas da região de Reguengos de Monsaraz.

A cobertura da câmara (chapéu), ao contrário de todos os outros elementos que são em xisto, foi talhada em granito. Das coberturas do corredor já não foi possível recuperar qualquer elemento.

Todos os esteios, bem como o chapéu, apresentam sinais de um rude alisamento, obtido com o auxílio dum pesado e pouco cortante instrumento. As arestas, quer as expostas, quer as ocultas, foram intencionalmente boleadas.

5.2. Mamoa

A mamoa da Anta dos Pombais, da qual se escavou mais de 3/4, é formada por uma única e compacta couraça de pequenos blocos de xisto, circundados por um anel de grandes lajes da mesma rocha, que consolidavam toda a mamoa. A disposição dos blocos de xisto da mamoa, não foi caótica, tendo sido cuidadosamente imbricados formando uma textura bastante sólida, apoiada e travada por um anel lítico que circunda todo o monumento. A couraça protectora do espaço funerário assenta directamente na rocha, que não sofreu qualquer regularização niveladora.

A parte lítica da mamoa do monumento, organiza-se em círculo, envolvendo o espaço funerário e terminando junto aos últimos esteios do corredor, desenhando no terreno uma circunferência de 10 metros de diâmetro.

6. HISTÓRIA DO MONUMENTO

Tal como a maioria dos monumentos megalíticos de características funerárias, a Anta dos Pombais apresentava sinais evidentes de múltiplas violações ao longo dos tempos.

A Anta dos Pombais, sofreu, em época indeterminável, uma assinalável destruição que motivou o abatimento para o interior da câmara, de quatro dos seus esteios. A queda destes esteios arrastou consigo a cobertura da câmara. Os dois factores fundamentais para a durabilidade da estrutura interna destes monumentos, são a manutenção das mamoas e a permanência de enchimentos internos. A Anta dos Pombais deve ter sofrido, tal como a maioria dos monumentos de semelhantes características, a destruição da maior parte da mamoa por acção dos elementos naturais, que contribuíram em grande medida, para que os esteios desguarnecidos do contrapeso que a mamoa provoca na parte inclusa nos alvéolos,

tivessem tendência a movimentar-se para o interior, logo que se processasse qualquer extracção do enchimento interno. Aquando da escavação da Anta dos Pombais, verificou-se que a potência de terra no seu interior era bastante reduzida, especialmente sob os esteios tombados, onde havia notórios sinais de violação. Se por um lado a mamoa apresentava um elevado grau de destruição, possivelmente de origem natural, por outro, e em época indeterminável, parte da câmara foi alvo de violações, provocando que só esteios da face Sul se viessem a encontrar sob grande pressão externa e suportando o peso do chapéu. Nesta situação de "desenraizamento", e sob a pressão do chapéu, verificou-se o abatimento de parte da estrutura interna do monumento.

Após esta destruição, os restantes esteios da câmara aflorariam notoriamente à superfície, o que contribuiu para a sua fractura, possivelmente durante a construção dum, já parcialmente destruído, palheiro que se situa a escassos metros do monumento. Devem datar dessa mesma época, quer a destruição dos elementos de cobertura do corredor, quer as fracturas no perímetro do chapéu.

Seria já neste estado de parcial destruição que se teria verificado a utilização do monumento como local de deposição da desprega do campo, ao mesmo tempo que se ia destruindo a face Norte do corredor, quer por acção dos elementos naturais, quer por acção das lavouras.

A somar a todas estas destruições e descaracterizações, há a assinalar a movimentação de terras no interior da câmara, motivada pela abertura do "habitat" de javali, bem como a penetração ao nível arqueológico das raízes de duas pereiras que floresciam no interior da câmara e que também contribuíram para a movimentação interna dos materiais.

Se a destruição da Anta dos Pombais se deve em grande parte à acção do homem, a sua localização geográfica também contribuiu fortemente para esse fim. Os construtores da Anta dos Pombais ao erguerem-na numa pequena plataforma, a seis metros do íngreme declive da margem do Rio Sever, certamente não se aperceberam da acção que elementos naturais teriam sobre o monumento funerário, embora tivessem montado uma compacta estrutura pétreia envolvente do monumento, bastante mais resistente do que a detectada na Anta da Bola da Cera em Marvão ou noutros Monumentos.

BIBLIOGRAFIA

COELHO, Possidónio M. Laranjo. *Terras de Odiana*, Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão, 2.^a Edição, 1988.

DIAS, Ana Carvalho, OLIVEIRA, Jorge, *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão*, Assembleia Distrital de Portalegre, Portalegre, 2.^a Edição, 1981.

LEISNER, Georg e Vera, *Die Megahithgraber der Iberischen Halbinsel I*, Der Westen, Madrider Forschungen, Berlin, 1959.

OLIVEIRA, Jorge, *Introdução ao Estudo das Sepulturas Megalíticas da Margem Esquerda do Rio Sever*, Universidade de Évora, Évora, 1988.

OLIVEIRA, Jorge, *Aspectos do Megalitismo no Nordeste Alentejano*, Actas do Encontro Regional de História, Universidade de Évora, Évora, 1990.

PAÇO, Manuel Afonso do, *Carta Arqueológica do Concelho de Marvão*, Congresso Luso-Espanhol para o Progresso da Ciência, Lisboa, 1950.

LEGENDA DOS DESENHOS

CERÂMICAS

Taça de base plana n.º: 153
Taça carenada n.º: 121, 154, 158
Taça esférica n.º: 136, 138, 139, 145, 150
Pote acampanado n.º: 144
Bordo de pote n.º: 141, 173, 176
Bordo de taça n.º: 174
Bordo de esférico n.º: 175

PONTAS DE SETA

Em sílex n.º: 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40,
41, 42, 43, 47, 48, 49, 51.
Em quartzo hialino n.º: 21, 24, 27, 45, 52.
Em quartzo filoniano n.º: 35, 39, 44, 46, 50, 53.

LÂMINAS

Em sílex n.º: 16, 17, 18, 19, 20.

ÍDOLOS - PLACA

Placa antropomórfica em xisto n.º: 97.
Placa em grés n.º: 106.
Fragmento de placa em xisto n.º: 98, 101, 102, 103.
Fragmento de placa em grés n.º: 104, 105, 107, 135.

MACHADOS E ENXÓS

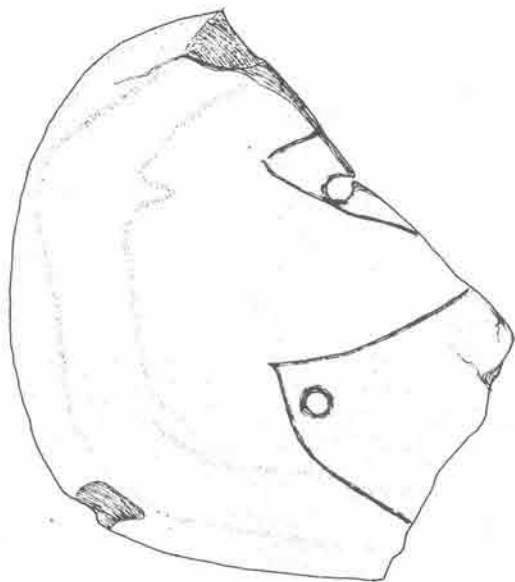
Machado em anfibolite polida n.º: 108, 111.
Machado em granito polido n.º: 110.
Enxó em anfibolite polida n.º: 112.

ELEMENTOS DE COLAR

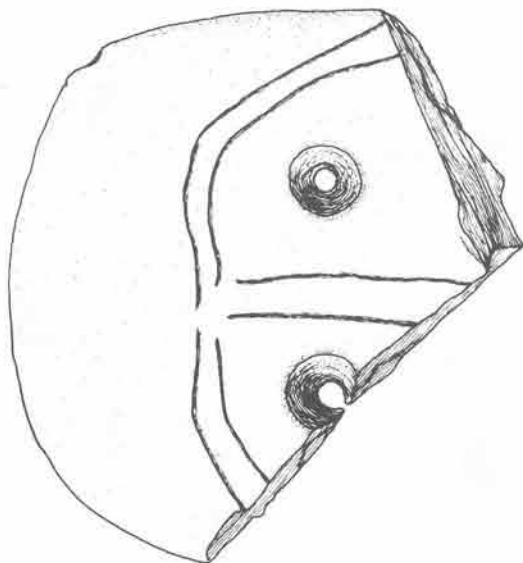
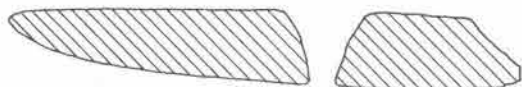
Em xisto n.º: 52, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72,
73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 94.
Em ambar n.º: 90, 91, 93, 170.
Em rocha verde n.º: 95.

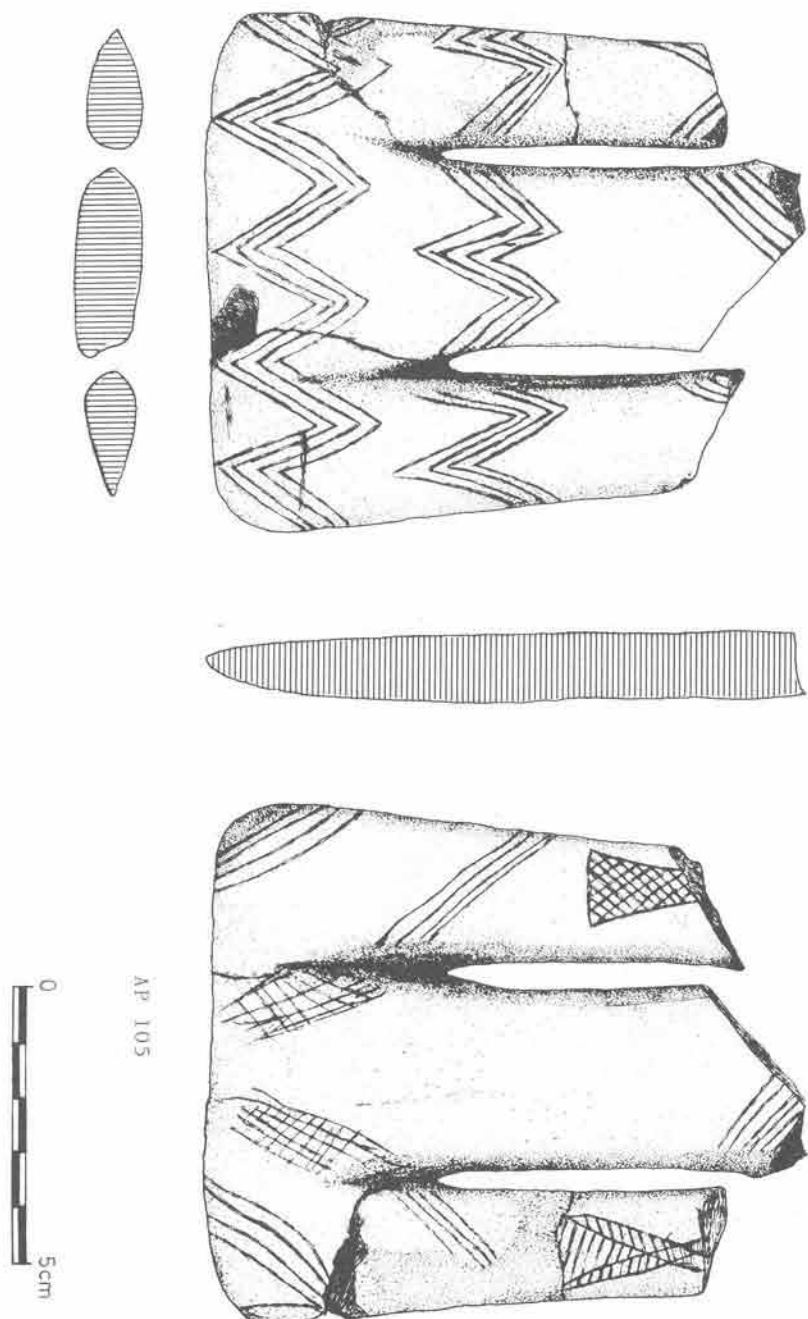
OUTROS MATERIAIS

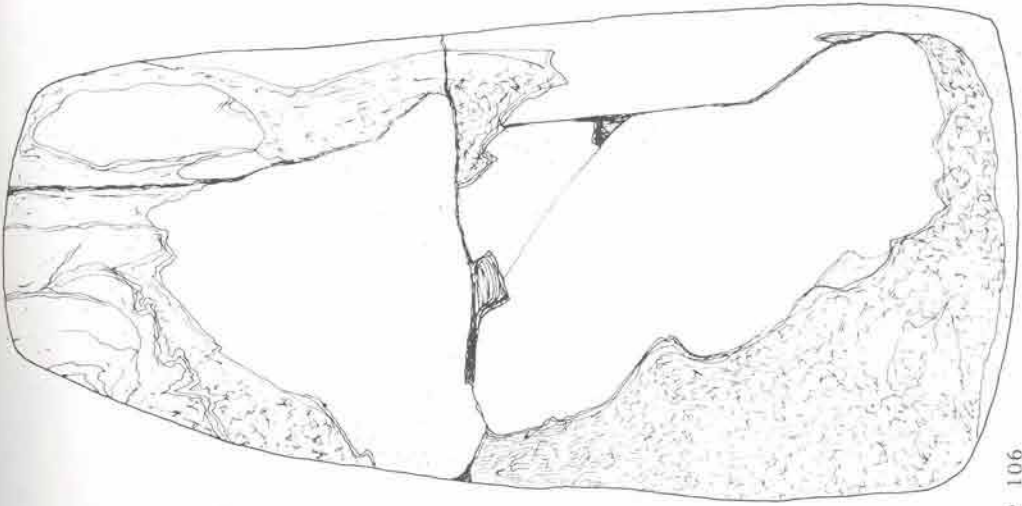
Restos de talhe n.º: 1, 3, 4, 10, 11, 13.
Triângulos em sílex n.º: 2, 6, 7, 171.
Lascas em quartzito n.º: 9.
Núcleo em quartzito n.º: 4
Bloco de quartzito rolado n.º: 126, 128.
Peso de rede em anfibolite n.º: 126.
Elemento de mó (dormente) n.º: s/n.



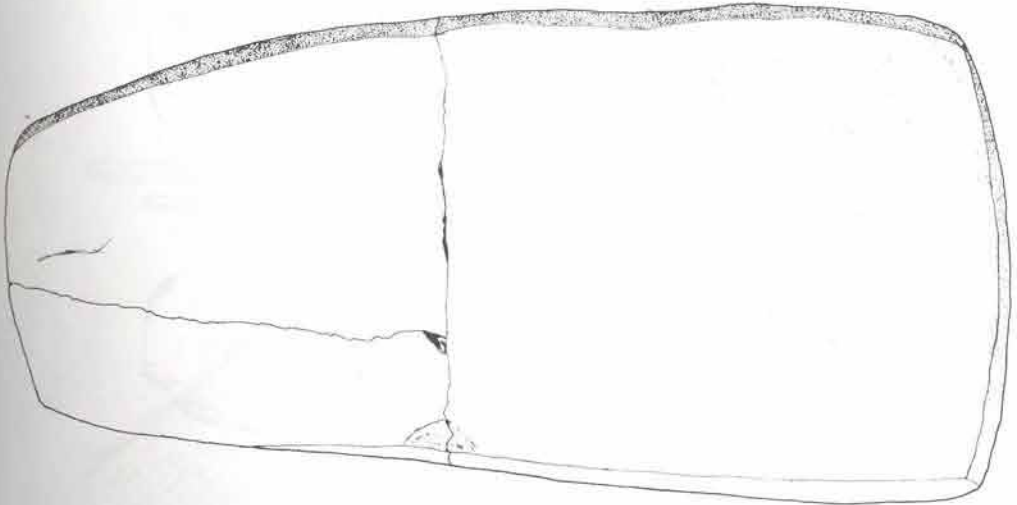
AP 104

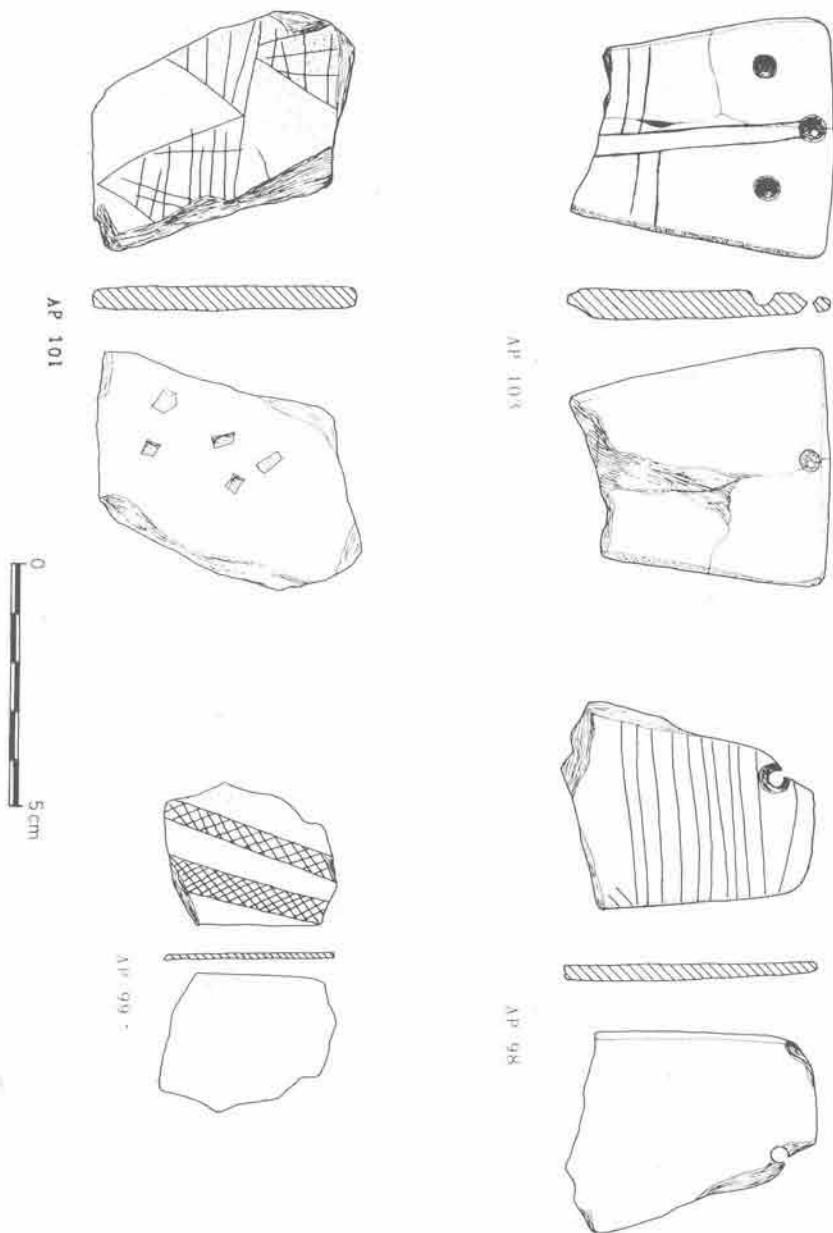


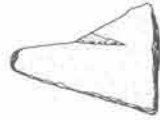
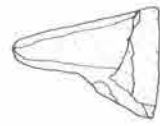
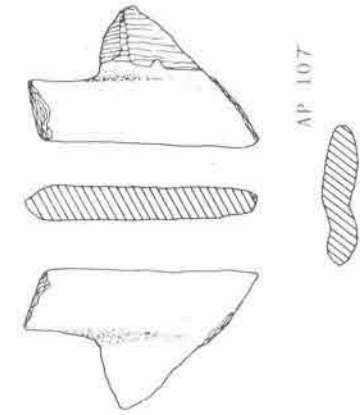




AP 106

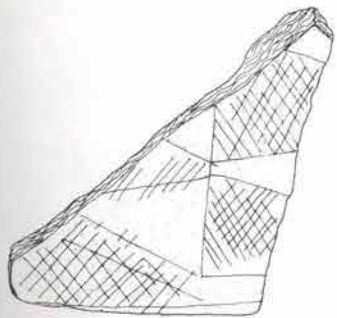
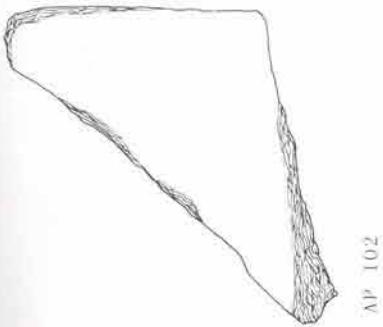




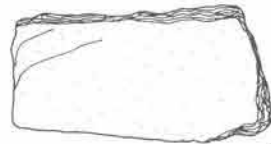
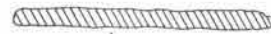
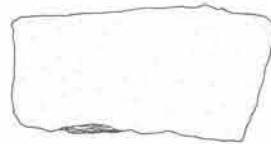


AP 97

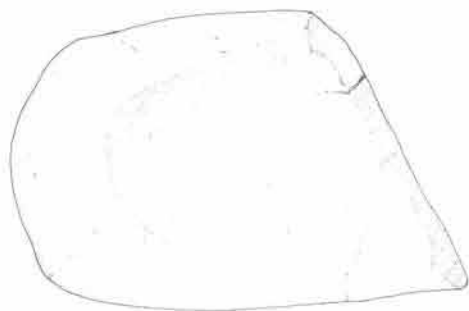
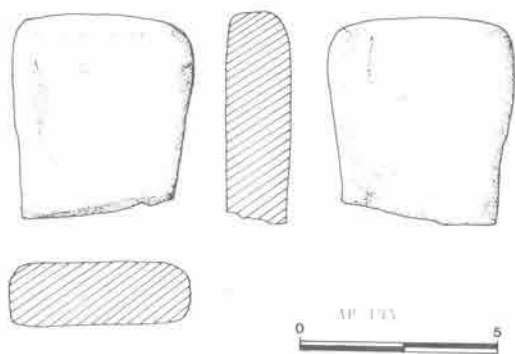
0 5 cm

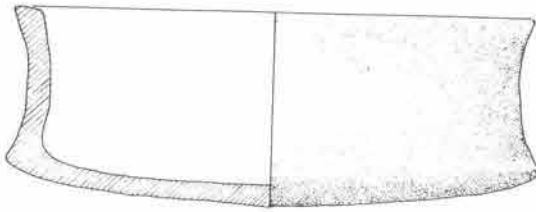


AP 100

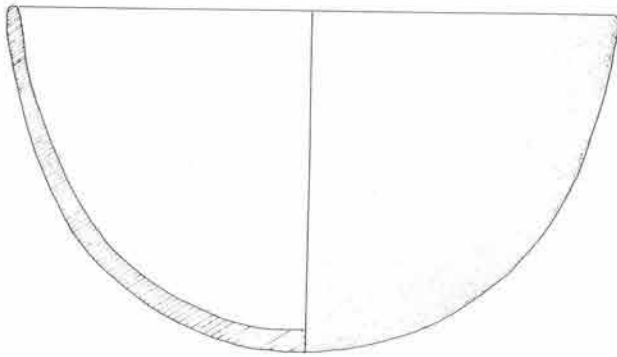


AP 96

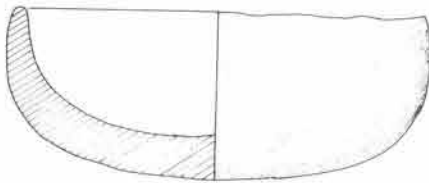




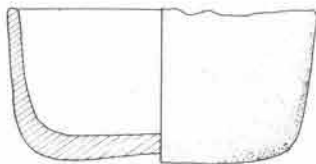
AP 121



AP 139

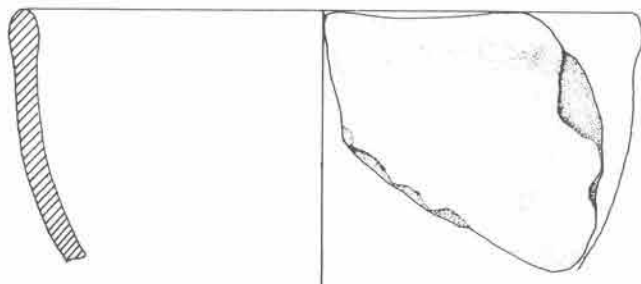


AP 136

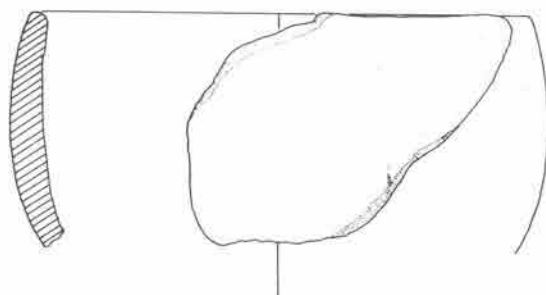


AP 153

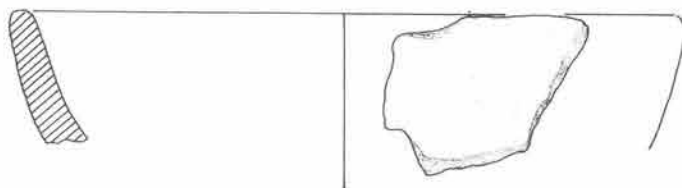




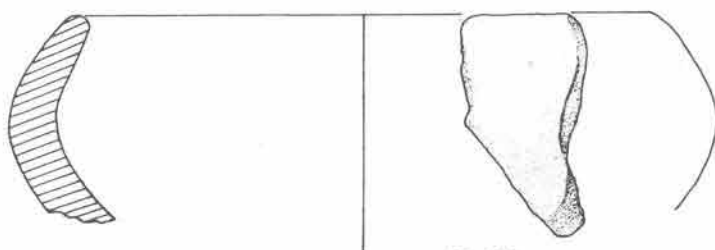
AP 138



AP 150

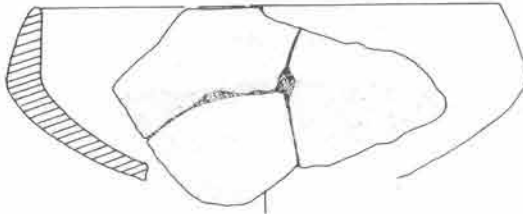


AP 174

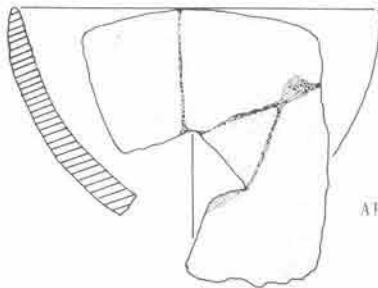


AP 175





AP 158

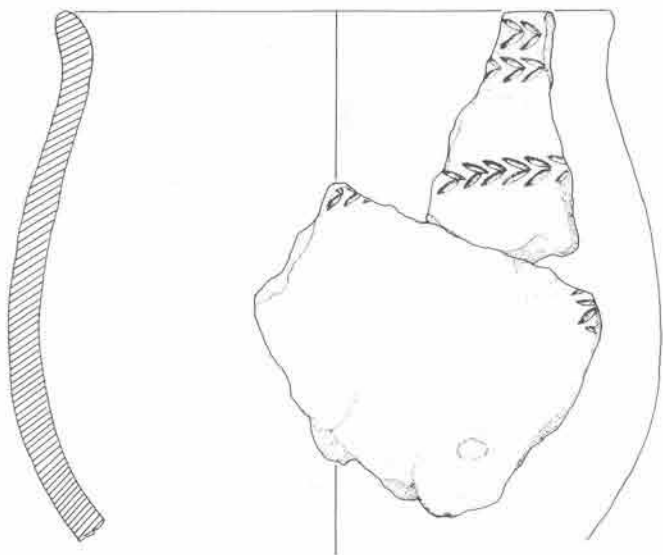


AP 145

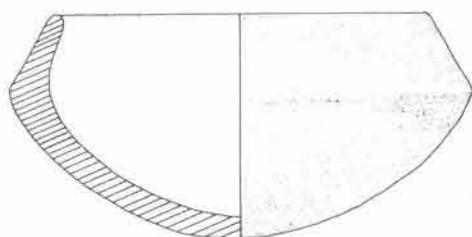


AP 173



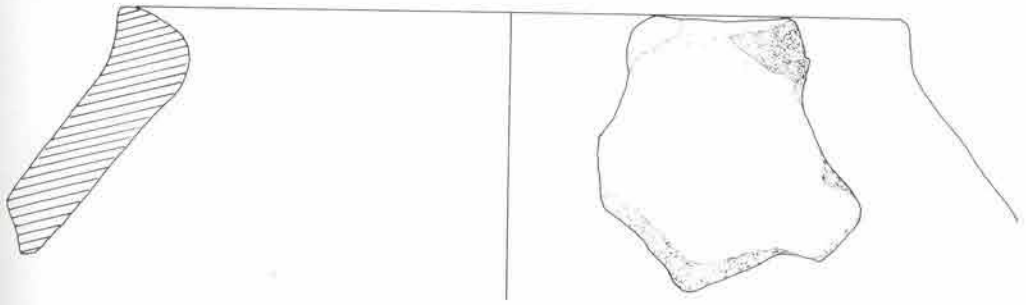


AP 144

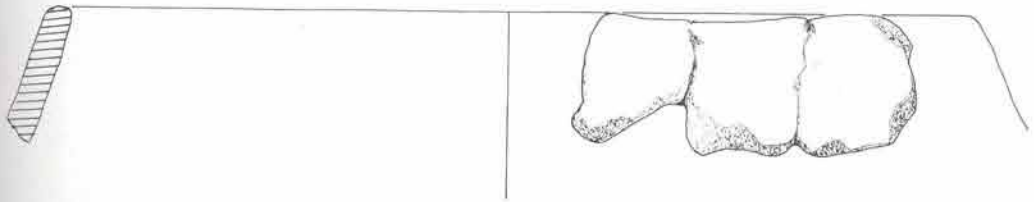


AP 154

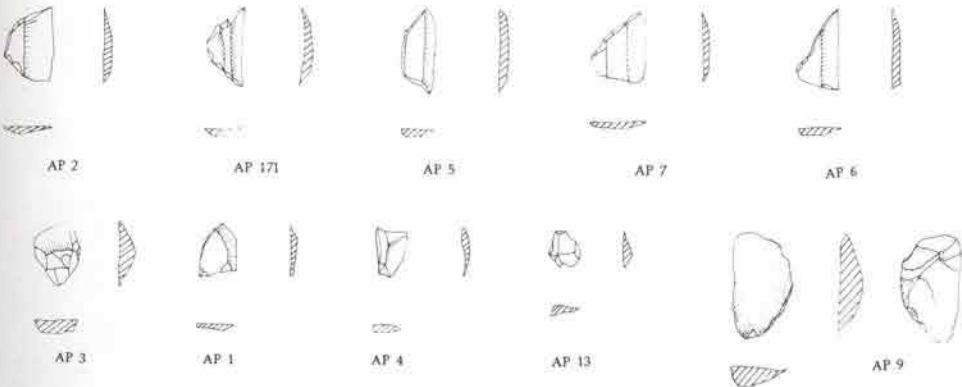


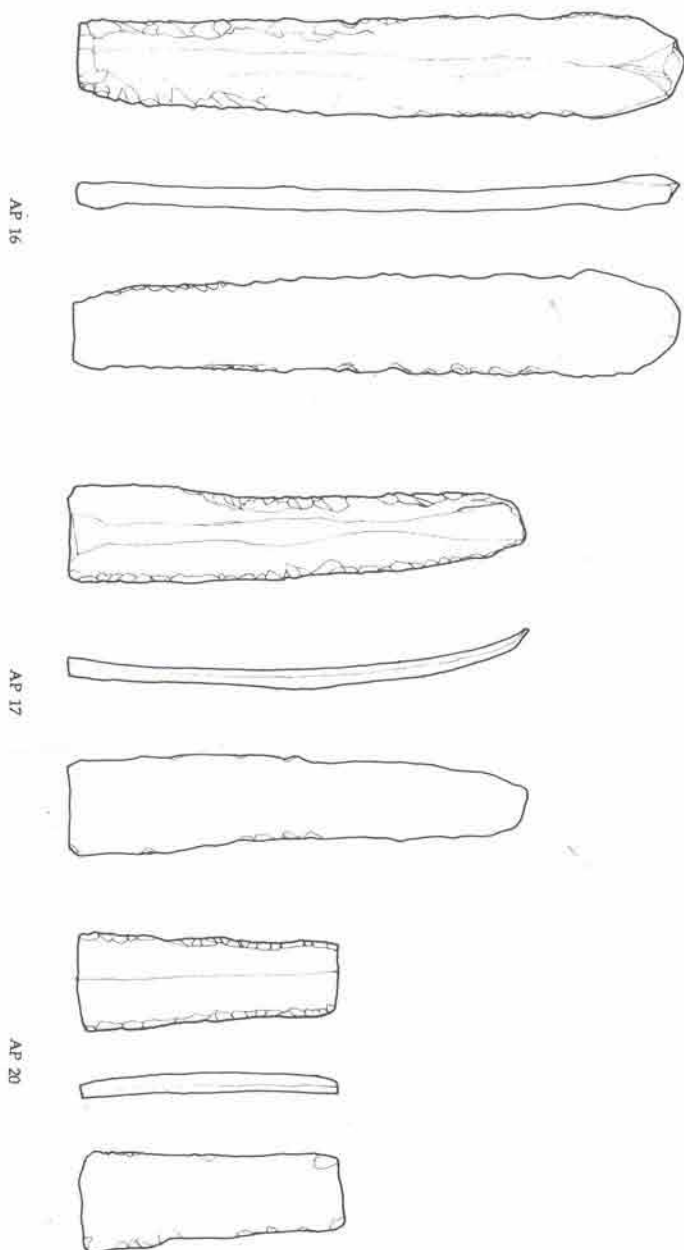


AP 141



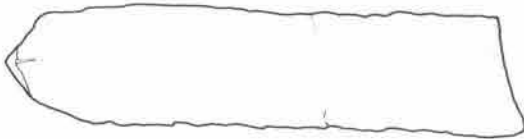
AP 176



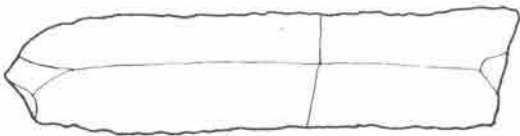


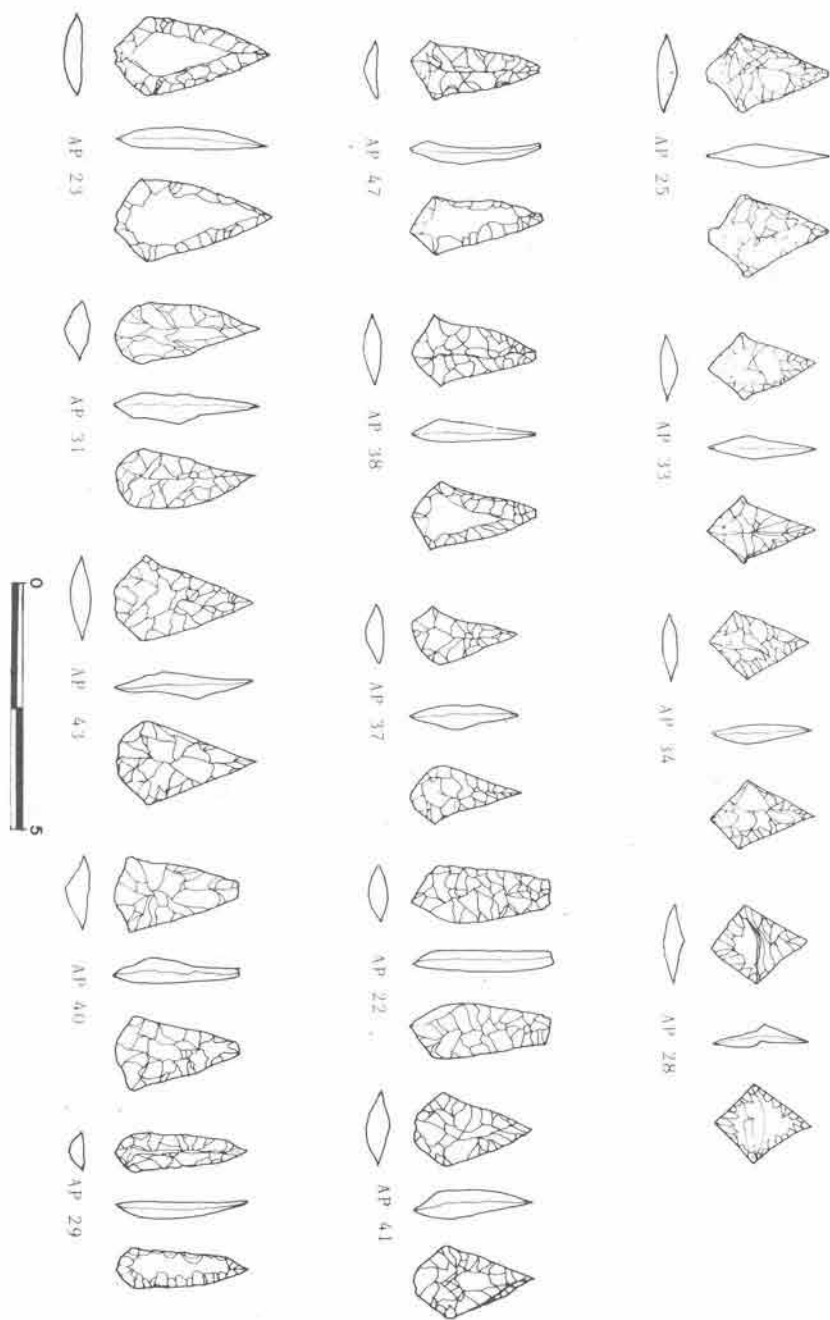


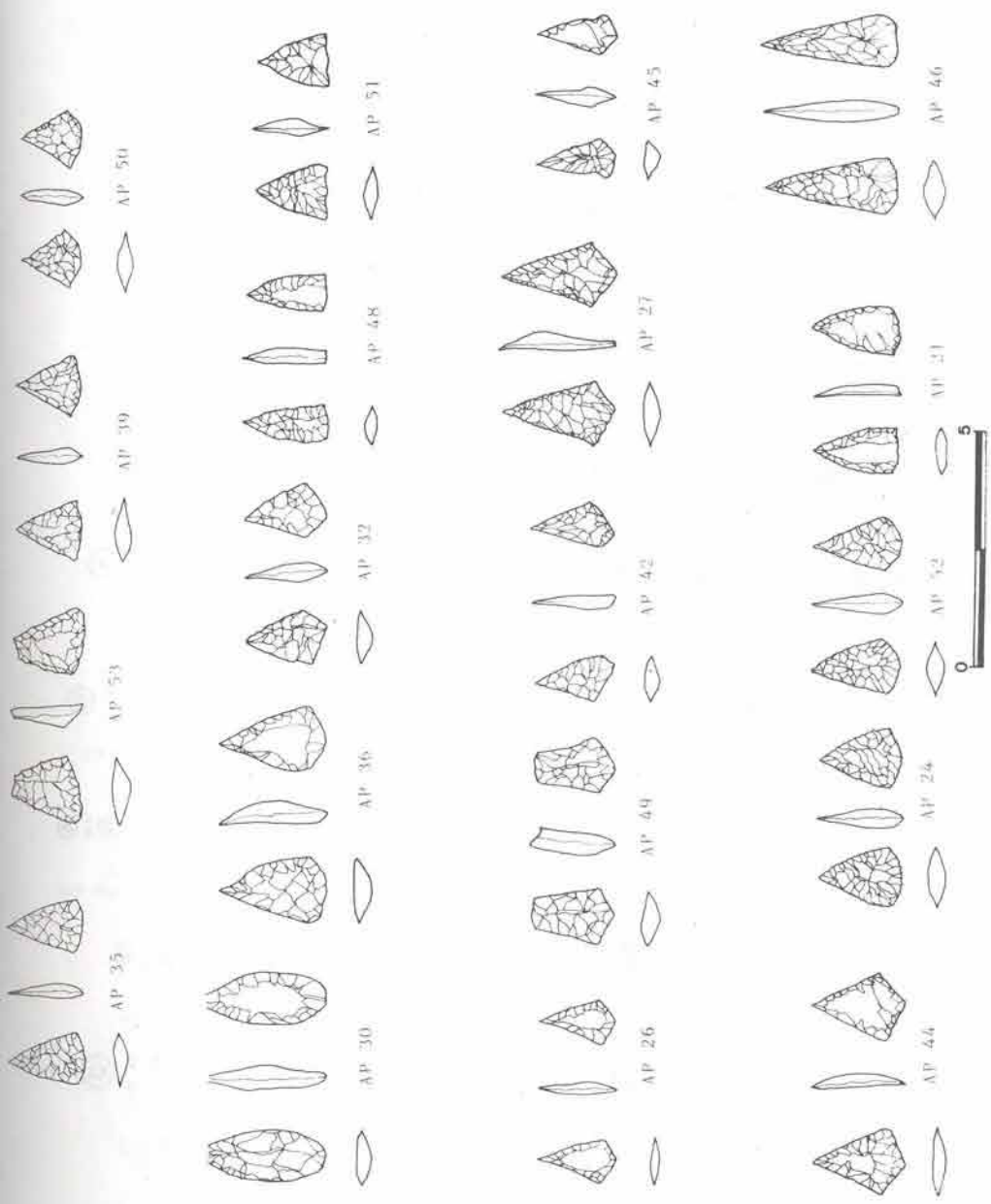
AP 19

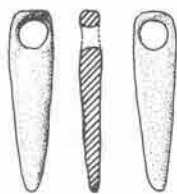


AP 18

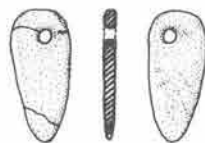








AP 94



AP 95



AP 91



AP 90



AP 93



AP 66



AP 78



AP 92



AP 77



AP 71



AP 80



AP 170



AP 67



AP 87



AP 79



AP 68



AP 84



AP 70



AP 74



AP 86



AP 85



AP 63



AP 83



AP 82



AP 69



AP 58



AP 64



AP 76



AP 56



AP 60



AP 81



AP 65



AP 52



AP 59



AP 61



AP 57



AP 54



AP 88



AP 89



AP 75

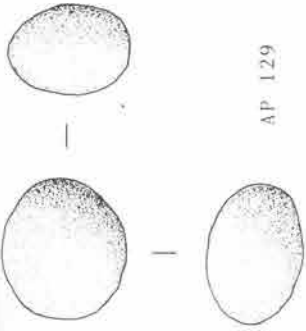


AP 72

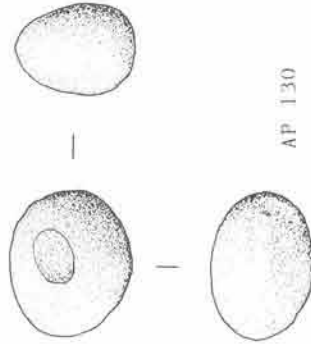


AP 73

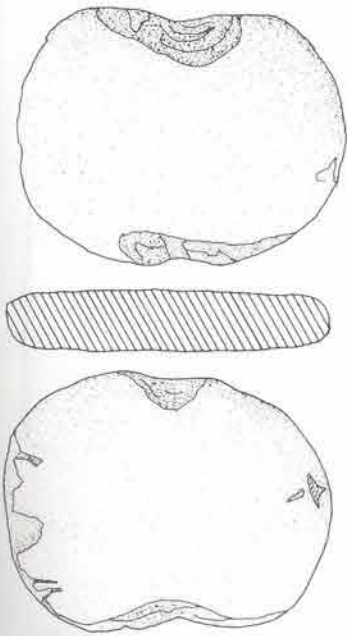




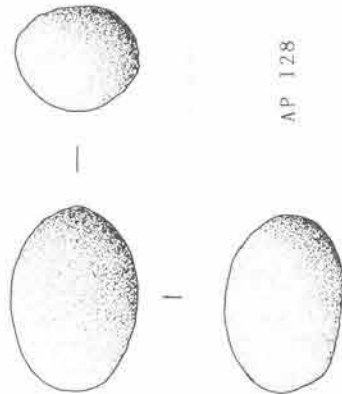
AP 129



AP 130

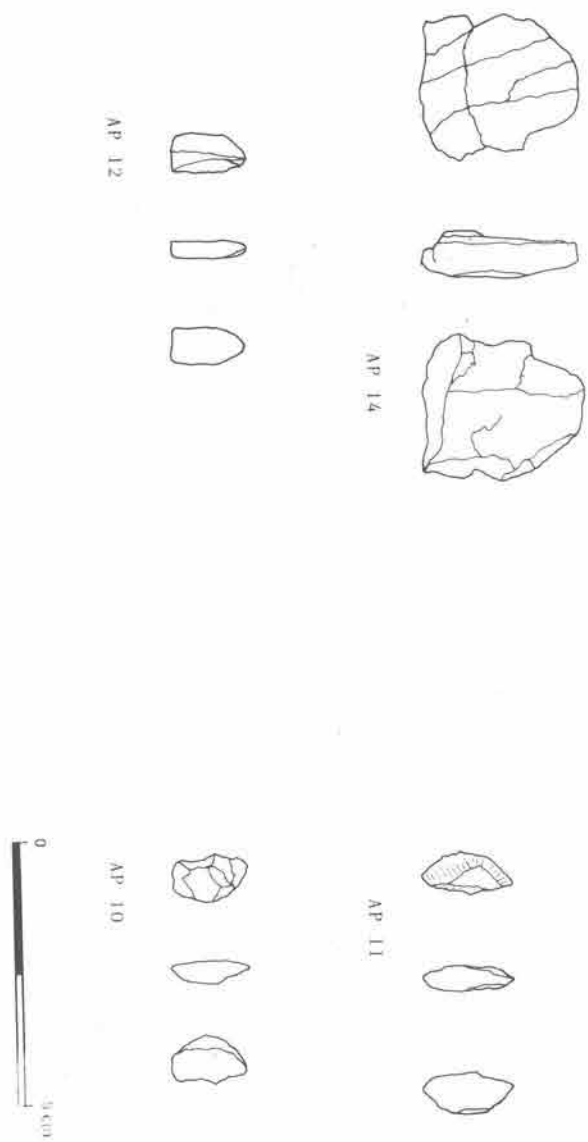


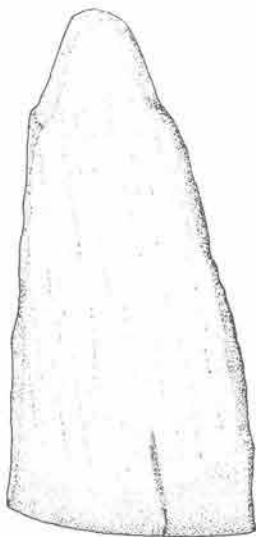
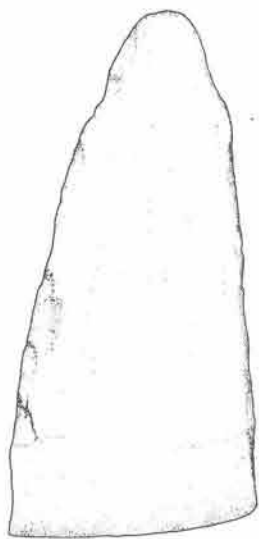
AP 126



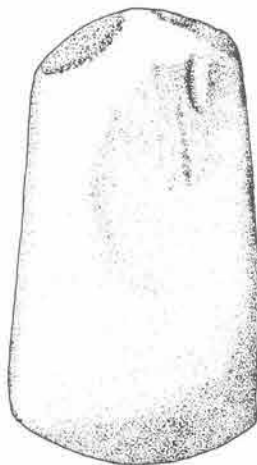
AP 128



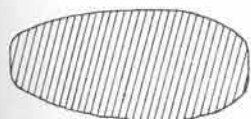


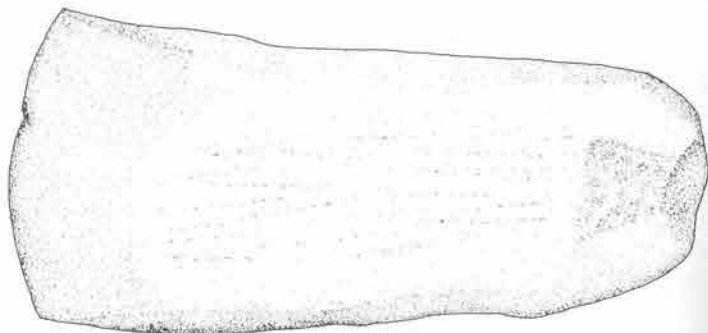
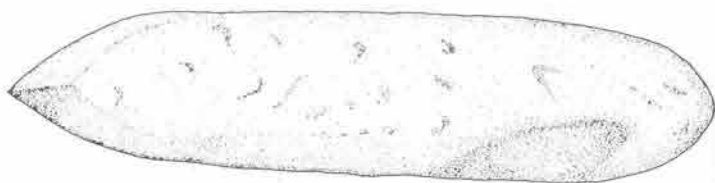
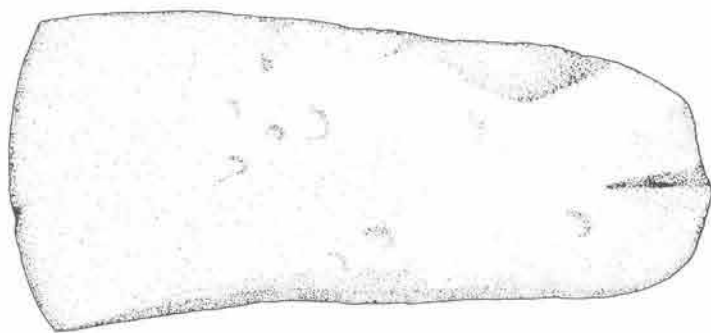
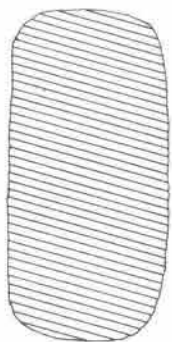


AP 112



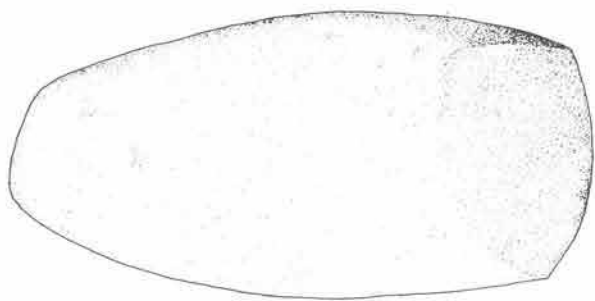
AP 111



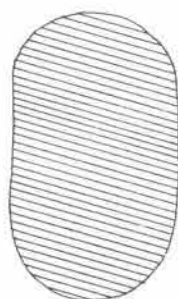
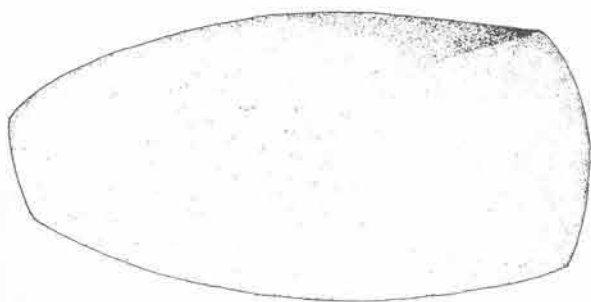
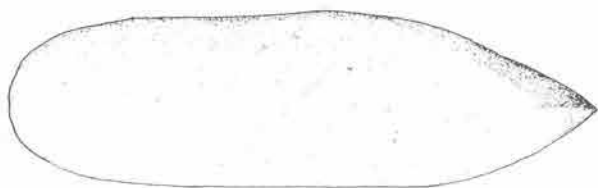


AP 108

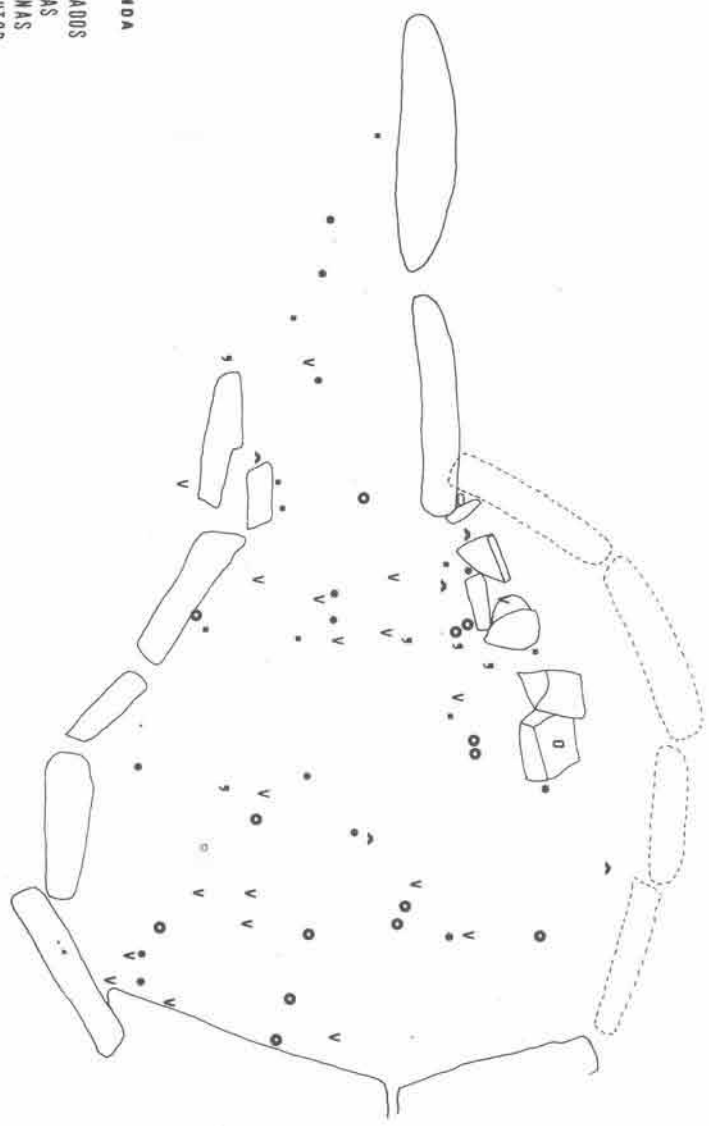




AP 110

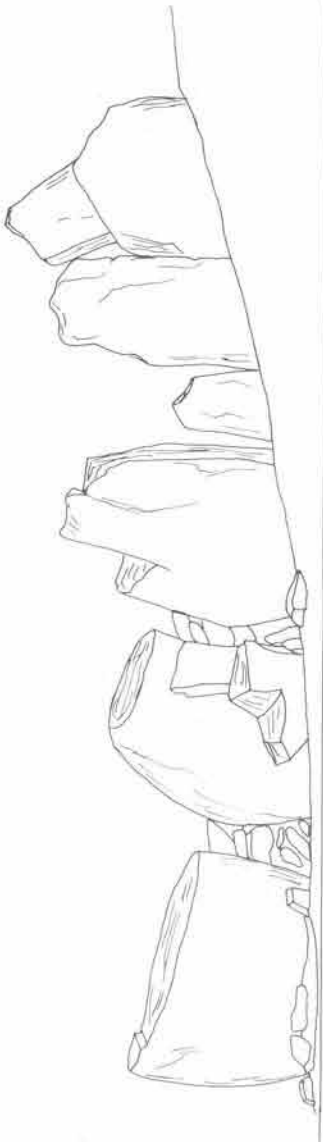


- LEGENDA
- ◄ MACHAÇOS
 - PLACAS
 - 9 LAMINAS
 - PERCUSSOR
 - CONHAS
 - CERÂMICA
 - v PONTAS DE SETA
 - o MO



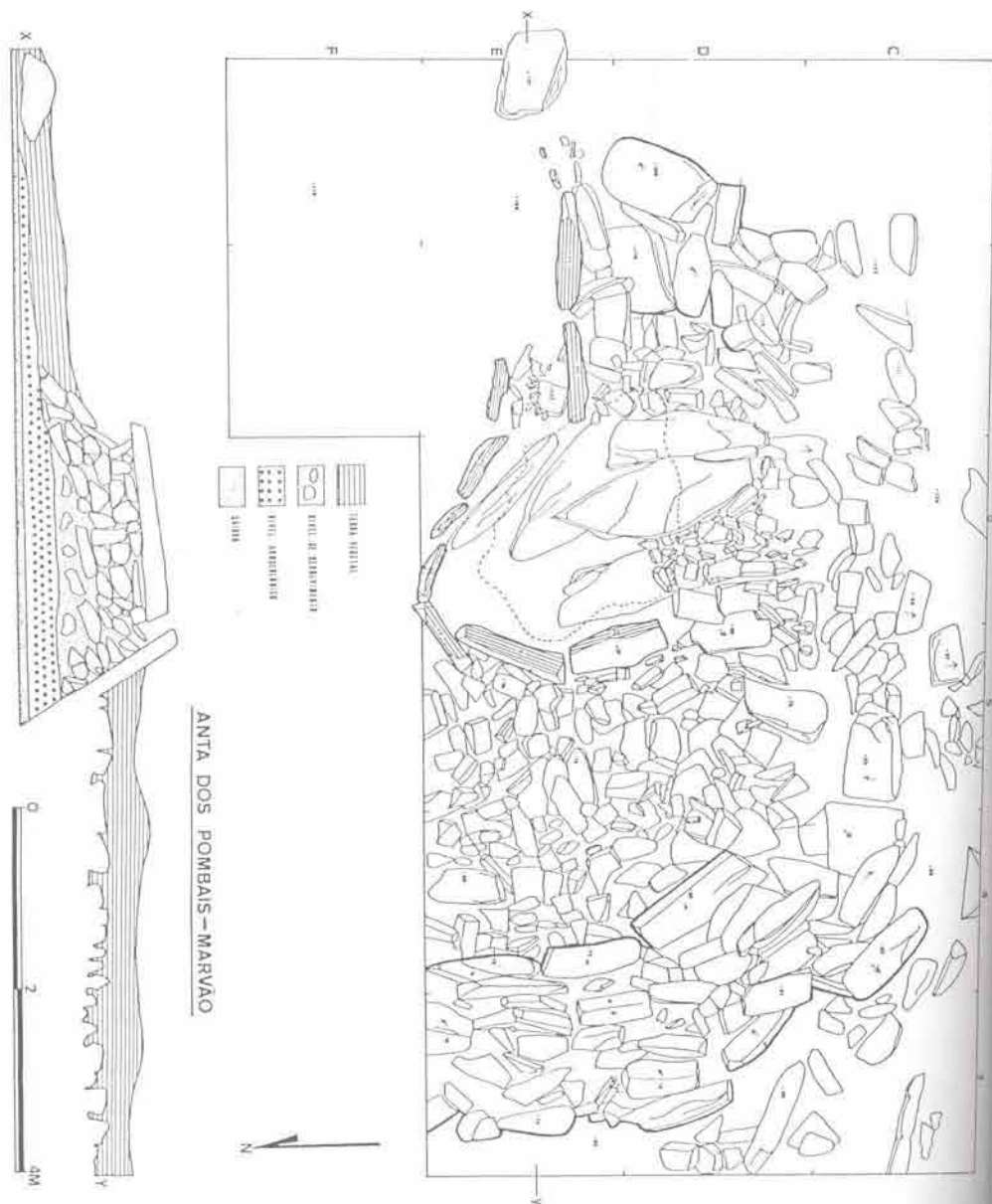
ANTA DOS POMBAIS

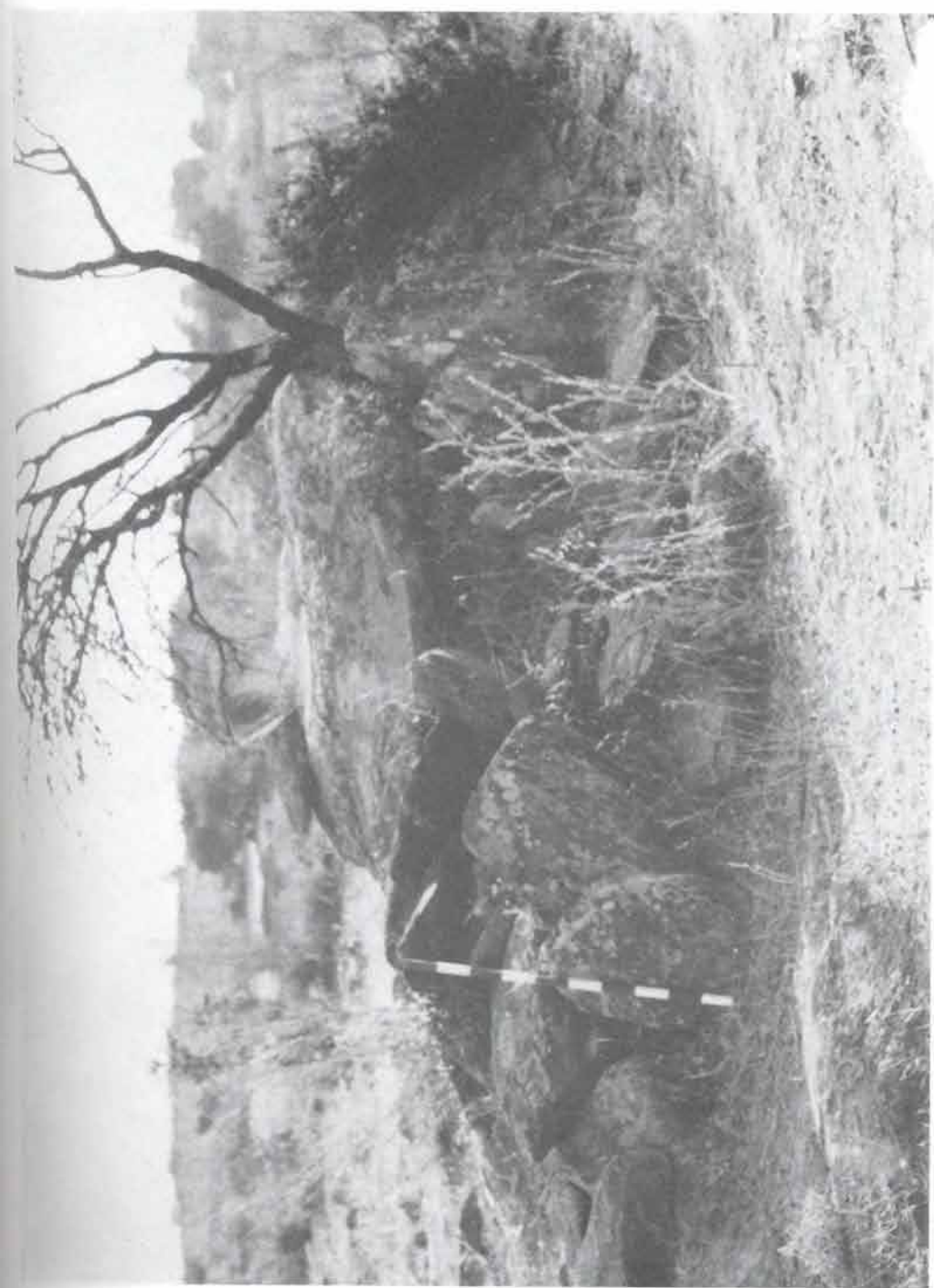




ANTA DOS POMBAIS
ALÇADO NORTE



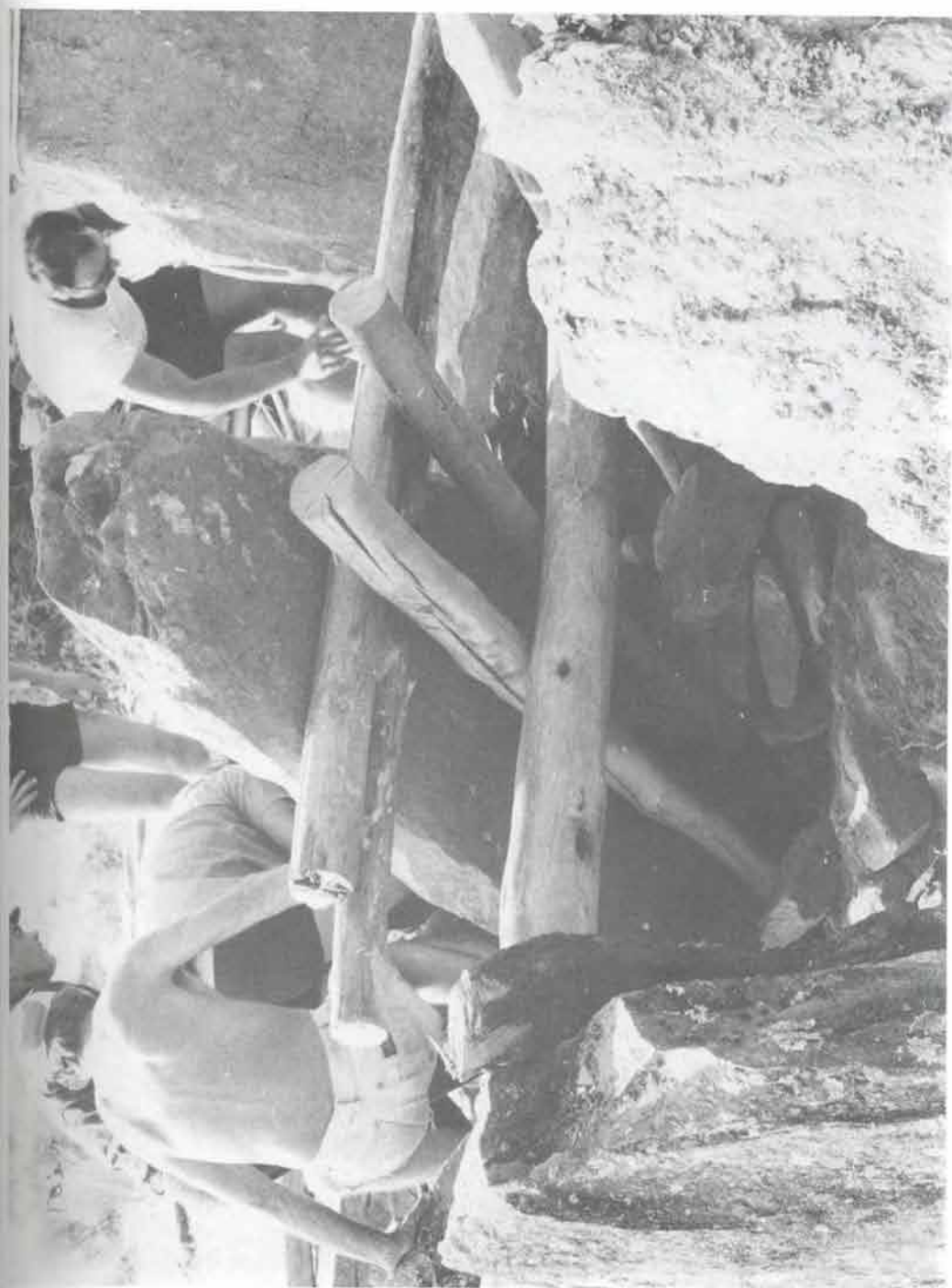




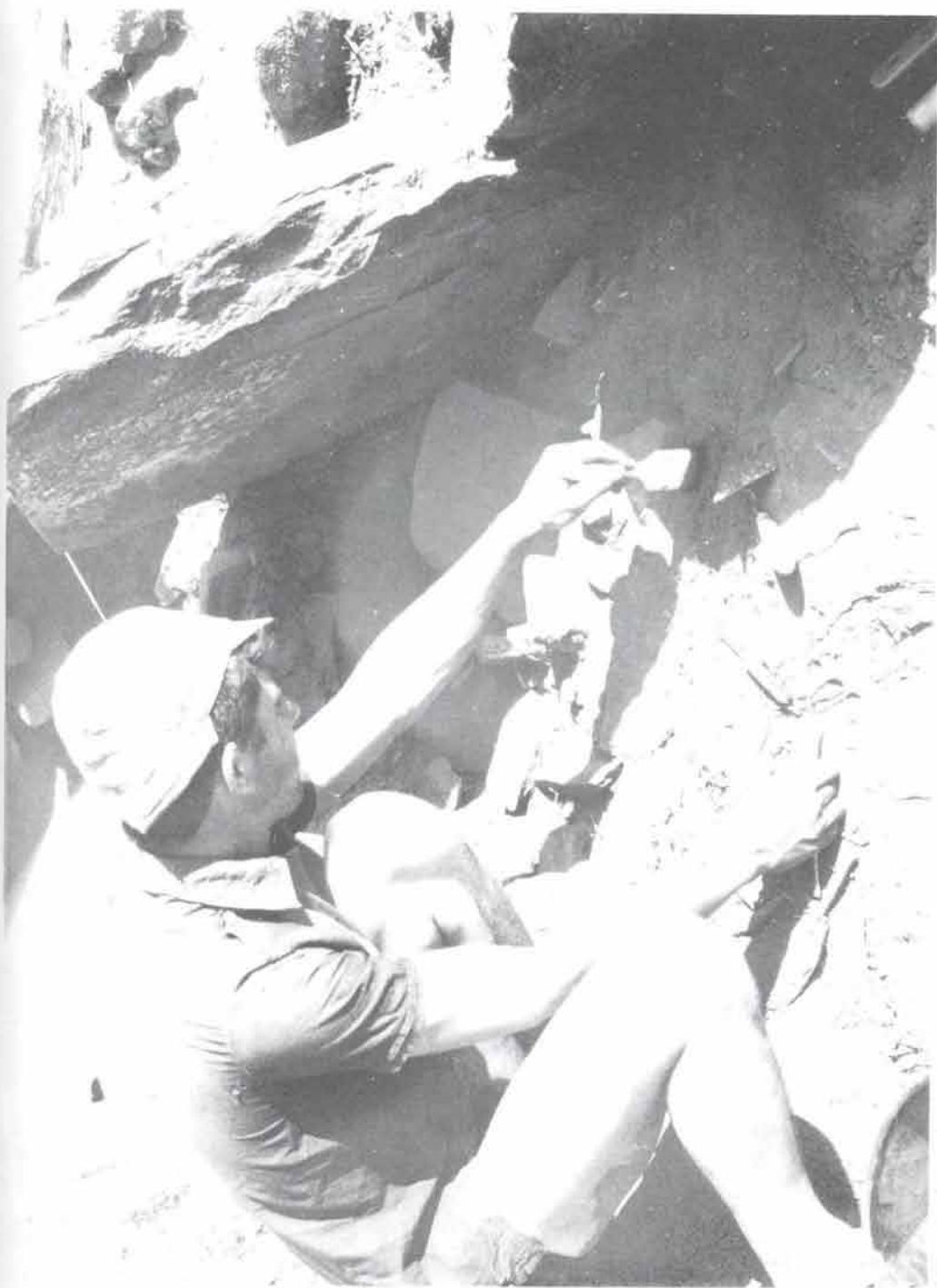
Monumento antes da escavação



Remoção da cobertura da câmara



Processo de replantação dos esteios tombados



Escavação do corredor



Formosa da coroa lítica da mamoa



Aspecto geral da Anta após a escavação / recuperação

EL ORIGEN DEL TOPONIMO "MARVÃO"

José Bueno Rocha

El topónimo **Marvão** tiene resonancias árabes. No obstante, y como es habitual, ha habido una interpretación popular, al margen del rigor científico, basada en algunos hechos conocidos. Así, se ha dicho que deriva de **Mal-vão**, partiendo de que fue lugar de encierro para enemigos prisioneros y de destierro para militares condenados (1).

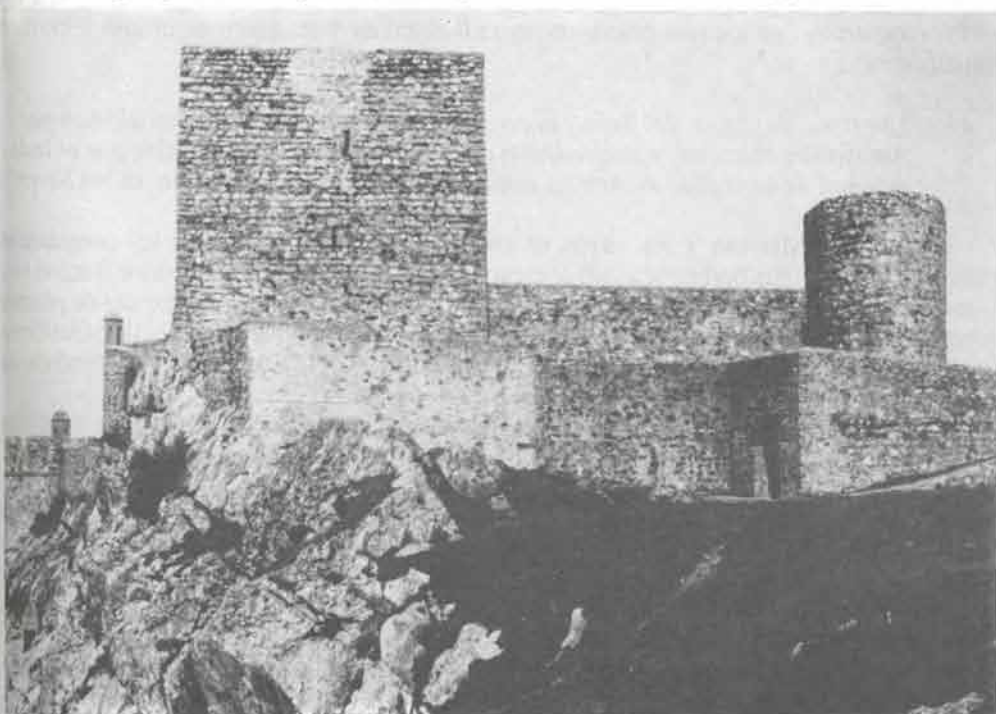


Foto de J. Oliveira

Castelo de Marvão

Yo había sospechado hace tiempo - desconociendo los trabajos de los investigadores portugueses - que el origen del topónimo Marvão era una evocación del caudillo muladí Ibn Marwán, al igual que el pico Almanzor, el más alto de la Sierra de Gredos, evoca al gran genio militar de Al Andalus. Pero yo sospechaba además que en el caso de Marvão había algo más que una simple evocación. Es decir, había habido una relación real entre el caudillo muladí y el morro como lugar especialmente estratégico en su lucha contra el Emir de Córdoba. La hipótesis Marvão=Marwán ya la había formulado con anterioridad el prestigioso professor portugués Dr. David Lopes, cuyo texto fue transcrito por Laranjo Coelho (2). En su riguroso análisis, Lopes relaciona el topónimo con una relevante familia de la provincia musulmar de Mérida, heredera de la anterior provincia romano-visigoda de Lusitania: Uno de ellos fue

gobernador de Mérida y otro fue el fundador de Badajoz.

Esta hipótesis se ha convertido ya en un hecho constatado documentalmente, gracias a un texto árabe en el que se relata como el caudillo muladí **Abd Al-Rahman ibn Marwán**, fundador de Badajoz, se refugió en la montaña a la que dio nombre. El mismo texto alude a la cercana ciudad romana de **Ammaia**, ya en ruinas y despoblada, y a nuestro común río Sever ("wadi Sabir") (3).

El texto de referencia es del historiador árabe Ibn Hayyan, siguiendo al siempre bien informado Al-Razi, y lo acaba de dar a conocer Manuel Terrón Albarrán en su libro **Extremadura musulmana** (Badajoz, 1991). El historiador musulmán, aludiendo a los malos momentos por los que pasaba el caudillo muladí y su gente en el año 876, dice textualmente:

"fueron a la región del Tajo y bajaron por el monte Amaya, conocido hoy por Amaya Ibn Marwan, y se quedaron en él. Es este monte inaccesible por el lado oriental de la ciudad de Amaya que está en ruinas y situada junto al río Sever".

Cuando Marwan y los suyos se encontraban en este paraje, se les presentaron emisarios de las tribus berberiscas allí asentadas de los Burt y de los aguerridos Baranú (4). Esto ocurría cuando ya era aliado del rey asturiano Alfonso III; dos años después de pésima cosecha y hambre en la Península y dos años antes de que el conde Hermenegildo Gutiérrez ocupara la antigua **Aeminium** que había reemplazado a la vieja **Conimbriga** y heredado su nombre (Coimbra).

El texto de Ibn Hayyan puede considerarse el testimonio definitivo que relaciona a Marvão con el miembro más sobresaliente de la familia Marwan: "un caudillo valeroso, audaz y temible que alcanzó gran reputación. ...hostil a los árabes establecidos en Al Andalus, se juzgaba hispano y daba a los hispanos favor y amistad frente a ellos" (Sánchez Albornoz, 1985) (5). Reiterativamente rebelde al poder cordobés, aunque varias veces derrotado nunca se dio por vencido ni se sometió de modo definitivo. Así transcurrió la vida del fundador de Badajoz, quien dejó el regalo de su nombre a esta atalaya natural de la cuenca del río Sever (6).

El nombre Marvão se originó, pues, por la estancia de este ilustre personaje de la familia Marwan aquí en el año 876, por lo que aquella montaña llamada **Amayiense** desde los tiempos de Plinius (7), comenzó a conocerse como **AMAYA IBN MARWAN**: Con el paso de los siglos, tras la reconquista cristiana, desaparece el apelativo derivado de la ciudad romana, aunque todavía se la recuerda en 1217 ("in termino de maruam quod dicitur aramenia") (8), perviviendo solo el nombre del fundador de Badajoz, aunque con ligeras variantes, como puede verse a continuación.

Es abundante la documentación referente a Marvão recogida por Laranjo Coelho (9): 27 documentos medievales y 4 del siglo XVI. En estos 31 documentos entre 1217-1561 aparece Marvão con distinta grafía: En los 5 textos latinos (1217, 1226 (2), 1284, 1448) aparece con la forma **MARVAM**, al igual que lo hacen el 69% de los documentos escritos en romance (1271, 1300 (2), 1350, 1361, 1397, 1406, 1422, 1436, 1453, 1454, 1460, 1474 (2), 1476, 1495, 1527, 1561), transcribiéndose a veces con la grafía **MARVAÃ** (1271) y **MARVÃ** (1476, 1527). Solo un 31% de los documentos escritos en romance portugués usa la grafía actual, **MARVÃO** (1273, 1313, 1362, 1526, 1558) y **MARVAÃO** (1335, 1339, 1461) (10).

En resumen: la grafía **Marván** es la más antigua, al transcribir literalmente el nombre árabe Marwan, perdurando su uso hasta mediados del siglo XVI. Es en este momento, cuando se impone la forma Marvão, que es la forma actual en portugués.

No obstante, hay que decir que **MARWAN**, **MARVAN** y **MARVÃO** son fonéticamente similares. Parece significativo al respecto que en Valencia de Alcántara hubiera una puerta del recinto medieval que se llamó **PUERTA DE MARBAN** hasta 1585. Esta transcripción fonética al castellano - exceptuando el incorreto uso de la "b" por la "v" - es más fiel que la pronunciación **MARVAO** usada actualmente por los valencianos.



Marvão - Vista do Sul

Foto de J. Oliveira

Conclusiones:

- 1) El nombre de Marvão se debe al caudillo muladí Marwan, fundador de Badajoz, que el año 876 se refugió en esta montaña.
- 2) Por esta razón, en los documentos medievales se usó primero y mayoritariamente la grafía **MARVAN**, de la que es una transcripción fonética castellana el nombre **MARBAN** usado durante la Edad Media y el siglo XVI en Valencia de Alcántara.
- 3) Solo desde mediados del siglo XVI se impuso la grafía **MARVÃO**, fonéticamente similar al nombre árabe original.

NOTAS

(1) - Laranjo Coelho, Possidonio Mateus - *Terras de Odiana*, Lisboa, 1988, c.1, p. 72.

(2) - *O. c.*, p. 110-111.

(3) - Otra *Amaia*, en el limes cántabro, citada en la *Notitae dignitatum*, fue conquistada por Leovigildo el año 574. Fue el último refugio de los nobles visigodos en el 711. Tariq los derrotó, consiguiendo un cuantioso botín.

(4) - Terrón Albarrán, Manuel - *O. c.*, p. 71.

(5) - *Orígenes de la Nación Española*, pp. 266 y 267.

(6) - Es oportuno recordar las líneas que Laranjo Coelho dedica a la panorámica que se divisa desde Marvão (*O. c.*, c. 4, p. 103-4).

(7) - *Naturalis Historia*, XXXVII, 24.

(8) - Laranjo Coelho, *O. c.*, p. 189. La antigua *Ammaia*, ahora llamada ARAMENIA; se intentaría repoblar con una decena de familias, adscritas al monasterio de Alcobaça.

(9) - *Terras de Odiana*

(10) - Queda la duda de que el nombre **Marvão** que figura en los documentos de los siglos XIII y XIV (1273, 1313, 1335, 1362) sea correcto. Pues tal vez estos documentos sean copias posteriores.

ASPECTOS FLORÍSTICOS E FAUNÍSTICOS DO CONCELHO DE MARVÃO

Jorge Madeira Mendes

1. FLORA

A altitude, a constituição geológica e a disposição relativa dos terrenos são as principais condicionantes do revestimento florestal dos 155 km² do Concelho de Marvão.

O mapa altimétrico permite-nos distinguir duas zonas bem demarcadas por uma linha a que corresponde a cota dos 500 metros e que se estende em direcção sensivelmente noroeste-sudeste, entre o limite do Concelho de Castelo de Vide, a norte da povoação da Escusa, e a fronteira de Espanha, passando por Santo António das Areias. A altitude sobe gradualmente desde os 200 metros no extremo norte do Concelho (confluência da Ribeira do Vale do Cano com o Rio Sever) até àquela linha limítrofe. Para sul, as cotas culminam nos 1027 m de S. Mamede (o ponto mais alto a sul do Tejo, que Marvão compartilha com o vizinho Concelho de Portalegre).

Para comodidade de referência, chamaremos zona baixa à das altitudes inferiores a 500 m e zona alta à restante.

A zona baixa, por via de uma constituição geológica assaz monótona, em que predomina o granito, não raro em afloramentos descarnados, e ainda porque encontre na cadeia montanhosa que a limita a sudoeste uma barreira às influências marítimas, apresenta um revestimento vegetal pouco abundante e variado.

Caracterizam-na vastas extensões de mato, pastagens e terrenos de cultivo, onde ocorrem montados e carvalhais por vezes ralos. As espécies arbóreas predominantes pertencem naturalmente ao género *Quercus* (carvalhos), sendo o *Q. suber* (sobreiro) e o *Q. ilex* (azinheira) os perenifólios e o *Q. pyrenaica* (carvalho-negral) o caducifólio.

Temos aqui provavelmente um resíduo do bosque climácio mediterrânico que, até há alguns séculos, terá caracterizado a maior parte do território da Península Ibérica e sobre o qual, pouco a pouco, o rural de antanho foi exercendo uma acção de aproveitamento, desbastando-se com tecnologia pouco agressiva, que permitia a gradual readaptação do ecossistema. O resultado foi o aparecimento daquilo a que o Alentejo chama 'montado' e a Extremadura espanhola 'dehesa', descendente domesticado do primitivo bosque e caracterizado pela existência de árvores esparsas (fontes de lenha, de resguardo e de alimento - bolotas - quer para o gado suíno quer para o próprio homem), em meio a campos utilizados, permanentemente ou ciclicamente, conforme a sua produtividade, como pastagens e/ou searas.

De um simples olhar ao respectivo mapa, ressalta a muito maior variedade do coberto vegetal na zona alta. Para lá de algumas manchas de montado e carvalho, ocorrem aqui, em extensões dignas de registo, o pinheiro-bravo, a oliveira, o castanheiro e o eucalipto. É claro que, no terreno, não apresentam o aspecto simplificado do mapa, existindo áreas de densidade muito baixa, algumas de mato, pastos e cultivos sem árvores e outras (principalmente nas encostas das serras) em que a mão do homem eliminou por completo o revestimento vegetal (pelo menos até o substituir por novo revestimento, em atitude de consequências previsivelmente pouco benéficas).

Tampouco é sempre fácil delimitar manchas florestais, interpenetrando-se, em muitos casos, as espécies em associações de difícil representação à escala de 1/100.000.

Mas é nesta zona, em particular nas proximidades de Porto da Espada, dos Alvarrões e do últimos troço da estrada que sobe até à sede do Concelho, que se situam exuberantes soutos de castanheiro (*Castanea sativa* Miller), espécie que os romanos nos legaram, hoje em franca regressão apesar dos esforços de estímulo ao seu cultivo (a par do de outras madeiras nobres, como a cerejeira, o carvalho, o azinho e a nogueira, de inegável valor económico).

O vale do Rio Sever, na povoação da Portagem, apresenta-se notavelmente viçoso, abundando os bosques de choupos (*Populus alba* e *P. nigra*), freixos (*Fraxinus escelsior* e outros), videiros (*Betula pubescens*), salgueiros (*Salix babylonica* e outros), vimeiros (*Salix viminalis*) e pinheiros mansos (*Pinus pinea*), estes infelizmente raros, intercalados por hortas e pomares variados. Não terá sido por acaso que, nesta baixa onde à fecundidade da terra se aliam boas características de ponto de passagem, os romanos construíram a cidade de Amaia. Esparsamente, podem ainda encontrar-se nogueiras (*Jugilans regia*), aveleiras (*Corylus avellana*) e amieiros (*Alnus glutinosa*).

Na maior parte da que designámos por zona alta, e que constitui ramificações da Serra de S. Mamede, a vegetação primitiva foi eliminada e substituída por vastas plantações homogêneas de espécies exóticas (principalmente o pinheiro bravo, ou *Pinus pinaster*, mas também o *Eucalyptus globulus* e congêneres). Se é certo que a modificação, por parte do homem, do ecossistema original não é fenómeno novo - já o mencionámos a propósito da transformação do bosque em montado e da introdução do castanheiro - por outro lado, não deixa de ser verdade que nunca os métodos utilizados tiveram impacto tão forte (para não dizer fulminante) como na actualidade: com efeito, não só as extensões afectadas são incomparavelmente superiores às que trabalhavam os nossos avoengos, como os instrumentos e as técnicas realizam em poucos dias o que os arados de outrora levariam meses ou anos a conseguir (e então tinha a Natureza oportunidade de se recompor, não se levantando nessas épocas os riscos de erosão a que ficam sujeitas as encostas "terraçadas" e despidas de vegetação que aguardam a sementeira de penisco ou eucalipto) e, *last but not least*, as espécies utilizadas nos repovoamentos são actualmente muito mais alheias do que nunca aos habitats onde intrudem.

Assaz controversa em Portugal (e não só) é esta questão do repovoamento florestal com espécies de crescimento rápido destinadas à produção de matéria-prima para a indústria, em expansão, da pasta de papel. Não nos alongaremos a seu respeito, assinalando tão-só que, no coberto vegetal da parte do Concelho de Marvão que pode, com propriedade, ser integrada na Serra de S. Mamede, é maioritário o pinhal. Oliveiras (*Olea europaea*) e pastos, carvalhais e montados completam o quadro, juntamente com hortas e pomares de pequena extensão.

Os estratos herbáceo e arbustivo, se bem que fracos ou inexistentes em pinhais e eucaliptais, caracterizam com maior certeza a flora autóctone, pois, embora eliminados em muitos locais, não são, regra geral, substituídos por elementos alienígenas de idêntico porte.

Mencionaremos em primeiro lugar a erva-pinheira-orvalhada (*Drosophyllum lusitanicum*), curiosa preciosidade que, como a designação da espécie indica, é característica do sudoeste da Península Ibérica (na verdade, trata-se de um endemismo). Cresce nos terrenos quartzíticos pobres do alto da serra, o que a levou a desenvolver um notável sistema de captura de pequenos insectos (por intermédio de gotículas de líquido viscoso segregado pelas suas folhas longas e esguias) com os quais complementa a alimentação. Infelizmente, os

locais em que ocorre têm sido frequentemente revolvidos para plantação das já mencionadas espécies arbóreas de crescimento rápido.

Nos carvalhais e montados da zona baixa ocorrem com maior incidência as ervas e arbustos que tipificam o mato mediterrânico, com predominância da esteva (aqui conhecida por xara), representada pelas subespécies *Cistus ladanifer maculata* e *C. I. Immaculata*, e diversas variedades de giesta e piorno (*Cytisus multiflorus* e outras). Tojos (*Ulex minor* e *Genista falcata*), urzes (*Erica umbellata* e *E. australis*), rosmaninho (*Lavandula stoechas pendunculata*), carqueja (*Chamaespartium tridentatum*), tremoceiros (*Lupinus luteus*) e estevas de menores porte e abundância (*Cistus psilosepalus* ou sargaço, *C. crispus* e *C. salvifolius*) transformam estes campos em deslumbrantes jardins na primavera. Nas alturas da serra florescem o cravo branco (*Dianthus lusitanus*), típico do Alto Alentejo e da Extremadura espanhola, o narciso bravo (*Narcissus triandus pallidulus*) e o *Crocus carpetanus*, de belas flores inverniais.

O trovisco ou erva-das-bruxas (*Daphne gnidium*) e a eufórbia (*Euphorbia nicaeensis*) constituem ocorrências de fácil detecção. Nas valetas húmidas e nos leitos dos córregos, cresce, entre a primavera e o estio, o orégão (*Origanum vulgare*). O medronheiro (*Arbutus unedo*) atinge aqui um porte quase arbóreo.

J. Malato-Beliz menciona outras formas herbáceas, como a *Luzula lactea*, a *Silene foetida*, a flor-de-papel (*Armeria alliacea*), a *Linaria saxatilis*, a aquilégia (*Physospermum conubiense*), a *Linaria triornithophora*, o trevo amarelo (*Trifolium ochroleucon*), o selo-de-salmão (*Polygonatum odoratum*), a língua-cervina (*Phyllitis scolopendrium*), a *Ferulago capillifolia*, a *Micropyrum patens*, a *Arnoseris minima*, uma orquídea (*Linodurum abortivum*), a *Doronicum plantagineum*, o leite-de-galinha (*Ornithogalum concinnum*), o feno-de-cheiro (*Anthoxanthum aristatum*), a serradela menor (*Ornithopus perpusillus*) a *Sideritis hirsuta*, a vulnerária (*Anthyllis vulneraria maura*), o espinheiro negro (*Rhamnus oleoides*), espargos (*Asparagus acutifolius* e *A. albus*) e gramíneas (*Brachypodium phoenicoides* e *B. distachyon*, *Dactylis hispanica* e *Trisetum scabriusculum*, esta um endemismo ibérico), algumas, conforme se vê, sem designação própria em português.

2. FAUNA

Todo este cenário vegetal serve de habitat a uma população animal já pouco abundante em efectivos, dada a intensa e dispersa ocupação humana do Concelho.

À pobreza florística dos extensos e monótonos pinhais da zona alta corresponde a escassez faunística. Por isso, e apesar de a zona baixa do Concelho não poder, orograficamente, ser considerada como parte do maciço montanhoso, pensamos que teria sido positiva a sua inclusão no Parque Natural da Serra de S. Mamede.

Com efeito, a atribuição de um estatuto de protecção a áreas por tal forma degradadas, como as da serra, sem que o mesmo se tivesse feito em relação a outras, biologicamente bem mais preservadas, pecou por incongruência.

Referiremos apenas ocorrências de vertebrados das classes dos mamíferos, das aves, dos répteis e dos anfíbios.

2.1. - Não se detecta desde há muito o aparecimento dos dois mamíferos super-predadores do território português - lobo ibérico (*Canis lupus signatus* Cabrera) e lince ibérico (*Lynx pardina*), que, aliás, se excluíram mutuamente. O primeiro sobrevive numa bolsa de muitos poucos indivíduos (com todas as negativas consequências do isolamento em termos de degradação genética) na margem portuguesa do curso internacional do Tejo (região do Rosmaninhal, Distrito de Castelo Branco) e, a leste, na Sierra de San Pedro (limite das províncias espanholas de Cáceres e Badajoz), onde parece estar em expansão (qualquer dos mencionados pontos dista do Concelho de Marvão, em linha recta, cerca de 40 Km). Quanto ao lince, o mais próximo local onde, com segurança, se pode dizer que, pelo menos até há meia dúzia de anos, ocorria, é a margem sul do Tejo, no Concelho de Nisa, também a cerca de 40 km (para noroeste); suspeitamos de que possa existir nas encostas raianas da Serra de S. Mamede, já no Concelho de Portalegre.

Talvez devido à ausência de grandes predadores, tem-se expandido ultimamente (em quase todo o território do Continente) o javali (*Sus scrofa scrofa*). Um seu parente afastado da ordem *Artiodactyla*, o veado (*Cervus elaphus hispanicus*), foi reintroduzido em terras confinantes com Espanha do vizinho Concelho de Castelo de Vide, não sendo de desprezar a possibilidade de que acabe por se aventurar até Marvão.

Feitas estas menções de mamíferos de grande porte, desçamos aos carnívoros de estatura mediana: a raposa (*Vulpes vulpes silacea*), relativamente abundante; a lontra (*Lutra lutra*), de que muito poucos países europeus (entre os quais Portugal) possuem ainda populações consideráveis; a gineta (*Genetta genetta*), introduzida pelos árabes como animal doméstico destinado à caça de roedores e que, com a saída dos amos, retornou ao estado selvagem, aclimatando-se rapidamente aos novos habitats; o gato bravo (*Felis sylvestris*), muito raro e ameaçando de degenerescência devido a frequentes cruzamentos com os seus primos domésticos; o saca-rabos (*Herpestes ichneumon*), provavelmente descendente de exemplares domesticados do tempo dos romanos, que o terão trazido de África; o texugo (*Meles meles*); e, em menor escala, a fuinha (*Martes foina*), a doninha (*Mustela nivalis*) e o toirão (*Mustela putorius*).

Os lagomorfos estão, com relativa abundância (excepto em épocas de caça impiedosa, como se depreenderá), representados pela lebre comum (*Lepus granatensis gailiaecius*) e pelo coelho bravo (*Oryctolagus caniculus algerus*).

O ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*) e a toupeira cega (*Taipa caeca*) constituem os principais membros da família insectívora ocorrentes no Concelho de Marvão, embora se possa também referir um micro-mamífero seu parente, o murganho ou musaranho doméstico (*Crocidura russula*).

O maior dos roedores é a vulgar ratazana (*Rattus norvegicus*), seguindo-se-lhe, em tamanho, o rato-de-água (*Arvicola sapidus*) e o rato preto (*Rattus rattus*). Como micro-mamíferos (designação baseada nas dimensões médias das espécies e não necessariamente em afinidades taxonómicas), podemos considerar o rato doméstico (*Mus musculus*), o rato-do-campo (*Apodemus sylvaticus*), o rato toupeiro (*Pitymis duodecimcostatus*) e o rato-da-serra (*Eliomys quercinus*), todos da ordem *Rodentia*.

Diversas espécies de morcegos (ordem *Chiroptera*) ocorrem no Concelho de Marvão, com destaque para as Caleiras da Escusa (onde restam antigos fornos e pedreiras de cal, hoje habitat de grande número de mamíferos e aves) e as grutas calcárias de Porto da Espada. Não conhecemos estudos aprofundados destas colónias.

2.2. - Passando às aves, começaremos por dizer que a área do Concelho de Marvão é, não raramente, sobrevoada por grifos (*Gyps fulvus*) e abutres-do-egipto (*Neophron percnopterus*), provenientes, em busca de alimento, das colónias de nidificação do Tejo Internacional, 30 Km em linha recta para norte, e da espanhola Sierra de San Pedro, a leste.

Também já foi avistado o abutre negro (*Aegyptius monachus*), a maior ave da Europa (a par do quebra-ossos), porém não nidificante em Portugal.

Ainda das grandes rapaces, avista-se, vez por outra, um exemplar de águia real (*Aquila chrysaetos*), não havendo memória de ocorrência de águia imperial ibérica (*Aquila heliaca adalberti*).

Em voos migratórios de e para os seus locais de nidificação nas escarpas do Tejo Internacional, que compartilham com as duas espécies de abutres mencionadas em primeiro lugar, passam por vezes bandos de cegonhas negras (*Ciconia nigra*), principalmente nas margens do Sever. A sua congénere cegonha branca (*Ciconia ciconia*) interrompeu a nidificação no Concelho de Marvão desde que, há alguns anos, foi derrubado por uma tempestade o ninho do Penedo da Rainha (Beirã) e que, em 1985, foi proposadamente destruído na Herdade do Pereiro (na mesma Freguesia) o outro ninho de que tínhamos conhecimento.

Trata-se de espécie relativamente abundante nos concelhos vizinhos e em Espanha e, em anos mais recentes, mostrou sinais de recuperação (apesar de, genericamente, dever ser considerada em periclitante situação), tendo-se verificado o regresso de um casal nidificante ao Concelho de Marvão (ainda na Freguesia da Beirã), em 1991.

Como aves de rapina de tamanho médio, haverá que citar a águia-de-Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*) - incursões esporádicas de ocupantes de um ninho situado a sul, ainda na Serra de S. Mamede - e a águia còbreira (*Circaetus gallicus*).

Bútiós (*Buteo buteo*), milhafres reais (*Milvus milvus*) e milhafres pretos (*M. migrans*) avistam-se com frequência. Mais raros os registos de águia calçada (*Hieraaetus pennatus*), penheiro cinzento (*Elanus caeruleus*) - considerado a mais bela e rara ave de rapina da Europa, praticamente restrita ao sul de Portugal e de Espanha, onde parece estar em relativa expansão - e falcão abelheiro (*Pernis apivorus*).

O gavião (*Accipiter nisus*) e o açor (*A. gentilis*) não registam ocorrências notáveis no Concelho, embora possam ser ocasionalmente avistados.

Por outro lado, temos conhecimento de que, em 1985, foi observado, perto de Alvarrões, um exemplar do raríssimo falcão peregrino (*Falco peregrinus*), o maior representante da família *Falconidae*.

Nenhuma das espécies ornitológicas que mencionámos até aqui nidifica adentro dos limites do Concelho de Marvão, que é, aliás, pouco extenso e de ocupação humana relativamente densa, como já se disse.

Mas existiram, até há poucos anos, nas pedreiras abandonadas da Escusa, ninhos de peneireiro-de-dorso-liso ou francelho-das-torres (*Falco naumanni*).

Nas muralhas do castelo de Marvão, nidifica o peneireiro-de-dorso-malhado (*Falco tinnunculus*), a mais abundante espécie de falcão.

Nas penhas da Esparoeira (posto fronteiriço de Galegos), existe ninho do imponente *Bubo bubo*, conhecido por corujão, mocho real ou bufo real, o qual poderá também habitar os troncos cavernosos dos velhos castiçais do Concelho.

Corujas-das-torres (*Tyto alba*), corujas-de-mato (*Strix aluco*) e o conspícuo

mocho galego (*Athene noctua*) - a única diurna das rapaces nocturnas, permita-se-nos a impropriedade - completam o conjunto das **Strigiformes** que aqui têm área de procriação (na Península Ibérica, a coruja-do-nabal, ou *Asio flammeus*, é apenas invernante).

O observador atento poderá surpreender também, no crepúsculo dos bosques, o voo do noitibó (*Caprimulgus europaeus*).

Embora mais característicos das planuras do sul, avistam-se em Marvão o utilíssimo tartaranhão cinzento ou águia caçadeira (*Circus pygargus*), rapace diurna nidificante em searas e terrenos de cultivo, a abetarda (*Otis tarda*), o sisão (*Tetrax tetrax*) e o alcarvão (*Burhinus oedicephalus*). Menos raras, a galinhola (*Scolopax rusticola*), a narceja comum (*Gallinago gallinago*) e, principalmente, a perdiz (*Alectoris rufa*).

No inverno, enchem-se os descampados de abibes ou aves frias (*Vanellus vanellus*), temporários visitantes da Europa do Norte. Quanto ao grou (*Grus grus*), de semelhantes hábitos migratórios, não sabemos de que alguma vez haja sido visto aqui, embora frequente os montados da vizinha Espanha e dos concelhos de Arronches e Campo Maior, a sul.

Nas charcas e represas (pouco abundantes, aliás, no Concelho), podem encontrar-se frangos d'água (*Rallus aquaticus*), galinhas d'água (*Gallinula chloropus*), galeirões (*Fulica atra*), borrelhos-pequenos-de-coleira (*Charadrius dubius*), patos reais (*Anas platyrhynchos*), marrequinhas (*Anas crecca*), mergulhões-de-crista (*Podiceps cristatus*), mergulhões pequenos (*Tachybaptus ruficollis*), garças reais (*Ardea cinerea*), garças purpúreas (*Ardea purpurea*), estas muito raras, garças brancas (*Egretta garzetta*) e garças boleiras (*Bubulcus ibis*), sendo as últimas conspícuas junto ao gado doméstico, que vão livrando de parasitas.

Das quatro espécies de garças mencionadas, não conhecemos colónias de nidificação no Concelho.

Em anos recentes, começou a ser observado, ainda que esporadicamente, o corvo marinho (*Phalacrocorax carbo*) e, com maior frequência, a gaivota argêntea (*Larus argentatus*), atraídos pelas albufeiras que vão sendo construídas na região.

Muito raros são os cortiçóis (de barriga branca, *Pterocles alchata*, e de barriga negra, *P. orientalis*), o mesmo não acontecendo com os pombos bravos (*Columba livia*), os pombos-das-rochas (*C. oenas*), os pombos torcazes (*C. palumbus*), as rolas (*Streptopelia turtur*) e duas espécies de cucos (*Cuculus canorus*, de característico canto na Primavera e no Verão, e *Clamator glandarius*). As rolas e os cucos emigram a partir do fim do Verão, ao passo que os cortiçóis e os pombos são sedentários.

Os andorinhões, que, quer pelo nome quer pela aparência superficial, há quem confunda com andorinhas (as quais, para lá do facto de pertencerem à mesma classe das aves, não têm com eles outras afinidades taxonómicas), estão representados, com relativa abundância, pelas espécies *Apus apus* (andorinhão pedreiro), *A. melba* (andorinhão real) e *A. pallidus* (andorinhão pálido). Considerados as aves que mais tempo consagram ao voo (caçando insectos, dormindo e até copulando em pleno ar), possuem patas rudimentares que mal lhes bastam a agarrarem-se às asperezas do ninho (quando têm de visitá-lo). Os parentes mais próximos destes ágeis visitantes da Primavera e do Verão são os exóticos colibris ou beija-flores.

Os **Coraciiformes**, aves de cores garridas, estão representados pelo pica-peixe ou

martim pescador (*Alcedo atthis*), a única espécie sedentária da ordem, pela poupa (*Upupa epops*), pelo rolieiro (*Coracias garrulus*) e pelo abelharuco (*Merops apiaster*), os três últimos visitantes estivais que procriam na nossa zona.

Dos chamados pica-paus, é relativamente abundante o belíssimo peto real ou pica-pau-verde (*Picus viridis*), bem como o pica-pau-malhado-grande (*Dendrocopos major*) e o pica-pau-galego (*D. minor*).

Os **Passeriformes**, a mais extensa ordem das aves, têm naturalmente uma ampla distribuição.

Da família **Corvidae**, onde pontificam espécies omnívoras e com grande capacidade de adaptação a vários habitats, assinalam-se gaios (*Garrulus glandarius*), pegas rabilongas (*Pica pica*), gralhas-de-nuca-cinzenta (*Corvus monedula*), gralhas pretas (*Corvus corone corone*) e corvos (*Corvus corax*).

Referência especial haverá que fazer à pega azul (*Cyanopica cyana*), espécie que apresenta uma curiosa distribuição geográfica: além do Japão, da Coreia e de territórios chineses adjacentes, apenas na Península Ibérica ocorre. Dentre as várias explicações aventadas para esta singularidade, está mais aceite a que sustenta que a ave foi introduzida nas nossas paragens por marinheiros portugueses e/ou espanhóis. Registe-se já que se propôs a sua escolha simbólica como "ave de Portugal". Ocorre em terrenos pouco arborizados junto à povoação de Fadagosa, no norte do Concelho de Marvão, parecendo que compete, em termos territoriais, com a pega rabilonga.

Da família **Hirundinidae**, as mais conhecidas são a andorinha-das-chaminés (*Hirundo rustica*) e a andorinha-dos-beirais (*Delichon urbica*), talvez os mais alegres anunciadores da primavera nas nossas latitudes. A andorinha dáurica (*Hirundo daurica* ou *Cecreopsis daurica*), parecida com a primeira mas mais colorida de laranja flamejante e de hábitos mais silvestres, está em expansão em Portugal.

A andorinha-das-barreiras (*Riparia riparia*) é o único membro da família que constrói os ninhos em túneis escavados em taludes arenosos e não com as características pequenas bolas de barro aglutinadas com saliva e dispostas em tigela. Assemelha-se, pelos tons pardacentos da plumagem, à andorinha-das-rochas (*Ptyonoprogne rupestris*): nas três espécies anteriores, predominam o negro e o branco.

Todos os elementos desta família são vorazes consumidores de insectos, pelo que, no fim do verão, emigram para os quentes climas do sul, donde só regressam em Fevereiro ou Março do ano seguinte.

Com a Primavera também o papa-figos (*Oriolus oriolus*), cujo macho, de magnífica plumagem amarelo-canário no dorso, no ventre e na cabeça, não é difícil de observar nos bosques da região. Ao contrário do que o nome pode fazer crer, esta ave tem uma alimentação insectívora.

Descendo da Europa Setentrional e Central, surge no inverno o estorninho malhado (*Sturnus vulgaris*). O seu primo estorninho preto (*S. unicolor*) é sedentário.

O melro aquático (*Cinclus cinclus*), que procura os insectos de que se alimenta em ribeiros e torrentes, onde mergulha com perfeição, não é frequente nesta latitude. Abunda, porém, a carriça (*Troglodytes troglodytes*), irrequieto habitante dos bosques, de silhueta muito semelhante à daquele, todavia menor e pertencente a outra família de passeriformes.

Da família **Prunellidae** assinalamos apenas a ferreirinha alpina (*Prunella collaris*), rara entre nós dado que o seu habitat é nas altas montanhas do Sul da Europa ao Japão, e a

negrinha (*Prunella modularis*), também invernante mas proveniente do Norte.

Os chapins (família **Paridae**) são pássaros pequenos, facilmente atraídos por ninhos e comedouros instalados pelo homem em matas e parques. Vulgares o chapim real (*Parus major*) e o chapim azul (*P. caeruleus*). Mais raros o chapim carvoeiro (*P. ater*), e o chapim-de-poupa (*P. cristatus*) e o chapim rabilongo (*Aegithalos caudatus*), este pertencente à família **Timaliidae**.

Nos bosques do Concelho, é frequente a trepadeira comum (*Certhia brachydactyla*). Mais difícil de avistar, a trepadeira azul (*Sitta europaea*). Embora de famílias diferentes, ambas se caracterizam pelo hábito de capturar insectos nas cascas das árvores, cujos troncos percorrem de alto a baixo.

À família **Ploceide** (pardais) pertencem aves que deram nome à ordem dos **Passeriformes**: o vulgaríssimo pardal doméstico (*Passer domesticus*); o pardal montês (*P. montanus*), menos comum; e o pardal espanhol (*P. hispaniolensis*), que não sabemos que exista em Marvão, mas relativamente abundante em colónias no não distante Distrito de Castelo Branco. O pardal francês (*Petronia petronia*) não é encontrado.

Da família **Fringillidae**, a que pertencem os antepassados silvestres dos canários, estão presentes o tentilhão comum (*Fringilla coelebs*), a milheirinha (*Serinus serinus*), o dom-fafe (*Pyrrhula pyrrhula*), o verdilhão (*Carduelis chloris*), o pintassilgo (*Carduelis carduelis*) e o pintarroxo (*Acanthis cannabina*), aves essencialmente granívoras.

O mais conspícuo elemento da família das escrevedeiras (**Emberizidae**) é o trigueirão (*Emberiza calandra*), ocorrendo também a cia (*C. cia*), a escrevedeira-dos-juncos (*E. schoeniclus*), a escrevedeira-de-cabeça-negra (*E. cirius*) e a escrevedeira amarela (*E. citrinella*). Na vila de Marvão foi já encontrado morto, no outono, um macho de escrevedeira-das-neves (*Plectrophenax nivalis*), provavelmente extraviado das latitudes setentrionais onde habita a espécie. Estes pássaros são também granívoros.

As cotovias (família **Alaudidae**) estão representadas pela laverca (*Alauda arvensis*), pela cotovia pequena (*Lullula arborea*), pela cotovia-de-poupa (*Galerida cristata*), pela calhandra real (*Melanocorypha calandra*) e pela calhandrinha (*Calandrella brachydactyla* ou *C. cinerea*).

Por sua vez, da família **Motacillide**, mencionaremos a petinha-dos-prados (*Anthus pratensis*) e a petinha aquática (*A. spinoletta*), ambas invernantes, a petinha-dos-campos (*A. campestris*), estival, e de três espécies de alvéolas, a branca (*Motacilla alba*), graciosa avezita que esvoaça à frente dos caminhantes e dos carros lentos, a cinzenta (*M. cinerea*) e a amarela (*M. flava*), as duas últimas diferindo da branca pela coloração amarelada da face ventral (a *flava* é visitante estival).

A família **Muscicapidae** da ordem **Passeriformes** costuma, pela sua grande extensão ser dividida em três subfamílias: **Silviine** (silvinos), **Muscicapinae** (papamoscas) e **Turdinae** (tordos). Da primeira, podem ser avistados, na região de Marvão, o rouxinol bravo (*Cettia cetti*), sedentário, o rouxinol-pequeno-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus*) e o grande (*A. arundinaceus*), estivais, o rouxinol poliglota (*Hipollais polyglota*), a felosa-das-hortas (*Sylvia hortensis*) e o papa-amoras-comum (*S. communis*), também estivais, a toutinegra real (*S. atricapilla*), a felosa-dos-valados (*S. melanocephala*), a carriça-do-mato (*S. undata*), a felosa comum (*Phylloscopus collybita*) e a estrelinha-de-cabeça-listrada (*Regulus ignicapillus*), sedentárias.

Algumas destas espécies são bastante difíceis de diferenciar, não só pelo ornitólogo

como pelas próprias aves, que muitas vezes só pelo canto conseguem identificar os parceiros da mesma espécie.

Na subfamília dos papamoscas (**Muscicapinae**) desta família **Muscicapidae**, destacam-se, como visitantes de Primavera e Estio, os papamoscas preto (**Ficedula hypoleuca**) e cinzento (**Muscicapa striata**), os chascos do monte (**Oenanthe oenanthe**) e branco (**O. hispanica**), o rouxinol comum (**Luscinia megarhynchos**), o rabirruivo-de-testa-branca (**Phoenicurus phoenicurus**) e o melro-das-rochas (**Monticola saxatilis**); sedentários são o vulgar chasco ou cartaxo (**Saxicola torquata**), o pouco abundante melro azul (**Monticola solitarius**), o pisco ferreiro (**Phoenicurus ochruros**) e o pisco-de-peito-ruivo (**Erithacus rubecula**), este último consideravelmente mais comum no Inverno (ave nacional de Inglaterra, onde é conhecido por *robin*).

Da subfamília dos tordos (**Turdinae**), aves maiores do que as outras espécies da família, fazem parte o melro preto (**Turdus merula**) comum em bosques e até em parques urbanos, e a tordoveia (**T. viscivorus**), sedentários; apenas invernantes, encontram-se o tordo branco (**T. philomelos**), o tordo zonal (**T. palris**), o tordo ruivo (**T. iliacus**) e o melro-de-peito-branco (**T. torquatus**), este último bastante raro.

Note-se que esta divisão da família **Muscicapidae** em três subfamílias não tem o acordo de todos os ornitólogos.

2.3. - É nas classes **Reptilia** e **Amphibia** que pode ser encontrada a maior representação de endemismos ibéricos ocorrentes no Concelho de Marvão.

Frequentes, entre os ofídios, a cobra bastarda (**Malpolon monspessulanus**), o elemento de maiores dimensões da ordem (pode atingir 2 metros), a cobra-de-escada (**Elaphe scalaris**) e as vulgaríssimas e pacíficas cobras-de-água (**Natrix natrix** e **N. maura**). Mais rara a cobra-de-ferradura (**Coluber hippocrepis**) que, fora da Península Ibérica, só aparece no sul da Sardenha.

Qualquer destas quatro espécies é inofensiva para o homem. Nenhuma é venenosa, à exceção da cobra bastarda que, se conseguir ferrar os dentes inoculadores (o que, além de difícil, uma vez que estes dentes se situam muito atrás, só aconteceria em consequência de uma excepcional irritação do animal), produz ligeira e temporária inflamação da pele.

A víbora (**Vipera latasti**), ocorrente na Ibéria e no Magrebe, será um pouco mais temível, embora se exagere por vezes quanto à sua periculosidade, pois trata-se de um animal relativamente raro e de mordedura facilmente curável, se bem que dolorosa.

Neste trabalho, temo-nos cingido mais a uma descrição de espécies encontradas do que a trato da sua ecologia. No caso dos répteis e dos anfíbios, e muito principalmente no das odiadas serpentes, não resistimos, porém, a tecer algumas considerações sobre o absurdo horror atávico que lhes é votado pela espécie humana. Compreende-se que, em locais onde existam répteis de fulminante picada, eles sejam temidos. Mas, como não é esse o caso de Portugal, não se justificam nem a aversão que lhes é votada nem, muito menos, a perseguição que lhes movem automobilistas, caçadores e agricultores. Trata-se, na verdade, de animais utilíssimos, imprescindíveis para o controlo biológico dos insectos e roedores sobre que depredam. O seareiro que, na sua plantação, depare, por exemplo, com uma víbora, bem pode agradecer a presença de um eficiente aliado que, em troca, só pede que o deixem em paz.

Idênticas considerações poderiam ser tecidas a respeito dos sáurios (lagartos), estes

predominantemente insectívoros. É certo que, tal como as cobras, alguns não desdenham um petisco de ovos ou filhotes de ave silvestre. Mas a competição que, por essa via, oferecem ao homem, predador quantas vezes escusado, insensato e egoísta, é de veras irrelevante, além de que se integra na dinâmica da selecção natural.

Nenhum é tão injustamente combatido como a osga, de que, entre nós, existem duas espécies, a *Tarentola mauritanica* e, mais rara, pelo menos à latitude de Marvão, a *Hemidactylus turcicus*. São as osgas animais absolutamente destituídos de agressividade ou peçonha, bastante higiénicos e utilíssimos como caçadores de insectos.

O lagarto ocelado (*Lacerta lepida*) é frequente. Um seu parente próximo, o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), constitui raro endemismo ibérico, que, com sorte, poderá ser encontrado no Concelho. São estas as duas maiores espécies da ordem *Sauria*.

Incluídos na vulgar designação de "lagartixas", temos o *Acanthodactylus erythrurus*, o *Psammodromus algeris*, o seu primo de menores dimensões *P. hispanicus* e o *Podarcis hispanica*, que, se não se estendessem ao sul de França e a pequenas áreas do Norte de África, seriam também exclusivos da Península. Não temos conhecimento de que em Marvão ocorram os inteiramente ibéricos *Lacerta monticola* e *Podarcis bocagel*.

Entre os chamados "fura-pastos", "cobras-de-vidro" ou "lagartos-sem-patas" (ainda que alguns as tenham rudimentares), igualmente vítimas de infundados medos e preconceitos, salientam-se o *Chalcides bedriagai* (endemismo ibérico), o *C. chalcides* e o *Anguis fragilis*, de ampla distribuição pela Europa. O *Blanus cinereus*, exclusivo da Península Ibérica e do Norte de África, lembra uma minhoca e faz parte de uma família de répteis (*Amphisbaenidae*) que alguns autores consideram distinta quer dos lagartos quer das serpentes.

Da ordem *Chelonia* existem apenas duas espécies de cágados - o *Emys orbicularis* e o *Mauremys caspica* - qualquer delas desempenhando útil função higienizadora dos cursos e massas de água em que habitam.

Passando aos anfíbios, ou batráquios, começaremos por referir a vulgar salamandra (*Salamandra salamandra*) e duas espécies endémicas na Ibéria: a salamandra estriada (*Chioglossa lusitanica*), muito rara, e a salamandra grande (a que os espanhóis chamam *gallipato*), *Pleurodeles waltl*, a maior espécie de urodelo europeu (até 30 cm).

Os tritões estão representados pelo *Triturus marmoratus* (Península Ibérica e França Ocidental apenas), e pelo *Triturus boscai*, exclusivo do Ocidente da Península. O *Triturus helveticus*, encontrado no Norte de Portugal, não desce às latitudes de Marvão.

Finalmente, quanto a anuros, temos várias espécies de rãs: *Discoglossus pictus*, com distribuição predominantemente ibérica; *Pelodytes punctatus*; *Rana ridibunda*, a vulgar rã dos charcos; e um endemismo, a *Rana iberica*, muito rara na Serra de S. Mamede como em toda a sua área de ocorrência, que se restringe ao Noroeste da Península Ibérica. Dos chamados "sapos", refiram-se o comum (*Bufo bufo*), amplamente distribuído pela Europa; o *B. calamita*; o *Pelobates cultripes*, praticamente endémico na Península Ibérica; o sapo-parteiro vulgar, *Alytes obstetricans* (assim designado porque o macho transporta na parte posterior do dorso até à eclosão os ovos postos pela fêmea); e um primo deste, o sapo-parteiro ibérico, *Alytes cisternasii*, efectivamente exclusivo de Portugal e do centro de Espanha. As relas ocorrem com duas espécies, *Hyla arborea* e *H. meridionalis*, a última exclusiva do Sudoeste da Península Ibérica e do Sudoeste de França.

3. CONCLUSÃO

Desta extensa exposição, ressalta um aspecto: a Península Ibérica é um caso raro na Europa, nela encontrando habitat numerosas espécies selvagens, quer vegetais quer animais, que rareiam já no Continente. Encerra, ademais, um conjunto provavelmente ímpar de endemismos ou quási-endemismos.

O pequeno Concelho de Marvão, integrado num sub-sistema da Península, possui uma grande quantidade daquelas espécies, embora não muito abundantes. Infelizmente, este tesouro, cuja perda seria inevitavelmente irreparável, vive no permanente perigo gerado pela destruição maciça e irracional dos ecossistemas. A prossecução de uma tal política ou, pelo contrário, a adopção de estratégias que visem conciliar, na medida do possível, o imprescindível avanço tecnológico e a protecção da Natureza, é uma opção que cada vez mais prementemente se nos patenteia.

English summary

THE FLORA AND FAUNA OF THE MARVÃO MUNICIPAL COUNCIL, PORTUGAL

The northeastern half of the Marvão Municipal Council, which presents an altitude of between 200 and 500 metres, is rather characterized by a poor vegetation resulting from the gradual action of man over the primitive forest. Cork oaks, holm oaks and Pyrenean oaks are the predominant tree species, in a bush of gum cistus and broom that is either used for pastures or replaced by family-scale farms.

In the southwestern part, between 500 mts and the S. Mamede mountain (1027 mts, the highest point in Southern Portugal), the vegetation is more exuberant and varied, with several species of Palearctic deciduous trees. Here, however, vast areas of the mountain slopes have been totally deprived of their natural vegetation for the plantation of fast-growing species (conifers and also eucalyptus),

There is a great variety of native flowers and herbs, of which **Drosophyllum lusitanicum**, an insect-eating plant endemic to Southern Iberia, deserves a special mention.

The wild fauna is not very abundant in the mountains, due to man's intense activity. It includes wild boars, foxes, otters, genets, wild cats, Egyptian mongooses, badgers, hares, rabbits, hedgehogs, moles, many bats, shrews, rats and other mammals (red deers, wolves and iberian lynxes do occur in neighbouring areas).

Griffon vultures, Egyptian vultures, black vultures, golden eagles and black storks are some remarkable bird species, together with Bonelli's eagles, short-toed eagles, black-shouldered kites, honey buzzards, peregrine falcons, eagle-owls, nightjars, great and little bustards, many **Anatidae**, herons and egrets, swifts, kingfishers, rollers, woodpeckers,

crows and related species (with a special mention to the azure-winged magpie [*Cyanopica cyana*]), and a great variety of passerines.

Reptiles and amphibians include some endemic or almost endemic species, such as Lataste's vipers, honseshoe whip snakes, Schreiber's green lizards, Bedriagas's skink, amphibaenians, iberian frogs, iberian midwife toads, stripeless tree frogs, Bosca's newts, sharp-ribbed salamanders and golden-striped salamanders.

The above-mentioned species, particularly those of birds, reptiles and amphibians, are only remarkably uncommon ones. Some do not have a permanent habitat within the limits of the Marvão Council, which is comparatively small, but they do occur in neighbouring areas.

Résumé Français

LA FLORE ET LA FAUNA DE LA COMMUNE DE MARVÃO (PORTUGAL)

La moitié nord-est de la commune de Marvão, qui présente des altitudes de 200 à 500 mètres, se caractérise par une végétation pauvre dérivée de l'action progressive de l'homme sur le bois primitif, y prédominant le chêne-liège, le chêne yeuse et le chêne tauzin, sur une brousse de cistes et de genêts utilisée comme pâturage ou remplacée par une agriculture de type familial.

Entre les 500 et les 1027 m (le sommet de S. Mamede, le point le plus haut au sud du Portugal), la partie sud-ouest de la commune possède une végétation plus exubérante et variée. Y existent beaucoup d'espèces d'arbres caducs du Paléarctique et aussi de vastes extensions de versants où la végétation originale a été complètement remplacée par des espèces à croissance rapide (des pins maritimes et des eucalyptus).

Parmi la grande variété de fleurs et d'herbes sauvages, le *Drosophyllum lusitanicum*, une plante insectivore endémique à la Péninsule Ibérique, mérite une référence spéciale.

À cause de l'activité humaine, la faune sauvage est peu abondante sur les montagnes. Elle se compose de sangliers, de renards, de loutres, de genettes, de chats sauvages, de mangoustes, de blaireaux, de lièvres, de lapins, de hérissons, de taupes, de pas mal d'espèces de chauves-souris et d'autres micro-mammifères. Le loup, le lynx et le cerf rouge existent dans la voisinage.

Les vautours fauves, les percnoptères d'Égypte, les vautours moines, les aigles royaux et les cigognes noires sont des espèces remarquables d'oiseaux qu'on peut y observer, ainsi que des aigles-de-Bonelli, des circaètes, des élanions blancs, des bondrées apivores, des faucons pèlerins, des grand-ducs, des engoulevents, des outardes (barbues ou canepétières), beaucoup d'anitidès, des hérons, des aigrettes, des martinets, des martins-pêcheurs, des rolliers, des pics (vets ou épeiches), des corbeaux (et leurs espèces voisines, notamment les pies bleues [*Cyanopica cyana*]) et une énorme quantité de passereaux.

C'est parmi les reptiles et les batraciens que l'on trouve le plus grand nombre d'espèces endémiques ou quasi-endémiques, telles que la vipère-de-Lataste, la couleuvre de fer-à-cheval, le lézard-de-Schreiber, le petit lézard ibérique, le lézard-de-Bedriaga, le lézard

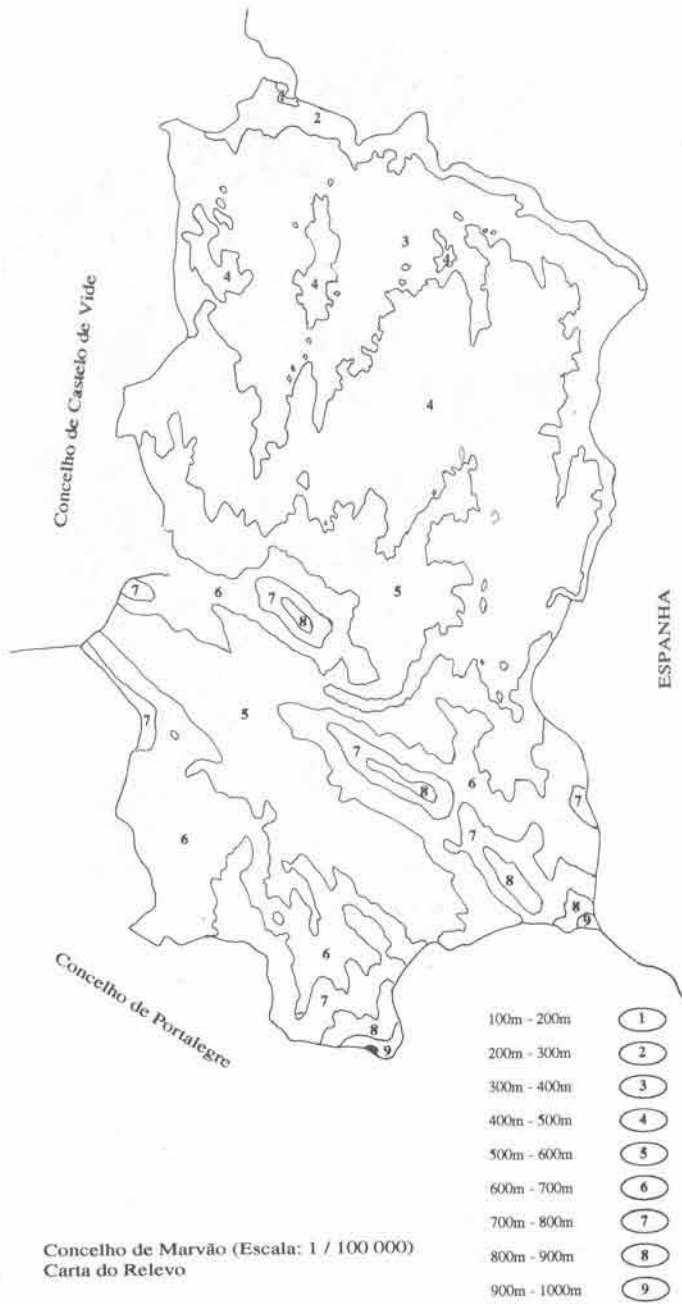
sans pattes, l'amphibène, la salamandre grande, la salamandre striée, le triton-de-Bosca, la grenouille ibérique, le crapaud accoucheur ibérique et la rainette méridionale.

Les espèces citées, surtout celles d'oiseaux, de reptiles et de batraciens, ne sont que les plus remarquables du point de vue de leur rarité. Puisqu'il s'agit d'une commune relativement petite, quelques espèces n'y ont pas un habitat permanent. De toute façon, on peut les trouver dans les régions environnantes.

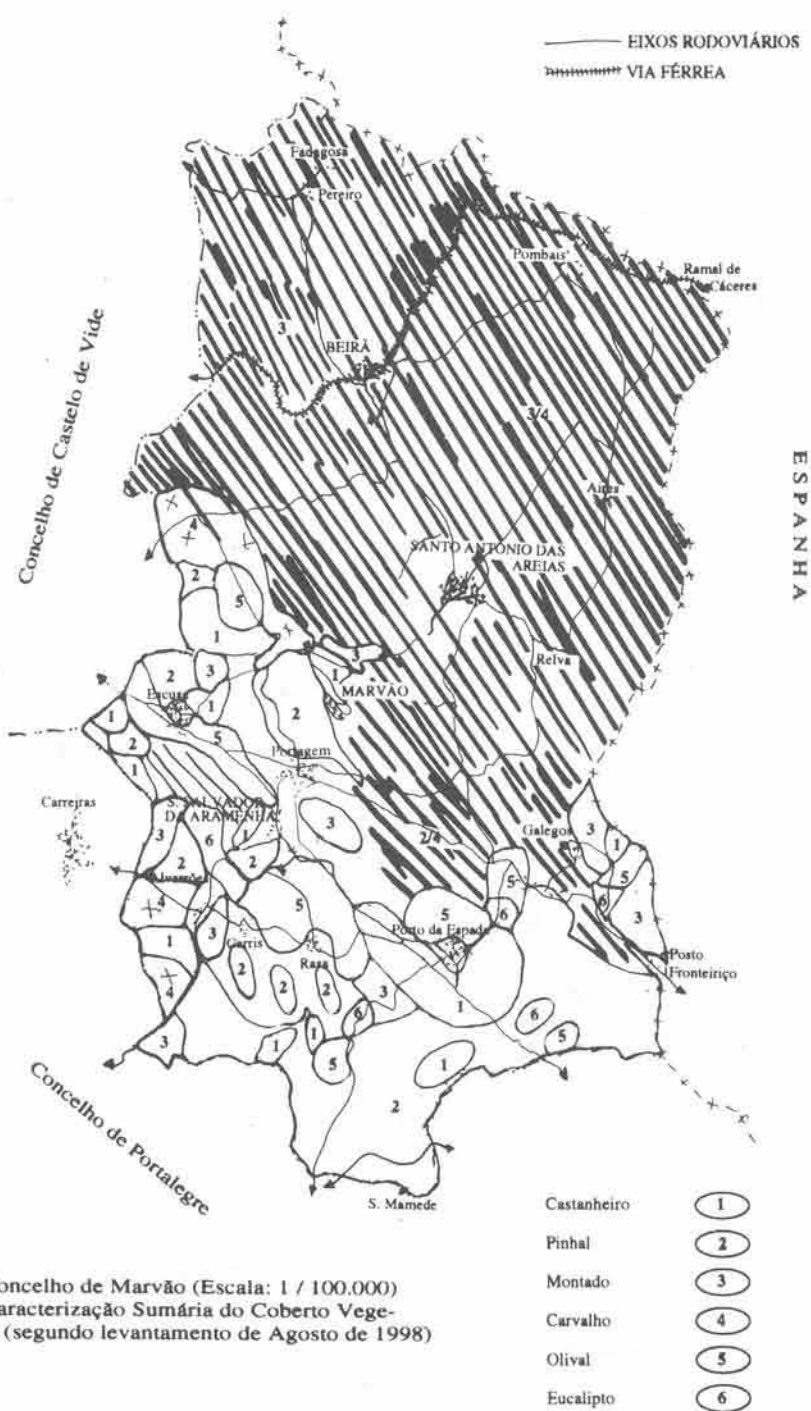
BIBLIOGRAFIA

- *Relatórios de Campo*,
QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza - Núcleo Distrital de Portalegre, Portalegre, 1984-88
- *Valor Científico e Didático da Fauna e da Vegetação da Serra de S. Mamede*,
J. Malato-Beliz, ed. Clube de Biologia e Geologia Serra de S. Mamede, Portalegre, 1986
- *Guia de Campo de las Flores de España, Portugal e Sudueste de Francia*,
Oleg Polunin / B. E. Smytes, ed. Omega, S. A., Barcelona, 1981
- *Le Multiguide Nature de Tous les Arbres d'Europe*,
C. J. Humphries / J. R. Press / D. A. Sutton, ed. Bordas, Paris, 1982
- *The Mammals of Britain and Europe*,
Gordon Corbet / Denys Ovenden, ed. Collins, London, 1980
- *Mamíferos*,
Dr. Josef Reichholf, Editorial Pública, Lisboa, 1984
- *Aves Terrestres*,
Frieder Sauer, Editorial Pública, Lisboa, 1984
- *Aves Aquáticas*,
Frieder Sauer, Editorial Pública, Lisboa, 1983
- *Guias de las Rapaces Ibéricas*,
Cosme Morillo / Olegario del Junco / Joan Mayol, ed. Ministerio de Agricultura, pesca y Alimentación, Madrid, 1984
- *Guia de las Aves de España y de Europa*,
Bertel Bruun / Arthur Singer, ed. Omega, Barcelona, 1980

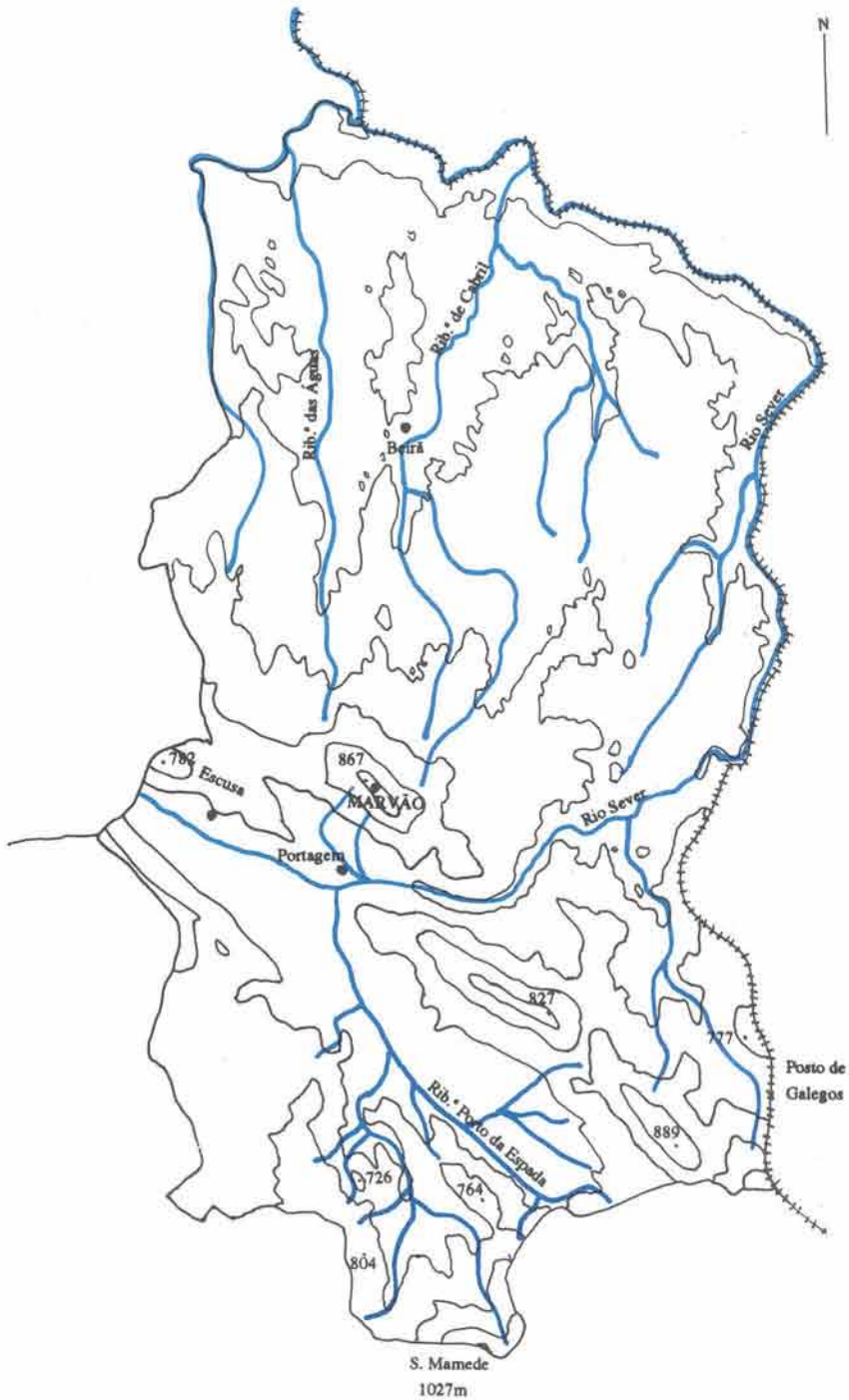
- *The Birds of Britain and Europe, with North Africa and the Middle East*,
H. Heinzel / R. Fitter / J. Parslow, Collins, London, 1972
- *A Field Guide to the Reptiles and Amphibians of Britain and Europe*,
E. N. Arnold / J. A. Burton, Collins, London, 1972



Jorge Madeira Mendes
 ASPECTOS FLORÍSTICOS E FAUNÍSTICOS DO
 CONCELHO DE MARVÃO



Concelho de Marvão (Escala: 1 / 100.000)
 Caracterização Sumária do Coberto Vegeta-
 ta (segundo levantamento de Agosto de 1998)



MENOROT EM CABECEIRAS DE SEPULTURA MEDIEVAIS DE MARVÃO

Carmen Balesteros

O Museu Municipal de Marvão possui uma interessante colecção composta por vinte e quatro cabeceiras de sepultura medievais, provenientes certamente dos antigos cemitérios da vila.

Ao que parece, a pequena vila fortificada deve ter contado ao longo dos tempos e até à década de quarenta do nosso século, data das primeiras inumações no novo cemitério, com três espaços preferenciais de tumulação, localizados naturalmente nas proximidades das Igrejas.

Um desses cemitérios localizava-se próximo à Igreja de Santa Maria de Marvão, e no mesmo local onde durante os trabalhos de arranjo e ajardinamento do espaço fronteiro à entrada principal da Igreja, foram encontradas ossadas humanas.

Outro dos cemitérios, que apenas recentemente deixou de ser utilizado, localizava-se junto à Igreja e Convento de Nossa Senhora da Estrela. Aí se encontravam ainda não há muitos anos, algumas das cabeceiras de sepultura que foram posteriormente guardadas, durante vários anos, no espaço do futuro Museu Municipal de Marvão.

Um outro espaço de enterramento poderá ter existido, e por informação prestada pelo Dr. Jorge Oliveira a quem agradecemos, junto à Igreja do Espírito Santo. As recentes obras aí realizadas vieram revelar enterramentos humanos num edifício lateral à Igreja que pode ter funcionado como cemitério desta, ou então ter feito parte da própria Igreja numa altura em que aquela tivesse ocupado uma área maior.

No mesmo local foi encontrado um arco em cantaria de belo trabalho, que hoje serve de moldura a uma fonte, recentemente inaugurada, que faz as delícias dos "velhotes" do Lar de Terceira Idade da Misericórdia de Marvão que aí se juntam a matar a sede de água e de companhia.

As cabeceiras de sepultura medievais que se encontram no Museu Municipal de Marvão, poderão ser assim provenientes dos diversos cemitérios da Vila e muito especialmente dos dois localizados junto dos espaços religiosos mais antigos, ou seja, a Igreja de Santa Maria e a Igreja e Convento de Nossa Senhora da Estrela.

A datação destas cabeceiras de sepultura normalmente denominadas de discóides ou de palmatória, e bastante vulgares na Península Ibérica, coloca problemas que se prendem sobretudo com o facto de muitas serem anepigráficas, tendo optado muitos daqueles cuja última morada elas serviam para assinalar, por uma decoração alusiva ao ofício desempenhado pelo morto ou então por uma decoração geométrica, nalguns casos com uma mensagem simbólica.

Ao denominarmos de medievais estas cabeceiras de sepultura, temos a consciência de estarmos a trabalhar com um conceito de periodização bastante alargado e que pode estender-se desde o século IV da nossa era até a um período tão recente como o século XVII ou XVIII. Quer Virgílio Correia Correia (1) quer Abel Viana (2) são de opinião que as cabeceiras de sepultura discóides devem datar dos tempos coevos ou posteriores ao século X, defendendo o primeiro que o seu uso deve ter-se estendido depois até ao século XVII. Abel Viana no entanto, precisa que "...A generalização dos enterramentos dentro das Igrejas

a partir do século XIII determinou o gradual desuso destas memórias tumulares." (3)

Remeter o desuso das cabeceiras de sepultura discóides para o século XIII parece-nos dar a estas manifestações de culto aos mortos um espaço cronológico demasiado reduzido se bem que seja difícil determinar com exactidão qual o momento em que elas deixam de ser utilizadas.

A razão que leva ao seu desuso também permanece para nós um pouco obscura e contrariamente a Carlos Cardoso (4) não acreditamos que essa explicação se possa esgotar no texto de algumas Constituições Sinodais dos finais do século XVI e XVII. Por considerarmos no entanto o interesse e a pertinência desses textos passamos a citar a informação que o autor julgou por bem colocar à disposição do leitor:

"...Livro 4, Título 12, Constituição V das Constituições/Synodais/Do/Bispado do Porto/Novamente feitas e ordenadas/Pello Illustrissimo e Reverendissimo Senhor/Dom Ioam de Sousa/Bispo do dito Bispado, Do Conse-/lho de sua Magestade, e seu Sumilher/De Cortina. /Propostas,/E aceitas em o Synodo/Diocesano que o dito Senhor/Celebrou em 18. de Mayo do Anno/De 1687:

«Ordenamos, e mandamos, sobpena de vinte cruzados pera despezas da justiça, e acusador, que sobre as sepulturas dos defuntos senão ponha tumulo de pedra, ou madeira, e sómente se poderá pôr hua campa de pedra univel com o mais pavimento, e tendo letreiro ou armas, serão abertas nas mesmas campas, de maneira, que não fiquem mais altas, que ellas (...)» (5)

Conclui o autor que "... foram as Constituições Sinodais dos finais do Séc. XVI e XVII, baseando-se na matéria, num "moto próprio" de Pio V, e à medida que progredia o uso de enterramentos no interior das Igrejas que liquidaram o costume de erigir sobre as sepulturas estelas discóides ou rectangulares, inculpidas ou não, com símbolos profissionais; estelas essas que se mantiveram [presume-se] nos adros, ou, retiradas dos templos (...)" (6)

Contrariamente à opinião do autor, julgamos que o texto das Constituições Sinodais do Bispado do Porto datado de 1687 não se refira necessariamente à proibição de erigir estelas discóides ou rectangulares como forma de marcação e identificação de uma sepultura. Pensamos que o que se procura é sobretudo evitar que dentro dos Templos sejam construídos túmulos cujas inscrições ou decorações afectem a necessidade prática de movimentação dos fiéis dentro das Igrejas, bem como a preservação da moral católica. Os túmulos que normalmente se encontram dentro dos templos são sim do género denominado campa rasa ou então essa campa é sobrelevada em relação ao nível do pavimento. As cabeceiras de sepultura encontram-se normalmente nos espaços exteriores contíguos às Igrejas, onde a sua disposição não coloca os problemas que colocaria caso fossem erigidas no interior dos templos.

Considerando que o nível sócio-económico do finado esteve, durante a Idade Média, directamente relacionado com a sua possibilidade de vir a encontrar a paz eterna num solo reconhecidamente sagrado, podemos esperar que os enterramentos dentro das Igrejas estivessem reservados aos estratos sociais mais elevados da população. Ora a decoração das estelas discóides portuguesas apresenta, e de acordo com Abel Viana (7), uma forte profusão das alusões aos ofícios mecânicos, o que nos leva a considerar a hipótese não só de que as estelas discóides eram sobretudo utilizadas nos espaços exteriores às Igrejas, mas também que elas nos falam sobretudo de uma camada da população que não é a mais elevada e que

retira o que sustento das artes e ofícios ou da agricultura, e que exactamente por isso apenas pode aspirar a enterrar-se nas proximidades das paredes exteriores das Igrejas.

As vinte e quatro cabeceiras de sepultura medievais de Marvão, que hoje se encontram expostas no Museu da Vila foram estudadas e publicadas por José Beleza Moreira nas Actas das 1.^{as} Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano - 85, num trabalho subordinado ao título "Cabeceiras de Sepultura do Distrito de Portalegre". Neste mesmo trabalho, propôs-se o autor estudar, entre as restantes, as duas cabeceiras de sepultura medievais que são, neste momento, objecto do nosso estudo. Descritas sob os números 59 e 62, diz-nos o autor, depois de nos dar informações sobre a classificação e dimensões destas estelas, que o seu verso é decorado com um "ramo de árvore".

Discordamos do autor quanto à interpretação desta decoração. Temos no entanto em conta a informação de Leite de Vansconcellos (8) que nas Religiões da Lusitânia, e referindo as lápides insculptadas de Cárquere, nos diz não ser estranho que se figurem plantas nos túmulos visto estas terem sido associadas desde cedo ao culto dos mortos.



Foto de J. Oliveira

Arco de Tito (comemoração da vitória sobre os hebreus)

A decoração das lápides de Cárquere, e visto que algumas terminam sob a forma de um tridente, terá mesmo levado Hubner (9) a colocar a hipótese de se pretender identificar um gladiador que lutasse com tridente e rede.

É claro que a mensagem que nos transmitem as duas estelas discóides medievais de Marvão não é certamente a de um gladiador que lutasse com tridente e rede.

Poderá ser um ramo de árvore. De longe somos meros espectadores que nos esfor-

çamos por penetrar num mundo de representações mentais que, como acontece no caso presente, nem sequer nos facilita o percurso acenando-nos com a mensagem escrita.

Mas também poderá não ser um ramo de árvore. Estamos convencidos que nos encontramos antes perante a representação estilizada de uma menorah, nome hebraico que designa o candelabro de sete braços. Teríamos então nas estelas discóides medievais de Marvão um dado pouco vulgar, ou seja a representação estilizada de duas menorot, ou candelabros de sete braços.

Na sua acepção genérica o candelabro de sete braços era o suporte de lâmpadas frequente nos usos domésticos judaicos. Tem no entanto uma forte conotação religiosa e de acordo com Gerschom Scholem (10) é mesmo um símbolo judaico mais importante que o famoso pentagrama ou estrela de David.

O candelabro de sete braços figurava entre os objectos sagrados de culto do tabernáculo, para cuja construção, Iahweh deu instruções específicas a Moisés (Ex 25, 1-22). Também para a realização do candelabro Iahweh deu instruções detalhadas a Moisés: "Farás um candelabro de ouro puro; o candelabro, o seu pedestal e a sua haste serão em relevo; os seus cálices, os seus botões e flores formarão com ele uma só peça. Seis braços sairão dos seus lados: três braços do candelabro de um lado e três braços de candelabro do outro lado. Num braço haverá três cálices com formato de flor de amêndoa, com botão e flor; e três cálices com formato de flor de amêndoa no outro braço, com botão e flor; assim serão os seis braços saindo do candelabro." (Ex 25, 31-33), "Far-lhe-ás também sete lâmpadas. As lâmpadas serão elevadas de tal modo que alumiem defronte dele." (Ex 25,37) (11)

O candelabro do Tabernáculo devia iluminar diante de Iahweh desde o cair da tarde até à manhã sendo para isso utilizado azeite puro, e sendo responsável por este trabalho Aarão e os seus descendentes que ficariam adscritos ao trabalho do Templo: "Iahweh falou a Moisés e disse: Ordena aos filhos de Israel que te tragam azeite puro de olivas esmagadas, para o candelabro, para que nele haja uma chama permanente. Diante do véu do Testemunho, na Tenda da Reunião, Aarão colocará em ordem a chama. Estará neste lugar diante de Iahweh, desde a tarde até à manhã continuamente. É uma lei perpétua para os vossos descendentes: Aarão preparará as lâmpadas sobre o candelabro puro, diante de Iahweh continuamente." (Lev 24, 1-4) (12).

No Primeiro Templo, construído pelo rei Salomão de acordo com as indicações que seu pai David, lhe fornecera, existiram dez menorot. "Salomão depositou no Templo de Iahweh todos os objectos que mandara fazer: o altar de ouro e a mesa de ouro, sobre a qual estavam os pães da oblação; os candelabros de ouro puríssimo, cinco à direita e cinco à esquerda diante do Debir; as flores; as lâmpadas, as tenazes, de ouro; as bacias, as facas, as bacias para a aspersão, as taças e os incensórios, de ouro puríssimo; os gonzos para as portas da sala interior - é o Santo dos Santos - e do Hekal, de ouro." (1R 7, 48-50) (13). Durante o reinado de Joaquin (598 a.C.), Nabucodonosor entrou em Jerusalém e no Templo de Iahweh levando consigo cerca de dez mil deportados e quebrando todos os objectos de ouro que Salomão fabricara para o Templo de Iahweh. Informação semelhante nos dá o Profeta Jeremias: "E o chefe da guarda tomou, ainda, os copos, os braseiros, as bacias para a aspersão, as panelas, os lustres, as bandejas e as taças, tanto de ouro como de prata." (Jer 52, 19) (14)

Apesar da informação que nos é fornecida pelo Antigo Testamento, de acordo com a tradição rabínica, quando o Templo estava prestes a ser destruído, a menorah terá sido escondida, para voltar mais tarde para Jerusalém e para o Segundo Templo, pela mão dos

exilados. Esta menorah terá sido retirada do Templo de Iahweh em 169 a.C. pelo Imperador Antíoco Epifânio, pelo que Judas Macabeu fez novos objectos para o culto sagrado, entre os quais uma menorah em ferro, a qual à medida que os judeus enriqueciam, foi sendo substituída por outra em prata e mais tarde em ouro. Esta menorah terá permanecido no Templo de Herodes até à sua destruição. Após a destruição do Templo a menorah terá sido levada para Roma sob a responsabilidade do Imperador Tito num cortejo triunfal que os relevos do Arco do Tito imortalizaram.

O destino da menorah pode ser seguido até ao reinado do Imperador Vespasiano, altura após a qual a sua sorte é incerta. Pode ter sido levada para Cartago pelos Vândalos e depois para Constantinopla donde terá sido finalmente de novo enviada para Jerusalém. Daqui terá desaparecido em virtude das invasões Persa e Árabe.

Pode também ter ficado em Constantinopla e ter tido a mesma sorte que outros importantes testemunhos do passado aquando do saque da cidade em 1204 pois as crónicas medievais mais tardias não lhe fazem qualquer referência.

Para além do significado cabalístico que a menorah pode ter, aparecendo como símbolo da Estrutura das Sefirot, o que não há dúvida é que ela tem um significado religioso que nos coloca no munto das representações simbólicas do Antigo Testamento e portanto no mundo das representações religiosas fundamentalmente hebraicas e judaicas.

Assim, pensamos poder colocar a hipótese de nos encontrarmos perante duas cabeceiras de sepultura que marcaram o local de enterramento de um judeu, de um cristão-novo, ou mesmo de um cristão que tivesse um conhecimento profundo do Antigo Testamento. Qualquer destas hipóteses nos parece viável. A fixação de judeus no espaço do Portugal medievo, bem como a sua integração social, é uma realidade indiscutível, e provavelmente teríamos muito a aprender em termos de tolerância religiosa com os primeiros reis portugueses.

Por outro lado a expulsão dos judeus de Espanha, da responsabilidade dos reis católicos, no final do século XV, levou a que estes procurassem naturalmente, atravessar a fronteira à procura de local onde lhes fosse possível continuar a viver. A fronteira de Marvão foi sem dúvida um dos locais preferenciais por onde algumas famílias de judeus fugiram de uma terra onde a perseguição se tornava cada vez mais cruel. Muitos se fixaram em Castelo de Vide, Portalegre, Crato e provavelmente também em Marvão e seu termo.

Quem sabe se estas cabeceiras de sepultura não nos falam de duas pessoas que apesar de terem sido enterradas em espaço religioso cristão e terem sido obrigadas a viver e a comportar-se como tal, nunca renegaram da sua fé e aproveitaram a hora da sua morte para o afirmar mais uma vez.

Ambas as cabeceiras de sepultura têm como material de suporte o granito da região, apresentando também ambas um trabalho tosco que se evidencia especialmente nas faces cuja decoração julgamos evocar um candelabro de sete braços. Não deixa também de ser interessante que ambas apresentam igualmente na outra face a decoração geométrica de uma cruz grega de braços rectilíneos. Se a cruz grega é um elemento geométrico decorativo que é vulgar nas cabeceiras de sepultura medievais da Península Ibérica, ela apresenta também, geralmente, braços curvilíneos.

A semelhança dos discursos existentes nestas cabeceiras de sepultura leva-nos também a colocar a hipótese de nos encontrarmos perante o trabalho de um mesmo canteiro, e de dois enterramentos de pessoas que comungaram interesses, valores, e credos semelhantes.

BIBLIOGRAFIA

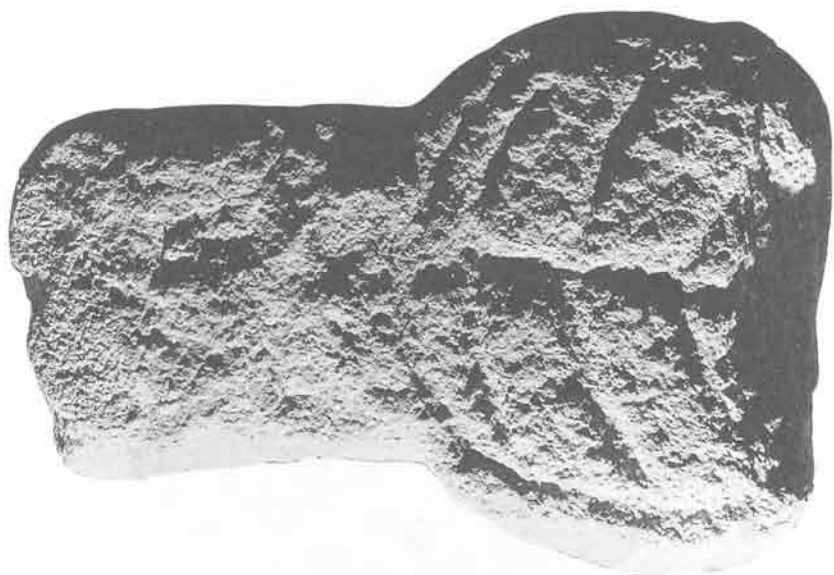
- CARDOSO**, Carlos - *Símbolos Profissionais em Algumas Sepulturas de Ciganos*, in Revista Lusitana, Nova Série, n.º 1, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1981.
- CORREIA**, Virgílio - *Monumentos e Esculturas (Séculos III a XVI)*, 2.ª Ed., 1924.
- LEITE DE VASCONCELLOS, J.** - *Religiões da Lusitânia*, Vol. III, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.
- SCHOLEM**, Gerschom - *Le Messianisme Juif*, Ed. Calmann-Lévy, Paris, 1974.
- VIANA**, Abel - *Algumas Noções Elementares de Arqueologia Prática*, Beja, 1962.
- A BÍBLIA DE JERUSALÉM**, Nova Edição Revista, Edições Paulinas, 1985.
- ENCICLOPEDIA JUDAICA**, (artigos vários), The Macmillan Company, Israel, 1971.

NOTAS

- (1) - **CORREIA**, Virgílio - *Monumentos e Esculturas (Séculos III a XVI)*, 2.ª Ed., Lisboa, 1924, p. 216.
- (2) - **VIANA**, Abel - *Algumas Noções Elementares de Arqueologia Prática*. Beja. 1962, p. 144.
- (3) - **IDEM**, p. 144.
- (4) - **CARDOSO**, Carlos - *Símbolos Profissionais em Algumas Sepulturas de Ciganos*, in Revista Lusitana, Nova Série, n.º 1, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1981.
- (5) - **IDEM**, p. 33.
- (6) - **IDEM**, p. 34.
- (7) - **VIANA**, Abel - *Estelas Discóides do Museu de Beja*, in Arquivo de Beja, Vol. VI, Beja, 1949, p. 77.
- (8) - **LEITE DE VASCONCELOS, J.** - *Religiões da Lusitânia*, Vol. III, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989, p. 440.
- (9) - **IDEM**, p. 440.
- (10) - **SCHOLEM**, Gerschom - *Le Messianisma Juif*, Ed. Calmann-Lévy, Paris, 1974.
- (11) - **A BÍBLIA DE JERUSALÉM**, Nova Edição Revista, Edições Paulinas, 1985.
- (12, 13, 14) - **IDEM**.



Cabeceira de sepultura medieval decorada com a menorah numa das faces (n.º 62 de J. B. Moreira)



Cabecera de sepultura medieval decorada com a menorah numa das faces (n.º 59 de J. R. Moreira)



A PONTE QUINHENTISTA DA PORTAGEM - MARVÃO -

Jorge Oliveira

A aldeia da Portagem, no concelho de Marvão é particularmente conhecida pela amenidade do seu clima e pela vetusta ponte de granito que transpõe o Rio Sever. Seriam estes dois factores que justificaram a rápida fixação de gentes neste local, transformando o ermado sítio na progressiva aldeia que hoje conhecemos.



Foto de J. Oliveira

Vista actual da Ponte da Portagem - Aramenha

A Ponte da Portagem, um dos muitos "ex-libris" do concelho de Marvão, poderá ser considerada como uma das mais perfeitas obras de engenharia viária conhecidas no Alentejo. Se a ponte se tornou numa das referências obrigatórias do ponto de vista turístico não o é menos nas referências escritas e gráficas de praticamente todos os investigadores que sobre o concelho se têm debruçado.

A sua localização nas proximidades da cidade romana de Ammaia (freguesia de Aramenha), juntamente com a presença de materiais romanos nas suas imediações, têm contribuído para que praticamente todos os autores a considerem como obra dos romanos ou do seu tempo.

Vejamos o que alguns autores disseram sobre esta ponte:

Possidónio Laranjo Coelho no seu trabalho intitulado **Marvão (Elucidário breve de uma visita a esta vila)** escreve nas páginas 15 e 16 "Voltando ao sítio da Portagem para tomarmos a estrada de Marvão, repare-se à direita na velha ponte romana de uma das vias do itinerário que de Lisboa se dirige a Mérida". Laranjo Coelho considera-a, portanto, obra dos romanos.

Luís Keil, na página 97 do volume dedicado ao distrito de Portalegre do **Inventário Artístico de Portugal**, editado em 1943, diz-nos que a Ponte da Portagem "Atravessa a Ribeira de Marvão no sítio onde o rio toma o nome de Sever. Dista 3 quilómetros da vila. Data possivelmente dos primeiros séculos da era cristã. Foi construída na via de Lisboa a Mérida. A sua aparelhagem arcaica, ainda bem conservada, presume-se ser construção dessa época. Compõe-se de cinco arcos estando um deles entaipado. As guardas são altas (1 m, 10). Tem três corta-mares, aos quais correspondem, do lado juzante, três pegões quadrangulares. Mede 52 metros de comprimento e é em forma de arco quebrado.

O estado de conservação é bom.

Da parte do sul a 20 metros da extremidade da ponte existe uma torre quadrada com porta de pedra aparelhada, obra do século XIV ou XV, destinada à vigilância da ponte."



Torre da Portagem - Aramenha

Como se pode ler, também Luís Keil considera a ponte obra dos romanos, atribuindo, contudo, uma data posterior à torre que se situa na margem direita. Desta opinião não comunga o General João de Almeida.

Este investigador, nas páginas 148 e 149 do volume X do **Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses**, datado de 1948, considera de facto a ponte obra dos romanos, mas quanto à torre afirma o seguinte: "Dada a sua natureza, trata-se de uma torre quadrangular, em bom estado de conservação, construída pelos Romanos, com o fim de proteger a ponte, que dava serventia à estrada militar que, vinda de Santarém por Gavião e Castelo de Vide, prosseguia depois para Cáceres e Trujillo."

Ainda que sem definir o percurso da via romana, Afonso do Paço na página 110 da **Carta Arqueológica do Concelho de Marvão**, elaborada em 1950, diz-nos que por esta região ela passaria "assinalada pelas pontes da Portagem, do ribeiro das Trutas e da Madalena que ficam nas suas imediações" (cidade de Ammaia).

Conclui-se, portanto que para Afonso do Paço, as três pontes mais conhecidas situadas na área da cidade romana da Ammaia seriam romanas. De opinião semelhante é Josefa da Conceição Neves, ao escrever na página 6 do seu estudo intitulado **Uma Coleção particular de materiais romanos de Aramenha**, editado em 1972: "Mais bem conservadas e perfeitamente visíveis, temos três pontes: a do Ribeiro das Trutas, Madalena e Portagem. A última é a maior. Mede 52 metros de comprimento, tem cinco arcos e uma razoável largura de dorso. Por ela passaria, provavelmente, a via romana Olissipo-Emerita que nos é descrita no Itinerário de António Pio."

Mais recentemente (1973), Jorge Alarcão na página 77 de **Portugal Romano** diz-nos que "Três pontes, a do ribeiro das Trutas, da Madalena e a da Portagem são consideradas romanas."

Citando apenas alguns autores, vemos que todos eles são concordantes quanto à época de construção das pontes da Madalena, das Trutas e especialmente da ponte da Portagem. Estaríamos, portanto, em presença de uma datação segura para a da Portagem - **PRIMEIROS SÉCULOS DA ERA CRISTÃ**. Contudo, um documento de enorme importância para a história do distrito de Portalegre, datável dos primeiros anos do século XVII vem, a darmos-lhe crédito, alterar completamente esta visão. Trata-se do tão esquecido **Tratado da Cidade de Portalegre** escrito pelo Capelão da Sé, Diogo Pereira de Sotto Maior e concluído em 1619.

Pela magnífica introdução de Leonel Martins que antecede a recente edição (1984) ficamos a saber que Diogo Pereira de Sotto Maior nasceu entre 1550 e 1560 na freguesia de Alegrete e que cedo foi Cura do Monte dos Galegos (concelho de Marvão), portanto, profundo conhecedor desta região.

Vejamos o que Sotto Maior escreve na página 37 (edição de 1984) relativamente à cidade romana que se situava na freguesia da Aramenha:

"Foi esta cidade mui célebre entre as da nossa Lusitânia, muito grande, como as suas ruínas o mostram, e muito rica. Nela aparece ainda hoje ua porta inteira, defronte da qual estava ua ponte que eu ainda vi em pé, muito forte, onde ainda se parece o lastro que nunca o rio pôde desfazer. Foi dirrubada e disfeita por cobiça de se dizer que furtavam por ela os direitos das mercadorias que passavam para o reino de Castela. Em seu lugar se fez outra mais abaixo, sobre o mesmo rio, onde está ua torre que está mais abaixo da cidade,

que se chamava a Portagem.

Ali costumavam residir os guardas do reino e se despachavam os direitos d'el-rei."

Como se pode ver é de fundamental importância para a história do concelho de Marvão este excerto do texto de Diogo Pereira de Sotto Maior.



Ponte da Ribeira "PONTE VELHA" Marvão - Anos 50.

O autor informa-nos que existiria, ainda no tempo dele (possivelmente nos finais do século XVI), uma ponte defronte da qual estava uma *porta inteira*. Tratar-se-ia do célebre Arco da Aramenha que Manuel de Azevedo Fortes, Governador da Praça de Castelo de Vide, mandaria transportar para aquela vila no ano de 1710. Esta porta situava-se na área da Quinta da Azenha Branca, local de maior concentração de vestígios romanos da cidade de Ammaia. A ponte que lhe ficaria defronte seria obra do tempo dos romanos, se atendermos aos vestígios que ainda hoje se encontram no local.

Informa-nos ainda o autor do século XVII que a ponte foi *dirrubada* para evitar que por ela passassem mercadorias para Castela sem pagarem direitos. Esta ponte foi substituída por outra que na sua altura se construiu mais abaixo, junto de uma torre que se chamava Portagem.

Podemos, pois, inferir do texto de Diogo Pereira de Sotto Maior que a Torre da Portagem já existiria e a ela e não à ponte se ficou a dever o ainda actual topónimo de

Portagem. Nesta torre de características medievais, funcionaria a *aduana* de Marvão e nela se cobriam os direitos de portagem, funcionando desde, pelo menos, o dia 1 de Setembro de 1416 (Laranjo Coelho, 1988).

Vemos, portanto, que a vulgarmente chamada ponte romana da Portagem, remontará, quando muito, aos finais do século XVI. Estamos crentes que a maior parte das cantarias utilizadas na construção da ponte sejam de facto romanas, certamente reutilizações das da anterior ponte ou de outros edifícios romanos que abundavam em ruínas na região.

Da época de construção da ponte da Portagem será também a primitiva capela de Nossa Senhora da Rocha que se adossa à ponte na margem esquerda do Rio Sever.

Colocam-se-nos, contudo, algumas questões, relativamente ao acesso à *aduana* medieval de Marvão que funcionava, como se demonstrou na Torre da Portagem. Se considerarmos a anterioridade da torre em relação à actual ponte, qual seria o processo de transposição do rio? Talvez a resposta se pudesse encontrar no açude/ponte de tradição romana que se localizava no local onde hoje se erguem as comportas da piscina fluvial da Portagem, algumas dezenas de metros a montante da torre. Este açude, já parcialmente destruído aquando da construção da piscina foi totalmente arrasado nos anos setenta do presente século. Tratar-se-ia de um açude semelhante ao que se situa sobre o mesmo rio frente à Igreja de S. Salvador da Aramenha e que foi totalmente reparado no Verão de 1991. Do açude da Portagem subsistem ainda hoje algumas cantarias almofadadas que servem de bancos junto à ponte.

Outra alternativa para a transposição do rio seria a utilização de poldras com empedrado submerso, processo ainda hoje em uso nalguns locais.

Parece, portanto, a darmos crédito às informações de Diogo Pereira de Sotto Maior, que as informações dos outros autores terão pouca consistência ao considerarem a Ponte da Portagem como obra dos romanos.

Gostaríamos, ainda e aqui, de recuperar uma versão da lenda que se formou face à ausência de uma pedra no topo da guarda de montante da ponte em análise. Outra versão, não muito distante da que nos contaram na Portagem, encontra-se publicada por A. P. Freire no trabalho intitulado **Marvão-A Estação Thermal da Fadagosa-Época balnear de 1911**.

A versão que nos foi contada reza que a ponte teria sido construída no tempo em que os Mouros dominavam esta região.

Como o Rio Sever formasse grossos caudais durante o Inverno, os habitantes pensaram em construir uma ponte por onde pudessem passar, a salvo, durante todo o ano.

Reuniram-se para projectar e recolherem dinheiro para a sua construção. Na assembleia apareceu um cavalheiro desconhecido que, pelo vestuário, parecia ser pessoa de muitas posses e que se ofereceu para fazer a ponte às suas custas, pedindo em troca a entrega das almas de toda a população a D. Belzebuth. Os muçulmanos pediram para conferenciar a sós antes de responderem. Regressaram à reunião e acordaram com Satanaz em lhe entregarem as almas se ele construísse a ponte desde o pôr ao nascer do Sol. Satanaz, esfregando as mãos de contente, chamou a si todos os seus sequazes que carregaram para o local, uma a uma, todas as pedras necessárias à construção da ponte. Durante toda a noite Satanaz trabalhou, mas ao nascer do Sol faltava uma pedra. O Sol já ia alto e à ponte ainda faltava uma pedra para estar concluída. A esperteza dos seguidores de Alá tinha-lhes salvo a alma e conseguindo obter, sem esforço, uma ponte, à custa, apenas, de esconderem de

Satanaz uma pequena pedra que faltava para acabar a obra.



Bloco de granito recentemente colocado na guarda da Ponte da Portagem.

Satanaz, vendo-se enganado, anteviu uma desgraça para quem lá colocasse a pedra em falta. Os anos e séculos passaram. Aos Muçulmanos seguiram-se os Cristãos e à ponte sempre faltou a lendária pedra. Todos temeram colocar a pedra que faltava. Mas em 1980 um bloco de granito previamente talhado foi colocado no local pelo Sr. Joaquim Ventura da Encarnação.

Recentemente fomos visitá-lo para confirmar a lenda. Encontrámo-lo, na sua casa, junto à Ponte da Portagem, sentado numa cadeira de rodas por lhe ter sido amputada uma perna devido a um acidente vascular.

Ao abordarmos a localização cronológica da Ponte da Portagem, colocam-se-nos várias questões relacionadas com outras pontes do concelho de Marvão. Se no que respeita à ponte da Madalena parece não haver dúvidas quanto à sua origem romana, o mesmo já não se passa em relação à ponte dos Olhos de Água, à Ponte Velha e à do Ribeiro das Trutas.

A dos Olhos de Água localiza-se em frente à Quinta da Azenha Branca e é o único acesso para o Porto da Espada pela zona de S. Salvador. Pela sua localização, poder-se-á levantar a hipótese de ter sido construída no mesmo local da que foi *dirrubada* no tempo de Diogo Pereira de Sotto Maior. A que agora existe no local é obra de pouca envergadura e de

construção modesta. De difícil datação, parece, contudo, não remontar para além dos finais do século XVIII.



Foto de J. Oliveira

Ponte dos Olhos de Água - Aramenha

A Ponte Velha que foi utilizada até alguns anos antes de ruir às 8 horas da manhã do dia 26 de Abril de 1982, deverá, certamente, o seu nome à sua grande antiguidade. Para além da Ponte da Portagem e dos Olhos de Água, e a que se situa junto à Capela de Santo António dos Barros Cardos, são as únicas pontes anteriores ao século XX que transpõem o Rio Sever. Apenas a última recebeu o nome de Velha. Seria a Ponte Velha a mais antiga? Sabendo-se que a da Portagem é quinhentista, e que a dos Olhos da Água parece não remontar para além do século XVIII, a denominada de velha seria a de fábrica mais antiga. Confirmam esta hipótese as marcas de canteiro, de características medievais, que se podiam observar nalguns blocos de granito que formavam as aduelas do principal arco ogival desta ponte e actualmente já destruído.

Em face do exposto, parece, portanto, que sobre o Rio Sever a mais antiga ponte seria a que ao tempo de Diogo Pereira de Sotto Maior (século XVI) foi destruída e que se localizava em frente à Quinta da Azenha Branca. Em antiguidade seguir-se-ia a Ponte Velha, que recentemente ruíu. No século XVI teria sido construída a da Portagem e no século XVIII a dos Olhos de Água. Da primeira metade do século XX e recentemente ampliada é a que

se localiza algumas dezenas de metros a montante da ponte quinhentista da Portagem. A que substituiu a denominada velha foi concluída poucos anos antes da total ruína da primeira.

A ponte sobre o Ribeiro das Trutas e que apresenta vários materiais romanos reutilizados poderá ser datada dos primeiros anos da Idade Média. Paralela e a montante desta ponte pode ainda hoje observar-se uma calçada para a passagem de carretas e carros mais pesados como impunham as posturas municipais publicadas nos finais do século passado.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge, *Portugal Romano*, Colecção História Mundi, 33.º Vol., Editorial Verbo, 1973

ALMEIDA, João de (General), *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Vol. X, Edição do Autor, Lisboa, 1948

COELHO, P. Laranjo, *Terras de Odiana*, Edição das Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão, 2.ª Edição, Lisboa, 1988 (reedição de 1924)

COELHO, P. Laranjo, *Marvão (Elucidário breve de uma visita a esta vila)*, III edição, Câmara Municipal de Marvão, 1988

FREIRE, A. P., *Marvão - A Estação Thermal da Fadagosa - Época Balnear de 1911*, Lisboa, 1912

KEIL, Luís, *Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Portalegre*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943

NEVES, Josefa da Conceição, *Uma Colecção Particular de Materiais Romanos de Aramenha*, Conimbriga XI, Coimbra, 1972

OLIVEIRA, Jorge, **BALESTEROS**, Carmen, *Levantamento Arqueológico da Barragem da Apertadura*, Edição da Câmara Municipal de Marvão, Portalegre, 1989

OLIVEIRA, Jorge, *A Estátua Romana da Escusa - Marvão*, Ibn Maruán n.º 1, Câmara Municipal de Marvão, Portalegre, 1991

SOTTOMAYOR, Diogo Pereira, *Tratado da Cidade de Portalegre*, I.N.C.M. - C.M. de Portalegre, Vila da Maia, 1984 (reedição de 1619)

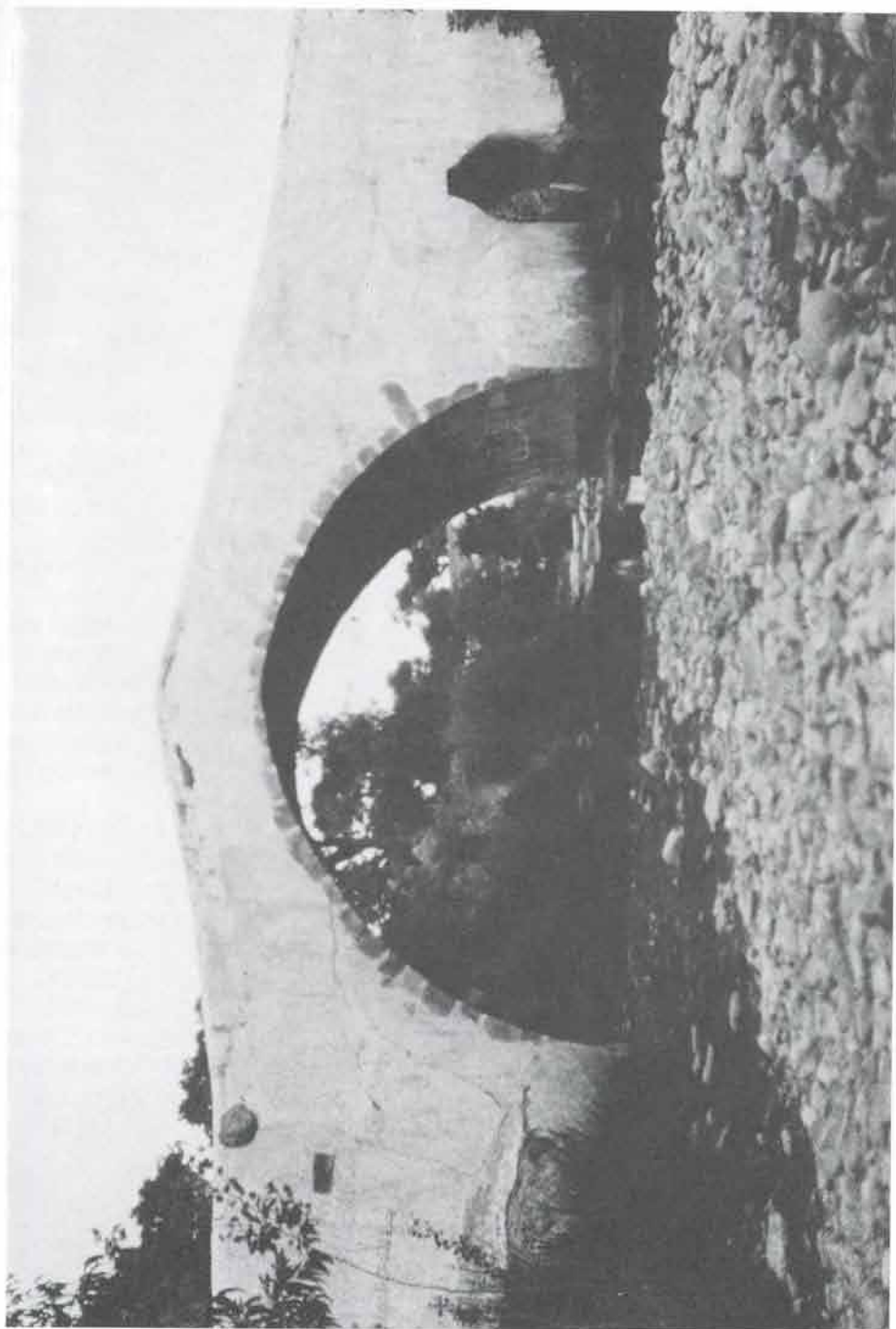
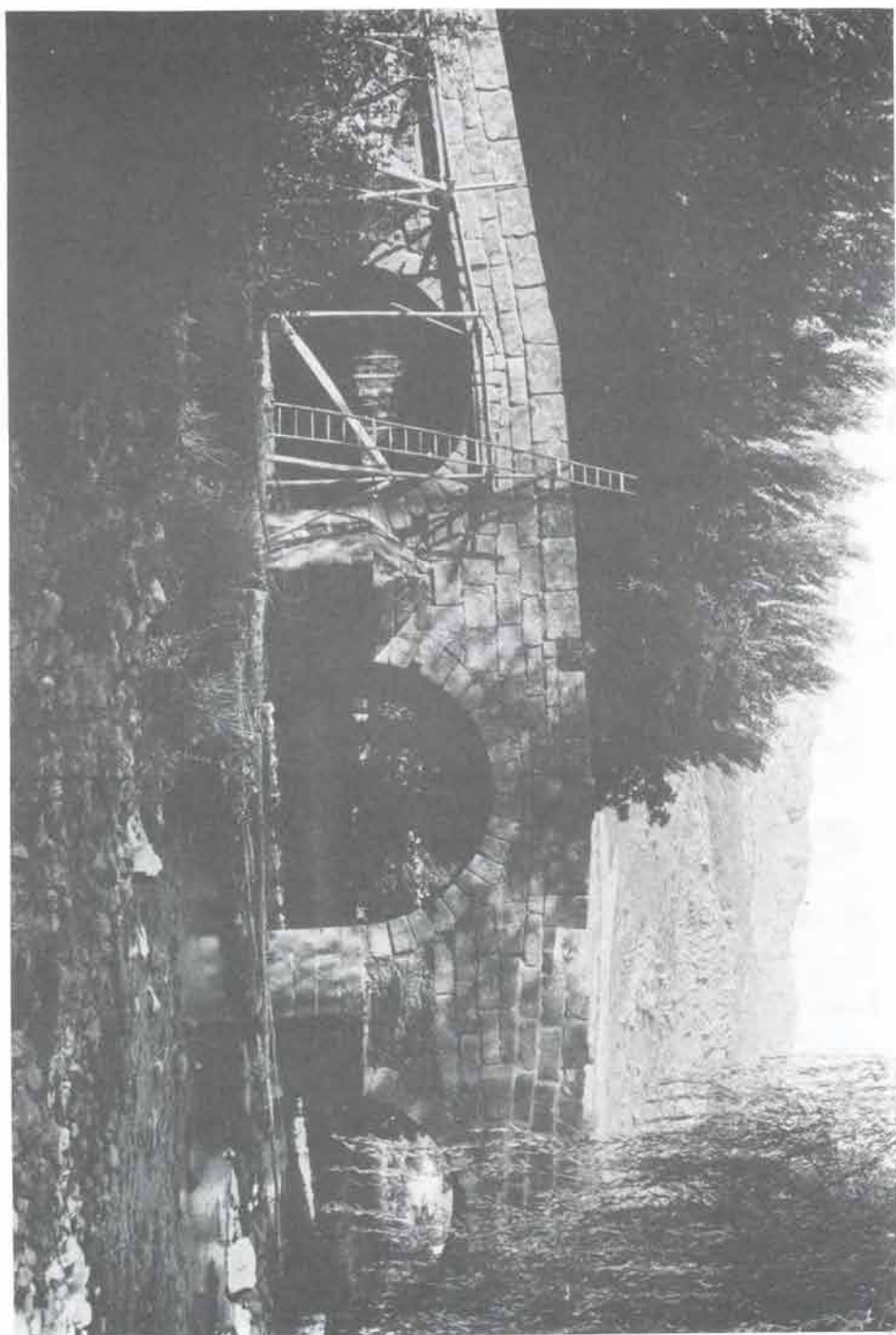


Foto gentilmente cedida por D.R.M.E.S.

Ponte Velha - Marvão (Ano de 1968)

Ponte da Portagem em 1963 durante os trabalhos de restauro dos monumentos nacionais.

Foto gentilmente cedida por D.R.M.E.S.



AS CALEIRAS DA ESCUSA

Emília Mena

A Escusa é uma povoação do Concelho de Marvão, Distrito de Portalegre, encontra-se escondida entre a ramaria dos soutos que a cercam, derivando de tal situação o nome Escusa.

É precisamente a 1000 m da Escusa que se localizam as **Caleiras**: exploração de pedreiras de calcário destinado ao fabrico de cal em fornos.

Significaram para a zona uma fonte de trabalho e emprego. Grande parte da população masculina da Escusa e arredores trabalhava nas caleiras.

Empregavam cerca de 150 homens, tendo um total de 11 fornos, situando-se dois deles a 600 m da Escusa.

Os fornos coziavam durante todo o ano, embora com menos frequência no Inverno, pois o mato que servia de combustível estava molhado.

Sendo o fabrico de cal uma tradição muito antiga faz-se seguidamente uma descrição do funcionamento das caleiras, especialmente do fabrico de cal:

- A primeira fase do fabrico da cal consiste na extracção da pedra feita por três ou quatro homens, do seguinte modo:

"Empinavam" à pedreira uma escada e, com a ajuda de uma broca abriam um buraco na pedra. Esse buraco era depois limpo com o caço (concha de ferro que servia para tirar o pó). Em seguida metiam pólvora com o **atacador** que a apertava.

Quando lhe pegavam fogo, a pedra caía e era levada para o forno em bestas, onde se fazia o **cordão** (muro de pedras à volta do forno). Quando estava reunida toda a pedra necessária para a cozedura da cal, começava-se a **enfornar** (carregamento do forno) o que era feito por oito homens que durante um dia iam metendo a lenha necessária para cozer a cal.

Esta lenha servia de "andaime" para os homens que iam sempre por cima dela até chegar ao cimo do forno, que se ia fechando, era por isso a **gruta**.

Depois do forno fechado, fazia-se uma parede em volta, pouco mais ou menos à altura de um homem, era chamado o **capelo**. Ficava um orifício na porta, por onde era metida a lenha durante a cozedura que durava cerca de 48 horas.

Durante este tempo eram necessários três homens que iam metendo lenha no forno.

Uma fornada levava aproximadamente 600 feixes de lenha, correspondendo 15 a uma carga. Este trabalho era dividido entre eles, metendo cada um as cargas de lenha que lhe pertenciam.

Era pela porta do forno que se via se a cal estava cozida e então parava de se alimentar o mesmo.

A cal era deixada a arrefecer durante dois dias, depois de cozida, e só então era tirada para se vender. Normalmente uma fornada produzia cerca de 2800 a 3000 arrobas de cal.

Fabricava-se a cal branca e preta, sendo a última em maior quantidade.

A cal branca era utilizada na região da Escusa para fazer as caiações das casas, a preta ainda hoje é recomendada para argamassas em obras de construção.

A cal era procurada nas caleiras pelas povoações vizinhas e era vendida pelos "caleiros" que em burros abasteciam as terras próximas, nomeadamente Castelo de Vide, Portalegre, Tolosa, etc. Chegavam a abastecer terras da Beira como é o caso da Guarda, Covilhã e Castelo Branco.

Em simultâneo com a actividade de caleiros, alguns deles trabalhavam por conta própria na agricultura, sendo o fabrico da cal um trabalho duro e mal pago.

Era uma tarefa não aceite pelos que, fora da Escusa, procuravam melhores condições de vida.

Paralizados há cerca de 17 anos, há dúvidas quanto ao ano exacto em que as caleiras trabalharam pela última vez, sabendo-se apenas que foi entre finais dos anos 60 e início dos anos 70.

Como causas desta paralização, temos o aparecimento da cal hidráulica e do cimento a preços baixos e de qualidade, que faziam concorrência aos mercados abastecidos pelos caleiros da Escusa. Uma outra causa foi o fraco poder económico dos proprietários dos fornos que não podiam fazer frente a essa crise. A falta de união entre as pessoas também contribuiu de certa forma para a não resolução deste problema.

Um outro factor decisivo foi o abandono do trabalho das caleiras pelos jovens, não havendo, por isso, mão-de-obra que substituisse a dos caleiros.

Há que salientar o facto de ter sido na Escusa que os fornos trabalharam durante mais tempo, devido à situação da pedreira junto dos mesmos, o que facilitava o transporte da matéria prima.

Actualmente a aldeia tem aproximadamente cerca de 350 habitantes, que ainda hoje são conhecidos pelo nome "os caleiros". Vivem da sua reforma e da pequena horta, trabalhando alguns por conta própria na agricultura. Os restantes trabalham ao serviço do concelho ou do distrito.

As caleiras da Escusa constituíram para a sua população um bem económico, mas apesar da sua paralização, vivem actualmente em melhores condições do que quando estas estavam em actividade.

Desde então, as pessoas não têm consciência do valor cultural que as caleiras representam para a Escusa. É necessário preservar o local e tentar que um dos fornos funcione, sendo uma tecnologia tradicional e de grande valor etnológico, deve ser salvaguardada.

Além disso, as caleiras fazem parte da Arqueologia Industrial, facto que contribui também de forma decisiva para a sua protecção.

É bem visível a degradação em grande parte dos fornos, por vezes são mesmo utilizados como depósito de lixo.

As caleiras eram alvo e tema de muitas quadras populares, tendo como protagonistas os caleiros e as mulheres que lhe levavam as refeições. São exemplo disso as seguintes:

"Onde vás Bárbara Antunes
C'o teu passo tã ligeiro,
Vou levar o jantar
Ao Inácio Cabouqueiro."

"Sou da Escusa, sou caleiro
A minha voz vai p'ro ar
Toda a gente me conhece
Pelo jeito de falar."

"Eu sou como a cal da Escusa
Qualquer coisa me entretém
Levo cabaços às dúzias,
P'ra mim está tudo bem! "

Havia também cantigas com o mesmo tema e algumas delas faziam parte do repertório do rancho da Escusa, formado pelos "cabouqueiros da cal". Como exemplo uma quadra e o refrão:

"Roçadores e cabouqueiros,
Homens de boa vontade
Cortam pedra, roçam mato
com amor e lealdade. "

"Aos cabouqueiros da cal (ó ai)
Vamos levar o jantar. "

Muito haverá ainda a dizer das caleiras da Escusa. Seria interessante pesquisar a sua origem que parece remontar à dominação Romana e outros aspectos com eles relacionados.

FONTES

Fontes Orais (dados recolhidos na Escusa)

INFORMADOR

João Domingos da Graça (um dos caleiros da aldeia)



Caldeiras da Escusa - Vista Geral



Forno nas Caleiras da Escusa

O TÓPICO DA "DESPEDIDA" NA POESIA RURAL DO CONCELHO DE MARVÃO

Manuel Ramiro Salgueiro

A Mãe: Exortação lamentativa:

Vai-te, filho do coração,
Deus vá em tua companhia,
Tua mãe fica de luto,
Nunca mais tem alegria.

Dentro do nosso País 5
Anda de luto a pobreza,
Com desgosto e tristeza
Faz muita mãe infeliz,
Mas que mal eu a Deus fiz
Para ter tanta aflição, 10
Recebe a minha benção,
Ó fruto do meu amor,
Deus é o teu defensor,
Vai-te, filho do coração.

Já que remédio não tem, 15
Toma ao menos coragem,
Se não morreres na viagem,
Não te esqueças da tua mãe,
As tuas manas também
Choram de noute e de dia, 20
Oh que horrível agonia
Deixa a tua despedida,
Vai-te, filho da minha vida,
Deus vá em tua companhia.

Sem teres distracção de amigos, 25
Tão longe da tua terra,
E disposto aos horrores da guerra,
E às balas dos inimigos,
E sujeito a tantos perigos,
Não te vale ser recruta, 30
Eu lamento e discuto,
E dou alívio aos teus pesares,
Enquanto tu não voltares
Tua mãe fica de luto.

Este abraço que te dou 35
Não é para entristeceres,
É para nunca te esqueceres
Duma mãe que te criou,
Já que a sorte te calhou,
Nunca tenhas covardia, 40
Despede-te com valentia,
Cá pede a Deus tua mãe,
Sem saberes se ficas bem,
Nunca mais tem alegria.

O Filho: "O ADEUS":

Adeus, querida mãe,
Vou para a guerra combater,
Palpita-me o coração
Que nunca mais a torno a ver.

Eu da vida militar 5
Nunca me aborreci,
Só ausentar-me de si
É que me vai custar,
E ter que passar ao mar
É que me há-de custar bem, 10
Mas, pelo poder que Deus tem,
Há-de ser meu defensor,
Peça por mim ao Senhor,
Adeus, minha querida mãe.

Ao fazer esta viagem, É por ordem superior, Lembrei-me de ser desertor, Mas eu não tive coragem, Vi que não era vantagem, Pois sempre tinha de sofrer, Deus é que me há-de defender, Que o meu destino lhe entrego, E, com a pena que eu levo, Vou para a guerra combater.	15 20
Hei-de lhe escrever a miúdo, Minha mãe, não se aflija, Peço a Deus que me proteja, Que ele é que governa em tudo, A riqueza não me ilude, Só quero a sua benção, O seu bom doce perdão, Uma vez que eu vou para a guerra, Vou deixar a minha terra, Palpita-me o coração.	25 30
Adeus, manos e cunhados, Adeus, aldeia tão querida, Vou dar fim à minha vida À terra dos degredados, Muitos pais apaixonados Seu pranto os faz verter, Há um Deus que me faz tremer, Não sei por quanto tempo, Cá levo no pensamento Que nunca mais a torno a ver.	35

A "Exortação Lamentativa" da Mãe contém os pontos seguintes:

"Oh que horrível agonia
Deixa a tua despedida," (A MÃE, p.p. 21s)

É o significado que se sintetiza com o título do conjunto. A "Despedida" é um tópico da poesia rural. Surge em casos limite, a morte, a guerra, o degredo, i. é. a abalada para longe, sem grandes possibilidades de retorno. O poeta Teofa da Escusa tem uma "Despedida" da esposa, despedida que visa de longe a sua morte futura. O poeta José Nunes Fernandes dos Alvarrões tem outra, cujo tema é um mancebo mobilizado que se depede ao abalar. E, se mais indagássemos, outras mais encontraríamos. A Despedida está ligada à Lamentação, ao "desgosto e tristeza" (A MÃE, p. 7), à saudade. Esta é uma despedida entre mãe e filho. A mãe é a personagem criada pela avó dos senhores Casimiro dos Santos Rolo (Mariano) e José dos Santos Rolo (Mariano). O filho é a personagem criada pelo filho daquela avó, pelo pai dos mesmos senhores Rolo, o poeta Joaquim Mariano. Claro. É fácil identificar as mesmas personagens com o poeta ou poetisa 'avó', com o poeta Joaquim Mariano. O povo rural identifica-os mesmo. Nós sabemos que do ponto de vista literário não são a mesma pessoa. Partamos no entanto do princípio que são. Terá sido uma despedida em presença, digamos durante um dape que reunia toda a família, ao o Joaquim ir para a tropa, ao o Joaquim saber que tinha sido mobilizado e ter vindo à Portagem dizer adeus à mãe e aos outros, ou uma despedida enviada por carta, uma "exortação lamentativa" enviada por carta pela mãe primeiro, e depois um "adeus" escrito, enviado pelo filho, do quartel, ao saber que tinha sido mobilizado?

A esta interrogação pode juntar-se outra. Saberiam os dois poetas ler e escrever? Só algum deles? Seriam estes versos-a-mote inventados e retidos de cor, depois ditados aos respectivos filhos e netos que de facto já sabiam ler? Estas interrogações põem-nos o problema da possibilidade de instrução literária, cultural e escrita para homens e mulheres desde os anos de 1850 em diante, após a "Regeneração". A "avó" dos Senhores Casimiro e José (Mariano) deverá ter nascido nas décadas de 1850/60, se admitirmos que Joaquim Mariano, seu filho nasceu à volta de 1886, pois o seu "adeus" tinha mais de 62 anos em 1968, data em que o Senhor José dos Santos Rolo (Mariano) nos enviou a carta que vai sendo mencionada ao longo deste ensaio. Temos a notícia de que, pelo menos na Escusa, os homens começaram a ser instruídos primeiro do que as mulheres. Nosso pai frequentou a escola do Senhor Professor Oliveira ainda que por pouco tempo. Nossa Mãe aprendeu a ler e escrever na mestra da Snhum Mestra. (O problema das mestras e o seu papel educativo e instrutivo no concelho está por equacionar). É provável que o poeta Joaquim Mariano soubesse ler e escrever. Menos provável é que sua mãe soubesse. Não é contudo impossível. Havia as benditas mestras. Não temos documentos para avançar mais. Outros investigadores o dirão.

Se foi uma despedida em presença, o texto parece não o sugerir.

Mesmo que o fosse o texto parece sugerir ter sido preparado antecipadamente para depois ser dito e recitado.

Joaquim Mariano, personagem, parece já estar afeito às lidas do quartel. Não chora. Vê os outros chorar. Procura acalmar a mãe:

"Hei-de lhe escrever a miúdo,
Minha mãe, não se aflija," (O Filho, p.p. 25s)

A personagem tem a noção de que não deve chorar mas sente a tristeza dos outros:

"Adeus, manos e cunhados,
Adeus, aldeia tão querida," (O Filho,p.p. 35s)

E depois:

"Muitos pais apaixonados
Seu pranto os faz verter" (O Filho,p.p. 39s)

Que a despedida não terá sido feita em presença, parece depreender-se também da carta que o Sr. José dos Santos Rolo (Mariano), filho do poeta Joaquim Mariano, nos enviou para o então Liceu de Santarém, carta com a data de 21 de Março de 1968. Diz ele, a propósito da fala de "O Filho":

"Resposta do meu pai para a minha avó".

Esta indicação parece sugerir que a resposta terá sido enviada por carta. Os correios tinham sido completamente reformados e melhorados na década de 1850 e, posteriormente, diversas vezes, até finais do século. Em 1853 tinham-se criado os primeiros selos. O desenvolvimento das estradas macadamizadas e dos caminhos de ferro ajudava muito no seu transporte.

Na mesma carta do Sr. José dos Santos Rolo (Mariano) se escreve que:

"esta quadra (o Adeus) tem para cima de 62 anos".

Se a 1968 tirarmos 62 anos podemos inferir que o verso-a-mote "O Filho" terá sido escrito para lá de 1906, tendo no início do século XX Joaquim Mariano 20 a 22 anos. O verso-a-mote "A Mãe" terá sido escrito também por esta altura, mas em data anterior ao verso-a-mote de "O Filho". Se atirmos os cálculos mais ou menos vinte anos para trás concluímos que Joaquim Mariano terá nascido por volta de 1884/86, fazendo remontar o nascimento da "Mãe" para a década de 1850. A mãe sente na pele a agitação política e cultural que remecheu todo o século XIX em Portugal.

A personagem "A Mãe" fala na guerra:

"E disposto aos horrores da guerra,
E às balas dos inimigos,
E sujeito a tantos perigos,
Não te vale ser recruta" (A Mãe,p.p. 27ss)

A personagem "Filho" também fala na guerra:

- "Vou para a guerra combater" (Filho,p. 2)
"Lembrei-me de ser desertor" (Filho,p. 17)
"Uma vez que eu vou para a guerra" (Filho,p. 32)
"Vou dar fim à minha vida" (Filho,p. 37)

Portanto temos uma "despedida" motivada por uma situação-limite, uma abalada para a guerra. Os dois poemas supõem que a guerra não é próxima, mas longínqua:

- "Se não morreres na viagem" (Mãe,p. 17)

A viagem é feita por mar:

- "E ter que passar ao mar
É que me há-de custar bem" (Filho,p. 9s)
"Vou dar fim à minha vida
Às terras dos degredados" (Filho,p. 37s)

Todos sabemos que os autores de crimes de delito comum agravado ou de delito político eram enviados para as antigas colónias, desde Timor à Guiné, ou até para a Madeira e Açores. Estes lugares eram "terra de degredados". Mas nesta terra a que o personagem de "O Filho" se refere havia guerra.

Se pensarmos que por volta de 1906 o poeta Joaquim Mariano tinha 20 a 22 anos, porque era mancebo mobilizado, podemos inferir, através dum "excursus" histórico, que nessa altura se tratava uma guerra numa das possessões portuguesas fora do continente. Ficavam à partida de fora os Açores e a Madeira. Estas regiões nunca tinham criado problemas de maior e estavam suficientemente habitadas por continentais para continuarem a não os criar.

Joaquim Mariano acompanhava desde menino o desenrolar dos acontecimentos políticos em Portugal a partir do Ultimatum da Inglaterra em 1890. O Ultimatum, que previu o começo da queda da Monarquia, teve antecedentes. A mãe dele, portanto, também respirava este clima de mal estar.

Desde muito antes, Franceses, Ingleses e Alemães, pelo menos, cobiçavam as colónias portuguesas e desenvolviam esforços para apoderar-se delas. A captura do navio negreiro francês 'Charles et Georges' em 1857, é um dos episódios macabros desta luta. Nesta data é a "Avó" uma menina. As expedições para a dominação, pacificação e defesa dos territórios ultramarinos intensificaram-se a partir de 1858. Isto não agradava às potências europeias que continuaram a envidar esforços diplomáticos e bélicos para levar adiante os

seus intentos de posse. Foi necessário demarcar bem os territórios cobiçados para poder organizar bem acções de defesa. Alguns desses territórios vinham já sendo bem delimitados pelo que em 1886 se chamou no Parlamento Português o Mapa-Cor-De-Rosa. Foi este mapa que provocou a agressão inglesa de 1890. O Ultimatum obrigava Portugal a renunciar a um vasto território africano, ligando Angola e Moçambique, que correspondia ao que hoje são a Zâmbia e a Rodésia. O Ultimatum provocou uma vaga nacional de indignação contra a Inglaterra e um movimento generalizado contra a Monarquia e o próprio rei, acusados de não terem prestado suficiente atenção aos territórios ultramarinos e, assim, de terem comprometido os interesses da Nação. Registaram-se no Continente manifestações e tumultos, aqui e além, e, em 31 de Janeiro de 1891, eclodiu no Porto a primeira revolta republicana. O governo progressista de José Luciano de Castro, considerado responsável pelo Ultimatum demitiu-se.

Como dissemos os ingleses foram secundados pelos alemães.

Em 1898 a Inglaterra e a Alemanha assinaram um tratado que previa a partilha de Angola, Moçambique e Timor, em caso de dificuldades financeiras portuguesas, que obrigassem a avultados empréstimos estrangeiros. Até os Estados Unidos parece terem lançado a vista sobre os Açores. Em 1904 a Alemanha encarou mesmo a possibilidade de ocupar, ela só, a totalidade das colónias portuguesas.

O País resistiu como pode. Apesar de tudo teve de renunciar aos territórios mencionados pelo Ultimatum inglês. As expedições que se vinham realizando tiveram que continuar para colmatar tais desmandos da cobiça estrangeira. Assim, até muito para além do início do século XX mantém-se uma actividade guerreira quase permanente em Angola, Moçambique e Guiné, as campanhas de dominação começaram sistematicamente em 1880 e mantiveram-se até à Grande Guerra de 1914. Em Angola mantiveram-se as expedições entre 1858 e 1900 e provavelmente continuaram. A dominação em Moçambique foi mais difícil por causa do Império "Vátua", governado pelo Gungunhana. Este senhorava um vasto território no centro e sul de Moçambique, e uma parte da Rodésia. As expedições para dominá-lo foram de 1869 a 1910. Por fim Gungunhana foi preso e cremos que morreu degredado nos Açores.

Aconteceria mais ou menos o mesmo noutras possessões portuguesas do Ultramar. Contudo as forças expedicionárias chegavam muitas vezes quando era tarde demais, dispondo quase sempre de preparação e equipamento medíocres. A obtenção de vitórias decisivas demorava mais do que seria lógico, e dependia frequentemente de actos individuais de bravura, em vez de resultar de empresas militares organizadas. É neste clima de insegurança que se devem inserir os conteúdos dos dois textos:

"Deus vá em tua companhia,
Tua mãe fica de luto, (Mãe,p.p. 3s)

"Mas que mal eu a Deus fiz
Para ter tanta aflicção," (Mãe,p.p. 9s)

"Já que remédio não tem,
Toma ao menos coragem,
Se não morreres na viagem," (Mãe,p.p. 15ss)

"As tuas manas também
Choram de noute e de dia,
Oh que horrível agonia
Deixa a tua despedida," (Mãe,p.p. 19ss)

"E sujeito a tantos perigos," (Mãe,p. 29)

Dá a insuflação de coragem, encorajando o "heroísmo":

"Este abraço que te dou
Não é para entristeceres," (Mãe,p.p. 34s)

"Nunca tenhas covardia,
Despede-te com valentia," (Mãe,p.p. 40s)

Dá a coragem, contracenando com a quase certeza da morte:

"Palpita-me o coração
Que nunca mais a torno a ver." (Filho,p.p. 3s)

Como em todas as situações-limite, há os apelos mágicos à religiosidade.
A prece:

"Deus vá em tua companhia," (Mãe,p. 2)

"Deus é o teu defensor," (Mãe,p. 13)

"Cás pede a Deus tua mãe," (Mãe,p. 42)

"Mas, pelo poder que Deus tem,
Há-de ser meu defensor,
Peça por mim ao Senhor," (Filho,p.p. 11s)

"Deus é que me há-de defender,
Que o meu destino lhe entrego," (Filho,p.p. 21s)

"Peço a Deus que me proteja,
Que ele é que governa em tudo," (Filho,p.p. 27s)

"Há um Deus que me faz tremer,
Não sei por quanto tempo," (Filho,p.p. 41s)

A última citação marca uma transição para a praga, embora eufemística:

"Mas que mal eu a Deus fiz
Para ter tanta aflição," (Mãe,p.p. 9s)

Imaginemos a encenação. Estando em Portalegre, seria fácil para o Joaquim Mariano, mancebo mobilizado para a África, a quem de nada valeu "ser recruta" (será possível), vir despedir-se da família à Portagem. Mesmo que estivesse em Abrantes, mesmo em Lisboa, tinha, a partir da década de 1860/70, ligação para a Fronteira (Castelo de Vide) e Alto Alentejo (Portalegre), por via férrea. Embora com um pouco mais de sacrifício também poderia vir despedir-se. Mas as duas intervenções poéticas não sugerem uma aproximação, antes um apartamento para sempre. Sabe-se da relutância das autoridades militares em concederem licenças de saídas aos soldados em situações-limite, com a finalidade de não amolecerem os ânimos e evitar as deserções. Sabe-se também dos inúmeros empenhos (cunhas) que havia e há, em circunstâncias que tais, para livrar os mancebos do alistamento ou até mesmo do seu ingresso em acções perigosas. A deserção não foi nada que não passasse pela cabeça do Joaquim Mariano.

"Ao fazer esta viagem,
É por ordem superior,
Lembrei-me de ser desertor,
Mas eu não tive coragem," (Filho,p.p. 15ss)

Teve medo da pena capital, defendida no código militar em situações como estas. Assim, o poeta Joaquim Mariano deve ter avisado a família de que tinha sido mobilizado para a África e não podia despedir-se. A mãe responde-lhe então com a "exortação Lamentosa". O filho por sua vez escreve de novo e envia o "Adeus".

Devemos ainda notar neste conjunto poético o seguinte. A Mãe toma aqui a atitude pequeno-burguesa de defesa dos pobres.

"Dentro do nosso País
Anda de luto a pobreza,
Com desgosto e tristeza
Faz tanta mãe infeliz," (Mãe,p.p. 5ss)

Esta invenção de Marx, diga-se de passagem, irónica, representa aquela grande camada de população que com um pé espezinha o proletariado, com o outro segue o exemplo da grande burguesia endinheirada para proteger o pouco que possui, mas rilha os dentes a esta última pelos sofrimentos políticos (impostos, serviços) e sociais (guerra de defesa do território), sabendo que carrega com mais deveres do que usufrui de direitos. Tudo isto só para segurar com unhas e dentes o pouco que possui. Esta ideologia ressoa fundo nas consciências ao longo de todo o século XIX e é sobejamente veiculada pela cultura literária e não só.

Os pobres têm a consciência de que, num período tão agitado por guerras como foi o que medeou entre as invasões napoleónicas e a Grande Guerra de 1914, só o que se fabricava era "carne para canhão", só para defender o que não era seu, em nome dum ideal de patriotismo vazio, veiculado pelo romantismo burguês da Alemanha. Esta clivagem entre ricos e pobres vinha sendo insuflada na Europa desde a Revolução Francesa, torna-se ideologia cultural e estática visível na literatura e na arte em geral, corre como ideologia política através do Socialismo Utópico e do Marxismo Científico, mas no século XX penetra a ideologia económica, devido aos movimentos reivindicativos dos trabalhadores que se iniciam a partir dos finais do século XIX. Estas reivindicações verificam-se mais nas cidades do que nos campos e estavam mais ligadas à indústria de extracção e transformação do que ao comércio e à agricultura, mais tradicionais e conservadores. Não esqueçamos porém que os ideais democráticos liberais e republicanos veiculavam esta ideologia às vezes dum modo radical, que procuravam espalhar a instrução a todas as camadas sociais e a todos os lugares ainda os mais recônditos e afastados dos grandes centros populacionais. Vistas assim as realidades não é de estranhar que este sincretismo ideológico tenha criado raízes ainda que um tanto inconscientes nestes dois poetas da mesma família.

Joaquim Mariano deve já saber ler. Isto se infere da carta que seu filho José nos enviou:

"Junto lhe envio a "quadra" que foi a resposta do meu pai Joaquim Mariano para a minha avó".

Esta ideologia "jacobina" de "interesse pelos humildes" manifesta-a o mesmo Joaquim Mariano num outro verso-a-mote que o Sr. José Rolo (Mariano) nos enviou também, mas que não transcrevemos na íntegra:

"Tu és rico e eu sou pobre,
Tu vives no esplendor,
Eu trabalho e tu passeias,
Qual de nós tem mais valor." (Mote de J. M.)

A ideologia veiculada por este verso-a-mote, e até a organização estilística dele, baseada numa continuidade de contrastes que são como que uma rosácea em torno dum centro comum - "rico/pobre" -, devem aproximar-se daquele outro verso-a-mote que o poeta Teofa da Escusa nos ditou de cor, com a mesma ideologia e a mesma estilística, de cujo texto também só apresentamos o mote:

"Tu és rico e eu artista,
Sem mim não podes passar,
Enquanto eu tiver vigor
Para ti hei-de trabalhar."

Após a Revolução do 25 de Abril de 1974, entrámos um dia na Livraria Bertrand, na Rua Garrett em Lisboa, e chamou-nos a atenção uma "plaquette" de António Albino Machado, com o título:

"Poemas - Antes Morrer de Pé do que Toda a Vida de Joelhos"

Abrimos o livrinho oblongo e lá encontrámos este segundo verso-a-mote que o poeta Teofa atribuiu por interposta pessoa a quem o aprendera, a um preso político do Forte de Penamacor. Ora o poeta António Albino Machado foi um preso político que correu "grande parte das prisões militares do País (Elvas, Porto, Vila Real, etc.)", segundo nos diz o prefácio da "plaquette", baseado em depoimentos do mesmo António Albino Machado, cujo autor (do prefácio) se não identifica. Nesta data (1976) tem A. A. Machado, poeta popular, "61 anos de idade". Terá nascido portanto em 1915. Joaquim Mariano terá nascido antes, por volta de 1886. O verso de Machado é de facto mais perfeito, talvez porque posterior. Deve inferir-se que havia já uma espécie de tradição, de escola poética que veiculava já este tipo de ideologia e estilo? Não avançamos com mais hipóteses.

O que choca na leitura do livrinho de A. A. Machado é a existência de apenas cerca de quatro versos-a-mote, um deles posterior ao 25 de Abril em que o facciosismo político desvirtua o possível valor artístico do poeta.

A. A. Machado não devia saber ler porque o prefácio do seu livrinho é baseado em depoimentos seus. Muito do bom que disse se deve ter perdido, se nos basearmos no belo poema a mote aqui citado. É pena que a maior parte dos poemas em quadra do livrinho descambe numa politiquice de "mots d'ordre", sem interesse poético.

Outra curiosidade é veiculada pela carta do Sr. José dos Santos Rolo (Mariano), datada, como dissemos, de 21 de Março de 1968. Diz ele:

"Ainda tenho aqui mais de um tio"

Quería dizer que não só a avó, não só o pai, mas também um tio fazia versos, versos esses que a família guarda e estima. Fica aqui o estímulo para os investigadores da poesia rural do concelho de Marvão e a alegria de sabermos que toda a família dos Marianos é "artista". Que é feito dos componentes da "tuna" da Portagem em que intervieram nossos primos Garraios das Ferrarias, filhos de nossa tia Teresa, e talvez os Carrilhos acordeonistas e os Marianos poetas? Que é feito do acordeonista Júlio das Carreiras que abrilhantava os bailes da Escusa, pelo menos, empoleirado num banco de carpinteiro, no adro da Igreja? São perguntas a que, a seu tempo, o Pelouro da Cultura do Concelho de Marvão dará resposta. E a banda da Vila de Marvão?

Este conjunto deve ser considerado uma tenção poética no sentido tradicionalista da poesia portuguesa.

r. l. / ten- / (ten-ere, 'segurar') que dá origem ao radical/ten-d, ten-t/. prim. forma deste rad. encontra-se em 'tendere' (segurar, tender, estender). seg. form. enc. em 'tentu-' (tento, juízo) e l.p. 'tentione-' (tenção) Desta última vem o prov. 'tenson' e o port. 'tenção'.

'Tenson' em provençal, significa questão, disputa, despique, duelo verbal, diálogo em verso. 'Diálogo em verso', 'duelo verbal' é o significado que informa em português o modelo poético "tenção".

Na poesia galaico-portuguesa a 'tençon' (pl. tenções) é um poema de estrutura dialogal feito por um ou dois trovadores, em que há uma disputa acerca dum assunto amoroso ou outro. Pode ser, por isso, de amigo, de amor, de sirventês. O assunto podia ser, pois, o amor, ou o seu contrário, o ódio. Segundo a Arte de Trovar, tít. III, cap. VIII, apenas ao Cancioneiro da Biblioteca Nacional (CBN), os despiques não têm uma "razon" mútua, i.e., de um contra o outro, que os leve a despigar, dizendo um a primeira copla e o outro a segunda e assim alternadamente, podendo, fazer quantas coplas quiserem. Podem também fazer estrofes duas a duas, mas sempre alternadamente. O despique poético encontramos-lo provavelmente em todo o País, assumindo formas variadas, musicadas ou não. Na região do concelho de Marvão era vulgar nas tabernas, nos casamentos, nos bailes, entre os ranchos que trabalhavam os campos. Podia tomar a forma de elogio, de censura. Podia tomar a estrutura da quadra de quatro pontos mais vulgarmente, atingir mesmo o climax difícil do verso-a-mote. Este último supunha a existência de poetas repentistas perfeitos, como o João Mestre das Carreiras, Jaime da "Manta Branca" de Benavila, que morreu dentro dum palheiro incendiado, no Cano, António Aleixo de Vila Real de Santo António, embora este último tenha um cunho poético bastante individualista. Naturalmente que se supõe a tenção com uma forma especial de "leixa-pren", i.e., de 'deixa e retoma' em que o objecto é apenas o assunto e não a rima ou o ponto, como na região do concelho de Marvão acontece com as décimas e com os romances (décimas). De qualquer modo um pretenso "leixa-pren" será a retoma do respectivo verso do mote no final de cada uma das quadras de dez pontos do verso-a-mote.

Aqui há pois uma tenção poética, um diálogo poético entre Mãe e Filho.

Este diálogo é constituído por apenas dois versos-a-mote. O verso-a-mote também é chamado de 'quadra de quarenta pontos'. De facto o verso-a-mote tem quarenta e quatro sintagmas métricos. Mas os quatro pontos são repetidos ao longo do verso. Daqui que não tenham importância na segunda designação. José dos Santos Rolo (Mariano) tem isto em mente quando na supradita carta fala de

"a quadra (...) que foi a resposta do meu pai à minha avó".

O verso-a-mote é pois constituído por um mote (quadra de quatro pontos) e quatro "voltas" dadas ao mote, que constituem a "glosa". Disto também José dos Santos Rolo (Mariano) tem consciência quando, na carta citada, apresenta a "resposta" do pai, dividida em "Móto", "1.ª glóza", "2.ª glóza", "3.ª", "4.ª glóza". Questionamos estes assuntos para dizer que nos parece que estes modos de dizer farão parte da tradição cultural poética da região e não só. Eles aparecem no século XV na poesia do Cancioneiro Geral, que contém poesia dos reinados de D. Afonso V, D. João II e de D. Manuel I. Continuamos contudo a fazer a pergunta que já temos feito. Qual está primeiro, a poesia popular ou a poesia do Cancioneiro Geral?

Para além do mote (moto) o verso tem ainda quatro décimas (quadras de dez pontos), tantas como os versos do mote. As quadras de dez pontos são organizadas de modo

que a primeira termina com o primeiro verso do mote, a segunda com o segundo verso do mote, a terceira com o terceiro verso do mote, a quarta com o quarto verso do mote.

Se atribuirmos ao mote o esquema de rima

a b c b

segue-se que os últimos versos das quatro quadras de dez pontos têm respectivamente as rimas a para o primeiro, b para o segundo, c para o terceiro, b para o quarto. A partir daqui conduz-se o esquema abstracto de rima para o verso total. Quanto à rima abstracta, cada décima ou quadra de dez pontos deve considerar-se como um conjunto de duas quintas ou quadras de cinco pontos. A rima da primeira quinta é conduzida pela rima do primeiro verso. A rima da segunda quinta é conduzida pela rima do último verso, que é a rima tirada do respectivo verso do mote. As realidades são tão difíceis de realizar como de explicar. No entanto vamos tentar explicar.

Rima do Mote: a b c b

Rima das voltas:

1. ^a volta	d e e d d/	a a f f a
2. ^a volta	g h h g g/	b b i i b
3. ^a volta	j k k j j/	c c l l c
4. ^a volta	m n n m m/	b b o o b

Isto para o verso de "a Mãe". Para o verso de "o Filho" o caso muda de figura mas o processo é o mesmo. Difere em que o mote é uma quadra de quatro pontos de rima cruzada perfeita, ao contrário do mote anterior que é uma quadra de rima cruzada ou alternada imperfeita, pois o primeiro verso não rima com o terceiro.

Rima do Mote: a b a b

Rima das voltas:

1. ^a volta	c d d c c /	a a e e a
2. ^a volta	f g g f f /	b b h h b
3. ^a volta	i j j i i /	a a k k a
4. ^a volta	l m m l l /	b b n n b

Aparecem-nos as rimas que são diferentes e as que são iguais, tanto na horizontal como na vertical.

Podíamos estabelecer também os esquemas de rima concreta.

Rima do mote:

_ão
 _ia
 _uto
 _ia

Rima das voltas:

1. ^a volta	_ís _eza _eza _iz _iz	2. ^a volta	_em _agem _agem _ãe _ém	3. ^a volta	_igos _erra _erra _igos _igos	4. ^a volta	_ou _eres _eres _ou _ou
	<hr/>		<hr/>		<hr/>		<hr/>
	_ão _ão _or _or _ão		_ia _ia _ida _ida _ia		_uta (_uto) _uto _ares _ares _uto		_ia _ia _ãe _em _ia

Verifiquemos as rimas concretas do segundo verso.

Rima do Mote:

_ãe
_er
_ão
_er

Rima das Voltas:

1. ^a volta	2. ^a volta	3. ^a volta	4. ^a volta
_ar _i _i _ar _ar	_agem _or _or _agem _agem	_údo _ija _eja _udo _ude	_ados _ida _ida _ados _ados
<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
_em _em _or _or _ãe	_er _er _ego _evo _er	_ão _ão _erra _erra _ão	_er _er _empo _ento _er

Os esquemas de rima são importantes. O esquema abstracto de rima dá-nos a posição relativa das rimas. Nos dois versos encontramos rimas cruzadas, perfeitas e imperfeitas, rimas emparelhadas, rimas encadeadas e rimas interpoladas. O esquema concreto das rimas mostra-nos que a maior parte das rimas são perfeitas e fracas, consoantes. Mas aparecem-nos rimas auditivas (_ãe/_em), rimas imperfeitas (_uta/_uto, _empo/_ento). Entre as rimas imperfeitas há uma que merece especial atenção. É a rima _ija/_eja. Normalmente são as sílabas não tónicas que variam na rima dando origem a rimas soantes ou toantes. Aqui é a sílaba tónica que varia. Como as duas vogais são fracas e seguidas da mesma sílaba não tónica, aparecem ao ouvido e à vista como concordantes.

É um misto de rima auditiva e rima visual, naturalmente ligada à dificuldade que o poeta popular tem em distinguir a sonoridade das duas terminações, talvez até em encontrar as rimas convenientes para cada ocasião. Há uma rima total 'aborreci/si' (O Filho, p.p. 2s). Há o transporte.

Tudo isto são dificuldades que os poetas populares sabem tornejar muito bem. Quando são habilidosos e têm prática fazem um verso-a-mote como quem esfrega um olho. Os menos habilidosos ficam-se pela quadra de quatro pontos, com rima cruzada perfeita ou não, às vezes com rima encadeada e emparelhada. No primeiro caso está o mote de "A Mãe". No segundo caso está o mote de "O Filho". No terceiro caso, muitas quadras do muito grande poeta rural que foi Domingos Fernandes das Carreiras, cuja vastíssima obra anda por aí aos tombos não editada. Chama-se a atenção do Pelouro da Câmara Municipal de Portalegre para este gravíssimo golpe na cultura do Distrito. Domingos Fernandes foi amigo de naturais de Castelo de Vide e de Marvão colaborador de "A Rebeca", de Portalegre. Os respectivos pelouros da Cultura destes concelhos também têm uma palavra a dizer sobre este assunto. Domingos Fernandes deve ser considerado o maior poeta de cultura rural do Distrito de Portalegre, mais culto do que António Aleixo e tão democrata como ele. É um belo fruto de abertura política e cultural que a Primeira República nos legou. A sua terra natal, e não só, muito lhe deve. Investigue-se a sua obra. É mais um desafio que aqui fica.

O ponto usado pelo poeta popular ou urbano é geralmente o setessílabo, a redondilha maior, designação que já nos vem do Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. Às vezes aparecem outros metros, provavelmente traduzidos da erudição e popularizados depois. Não esqueçamos que o poeta Teofa da Escusa tentou sem conseguir, ou conseguindo mal, o decassílabo com a perfeição dum grande sonetista. Há muitos decassílabos no seu teatro. Há pelo menos um soneto que parece ser dele.

O setessílabo segue os ritmos naturais da língua falada. A ritmo natural sobrepõem-se por vezes outros rimos motivados pelos apertos da métrica, mas o poeta rural evita-os, quando pode evitá-los. No verso

"Com desgosto e tristeza" (A Mãe, p. 7)

há quase uma redundância motivada pela rima. No verso

"Mas que mal eu a Deus fiz" (A Mãe, p. 9)

há uma anástrofe também motivada pela rima. No verso

"Já que remédio não tem" (A Mãe, p. 15)

há um hipérbato também motivado pela rima. Outros existem.

Muitas vezes o ritmo natural da língua falada obriga-o a certos truques que deixam expressar o pensamento tal como ele surge na altura. São o hipersilabismo e o hipossilabismo. Um caso de verso hipersilábico:

"E disposto aos horrores da guerra" (A Mãe, p. 27)

Outros:

"E dou alívio aos teus pesares" (A Mãe, p. 32)

Um caso de hipossilabismo:

"Adeus, querida mãe," (O Filho, p. 1)

Outro:

"Não sei por quanto tempo," (O Filho, p. 42)

Como o poema ou é cantado, ou é recitado em lenga-lenga, estes problemas da métrica pouco interessam. O que interessa é o jogo de rimas, para o qual todos os ouvintes estão de ouvidos mais que assustados. Não pode haver "furos". Depois interessa também ouvir cantar ou dizer bem, com musicalidade. Este modo de apresentar o verso torna-se cerimonioso, espectacular. Requer atenção, silêncio. Deverá ser especial quando o poeta, além do poema, apresenta música própria. Deve salientar-se aqui que o poeta Teofa da Escusa tem três peçazinhas musicais ligadas a poemas seus que ainda não foram estudadas, muito menos publicadas.

Há ainda uma característica dos dois poemas que os liga à tradição oral dos inícios da nossa poesia e prosa. É a parataxe. Mas esta característica não é apenas histórica, é característica dum estágio da linguagem que a erudição ainda não fez evoluir demasiado. Por isso ela coincide com a linguagem escrita e falada, aprendida nas escolas oficiais. No que diz respeito à parataxe, os dois poemas podem ser considerados dois gigantes polissíndetos, raramente cortados por uma ou outra locução subordinativa que mal se ouve e vê. A síndese e a assíndese caminham paralelamente.

O vocabulário é o vulgar, popular, familiar, de nível médio. Há pelo menos uma tentativa de erudição que falha. Trata-se do termo "disposto" (A Mãe, p. 27) que sugere neste contexto o erudito "exposto". O poeta sente a sua falta mas evita-o, talvez porque o termo "exposto" fosse tabu ligado à "roda" de Marvão e ao abandono de crianças, comum em todos os locais e épocas, também, por conseguinte, no concelho de Marvão. O vocabulário simples, tradicional, fica ligado ao ritmo natural da linguagem falada, que o poeta popular rural pouco altera. Esta alteração talvez se possa sobretudo ligar à impessoalidade lírica que o poeta põe na boca da personagem. Esta impessoalidade lírica é sobretudo dada na 3.ª pessoa gramatical. Embora falem muitas vezes na 1.ª pessoa, os dois poetas transcendem-na, e colocam-se a nível do comum, de todos aqueles que estão nas mesmas condições. Expressões como:

"Dentro do nosso País,
Anda de luto a pobreza,
Com desgosto e tristeza
faz muita mãe infeliz,"
(A Mãe, p.p. 1ss)

"Sem teres distracção de amigos,
Tão longe da tua terra,
E disposto aos horrores da guerra,
E às balas dos inimigos,
E sujeito a tantos perigos,
Não te vale ser recruta,"
(A Mãe, p.p. 25ss)

"Eu da vida militar
Nunca me aborreci,
Só ausentar-me de si
É que me vai custar,"
(O Filho,p.p. 1ss)

"Vou dar fim à minha vida,
À terra dos degredados,"
(O Filho,p.p. 37ss)

"Muitos pais apaixonados,
Seu pranto os faz verter,
Há um Deus que me faz sofrer
Não sei por quanto tempo,"
(o Filho,p.p. 38ss)

transcedem a individualidade da personagem e levam-nos para um contexto social de todos os tempos e lugares. A pobreza, a guerra, o perigo, o degredo, a dor dos pais e familiares, a religião,são fenómenos sócio-culturais que transcendem cada um em qualquer tempo ou lugar que se encontre.

Neste conjunto poético a fala de "A Mãe" foi-nos recitada de memória pelos seus netos, Casimiro e José Mariano. Por isso, pelo menos a primeira quadra de dez pontos sofre variantes. A partir do quinto ponto, a primeira quadra de dez pontos será assim, segundo a versão do Senhor Casimiro Mariano:

"Mas que foi que mal Deus fiz
Para asssim ter tanta aflição,
Recebe a minha benção,
Ó fruto do meu amor,
Pede por nós ao Senhor,
Adeus, filho do coração."

O penúltimo ponto é parecido com o nono ponto da primeira quadra de dez pontos do "Adeus" de Joaquim Mariano:

"Peça por mim ao Senhor," (O Filho,p. 13)

É provável que tenha havido contaminação e corruptela.

O Senhor José Mariano apenas altera o sétimo ponto da primeira quadra de dez pontos, do mesmo verso-a-mote. Em vez de:

"Recebe a minha benção,"

ele diz:

"Recebe a tua benção,".

Esta variante é menos relevante para o sentido da "Exortação Lamentativa" de "A Mãe". Escolhemos as variantes que nos pareceram as melhores entre as propostas, para reconstituir o verso-a-mote ditado de memória.

O "Adeus" de Joaquim Mariano foi-nos enviado por escrito juntamente com a carta várias vezes mencionada, de 21 de Março de 1968. Transcrevemos o verso-a-mote tal como vem escrito na carta:

MÓTO

Adeus querida mãe
Vou para a guerra combater
Palpita-me o coração
Que nunca mais a torno a ver

1.ª glóza

Eu da vida militar
Nunca me aborreci
Só auzentar-me de si
É que me vai custar
Eu ter de passar ao már
É que me me ade custar bem
Mas pelo poder que Deus tem
àde ser meu defensôr
Peça por mim ao Sr.
Adeus minha querida mãe

3.ª glóza

Eide-lhe escrever a miúdo
Minha mãe não se aflija
Peço a Deus que me proteja
Que ele é que governa em tudo
A riqueza não me ilude
Só quero a sua benção
O seu bom doce perdão
Uma vêz que eu vou pra guerra
Vou deixar a minha terra
Palpita-me o coração

2.ª glóza

Ao fazer esta viagem
É por ordem superiore
Lembrei-me de ser duzurtor
Mas eu não tive coragem
Vi que não era vantagem
Pois sempre tinha de sôfrer
Deus é que me àde defender
Que o meu destino lhe entrégo
E com a pena que eu lévo
Vou para a guerra combater

4.ª glóza

Adeus manos e cunhados
Adeus aldeia tão querida
Vou dar fim à minha vida
Á terra dos degradados
Muitos pais apaixonados
Seu pranto os fáz verter
Á um Deus que me faz termer
Não sei por quanto tempo
Cá levo no pensamento
Que nunca mais a torno a ver

Esta transcrição é a transcrição duma oralidade que se ouviu. Por outro lado recai sobre ela a historicidade da ortografia oficial. Além disso há a tendência para reproduzir pela escrita o modo como se fala. Daí as diferenças fonéticas e de acento que se notam:

'glóza', 'Móto', 'ausentar-me', 'már', 'háde', 'superiore', 'duzurtor', 'sôfrer', 'defensôr', 'entrégo', 'lévo', 'porteja', 'Á', 'fáz', 'termer', 'vêz'.

Notam-se também falsa etimologias:

'àde', 'Eide-lhe', (H)Á.

Nota-se ainda a ausência total de pontuação, subordinando-se esta ao ritmo do setessílabo. Como não há quase nenhuma hiato, a pontuação torna-se desnecessária.

Pelas mesmas razões se usa o sintagma "bom doce", que parece ser uma corruptela de "bondoso".

Volatndo ao verso de "A Mãe", encontramos

"Nunca te tenhas covardia" (A Mãe, p. 40)

Será este pronome pessoal "te" uma reminiscência de voz média, significando 'ter-se' 'ter para si, em seu proveito', ou será apenas uma reprodução enfática de sentimentos, dada pela aliteração 'te te-'? Ou será tudo isto? Quem é que terá criado este modo de dizer, a Mãe ou os filhos?

De qualquer modo, embora se não possa dar a reprodução fiel da fala dos informadores, somos tentados, dado o contacto quase directo que temos tido com a fala da região do "Nordeste de São Mamede", a reproduzir aproximadamente a fala em que deverão ter sido pronunciados os dois versos.

Vai-te filhe du curaçam
Dâus vá im tua companhia
Tua mâiim fica de lute
Nunca más tâim alegria

1.
Dêntre do nosso país
Anda de lute a pobrâza
Com desgoste e trestâza
Faz muita mâiim infeliz
Mas que mal é a Dâs fiz
Para târ tanta aleçam
Recebe a minha bençam
Ó frute do mê amor
Dâs sâj'ou tê defansor
Vai-t' filhe du curaçam

3.
Sim târes distraiçam d'amigues
Tam longe da tua terra
E despost' ous horrores da guerra
E às balas dos inimigues
E sujê't' a tantes p'rigues
Nam te vale sâr recrute
Ê lamêinte e discute
E dou alive ous tês pesares
Inquante tu nam voltares
Tua mâiim fica de lute.

2.
Jé que reméide nam tâim
Tama ou menes curaja
Se nam morrâres na viaja
Nam t'esqueiças da tua mâiim,
As tuas manas tamâim
Chorim de noute e de dia
Ó qui horrível agunia
Dêxa a tua despedida
Vai-te filhe da minha vida
Dâus vá im tua companhia

4.
Âste abraçe que te dou
Não éi p'ra intrestecâres,
Éi p'ra nunca t'esqueiçâres,
Duma mâiim que te criou
Jé que a morte te calhou
Nunca te tâinhas cuvardia
Despêid'-te com valintia,
Cá péide a Dâus tua mâiim
Sim sabâres se fica bâim
Nunca más tâim alegria

O outro verso:

Adâus querida mâiim
Vou p'rà guerra combatâr
Palpita-mi o coraçam
Que nunca más a torne a vâr

1.
Ê da vida meletar
Nunca me aborreci
Só azentar-me de si
Êi que me vai custar
E târ que passar ou mar
Á que mi há-de custer bâim
Mas p'lo podâr que Dâs tâim
há-de sâr mê defansor
Péiça por mim ou Senhor
Adâus minha querida mâiim

3.
Hê-de l'escrevâr a miúde
Minha mâiim nã si aflija
Péiça a Dâs que me protâja
Qui Âle á que govern' im tude
A requâza namm include
Só quere a sua bençam
O sê bom doce perdam
Uma vâr qui ê vou p'rà guerra
Vou dêxér a minha terra
Palpita-mi o curaçam

2.
Ou fazêr éista viaja
éi por orda superiore
Lêimbrê-me de sâr dzartor
Mas ê nam tive curaja
Vi que não era vantaja
Pous sêimpre tinha d'sofrâr
Dâs á que mi há-d'd'fandâr
Qui o mê destine lh'intréigüe
E com a pena qui ê léive
Vou p'rà guerra combatâr

4.
Adâs mãnes e cunhades
Adâs aldâia tem qu'rida
Vou dar fim à minha vida
À terra dos degradades
Muntes pais apaxonades
Sê prante os faz vertâr
Há um Dâus que me faz termâr
Nam sê por quantu têimpe
Cá léive no pensamêinte
Que nunca más a torne a vâr

E pronto. Só para dizer que o verso verso-a-mote é uma forma fixa, no sentido pleno da palavra. Não pode ser alterada a sua estrutura sob pena de se desvirtuar a sua forma expressiva. Para introduzir-lhe variações apenas haveria a saída de acrescentar-lhe o mote, coisa que o poeta popular, rural e urbano, ao que parece nunca faz. Neste aspecto a poesia popular, a mote, difere bem dos vilancetes e cantigas do Cancioneiro Geral. No vilancete e na cantiga, o uso imperfeito do mote torna-os abertos a acrescentos no meio, embora os poetas do Cancioneiro Geral não exagerem neste ponto, preferindo para poemas longos o emprego da enfiadura de trovas, i.e., uma sucessão de esparsas a gosto. Do nosso ponto de vista o verso-a-mote popular é mais equilibrado e mais perfeito, e só tem uma contrapartida na poesia erudita, o soneto. Tal como o soneto, o verso-a-mote é uma forma muito difícil de realizar com perfeição.

O verso-a-mote é ainda uma forma plenamente fechada. Esgotada a repetição do último ponto do moto no fim da última quadra de dez pontos não há mais nada a fazer, sob

pena de incorrer em incorrecções que desagradariam aos mentores deste tipo de poema, os poetas populares.

Claro. Há sempre a justificação de que o Simbolismo, na sequência do Romantismo, pôs em plena prática o uso de todas as liberdades poéticas. Certo. Mas não esqueçamos que, para usar uma liberdade, se deve saber plenamente usar a forma tradicional donde se parte. Baseadas neste falso uso da liberdade, há por aí muitas adulterações do mesmo soneto, que normalmente fica nelas esfiampado e aniquilado na sua sequência.

E com isto terminamos.

BIBLIOGRAFIA:

OLIVEIRA MARQUES (A. H.) - *História de Portugal* - 2 vol.. - Palas Editores - 5.^a ed. - Lisboa, Abril de 1975

KAISER (WOLFGANG) - *Análise e Interpretação da Obra Literária, Introdução à Ciência da Literatura* - Colecção 'Studium' - 4.^a ed. portuguesa totalmente revista pela 12.^a alemã - 2 vol. - Américo Amado Editor, Lda - Coimbra, 1968

OLIVEIRA (CORREA DE), MACHADO (SAAVEDRA) - *Textos Portugueses Medievais*, para o 3.^o Ciclo dos Liceus - Coimbra Editora, Lda. - Coimbra, 1969

Portagem, 21 - 3 - 1968

Caro Amigo
Junto lhe envio a quadra que
foi a resposta de meu pai
Joaquim Mariano para a
minha avó, deve aver para cima
de 62 anos; Vai a outra que era também do
meu pai Ainda tenho aqui mais
dum meu tio que depois lhe mando.
Peço-lhe desculpa em
só' agora lembrar mas não
tenho tido ocasião

Com os meus
respeitos e cumprimentos

o amigo ao dispor
foi o Mariano
Portagem

1^a 9^{da} 1930

Al. e. e. t. como em verso
 Leste e como eu abaci
 Quando te como eu amarei
 E eu deo te como eu crevi
 Deixa o te igual a ti
 Foi o teu fidei e tu amado
 E o mesmo em que eu sou todo
 Tu deo e tu igual
 Tu deo e tu igual
 Tu deo e tu igual
 Tu deo e tu igual

2^a 9^{da} 1930

De despedida a despedida
 Quando nos vamos e Guineanos
 Quando nos vamos e Guineanos
 Quando nos vamos e Guineanos
 Quando nos vamos e Guineanos
 Quando nos vamos e Guineanos
 Quando nos vamos e Guineanos
 Quando nos vamos e Guineanos

Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes

Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes

3^a 9^{da} 1930

Para ti a vida e a vida
 Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes

4^a 9^{da} 1930

Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes
 Tu és vivo e que não podes

SAUDAÇÃO A MARVÃO

Manuel Ramiro Salgueiro

Quando Ro---ma im---pe---ra---va Se não
erra a tra---di---ção Já no al---to se os---ten-
ta---va Esta vi---la de Mar---vão Se hoje
e--la é quase igno---ta Pe-que-ni---na e de---ca-
den---te Em e--ra não mui re no tá Foi no-
tá---vel, flo-res-cen---te Salva ó vi--la de Mar-
vão Das mais ve-lhas de Por-tu--gal Que per
fei---tos tem o bra---ço De mui no-bre e sem---pre
leal

CORO

Salvé, ó vila de Marvão,
Das mais belas de Portugal,
Que por feitos tem o braço
De mui nobre e sempre leal.

VOZ

Quando Roma imperava, 5
Se não erra a tradição,
Já no alto se ostentava
Esta vila de Marvão.

Se hoje ela é quase ignota, 10
Pequenina e decadente,
Em era não muito remota
Foi notável, florescente.

CORO

Salvé, ó vila de Marvão,
Das mais velhas de Portugal,
Que por feitos tem o braço 15
De mui nobre e sempre leal.

VOZ

Quem dela queira memória
E conhecer seu passado
Rebusque na pátria história,
Que lá está bem vinculado. 20

Inacessível, dominante,
Muralhada e altaneira,
Será sempre a vigilante
Sentinela da fronteira.

CORO

Salvé, ó vila de Marvão, 25
Das mais velhas de Portugal,
Que por feitos tem o braço
De mui nobre e sempre leal.

VOZ

Risca o tempo em seu correr
De heróis a recordação, 30
Mas não para esquecer
A lembrança de Marvão,

Que, por feitos de valor,
Por actos de liberdade,
Ela soube sempre impor 35
Seu nome à posteridade.

CORO

Salvé, ó vila de Marvão,
Das mais velhas de Portugal,
Que por feitos tem o braço
De mui nobre e sempre leal.

FIM

Esta "Saudação a Marvão" tem interesse. Tem interesse porque tem história. A informadora da música foi nossa mãe, Júlia da Conceição Ramiro. Também nos disse parte da letra. Tudo de memória. Esta parte da letra dita de memória, nós pusemo-la de parte, porque entretanto nossa mesma mãe nos apresentou um manuscrito com a letra total. Verificámos que as variantes ditas de memória não eram pertinentes. O manuscrito fora realizado pelo Sr. João Manuel Marquez Santa Cruz que, durante muitos anos, foi amanuense da Secretaria da Câmara Municipal de Marvão. Ele estava casado com nossa prima Augusta, filha de nossa tia Maria Joana, irmã de nossa avó Angela do Montinho. O manuscrito tinha sido dado por ele a nossa mãe, talvez porque ela sabia a música de cor. O manuscrito tem a particularidade de estar realizado em caracteres ingleses quase desenhados. O seu título, "Saudação a Marvão", é um lindo sintagma com caracteres ingleses desenhados e ornamentados de pequeninas pérolas. O mesmo se diga da palavra 'FIM'. Depois da palavra 'FIM' vem a notificação "Cópia por João M. M. Santa Cruz", na qual a assinatura é feita em caracteres rebuscados e desenhados. A ortografia do manuscrito é arcaizante, como se poderá ver da cópia que se segue.

CORO

Salvé hó vila de Marvão
Das mais velhas de Portugal
Que por feitos tem o braço
De mui nobre e sempre lial

VOZ

Quando Roma imperava
Se não erra a tradição
Já no alto se ostentava
Esta villa de Marvão

Se hoje, ela é quasi ignota
Pequenina, decadente,
Em era não mui remóta
Foi notavel, florescente.

CORO

Salvé hó villa de Marvão etc,...

VOZ

Quem della queira memoria
E conhecer, o seu passado
Rebusque na pátria história...
Que lá está bem vinculado.

Inascecível dominante
Muralhada e altaneira
Será sempre a vigilante
Sentinella da Fronteira

CORO

Salvé hó villa de Marvão etc,...

VOZ

Risca o tempo em seu correr
De heroes a recordação
Mas não para esquecer
A lembrança de Marvão

Que por feitos de valor
Por actos de liberdade
Ela soube sempre impor
Seu nome a posteridade

CORO

Salvé o villa de Marvão etc,...

Parece que o copista não tem a noção perfeita da norma ortográfica já usada na altura, sobretudo na acentuação e na pontuação.

A música, dada pela mãe, foi transcrita por nós em caracteres musicais, e revista pelo nosso irmão António Ramiro Salgueiro, perito especializado em teoria e prática da música. A ambos agradecemos do coração.

Contou-nos nossa mãe que aprendeu esta melodia de cor em pequena, com nossa prima Emília do José da Dofarinha. Nossa prima Emília era filha de nossa tia Rosa, também irmã de nossa avó Angela do Montinho. Nossa prima Emília andou à mestra em Marvão, em solteira. Sabemos que na mestra as meninas aprendiam costura, bordados, rendas, para além da leitura e da escrita. Nossa prima Emília participou nessa altura em Marvão, numa récita teatral, onde se cantou esta "Saudação a Marvão". Depois veio com ela para a Escusa e ensinou-a pelo menos a nossa mãe, Júlia. Nossa mãe possuía uma linda voz e uma musical soberba. Ela conta hoje a bonita idade de 95 anos. Com cerca de 92 anos nos cantou esta música e disse parte da letra, que nós aqui transcrevemos. Se admitirmos que nossa prima Emília era um tudo nada mais idosa que nossa mãe, diferença de dois anos, teria hoje cerca de 97 anos, se fosse viva. Admitamos que nossa prima Emília casou com mais ou menos 20 anos. Mais ainda. Uma menina nunca poderia sair de casa para viver sózinha em terra alheia, mesmo que em casa de pessoas de família, antes dos 12 anos. Se admitirmos que, para aprender leitura, escrita e as variantes requintadas de costura não poderia estar em Marvão menos de 3 anos, tiramos conclusões. Aprenderia a música e letra transcritas entre os seus doze e 16 anos. A diferença para a idade em que casou são cerca de cinco anos. Nossa prima Emília terá deixado Marvão cerca de 82 anos antes de 1992, portanto em 1910, mais ou menos. A música foi portanto cantada por ela na récita entre 1907 e 1910. Música e letra terão portanto cerca de 82 a 85 anos ou mais. Não se sabe, ou melhor, nós sabemos ao certo quando foram compostas. Admitamos que são mais ou menos contemporâneas da implantação da 1.ª República, em 1910.

De facto, na letra aparece um pequeno toque que reflecte os ideais democráticos da Primeira República:

"Por actos de liberdade" (v. 30)

"Liberdade", igualdade e fraternidade são os ideais da Revolução Francesa que os movimentos democráticos liberais veicularam para os diversos países.

Esta 'Saudação a Marvão' é um hino.

O hino começa por ser um poema, uma composição em verso, no sentido tradicional do termo. É o caso desta "letra". Ela está constituída por um "Coro", que corresponde à tradição do refrão, e três pares de estrofes destinadas a "Voz". A dicotomia refrão (Coro) e dupla estrofe pertence já às antigas paralelísticas dos séculos XII, XIII e seguintes. Nas cantigas paralelísticas a estrofe está dividida em talho (copla, cobra) que é cantado por um solista ou pequeno grupo de solistas (Voz). O refrão era cantado pelo "Coro" todo. Mas a unidade básica, estrutural, dentro do paralelismo encadeado, que é característica íntima destas cantigas, é a dupla estrofe. Sente-se aqui a influência do Romantismo de oitocentos, no seu interesse pela Idade Média.

É ainda esta letra uma peça profana, de carácter festivo. É um hino profano, ao lado de muitos outros que são religiosos, relacionados com a divindade. É um elogio, um panegírico, uma celebração festiva em honra de Marvão. Celebra-se a "Vila de Marvão". O hino saúda-a:

"Salvé, ó vila de Marvão," (v.v. 1,13,25,35)

"Salvé" quer dizer "eu te saúdo", "nós te saudamos". Aqui começa o diálogo do "eu" com o "objecto", e não só. Este diálogo supõe uma comunicação entre o "eu emissor" e um "receptor" ouvinte, confidente. O diálogo de primeira instância esconde-se atrás de outro de segunda instância, em que um "Coro" e uma "Voz", personagens, dialogam com uma alegoria personificada e apostrofada, a personagem-objecto, que ouve mas não responde, apenas servindo de confidente. De novo a Idade Média e o seu conceito de Natureza estática, ao contrário do conceito de Natureza dinâmica e criadora, que só surgirá a partir do século XV, com o Humanismo do Renascimento. Estes dois conceitos de Natureza são reconhecidos pelo Romantismo do século XIX. Por sua vez há ainda o diálogo de terceira instância entre "Coro" e "Voz", as duas personagens que, em contínuo "leixa-pren" vão tecendo o elogio, o panegírico da personagem-objecto, Marvão.

Este objecto não é descrito ao modo realista, mas idealizado, ou melhor, é descrito através duma idealização épica que tem a ver com a História e é dada pelo contraste "passado/presente". O passado remonta sempre mais e mais a uma "origem" que nunca se alcança:

"Quando Roma imperava" (v. 5)

e o presente é representado pelo advérbio da expressão de aspecto contínuo

"hoje ela é" (v. 9)

na primeira intervenção da "Voz". Na segunda intervenção da "Voz" a dialéctica temporal complica-se. É dada pelas expressões:

"memória" (v. 17)

"passado" (v. 18)

que apontam para o passado, e pelo verso

"Rebusque na pátria história" (v. 19)

que nos confirma o presente em continuidade, o qual nos conduz ao futuro perene, expresso por

"Sera sempre".

Estamos perante a definição de história dada pelo Romantismo do século XIX. A História é uma lição do Passado para as gerações futuras. Este futuro perene, que vem em continuidade a passar pelo presente, é sintetizado por expressões como

"tradição" (v. 6)

"velhas" (v.v. 2,14,26,38)

A descrição continua-se pela dialéctica "progresso/decadência", outros dois parâmetros da ideologia romântica. O Romantismo volta-se decididamente para o Passado, para o Mito do Paraíso perdido, para a Idade de Ouro ultrapassada. Por outro lado a Revolução Industrial, contemporânea do Romantismo veicula o Mito do Progresso, primeiro burguês, depois socialista, primeiro idealizado pelos patrões, depois pelos proletários, portanto para o Futuro. Aqui está o mito da Idade de Ouro:

"Quando Roma imperava
(...)
Já no alto se ostentava
Esta vila de Marvão." (v.v. 5 e 7s)

"Em era não mui remota
Foi notável, florescente." (v. 11s)

Marvão é vila

"Das mais velhas de Portugal,
Que por feitos tem o braço
De mui nobre e sempre leal" (v.v. 14ss)

Essa Idade de Ouro expressa-se na "história", que é a ciência do Passado, onde

"Quem dela queira memória
E conhecer seu passado
Rebusque" (v.v. 17ss)

i.e., investigue diacrónicamente e explique sincrónicamente.

Pelo contrário, "hoje", no presente, a "vila de Marvão"

"é quase ignota
Pequenina e decadente," (v.v. 9ss)

É esta Idade de Ouro que lhe dá direito a servir-se da Heráldica, mesmo no presente em decadência, e por isso

"Por feitos tem o brasão
De mui nobre e sempre leal." (v.v. 4s, 15s, 27s, 39s)

É este "passado" de Ouro que a faz merecer ser reconhecida ainda "hoje" como

"Inacessível, dominante,
Muralhada e altaneira" (v.v. 21ss)

e faz que ela para o futuro:

"Será sempre a vigilante
Muralhada da fronteira" (v.v. 23s)

A alegoria é o desenho de um herói romântico de contornos incaracterísticos. O seu titanismo apenas se enuncia, mal se enfatiza e sugere. É difícil vê-lo no seu aspecto físico e real, é antes translúcido, idealizado e abstracto, embora o texto sugira uma marcha intermitente de alguém que atingiu o acmé, desceu depois ao antípoda do mesmo, num anticlímax de recolhimento, para talvez vir a reerguer-se em novo climaz de acção e sobressalto. O texto poético sugere um "saudosismo" de grandeza que agora não é activa, apenas convulsiva, interior. Só assim se explica o seu valor escatológico já apontado. Só assim poderá aproximar-se cada vez mais do infinito que persegue sem nunca atingir. Só neste aspecto poderá dizer-se que mantém um valor físico-moral perene. Neste aspecto é também um objecto mágico. O eu projecta sobre ele os seus desejos de glória e grandeza. Reconhecendo-se nele, identifica-se com ele. Reconhecendo-se, conhece-o. É o herói, o "daimon", aquele deus, centro duma religiosidade e duma grandiosidade que o fantástico deveria traduzir plenamente, mas que apenas aponta. Este titanismo, este saudosismo, este numinoso fantástico e religioso também são românticos.

O texto poético sugere sem grande poder de imagem que o objecto possui poderes transcendentais, divinos, que empolgam o eu emocionado do poeta-cantor, o qual, "motivado por uma disposição interior lhe comunica o objecto", motivado pela inspiração que ele lhe comunica, ergue o seu conto através da boca das personagens que cria: o "Coro" e a "Voz".

O texto exprime assim sentimentos nobres, entusiásticos, através dum atitude lírica que se desdobra em atitude épica, para enunciar alogicamente a "aretê", a virtude, a grandiosidade da personagem-objecto.

Nesta "apóstrofe lírica" i. e., neste encontro do objecto com o sujeito, nesta atitude enunciativa da descrição contaminada pela narrativa sentenciosa e um tanto vaga, talvez obscura, se atinge um ponto de "fusão", de "concentração", de unidade englobante e mágica, que constitui a essência do hino, na medida em que se quer cantar pela palavra e depois pela música, aquilo que está para além de qualquer canto, de qualquer manifestação verbal, informada pela música.

O tom hínico deste texto é no fundo uma grande hipérbole insuficientemente conduzida, uma superlativação encarecedora ingenuamente desenhada. Nela se usam como recursos estilísticos sem grande impacto a estrutura binária do adjectivo:

"Pequenina e decadente" (v. 10)

"notável, florescente" (v. 12)

"Inacessível, dominante" (v. 21)

"Muralhada e altaneira" (v. 22),

o epíteto de tom heráldico e épico:

"mui nobre e sempre leal" (v.v. 4, 16, 27-40),

a anástrofe por imposição métrica:

"Se não erra a tradição" (v. 6)

"hoje ela" (v. 9)

"pátria história" (v. 19)

"De heróis a recordação" (v. 30)

o hipérbato:

"Que por feitos tem o brasão/de..." (v.v. 3s, etc.)

"Em era não mui remota
Foi notável, florescente." (v.v. 11s)

"Que, por feitos de valor,
Por actos de liberdade,
Ela soube..." (v.v. 33ss),

o complemento possessivo e determinativo:

"Vila de Marvão" (v.v. 1, etc.)

"mais velhas de Portugal" (v.v. 2, etc.)

"brasão/de mui nobre..." (v.v. 3s, etc.)

"Vigilante/Sentinela da fronteira" (v.v. 23s)

"De heróis a recordação" (v. 30)

"lembrança de Marvão" (v. 32)

"feitos de valor" (v. 33)

"actos de liberdade" (v. 34),

o infinitivo substantivado:

"correr" (v. 29),

o transporte:

"Que por feitos tem o brasão
De mui nobre e sempre leal" (v.v. 3s, etc.)

"Já no alto se ostentava
Esta vila de Marvão" (v.v. 7s)

"Em que não era mui remota
Foi notável, florescente" (v.v. 11s)

"Será sempre a vigilante
Sentinela da fronteira" (v.v. 23s)

"Risca o tempo em seu correr
De heróis a recordação" (v.v. 29s)

"Mas não para esquecer
A lembrança de Marvão" (v.v. 31s)

"Ela soube sempre impor
Seu nome à posteridade" (v.v. 35s),

cultismos e expressões cultas:

"Salvé" (v. 1), "feitos" (v. 3), "mui nobre e sempre leal" (v. 4), "ignota" (v. 9), "remota" (v. 11), "rebusque" (v. 19), "pátria" (v. 19), "vinculado" (v. 20), "altaneira" (v. 22), "posteridade" (v. 26),

e outros, que apontam mais ou menos para o contexto histórico muito querido do 1.º e 2.º Romantismos.

O poeta revela possuir uma cultura literária razoável, mas, embora o pretenda, nunca atinge o grau sublime do hino, ficando-se pelo simples e médio. O estilo sublime talvez tenha podido ser atingido com uma boa orquestração para banda que andarás esquecida pelos arquivos poeirentos da Câmara, e com uma boa execução para coros populares acompanhados da banda de música de Marvão, de que hoje apenas resta a memória.

O patriotismo, tão ao gosto do Romantismo e do Realismo, embora vaiado por este como cabotineiro no nosso País, tão ao gosto da poesia programática do "fin de siècle" (estamos a lembrar-nos de Guerra Junqueiro e outros), toma aqui a metamorfose de bairrismo, de amor pela terra natal, expressando-se num tom um tanto melodramático como no teatro também da época. Aliás todo o poema é um "drama" histórico no sentido pleno do termo. Há acção veiculada por personagens, há espaço e tempo. Não esqueçamos a encenação em que terá sempre sido executado. Simplesmente não há movimento externo e tudo é dado duma maneira alógica e abstracta, mais ao gosto da oratória do que da ópera.

O conjunto constitui uma cortina diáfana para além da qual está a historicidade do dia deste forte altivo do cimo do qual "se vêm os pássaros pelas costas", pois que Marvão constituiu com Castelo de Vide uma linha importante de defesa contra as invasões fronteiriças, sem esquecermos o posto de vigia e escuta do Cancho (Castro?), do Pecoito, ao cimo do Vale do Ródão, que por razões estratégicas e históricas não terá tido o desenvolvimento dos outros dois. Os três constituem uma autêntica linha estratégica, vizualizando-se uns aos outros ficando o Pecoito a meio caminho de cada um dos outros, oferecendo possibilidades de sinalização e de fuga de estafetas que driblem o inimigo, pelo lado de trás, Estevangil, Verdecaide e Jardim, para Marvão, Cabeço da Urra e Prado do Inglês para Castelo de Vide.

O poeta entoa com a voz ao ritmo da palavra. O músico vai partir desse ritmo para aperfeiçoá-lo, para substituir as alturas sonoras da palavra por outras alturas de voz mais requintadas, (pelo menos, menos usuais, isto, no caso de a música não ter sido orquestrada, porque então a análise teria que entrar com outros dados muito mais complexos do que os que nós apresentamos, e do que os que nós vislumbramos mas não apresentamos, por, como leigos em assuntos musicais, não estarmos à altura de grandes voos). As alturas sonoras diferentes, da música, tornam assim o texto mais atraente, mais impactoso porque menos corrente. A sobreposição das duas linguagens, a verbal e a melodiosa, torna o texto diferente, desperta mais curiosidade em relação a ele, agita mais as sensibilidades, obrigando-as a ultrapassar os aspectos vulgares da comunicação. O hino surge assim no pleno sentido da palavra. Píndaro, o grande iniciador do género, tanto cantava como tocava, para além de escrever o poema.

Quem será o autor da letra? Algum amanuense ou oficial da Câmara, com veia e,

talvez, com cultura poética? A letra não é popular. A linguagem escrita é um tanto rebuscada, à maneira do Simbolismo arcaizante e saudosista dos fins do século XIX, à maneira do melodrama, tão ao gosto da época. Tem em demasia formas cultas, a temática é culta, o vocabulário bastante abstracto, para ser popular. (o vocabulário, ao gosto popular, é escolhido e associado para dar sempre realidades mais terra-a-terra, sejam elas objectos ou sentimentos). A métrica é também bastante apurada, embora se possam detectar alguns desvios, motivados talvez pelo culto das "liberdades poéticas", ao gosto do Simbolismo. A contracção "mui" não é usada pelo povo rural, até porque sugere um conhecimento do formulário heráldico, que o povo não costuma ter.


E a música? Quem será o seu autor? Também não é popular. É demasiado longa. É demasiado estruturada. Supõe um domínio perfeito da orgânica dos motivos e cadências em frases e períodos, que aparecem em maior número do que numa melodia popular, ou ao gosto popular. Ultrapassa o ritmo e compasso naturais binários, para utilizar um compasso composto, o quaternário, ao que nos parece. Usa repetições e variações de alturas. Usa repetição e variação de motivos rítmicos. Mais ainda. O autor da música sabe que está a escrever para vozes não preparadas nem empostadas. Tudo isto iremos tentar provar por uma análise superficial, já que não temos cultura musical suficiente para mais.

Vejamos o ritmo. Baseia-se no ritmo natural binário:


The image displays a musical score for 'Saudação a Marvão'. At the top, a rhythmic analysis is provided, showing four motives (1º motivo, 2º motivo, 3º motivo, 4º motivo) with their respective cadences: 'cad. masc.', 'cad. masc.', and 'cad. fem.'. Below this, four vocal parts are written on staves, labeled '1ª s.', '2ª s.', '3ª s.', and '4ª s.'. The first part is marked '1ª f' and the second part '2ª f'. A bracket on the right side of the vocal parts is labeled '1ª Per.' and '2ª f'. The score is written in 4/4 time and includes various musical notations such as notes, rests, and dynamic markings.

O motivo frásico desta peça de música, no que diz respeito à melodia, pois não se sabe se ela foi orquestrada ou não, está baseado no motivo rítmico binário natural



em que a ársis se desdobra naturalmente em , porque há uma tendência inconsciente para alongar o primeiro valor em relação ao segundo. O motivo rítmico real do texto é



Quatro motivos rítmicos constituem realmente o motivo derivado que está na base de cada semifrase rítmica. O andamento sentido é modificado por duas cadências masculinas intermédias e uma cadência feminina dupla, conclusiva mas não definitiva, na qual recai o acento de apoio rítmico principal com continuidade para a nota seguinte. Cada cadência masculina tem um acento secundário de apoio métrico. Quando recolhemos o texto não nos foi dado observar a anacruse com a forma , senão na primeira semifrase. Por isso apenas nela a consideramos. Com estas indicações fica definida a estrutura das quatro primeiras semifrases do primeiro período do texto musical, as quais se agrupam em duas frases, a primeira das quais termina em cadência feminina inconclusiva, e agrupa as duas primeiras semifrases, como proposta, a segunda das quais agrupa as duas últimas semifrases. A terceira semifrase termina em cadência feminina inconclusiva. A quarta semifrase termina em cadência feminina conclusiva, não definitiva. Ambas constituem a resposta do período musical primeiro.

O segundo período do texto musical agrupa as 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a semifrases. Também ele admite duas frases, a primeira das quais é o reatamento da proposta, a segunda das quais é a nova resposta. A segunda resposta termina em cadência conclusiva feminina, definitiva. Ambas constituem a resposta do período musical primeiro.

O segundo período do texto musical agrupa as 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a semifrases. Também ele admite duas frases, a primeira das quais é o reatamento da proposta, a segunda das quais é a nova resposta. A segunda resposta termina em cadência conclusiva feminina, definitiva.

Mas há algo de novo neste segundo período. Vejamos a sua estrutura rítmica:

12 not. 12 not. 12 not. 12 not.
12 cad. fem. 12 cad. fem. 12 cad. fem. 12 cad. fem.
12 not. 12 not. 12 not. 12 not.
12 cad. masc. 12 cad. masc. 12 cad. masc. 12 cad. masc.
12 not. 12 not. 12 not. 12 not.
12 cad. masc. 12 cad. masc. 12 cad. masc. 12 cad. masc.
12 not. 12 not. 12 not. 12 not.
12 cad. masc. 12 cad. masc. 12 cad. masc. 12 cad. masc.

Em primeiro lugar a 5.^a semifrase apresenta só cadências femininas. Embora o motivo rítmico seja o mesmo, o ritmo frásico altera-se. Além disso, o verso do poema que lhe corresponde:

Se hoje ela é // quase ignota

apresenta uma cesura. A cadência feminina e a cesura levaram o compositor a optar por dividir a semifrase em duas partes, obedecendo ao esquema:

Também divide a primeira nota com acento de apoio secundário, para obedecer ao dissílabo "ela". E aqui está uma das razões pelas quais atribuímos ao poeta um certo conhecimento dos ritmos impressionistas e simbolistas. O esquema métrico adoptado pelo poeta é o do setessílabo. Contudo o compositor adoptou-o como se o esquema métrico fosse o do octossílabo:

S (e ho) je e la é // qua s(e i) gno (ta)

Para a música este octossílabo poético tem que contar como eneassílabo, já que a última sílaba do verso, se não vale por apócope métrica, conta para a versão musical. São ainda características do ritmo impressionista as múltiplas contracções ou sinalefas que é necessário fazer para enquadrar os versos quanto possível dentro do mesmo esquema, o que nem sempre é possível, e a multiplicidade de acentos métricos intermédios, que aqui é visível, muito menos dominados por leis rígidas do que na poesia de tipo académico. Ambiguidade esta que é dada pelo ritmo natural da palavra e conjunto de palavras, que não obedecem a inversões, anástrofes, hipérbatos, por associações estranhas de palavras (não neste caso presente), tudo levando à visão decadentista da linguagem, em que ela parece ultrapassar o estádio clássico e aproximar-se dum estádio anterior primitivo, de significado/significante múltiplo, aproximar-se mais da comunicação por sons e ruídos do que por articulações bem definidas, tudo contribuindo imagisticamente para uma definição indefinida e para uma polissemia infinita.

Tudo isto foram considerações para a primeira semifrase da proposta do 2.º Período poético-musical. A partir da segunda semifrase da Proposta o esquema rítmico-frásico é o do 1.º Período, já apresentando. Há uma diferença quanto ao 1.º Período no que diz respeito às cadências finais das semifrases da Proposta, bem como a cadência final da primeira semifrase da Resposta, são inconclusivas, i.e., afastam-se da tónica, sendo a cadência da última semifrase conclusiva e definitiva. Assim se esgotou o assunto da pequena análise que fizemos à música correspondente à primeira parte do poema para a "Voz". Poderíamos continuar e encontraríamos outros pequenos problemas de adequação da letra à música. São problemas facilmente ultrapassáveis. Apenas para recordar que, se o hino cantado por nossa mãe começava pela parte destinada à "Voz", a letra copiada pelo Sr. João M. M. Santa Cruz inicia-se pela parte repetitiva destinada ao "Coro". Será um pequeno problema, facilmente ultrapassável por quem dirigir a execução.

Analisemos o terceiro período do texto musical:

Nas duas semifrases iniciais do terceiro período musical retorna-se binário com cadências femininas. Nestas duas semifrases o ritmo recai sobre quatro repetições do motivo inicial, que coincidem com quatro cadências de acento de apoio rítmico intermédio, ou principal com continuação de apoio, na tésis, sem desdobramento. Na segunda frase do mesmo período, volta-se ao motivo frásico derivado, com duas cadências masculinas e duas cadências femininas. O acento principal com apoio recai, como sempre, sobre a penúltima tésis da penúltima cadência feminina, em todas as frases. Nas quatro frases do período a cadência conclusiva inicial e a cadência conclusiva definitiva têm entre si duas cadências não conclusivas.

Analisando agora globalmente a estrutura rítmica, verificamos que ela se baseia no contraste par/ímpar, dominando o número 2 e seus múltiplos em muito os números primos 1 e 3. Há portanto uma grande tendência para a simetria, para a ordem, para o equilíbrio. Se o número um corresponde à anacrusa, o número três ao número de períodos, o número 7 até certo ponto ao esquema métrico, eles são equilibrados até certo ponto, e respectivamente, pelo número 2, pelo número 4, pelo número 8 e pelo 12. Parece que deveremos ver aqui uma tendência de toda a arte para procurar a unidade na diversidade, a razão na irracionalidade,

As sonoridades da 1.^a e 2.^a semifrases são semelhantes. Ambas começam por um arco, quase clímax ascendente, em que as duas sonoridades intrmédias se processam num intervalo de terceira ascendente. As quatro notas não são mais do que o diálogo entre a sonoridades primárias e secundárias da tónica e da dominante a várias alturas. A resolução é diferente. Na 1.^a é ascendente para a tónica. Na segunda é descendente para a dominante. Esta última marca a transição para a frase seguinte.

Nas semifrases n.^{os} 3, 7 e 11 encontramos o mesmo clímax descendente. Ele inicia-se com o terceiro som do acorde da dominante, e termina no primeiro som do mesmo acorde. O mesmo motivo visual se encontra na semifrase n.^o 9. Agora começa no terceiro som do acorde da tónica e termina no primeiro. Há a mesma estrutura, embora transcrita a partir da quarta superior.

As semifrases n.^{os} 4 e 8 são realizadas com o mesmo arco sonoro. A semifrase n.^o 6 realiza-se com o mesmo arco embora o anticlímax desta vez seja realizado a partir do quarto tom do acorde da dominante para o terceiro som do mesmo acorde.

As semifrases n.^o 10 e n.^o 12 têm estrutura sonora correspondente. A primeira estrutura tem no início dois sons do acorde da tónica, e termina com três sons do acorde de dominante invertido. A segunda estrutura começa também com os dois primeiros sons do acorde de tónica normal, continua-se com a passagem do terceiro para o segundo som do acorde da dominante e resolve para a tónica. Neles há portanto a correspondência 3/3, entre o acorde da tónica e o acorde da dominante. Ao contrário, a primeira estrutura resolve para baixo, a segunda para cima.

A estrutura sonora da semifrase n.^o 5 é que parece *sui generis* mas não é. Está constituída por dois anticlímaxes paralelos dos quais, o primeiro cai do segundo som do acorde de tónica para o nono do acorde da dominante invertido, e o segundo anticlímax desce do primeiro som do acorde de tónica para o som base de acorde da dominante.

Portanto a estrutura de sonoridades resolve-se por cerca de nove conjuntos mal diferenciados, que oscilam entre as sonoridades da tónica e as da dominante. Esses conjuntos ora têm quatro ora cinco sons. O seu âmbito é por isso quase igual, o que nos leva a pensar em termos de simetria e assimetria de sonoridades, tal como fizemos para a estrutura rítmica. A melodia oscila sempre entre o som da dominante superior e o som da dominante inferior.

Poderemos concluir. O texto não é uma construção musical popular, pois apresenta uma estrutura rítmica e sonora complexa, para além do seu tamanho que é muito longo. Mas foi escrito para o povo. A melodia é muito bonita, entra muito bem no ouvido, embora não seja de fácil apreensão para a memória. As frases são pequenas melodias secundárias de tessitura sonora não muito complexa, cujo âmbito de alturas entre o som mais alto e o som mais baixo não ultrapassa o som base e quarto som da escala dominante, ou o primeiro e o terceiro som do acorde da dominante. A melodia nunca vai além da dominante superior ou da dominante inferior. Quer dizer que, transcrita num tom conveniente, fá maior, sol maior, a melodia terá como limites superior e inferior dó ou ré, limites perfeitamente atingíveis para vozes graves e agudas não trabalhadas. O compositor escreveu portanto para o povo e sabia bem as características dos executantes vocais de que dispunha. Pensarmos nos hinos, "A Portuguesa", "A Maria da Fonte", mais ou menos contemporâneos de "A Saudação a Marvão", levar-nos-ia a conclusões diferentes. Transcritos em fá maior ou sol maior, estes dois hinos atingiriam o som de lá ou si superiores, só atingíveis para vozes trabalhadas e bem empostadas. Os compositores destes dois hinos, pensavam com certeza nos coros do Teatro

Nacional de São Carlos. É por isso que, quando ouvimos cantar o hino nacional, deparamos com uma tessitura vocal desafinada, motivado naturalmente por muitas impreparações de ouvido, mas também porque muitas vozes não conseguem atingir as extremidades da escala em que o hino foi escrito. Não é sem razão que fenómenos naturais deste género tenham levado à descoberta das escalas dodecafónica e de quartos de tom, a partir dos inícios do século XX, já com um pé no Impressionismo musical dos fins do século XIX.

A nós, que somos amadores, sem grande cultura musical, pelo que não podemos arrogar-nos conclusões desmedidas, parece-nos que "Saudação a Marvão" será posterior, pelo menos, ao hino de "A Maria da Fonte". Este hino deve ter nascido do calor popular que informou a revolta com o mesmo nome que eclodiu no Minho, e onde teve grande eco a atitude política da heroína que lhe deu o nome. Esta revolta eclodiu por volta de 1846, sendo seguida em 1847 de outra revolta popular de cariz político, com o nome de "Patulêia". Dizemos isto, porque o "Coro" de "Saudação a Marvão", e talvez não só, apresenta certos apontamentos sonoros que lembram aquele hino. Que nos perdoe o compositor, se estamos a ajuizar mal. Também nos baseamos noutro pressuposto. Contemporânea da revolta da Maria da Fonte, que se bateu contra o "défice" democrático do governo dos Cabrais, sobretudo contra a lei que proibia os enterramentos nas igrejas, remetendo os cadáveres para os cemitérios, ou pelo menos decorrente daquela revolta, deve ser uma décima" que nos foi ditada por nossa Ti Ana do Ti Vetrine Barbêr, na altura com cerca de 95 anos, décima que a informadora nomeou de "Décima à Carrêra". Segundo depreendemos, esta décima de autor anónimo deve ter nascido nas Carreiras e é uma revolta escrita contra a mesma imposição de enterrar os corpos nos cemitérios. Não resistimos à tentação de a transcrever. Foi nos ditada em 12 de Setembro de 1966.

Freguesia da Carrêra,
Leva-te a tua opiniam
De todas terim cemeter
Só tu, Carrêra,á que nam.

Adâus, cemeter nove,
Onde a terra bem se cava,
Onde s'apanh'à inverno
E se verá o mäsme calor.
Já perdâmes o valor
À nossa casa telhada.

Que gente tam mal levada
Que descobri uma tal eleçam,
Devia ser sepultada
Entres as portas do portam,
Para sâr más bem pesada
Por todes quantes lá vam.

Chor'ò pove e com rezam
E o rique já dá gemides,
Só im vâe e consedrar
Qui ali que não há jazides
Nim capéilas par 'ous nobres,
Dizin os quéstam narcides
"Já mes comparim c'os pobres".

Não há prata nim há cobre,
Qui a morte nam tem valor,
Lá istá a Dâs do Céi
Qui é mâsme o Nosso Senhor,
Ále mes dará perdam
Quande dâste munde mes formes.

Apesar de a ideologia não ser muito legível quanto ao enterramento nos cemitérios, depreendemos daqui que os trâmites da revolta e respectivo hino andariam nos ouvidos de muita gente. As Carreiras sempre tiveram uma tradição democrática e republicana muito grande. Nossa avó paterna do Prado, Maria José, falava-nos da "Patuléia" como acontecimento do tempo da mãe dela. Há mesmo uma exclamação irónica e talvez reaccionária que aponta para o facto histórico: "Isse já éi do teimpe da Patuléia", que nós ouvimos uma ou outra vez. São estes apontamentos insuficientes que nos levam a pensar que "Saudação a Marvão" será posterior a "A Maria da Fonte" e sofre a influência inconsciente deste último hino.

De qualquer modo, "Saudação a Marvão", de música e letra um tanto ingénuas, destinadas ao povo, é um hino muito bonito cuja harmonização e orquestração, se as houve, devem ser o mais depressa possível descobertas e vulgarizadas nos programas das bandas locais da Região de São Mamede. O compositor serve-se de arquétipos rítmicos e sonoros pertencentes do património colectivo, ressuscita-os pela consciência, define-os pela escrita em motivos rítmicos e sonoros, organizados e repetidos, que propõe a pessoas também possuidoras desses arquétipos, as quais, ouvindo, recordam. A repetição facilita a memorização consciente. A facilidade proposta pela escrita favorece a execução a pessoas sem preparação vocal.

Nós transcrevemos o hino em compasso de quatro por quatro. Parece-nos que este tipo de compasso é mais destinado à marcha do militar e não ao hino. O andamento deste hino parece-nos que há-de ser o de "Andante Majestoso" característico do de procissão, em tempo de festa religiosa. Nesta caso talvez o compasso de dois por dois ficasse melhor. Dada a nossa incultura musical não nos atrevemos a fazer a transposição. Os verdadeiramente entendidos em música que corrijam as nossas insuficiências. Leva-nos a estas considerações também o teor da letra. Ao contrário da letra dos outros dois hinos mencionados, este hino possui uma letra guerreira, não aponta para heroísmos fáceis e irracionais. Neste aspecto não percebemos muito em que medida é que o Hino Nacional corresponde ainda aos ideais democráticos e pacíficos propostos pela Constituição Portuguesa de 1976 e suas revisões posteriores. Será apenas um fóssil, um mito, um tabu que as pessoas se recusam a tocar com medo que ele se personifique, ou estarão mesmo à espera de ressuscitá-lo num futuro mais ou menos próximo? Cremos que trabalho e direitos humanos não se compadecem com a letra do Hino Nacional.

Como última nota, parece-nos que esta letra informou, se não constituiu mesmo, a letra de uma das "marchas" de Marvão para o "Cortejo de Oferendas" à Misericórdia, nas décadas de 50/60, se não nos enganamos. A música então utilizada foi a da "Marcha dos Centenários" ou de outra marcha de Lisboa qualquer. Portanto a memória desta "Saudação a Marvão" não deve estar de todo perdida.

A propósito. Porque é que não se recolhem as músicas e letras originais destas manifestações culturais que foram os cortejos de oferendas? Claro que não se poderia ir só pela música e pela letra. Há os "visuais" que mereceriam um estudo aprofundado também.

Saudação a Marvão

Coro

Sabe de vila de Marvão,
Das mais velhas de Portugal
Eis por postos tu e Brasil
E tuu nobre e sempre lá!

Chor

Quando Roma imperava
De não era a tradição
E não alto se ostentava
Na vila de Marvão

E hoje ela é quasi ignota
Esquecida, decadente
Eis era tua tua recuota
Por notavel e hereditária.

Coro

Sabe de vila de Marvão etc...

Chor

Fuere della guberna memoria
E conhecer o seu passado
E busque na patria historia...
Eis lá esta seu vinculado

Inasociável e associante
Incrustada e altívora

Sera sempre a requiescente
Sua villa de Marvão

Coro

Sabe de vila de Marvão etc...

Chor

Pois o tempo em seu correr
De heros a recordação
Mas não para esquecer
A lembrança de Marvão

Eis por feitos de valor
Por actos de liberdade
E lá soube sempre impior
Seu nome a proteridade

Coro

Sabe de vila de Marvão etc...

Fim

Cópia por
João M. M. Santa Cruz

MARVÃO E A FILATELIA

José Garraio Afonso

INTRODUÇÃO

O selo de correio é um pedaço de papel que nos conta a história da nossa existência, registo da memória dos outros nossos tempos, mensagem de esperança, feitos e aventuras do nosso mundo, para todo o mundo.

(Filat. Lusitana)

1. O SELO POSTAL

A criação do selo postal tem origem na reforma postal inglesa de 1840, com consequências imediatas na mudança do sistema de pagamento dos portes da correspondência e o aparecimento dos coleccionadores de selos postais.

Antes da existência do selo postal, o porte da correspondência era pago pelo destinatário no acto da entrega pelo carteiro. Com a utilização do selo postal, introduziu-se o sistema de pré-pagamento, ou seja, o expedidor, ao colocar os selos na correspondência que envia, está a pagar antecipadamente, o custo do seu transporte até ao destinatário.

O primeiro selo postal do mundo, circou em Inglaterra em 1840, e ficou conhecido no meio filatélico por "penny black", que reproduz a efigie da Rainha Victória, quando jovem. O uso do selo em 1843; a Espanha em 1850 e Portugal em 1853. O primeiro selo postal português reproduz em relevo, a efigie da Rainha D. Maria II, também quando jovem, de que resultou uma peça bonita.

A Filatelia ou o gosto por coleccionar selos de correio, surgiu logo após o aparecimento dos primeiros selos postais. Eram peças muito belas, reproduzindo quase sempre a imagem dos soberanos reinantes. O desejo de reunir os governantes ou as reais de todos os países, esteve naturalmente na origem dos coleccionadores de selos.

Sem bem que as primeiras emissões reproduzissem quase sempre o mesmo motivo - governante ou soberano/reinante -, em breve os responsáveis pelos serviços dos Correios se apercebem do valor do selo postal como veículo de divulgação das realidades históricas, culturais e até turísticas, dos seus países.

Com o grande desenvolvimento dos serviços postais e a criação de leis que permitiram a livre circulação da correspondência por todos os países, os selos postais transformaram-se em autênticos embaixadores itinerantes dos respectivos países. - Este facto leva a que se procure ilustrar os selos com figuras históricas, paisagens, monumentos, etc., dando assim origem às chamadas emissões "Comemorativas", que circulavam em simultâneo com as emissões base, mas apenas em determinado período de tempo. É considerada como a primeira série comemorativa em todo o mundo, a emissão produzida

pelos correios dos E. U. da América em 1892, comemorando o 4.º Centenário da Descoberta da América por Cristovão Colombo. Todos os países têm idêntico procedimento, Portugal emitiu logo em 1894 uma série comemorativa do 5.º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique e em 1895 a série relativa ao 7.º Centenário do Nascimento de Santo António de Lisboa. De tal modo este tipo de filatelia evoluiu, que no corrente ano, das cerca de 20 emissões produzidas pelos CTT, somente uma se enquadra nas emissões base.

2. A FILATELIA E O CONCELHO DE MARVÃO

Muitos são os selos de correio, e outras peças emitidas pelos serviços de Filatelia dos CTT que directa ou indirectamente estão relacionados com acontecimentos históricos que envolvem Marvão e o seu Concelho. Ao colaborar com estes modestos apontamentos sobre Filatelia para a Revista "IBN MARWAN" estou a tentar contribuir para a criação: "O ALENTEJO NA FILATELIA", em que à semelhança de colecções temáticas sobre a "EXTREMADURA" Espanha, em que são utilizadas algumas peças emitidas por Portugal e outros países, também para um trabalho deste tipo, poderemos utilizar selos e outras peças de vários países, para melhor documentar o trabalho temático.

D. AFONSO HENRIQUES

É no seu reinado que Marvão é conquistado e incorporado na Coroa portuguesa - 1160/1167.



D. SANCHO II

Eleva Marvão à categoria de Municipio, concedendo-lhe Carta de Foral em 1226.



D. DINIS

Com o propósito de fortificar toda a zona de fronteira com Castela, D. Dinis mandou reconstruir o velho castelo de origem moira, acrescentando-lhe a Torre de Menagem. Confirma o Foral no ano de 1299.



D. FERNANDO

Nos últimos anos do seu reinado, forças de Castela fazem diversas incursões e correrias na zona de Marvão, sendo sempre repelidas pela guarnição de Marvão.



D. JOÃO I

Depois da cidade do Porto, foi a Vila de Marvão a primeira terra a aclamar o Mestre de Avis, como Rei de Portugal.



D. MANUEL I

Concede à Vila de Marvão em 1/6/1512 novo Foral.

Casou com a princesa Castelhana D. Leonor. Realizaram-se cerimónias em Valência de Alcântara (Espanha). A Rainha descansou à sombra de um penedo na Beirã, quando seguia para Castelo de Vide e Crato.

Esta pedra ainda é conhecida por: PENEDO DA RAINHA.



D. JOÃO IV

Após a restauração da independência em 1640, travam-se vários combates entre os defensores de Marvão e forças de Castela. Em 1664 forças sob o Comando do Marquês de Marialva, ocupam Valência de Alcântara, que se mantem em poder de Portugal até 1668.



D. PEDRO IV

A Legião Patriótica do Alentejo, fiél a D. Pedro, partindo da Vila Espanhola de S. Vicente, toma a praça de Marvão em 1833.



D. MARIA II

O Brasão de Armas de Marvão é formado por um Castelo de Ouro em campo azul, sobrepujado do escudo português entre duas chaves. Ostenta o título de "*Mui nobre e sempre leal vila de Marvão*", concedido por D. Maria II, como recompensa aos marvanenses, pela sua firmeza nas lutas contra os liberais.



Variis

O TURISMO, A ECONOMIA E A FELICIDADE: Marvão e a Arqueologia do Desejo

Francisco Martins Ramos

O Turismo é, nos dias que correm, o grande veículo do contacto de culturas, o instrumento privilegiado das relações interpessoais entre "nós" e os "outros", o elo potencial da ligação com estranhos, forasteiros, hóspedes e estrangeiros. O Turismo mediatiza pois, o processo antropológico da hospitalidade, da anulação etnocêntrica, do relativismo cultural, da afirmação plena do Homem, simultaneamente singular e igual aos outros homens.

Não será necessário, à luz dos conhecimentos etnológicos, adiantar muito sobre o carácter sagrado que as sociedades ditas mediterrânicas atribuíam ao estranho, ou sobre os comportamentos dos esquimós, que honravam o visitante desconhecido, para posteriormente o sujeitarem a verdadeiras provas de iniciação.

Segundo Julian Pitt-Rivers, o estranho radica o seu carácter perigoso, tal como o seu carácter sagrado, no facto de pertencer ao mundo "extra-ordinário". Para se evitar o perigo que representa, ele deve ser socializado, integrado, transformado em convidado. Tal transformação e convite anulam a hostilidade e invertem uma situação potencialmente perigosa num cenário amigável. "Anfitrião e hóspede não podem, em momento algum, dentro do contexto de uma ocasião única, encontrar-se em pé de igualdade, já que a igualdade suscita rivalidade" (Pitt-Rivers 1970: 66). Dito por outras palavras e parafraseando Radcliffe-Brown, as leis da hospitalidade transportam o conflito a um nível onde se evitam as hostilidades.

Na Andaluzia, no norte de África, no Alentejo, ou seja, na orla mediterrânica, a tradição exigia que todo o forasteiro fosse um convidado. Faz parte da tradição cultural da região em que vivemos estabelecer uma relação de reciprocidade entre anfitrião e hóspede em que o primeiro honra o visitante; "o intercâmbio da honra supera o contraste das lealdades" (Pitt-Rivers 1970: 85). Daí à incorporação do estranho o caminho é muito curto; o fenómeno turístico dos dias de hoje é um acelerador de integração, um gerador de incorporações. Um veículo cultural.

É um facto evidente a transformação quantitativa e qualitativa que o turismo tem sofrido nos últimos anos. No caso particular de Portugal e da região alentejana tais transformações são visíveis, porque muito recentes e profundas. Desse modo, é um facto que "o Alentejo, espaço privilegiado do ponto de vista histórico-monumental, etnográfico e paisagístico, surge como alternativa a outros destinos turísticos saturados e massificados. A grande diversidade e riqueza de atractivos turísticos, a que se junta a ausência de problemas de poluição e degradação, constituem um trunfo importante relativamente às novas formas de turismo, conferindo ao Alentejo uma vocação de espaço turístico de qualidade" (Rosado 1991: 22).

Pensar Marvão, em termos do seu desenvolvimento, é equacionar fatalmente a problemática do fenómeno turístico. A singularidade do burgo medieval não deve, porém, transformar Marvão numa ilha. É preciso ultrapassar de vez a inexpugnabilidade histórica da fortaleza.

O Turismo no Norte-Alentejo deverá ser uma actividade integrada e geograficamente alargada. Ao Alentejo, às Beiras, à Extremadura Espanhola. Aliás, nessa linha de pensamento já se exprimiu Jorge Umbelino, ao titular de "triângulo turístico" uma abordagem de horizontes alargados sobre o património norte-alentejano. Nesse sentido, também, algumas iniciativas transfronteiriças que souberam transpor a raia.

Ocorre-nos à ideia uma estratégia semelhante e adequada às especificidades e escalas locais - que deverá ser implementada em Monsaraz (onde alguma coisa se faz), em Juromenha (onde está quase tudo por fazer) ou em Veiros (onde nada se fez).

Mas voltemos à realidade norte-alentejana. Que Turismo? Natural e logicamente: Turismo em Espaço Rural (TER). O legislador é concreto e preciso quando especifica algumas orientações consignadas no Plano Nacional de Turismo e recomendadas pela Comissão das Comunidades Europeias:

"De uma maneira geral, essas orientações permanecem válidas e correspondem, nomeadamente aos seguintes objectivos:

- melhoria de vida da população portuguesa;
- protecção e valorização do património cultural;
- correcção das assimetrias regionais;
- conservação do equilíbrio do meio rural" (Proposta de Decreto-Lei versão de 18 de Fevereiro de 1992, DGT/DSAT/TER)

Por força da lei, o Turismo em Espaço Rural é, perdoe-se a redundância, rural, cultural e regional. Tem pretensões ecológicas e motivações económicas. Se as últimas são óbvias, as outras características nem sempre foram tão lineares e explícitas.

Alguém afirmou que o Turismo Rural deverá possuir duas características intrínsecas à sua própria natureza: O Turismo Rural não deverá subir em altitude até atingir a neve (esse é outro tipo de turismo - o de montanha), e não deverá descer ao ponto de tocar a água do mar (esse é o turismo urbano, dos Algarves e Estoril). A essas duas características ou "limites naturais", devemos acrescentar uma terceira "qualidade" essencial - a manutenção da actividade agrícola. Não é possível Turismo Rural sem agricultura. De facto, a ruralidade só é viável, obviamente, desde que não desapareçam as explorações agrícolas. É que a redução drástica ou a eliminação das actividades do sector primário significa, geralmente, urbanização, industrialização, logo descaracterização dos campos. Pensar o Turismo em Espaço Rural significa não negligenciar a agricultura. Apesar do falhanço de algumas experiências de agroturismo, o conceito que lhe está subjacente não é errado, porque implica a necessidade de não divorciar o turismo das práticas agro-pecuárias ou florestais. O agroturismo, não sendo uma modalidade de alojamento, é uma motivação complementar, refere a legislação, mas que não deve ser secundarizada, pelas razões anteriormente apontadas.

De acordo com uma comunicação da Comissão das Comunidades Europeias (Outubro 1990) "em todas as economias dos Estados membros, o Turismo é uma indústria chave com uma das mais rápidas taxas de crescimento. Ele é responsável por cerca de 5,5% do Produto Interno Bruto, 8% da despesa privada e 4% do mercado externo. Emprega cerca de 7,5 milhões de pessoas e fornece 6% do emprego total da Comunidade; é uma fonte crescente de novos empregos".

O Turismo é um fenómeno social total, pelas implicações, influências e impactos que tem na vida das comunidades, regiões e países. Mas é, também, uma actividade ambígua, delicada e instável. Caracteriza-se tendencialmente pela sazonalidade, obedece a modas e, os seus pontos altos e baixos dependem, muitas vezes, de causas exteriores (crises económicas nos países ou regiões fornecedoras de clientelas, promoção mais agressiva e dinâmica doutras zonas, políticas restritivas, questões cambiais, etc.) Como fenómeno exportador, depende actualmente, mais da procura do que da oferta, que tende para a saturação.

É uma actividade ambígua porque oscila sempre entre a satisfação dos forasteiros e os interesses das populações locais. Essa conciliação nem sempre é passível de concretização equilibrada.

As comunidades rurais portuguesas, agora tão receptivas às iniciativas turísticas de vária ordem, começam a ser invadidas por fluxos de turistas, que vão, fatalmente, provocar mudanças sociais. Ora, "que toda a mudança social, tomada dentro do sistema de competição social (das comunidades) se torna um risco importante para aqueles que não podem beneficiar das suas vantagens, está provado em todos os estudos. Progresso técnico e mudança social geralmente enriquecem os ricos e reforçam o poder dos poderosos, empobrecem os pobres e enfraquecem os fracos" (Mendras 1978: 209).

A situação periférica de Portugal, a frágil industrialização de grandes manchas do território português, o esquecimento do interior, foram factores que contribuíram - há males que vêm por bem! - para o perfil e carácter autêntico da nossa ruralidade. De facto, "a ruralidade portuguesa conserva, efectivamente, apesar da agressão de interesses poderosos que a pretendem explorar, valores raros que se oferecem como perspectiva essencial para atrair turismo capaz de garantir convívio humano, universal, civilizado e pacífico" (Caldas 1988).

Todavia, não nos devemos esquecer da fragilidade das sociedades rurais actuais, confrontadas com problemas diversos: "desertificação humana, agricultura obsoleta, ausência de espírito empresarial, insuficiência de mão de obra especializada, ausência de massa crítica, envelhecimento da população residente" (Ramalho 1992).

Há quem afirme que o Turismo no Espaço Rural sendo "o turismo do ganha pouco" é também "um turismo em todos os azimutes" (Grefe 1990). Não será difícil explicar a aparente contradição entre a modéstia e a ambição das expressões. Na situação embrionária de crescente afirmação para que tende o turismo rural existem, naturalmente, metas mínimas a atingir sob o ponto de vista económico, que nada têm a ver com o lucro imediatista do turismo urbano e massificado das praias. O Turismo no Espaço Rural é um investimento a médio prazo em que o capital é essencialmente "natural" e humano - clima, paisagem, natureza, silêncio, equilíbrio, hospitalidade, convivência, valores, cultura.

Turismo em todos os azimutes, já que uma das alternativas à ausência (desejada) de grandes infraestruturas é uma boa gestão do tempo e a diversificação dos lazeres. Daí que o Turismo Rural deva enfatizar elementos locais/regionais múltiplos: gastronomia, folclore, fauna e flora, etnografia, tradições, costumes e festas, circuitos e rotas monumentais, pedagógicas, científicas. Fazer Turismo em Espaço Rural não significa, necessariamente, construir um complexo hoteleiro potenciado ao número máximo de estrelas, na planície que Marvão domina.

Sendo o Turismo Rural um processo de investimento de cariz essencialmente humano, tendo em vista metas de qualidade, justamente que a formação profissional é factor imprescindível para o salto qualitativo que se deseja e impõe. Visando, principalmente, as apirações, interesses e a natureza das populações rurais, como afirma João Borges de Oliveira. Assim, "as acções de formação profissional dever-se-ão processar a três níveis. Uma, destinadas a sensibilizar as populações rurais para o fenómeno turístico e o seu aproveitamento como complemento das suas actividades; outras acções teriam por destinatários os próprios donos dos diferentes tipos de hospedagem, e, por último, acções específicas tendo por destinatários os familiares dos donos e o restante pessoal afecto às unidades de alojamento referidas - turismo de habitação, turismo rural e agro-turismo pois ninguém terá dúvida da necessidade de se formar de maneira organizada e adequada o pessoal, sobretudo, quando se tem em vista a prestação de um serviço de qualidade e personalizado" (Oliveira 1988).

A melhoria da qualidade, a eficiência da prestação de serviços, o carácter personalizado que se pretende, efectivamente, atribuir à actividade em análise destinam-se, justamente, à obtenção de resultados económicos motivadores para a manutenção e desenvolvimento da actividade.

Como qualquer outra iniciativa económica, a oferta turística visa o lucro, a rentabilidade, a produção de riqueza, a criação de postos de trabalho. Pensar de maneira diferente é utópico ou romântico, mesmo que se integre a actividade turística na área da pluriactividade.

Para que os objectivos de natureza económica sejam atingidos, os agentes envolvidos em Turismo no Espaço Rural vão ter de competir, com zonas próximas ou afastadas, nacionais ou estrangeiras, urbanas ou rurais. A competitividade só é possível mediante alguns atributos: qualidade, originalidade, diversidade. O Turismo em Espaço Rural, de características "artesanais", pela natureza da sua natureza, vai certamente progredir, no sentido da especialização, e atingirá, seguramente, um carácter empresarial moderno. Se, neste momento, ele vive, desculpavelmente, à sombra do improvisado, da espontaneidade hospitaleira, da natureza genuína de uma certa ruralidade pouco destruída, isso é uma situação necessariamente temporária e passageira. É crucial que os actores locais envolvidos nas actividades turísticas se transformem, a curto e médio prazo, em verdadeiros empresários. Sem carácter empresarial não há sector económico espontâneo que resista por muito tempo...

Por outro lado, "a criação de um mercado turístico em meio rural requer outros impulsos, não se confinando unicamente a questões de ordem sectorial e aos requisitos que daí decorrem. Não se trata simplesmente de reforçar a capacidade de alojamento turístico através da introdução de novas práticas em novos espaços. Se queremos garantir o equilíbrio de um território e a permanência dos valores culturais que lhe são inerentes, necessário será recorrer a instrumentos e mecanismos de intervenção capazes de conciliar os imperativos de protecção e desenvolvimento" (Setas 1991).

O turismo é um fenómeno de escala, no sentido da conciliação entre a massificação da procura, que pode ser extremamente negativa, e a capacidade da oferta dos locais e populações receptoras.

Situemo-nos no caso particular de Marvão. O burgo medieval tem limites estruturais intrínsecos à própria natureza da povoação alcandorada estrategicamente em zona de defesa

fronteiriça. Apesar dessa função estratégico-militar ter desaparecido há centenas de anos, as marcas estruturais ficaram e colocam-se a vários níveis, todas elas constringidas por um problema espacial. É a questão do espaço, orientado funcional e historicamente para a satisfação de uma determinada necessidade (de sentinela, convenhamos), que não pode responder cabalmente, quando novas funções (a turística, por exemplo) surgem e se confrontam com fluxos de escala incomportável para os quais não existe, naturalmente, capacidade de adequação e compatibilização possíveis.

Apesar de em Marvão existir um número significativo de residências secundárias sub-utilizadas ou praticamente abandonadas, não se vislumbra legislação (e provavelmente não se deseja) que altere a posse e utilização de determinada propriedade privada. Apesar de, em situações especiais e noutros sectores, se poder defender a função social de determinados equipamentos e bens.

Que fazer, então, face ao crescente afluxo turístico? É aqui que conceitos como integração e diversificação têm sentido, apesar de, muitas vezes, serem usados como bandeiras e figuras de estilo insubstantivas. O turismo em Marvão (como em Monsaraz, em Juromenha, Nisa, Crato, Amieira, Terena ou Veiros) tem de ser, efectivamente, integrado e diversificado. Integração significa articulação, alternância e coordenação num espaço geográfico mais vasto - primeiro o concelhio, depois o regional e, ainda o fronteiriço, dada a proximidade raiana. Os turistas não podem ser hordas de invasores de concentração convergente. Se a procura turística aumenta na Região de São Mamede, a clientela tem de ser canalizada e ordenada para locais geográficos diferentes e alternativos e tem de ser motivada para programas paralelos que evitem a concentração excessiva. Isto pressupõe planeamento, coordenação e articulação de instituições (autarquias, postos de turismo, Regiões de Turismo) e empresas (hotelaria e hospedagem, restauração, operadores) e diversidade da oferta - circuitos monumentais, rotas gastronómicas, turismo temático, programas específicos, modalidades complementares. O exemplo de Castelo de Vide é modelar nalguns aspectos.

A massificação desordenada do turismo num local singular como é Marvão significa a destruição de Marvão como espaço desejado. Quando Jorge Umbelino apontava, em 1985, que a Câmara Municipal de Marvão estava mais interessada em soluções alternativas - recuperação das Termas da Fadagosa, melhoria da piscina fluvial da Portagem, exploração do património arqueológico em Santo António das Areias e São Salvador de Aramenha, aproveitamento da barragem da Apertadura - isso significava então, e significa hoje, uma visão correcta da autarquia, consciente que a oferta turística em Marvão é um problema delicado e de risco, a necessitar de apelos e motivações centrífugas que evitem a concentração desmedida.

Tentado a conceber um panegírico a Marvão, e a cair nos lugares comuns dos turistas boquiabertos - "aqui o mundo parou", "estamos na Idade Média", "a paisagem é alucinante", "ninho de águias", "o céu é já ali", - gostaria, no entanto, de realçar a singularidade, a simplicidade estética, o sentido pedagógico e a capacidade criativa de quem concebeu e implementou um espaço de qualidade que dá pelo nome de Museu Municipal de Marvão. De facto, trata-se de um apelo e de uma motivação que desperta em nós, mais do que o desejo da arqueologia, a ideia da arqueologia do desejo. Desejo de equilíbrio, da saúde, da procura ancestral, da gratificação cósmica das raízes.

A Comissão das Comunidades Europeias sugere algumas medidas no sentido da definição, promoção e consolidação do turismo rural. Dentre elas **destaque-se** o conjunto de tópicos referidos na Comunicação de Outubro de 1990:

"i) ajudar a definir os produtos de turismo rural melhorando a **informação** como resposta à crescente procura de tais produtos, permitindo a **transparência da oferta** (apoio à criação de operadores de qualidade) e harmonização da informação sobre **todos os componentes** dos produtos de turismo rural (sistema de símbolos apropriados);

ii) ajudar à criação e desenvolvimento de produtos de turismo rural **melhorando a informação** sobre o acesso aos esquemas de ajuda comunitários e **assistir as autoridades locais** na implementação de acções de turismo rural; promover a **cooperação entre** os agentes locais (autoridades, firmas, associações, etc.) e entre os geradores de produtos de turismo rural e os fornecedores dos necessários bens e serviços; **finalmente, estabelecer medidas** encorajadoras no sentido de orientar a gestão das actividades de turismo rural **através do apoio** às medidas de formação, trocas e estabelecimento de redes"...

Marvão é um dos cinco municípios (Castelo de Vide, Crato, Marvão, Portalegre e Nisa) que integra, desde a primeira hora, o Programa LEDA, da Comissão das Comunidades Europeias. Este programa, não sendo um instrumento financiador, tem proporcionado, progressiva e discretamente, debates locais e regionais, trocas de ideias e experiências, visitas de estudo e intercâmbios, na perspectiva de que os grandes agentes do desenvolvimento são os actores locais. Os frutos da sementeira LEDA começam a **surgir** - as zonas rurais envolvidas no Programa LEDA (Creta, Basilicata, Buis-Les-Baronnies, Norte-Alentejo, Almeria) e outras zonas associadas (Algarve Serrano, Extremadura Espanhola, Arcadia) decidiram fundar uma associação internacional de turismo rural denominada VIA MEDITERRÂNEA. A constituição desta rede vai ao encontro das **soluções** preconizadas pela Comissão das Comunidades: "cooperação inter-regional e o **estabelecimento de redes** regionais partilhando projectos comuns ligados ao turismo regional **de que** são exemplos as férias termais, redes mediterrânicas com oferta de pacotes integrados de turismo rural, redes de cultura céltica, etc.

Pelas razões expostas, surgiu na zona LEDA do Norte-Alentejo, como interlocutora portuguesa da rede VIA MEDITERRÂNEA a ADT/NA (Associação para o Desenvolvimento e Turismo do Norte Alentejo). Sem se substituir às instituições públicas ou privadas, locais ou regionais, vocacionadas para o desenvolvimento e para o turismo, a ADT/NA pretende participar activamente em todas as iniciativas julgadas de interesse **para** a sub-região onde se insere. Por outro lado, deseja cooperar com as instituições públicas e com as entidades privadas (empresas, associações, cooperativas, etc.), e assume o **papel e o lugar** de um fórum de reflexão, de um grupo de pressão e de uma unidade interventora tendo em vista o desenvolvimento do espaço norte-alentejo. Conceber o Norte-Alentejo sem Turismo seria uma amputação contranatura. Por isso, a actividade turística é uma **preocupação** prioritária da ADT/NA.

Todo o turismo só pode ser concebido como turismo cultural. **É apenas** uma questão de terminologia, no meu entender. Aliás, num processo de **actualização** terminológica e conceptual, pode vir a acontecer que muito em breve um novo **conceito** abrangente venha a ser utilizado, o de eco-turismo ou turismo ecológico. Tal noção **parte** do pressuposto de

Todo o Turismo Rural só pode ser concebido como Turismo Cultural

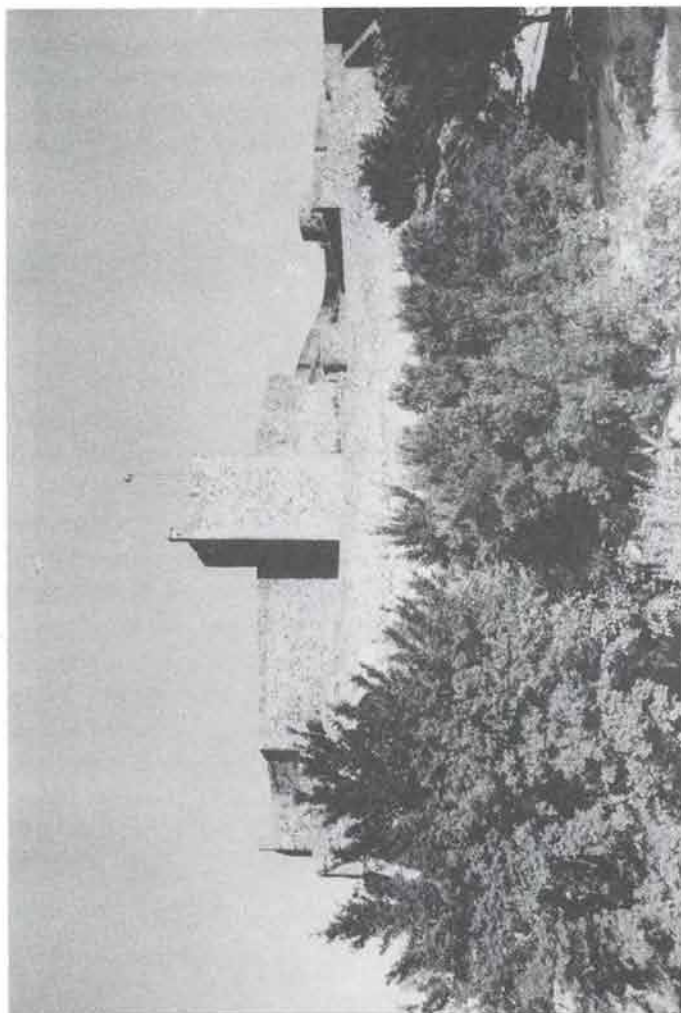


Foto de Jorge Oliveira



Foto de Jorge Oliveira

É preciso ultrapassar de vez a inexpugnabilidade histórica da fortaleza

que a ecologia, para além de se preocupar com as espécies vegetais e animais, com o ordenamento do espaço, com a defesa paisagística e com o património construído, preocupa-se também com o Homem, anfitrião e turista. E se tudo deve ser feito a favor do turista, nada deve ser feito contra o anfitrião. Problema delicado, convenhamos.

Turismo cultural, turismo rural, turismo ecológico, são apenas expressões que pretendem traduzir a mesma realidade, numa perspectiva com enfoques eventualmente singulares. Quanto à ruralidade que outros países têm vindo a perder, é um bem precioso que nós ainda podemos manter, preservar, e salvar. No dia em que a perdermos vamos compará-la à Felicidade: só lhe damos valor quando deixarmos de a fruir.

BIBLIOGRAFIA

CALDAS, Eugénio Castro - 1988, "A Ruralidade Portuguesa através da História", comunicação, Congresso Internacional de Turismo no Espaço Rural, Viana do Castelo

GREFFE, Xavier - 1990, "Rural Tourism, Economic Development and Employment", OECD Conference on Enterprise and Employment Creation in Rural Areas, Paris

MENDRAS, Henri - 1978, **Sociedades Camponesas**, Rio de Janeiro: Zahar Editores

OLIVEIRA, João Borges - 1988, "Turismo no Espaço Rural - A Formação Profissional", comunicação, Congresso Internacional de Turismo no Espaço Rural, Viana do Castelo

PITT-RIVERS, Julian - 1970, **Tres Ensayos de Antropologia Estructural**, Barcelona: Editorial Anagrama

RAMALHO, António V. - 1992, "O Turismo no Espaço Rural como Actividade Essencial ao Desenvolvimento Integrado do Mundo Rural", comunicação, IV Semana Extensão Rural, Universidade de Évora

RAMOS, Carlos - 1988, "Turismo e Ambiente", comunicação, Congresso Internacional de Turismo no Espaço Rural, Viana do Castelo

RAMOS, Francisco M. - 1992, "Os Proprietários da Sombra", (texto não publicado)

ROSADO, José Nuno - 1991, "Turismo - Uma Aposta no Alentejo", **Boletim n.º 5**, Comissão de Coordenação da Região Alentejo

SAMPAIO, F. - 1988, "Ruralidade e Turismo", comunicação, Congresso Internacional de Turismo em Espaço Rural, Viana do Castelo

SETAS, Paulo - 1991, "Turismo Rural: Que Definição", **A Rede n.º 3**, Associação IN LOCO

TAPADEJO, Carolino, BARBERÁ, Raphael e RAMOS, Francisco - 1991, "Projecto de Cooperação Transfronteiriço (Norte Alentejo/Cáceres)", **A Rede n.º 3**, Associação IN LOCO

UMBELINO, Jorge - 1989, **O Triângulo Turístico de Portalegre, Castelo de Vide, Marvão**, Portalegre: Edição do Autor

- Community Action to Promote Rural Tourism, Communication from the Commission, EEC, October 1990

- Turismo no Espaço Rural, Proposta de Decreto-Lei (versão de 18/02/92 DGT/DSAT/TER)

CLIMA E VEGETAÇÃO NA SERRA DE S. MAMEDE NOS SÉCULOS XVI E XVII

Luis Bacharel

DIALOGOS DE DOM FREI AMADOR ARRAIZ BISPO DE PORTALEGRE.



EM COIMBRA.

Em casa de Antonio de Matiz, Impressor.
Anno de 1589.

Com licença do Santo Officio, e do Ordinário.
COM PRIVILEGIO REAL.

TRATADO DA CIDADE DE PORTALEGRE

de suas antiguidades e fundação,
e de todas as coisas que a ella se requerem, e outras antigualdades, e costumes.

FEITO PELLO PADRE.

DIOGO PEREIRA SOTTO MAIOR

Indigno capellão em a Sancta See da dita cidade

DIRIGIDO A DOM RODRIGO DA CUNHA

BISPO DE PORTALEGRE, & &



Brasão de armas de D. Rodrigo da Cunha,
5.º bispo de Portalegre

1. Introdução

2. Os autores e a sua obra

2.1. D. Frei Amador Arrais (1528? - 1600)

2.2. Padre Diogo Pereira Sotto Maior (1550? - 1632)

3. O clima e a vegetação da Serra de S. Mamede nos "Diálogos" e no "Tratado da Cidade de Portalegre"

4. O contributo actual da Ciência

4.1. Clima

4.2. Cobertura vegetal

5. O confronto dos testemunhos

6. Conclusão

7. Bibliografia

I. INTRODUÇÃO

A capacidade de observação e análise não é uma característica específica dos homens das ciências exactas e naturais. O testemunho de obras de cunho histórico, literário, filosófico ou até moral e teológico pode assumir peso relevante na confirmação, ou não, de certos trabalhos no âmbito daquelas ciências. Por outro lado, está hoje, felizmente, em crise, a compartimentação do saber ou, se quisermos, a especialização com antolhos. Não se trata de rejeitar especializações e especialistas, o que seria um total absurdo, mas de encarar o real como um todo, cuja análise e interpretação carece de uma focagem múltipla oriunda dos mais diversos quadrantes. No fundo, a tentativa de compreensão de um mundo super complexo exige, mais que uma superciência, uma superconsciência. Tudo isto vem a propósito do pequeno ensaio que se segue. Nele se confrontam textos do séc. XVI e XVII com os actuais conhecimentos científicos. Os textos são de duas figuras marcantes da cultura norte alentejana, uma delas até, de projecção nacional. São elas D. Frei Amador Arrais, terceiro bispo de Portalegre e o Padre Diogo Pereira Sotto Maior, capelão da Sé daquela cidade. O primeiro escreveu os "Diálogos", cuja primeira edição remonta a 1589; o segundo é autor do "Tratado da Cidade de Portalegre", terminado em 1619.

Faremos, em primeiro lugar, algumas referências à vida e obra destas duas personalidades e, seguidamente, à luz dos conhecimentos actuais de paleoclimatologia e evolução dos ecossistemas, analisaremos o testemunho, nas obras atrás citadas, sobre o clima e vegetação na região de S. Mamede.

II. OS AUTORES E A SUA OBRA

Amador Arrais e Diogo Pereira Sotto Maior foram duas personalidades bem diferentes que viveram e conviveram em Portalegre no último quartel do séc. XVI, em plena dinastia filipina.

Ambas alentejanos, religiosos, com graus académicos em universidades espanholas e marcados pela mentalidade pós-tridentina.

Teólogo, filósofo e moralista, Amador Arrais era um homem estudioso e de grande cultura. Diogo Pereira Sotto Maior, não possuindo a bagagem cultural de Amador Arrais tinha conhecimentos bem acima da média do seu tempo e uma grande curiosidade pela história da sua região natal. Vejamos, com mais pormenor, a trajectória destes dois homens, figuras maiores na história de Portalegre.

2.1. D. Frei Amador Arrais (1528? - 1600)

Nasceu em Beja, provavelmente em 1528. Por desejo de seu pai iniciou os estudos elementares nos carmelitas daquela cidade. Em 1545 tomou hábito no convento dos carmelitas calçados de Lisboa e daqui foi enviado ao noviciado no Colégio de Nossa Senhora do Carmo em Coimbra, onde fez votos um ano depois. Homem de grande craveira intelectual e cultural foi bacharel e mestre em Artes no Colégio Real de Coimbra, bacharel

em Teologia pela Universidade de Coimbra, doutor em Teologia pela Universidade de Lérida. Amador Arrais foi ainda um insigne orador, tendo pregado com frequência na capela Real do rei D. Sebastião. O cardeal D. Henrique, quando arcebispo de Évora pela segunda vez, nomeou-o coadjutor em 1578 e, logo a seguir, seu Esmoler-mor. Em 30 de Outubro de 1581, Filipe II designou-o bispo de Portalegre, designação que o papa Gregório XIII confirmou ainda no mesmo ano. Tomou posse do bispado em 23 de Janeiro de 1582. Em Portalegre, fundou o Seminário, convocou o sínodo, elaborou novas Constituições, enriqueceu o patrimonio artístico da catedral. Por desentendimento com o cabido da Sé, renunciou ao bispado em 1596. Refugiou-se então em Coimbra onde faleceu em 1 de Agosto de 1600.

Os "Diálogos" constituem uma obra marcante da nossa literatura. Como o próprio título indica é escrita em diálogo, numa revivescência da antiguidade clássica, recuperada pelos humanistas. A mais antiga referência aos "Diálogos" é certamente a do P.º Sotto Maior que sobre eles escreveu no "Tratado da Cidade de Portalegre": "Acabou uns Diálogos, que o dr. Jerónimo Arrais, seu irmão, havia começado, cheios de muita doutrina e erudição para todo o fiel cristão se aproveitar deles".

2.2. Padre Diogo Pereira Sotto Maior (1550? - 1632)

Nascido na freguesia de Alegrete, passou os primeiros anos em Portalegre onde, segundo ele próprio, foi menino de coro na Sé. Recebeu ordens em Coria e uma licenciatura em Sagrados Canones, talvez em Salamanca. Foi cura no Monte dos Galegos (Marvão) e, em Julho de 1592, nomeado subtesoureiro da Sé de Portalegre, por D. Frei Amador Arrais. A sua assinatura vem expressa no documento de renúncia ao bispado daquele prelado, com data de Outubro de 1597. Em 1599 é nomeado capelão da Sé, por D. Diogo Correia, 4.º bispo de Portalegre. Aí permaneceu até à morte, ocorrida a 6 de Agosto de 1632.

Sotto Maior leu, certamente os "diálogos" e, provavelmente, aproveitou algumas opiniões ali expressas sobre a origem de Portalegre.

O "Tratado da Cidade de Portalegre", manuscrito acabado em Maio de 1619, fala da cidade, das suas origens, das suas igrejas e muralhas, dos seus bispos, das suas belezas e riquezas. É uma obra simples e ingénua que revela, contudo, aspectos muito curiosos e mesmo inéditos da história da cidade e da região.

III. O CLIMA E A VEGETAÇÃO DA SERRA DE S. MAMEDE NOS "DIÁLOGOS" E NO "TRATADO DA CIDADE DE PORTALEGRE"

São breves e obviamente, sem qualquer preocupação científica, as referências feitas pelos nossos dois autores ao clima e coberto vegetal na serra de S. Mamede.

Vamos transcrever em paralelo essas referências:

DIÁLOGOS
(1589)

"É a serra de Portalegre uma das melhores da Lusitânea do seu tamanho, em que parece extremar-se a natureza na fresquidão de arvoredo...suavidade de ares aprazíveis..., multidão de claras fontes, doces e frias águas.

... e nunca perde de todo a formosura da sua primavera."

(Diálogo IV, Cap. VIII)

(A serra de Portalegre tem)... "muitos prados e diversidade de boas frutas... É toda coberta de sombrios soutos, pomares, vinhas, olivais e mui altos castanheiros e outras árvores... E de todas elas se corta tanta madeira que provê grande parte dos lugares d'Alentejo e dos da arraia de Castela.

(Diálogo IV, Cap. VIII)

Antes de qualquer comentário vejamos o que a ciência moderna nos diz sobre os temas em análise.

IV. O CONTRIBUTO ACTUAL DA CIÊNCIA

4.1. Clima

Nos últimos 20.000 anos da história da Terra, consideram-se 5 fases climáticas principais no atlântico norte. A primeira corresponde ao último máximo glaciário ocorrido

TRATADO DA CIDADE DE PORTALEGRE
(1619)

"Tem (a cidade) muito graciosos ares e temperados, suposto que de Inverno é algum tanto fria e nunca os verões se sentem muito nela."

(Cap. III)

"Tem quase três léguas ao circuito de olivais, vinhas e soutos; há muito azeite e muito vinho e bom, e muita castanha, e de todos os mais legumes é muito abundosa; muitas carnes e boas, muita hortaliça."

"... e se torna a empregar o dinheiro em madeira, azeite, vinho, castanha, ..."

"Tem mais esta cidade um monte ou serra contra a parte do poente, muito alto, que se chama Penha de S. Tomé toda povoada de vinhas e soutos e olivais e hortas ..."

(Cap. III)

no planeta, entre 20.000 e 16.000 anos AP (Antes do Presente), durante o qual a frente polar atingiu praticamente a latitude de Lisboa. As restantes fases correspondem a recuos sucessivos para norte da frente polar, com ocasionais oscilações.

A quinta e última fase, aquela em que nos encontramos, iniciou-se cerca de 6000 anos AP. Nesta fase, interessa-nos considerar o ocorrido a partir do primeiro milénio da nossa era. Os dados conhecidos referem que durante a Alta Idade Média, do séc. IX ao séc. XII, o clima da Terra teve uma melhoria sensível; este episódio é designado por **Pequeno Ótimo Climático**. Os icebergues, nesta época, raramente atingiram o sul da Gronelândia e Islândia. A cultura da vinha que então floresceu na Grã-Bretanha, explica-se porque na Europa a temperatura média no Verão era, provavelmente, 2 °C superior à actual.

A partir do séc. XV agravaram-se as condições climáticas que atingiram maior severidade entre 1650 e 1700. O período que decorre entre o séc. XVI e meados do séc. XIX é conhecido por **Pequena Idade do Gelo**. Terá sido o episódio frio mais importante dos últimos 6000 anos, com sensíveis modificações no regime pluviométrico e na cobertura vegetal. Na bacia e orla mediterrânicas os invernos foram muito rigorosos; nos Alpes, Gronelândia e Islândia houve avanço rápido dos glaciares; florestas da Europa Central sofreram recessão e posterior extinção; o Tamisa, o Sena e o Ródano congelavam no Inverno.

A figura 1 apresenta uma reconstituição da variação do clima, nalguns locais da Terra, nos últimos 1000 anos: Paris e Londres (a); Gronelândia - resultados obtidos a partir da concentração nos gelos do isótopo O¹⁸ - (b); Montes White - Califórnia - (c); Inglaterra central (d).

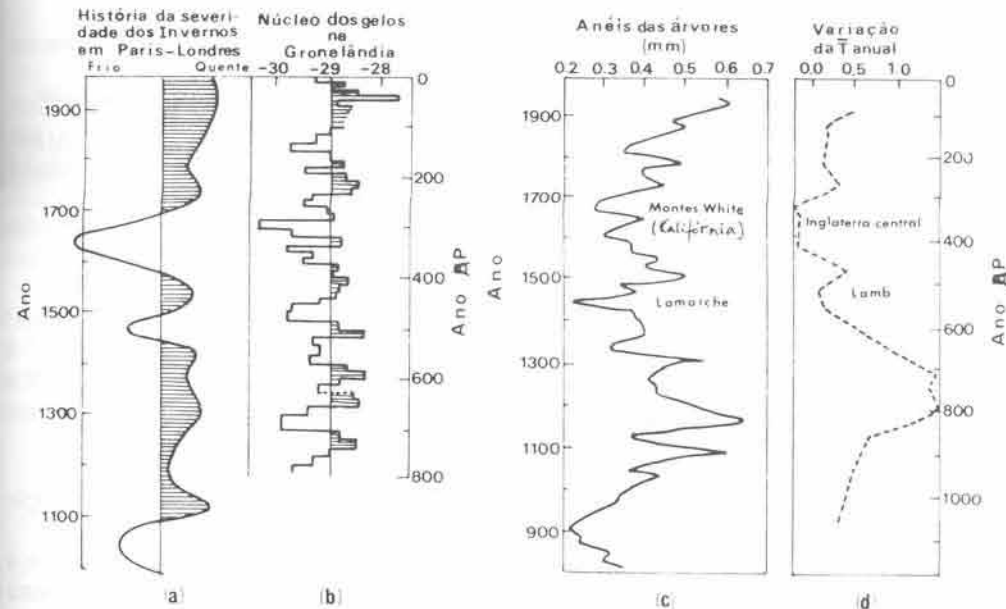


Fig. 1 - Variação do clima nos últimos 1000 anos (Lamb)

Note-se o paralelismo dos resultados e as importantes variações da temperatura ao longo do tempo.

A Pequena Idade do Gelo foi, assim, um episódio não circunscrito. Ocorreu à escala global afectando todo o planeta. A região de S. Mamede sofre, assim, os seus efeitos.

4.2. Cobertura vegetal

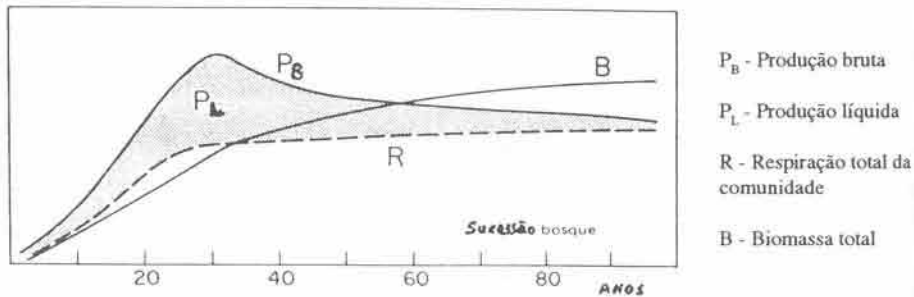
A evolução de um ecossistema constitui um processo de desenvolvimento de uma comunidade num determinado biótopo; implica mudanças no número e natureza das espécies e nas interações da comunidade ao longo do tempo.

Embora o meio físico condicione a evolução (factor limitante) esta é autocontrolada pela comunidade, ela própria modificadora do meio físico.

A fase terminal da evolução de um ecossistema supondo que não ocorrem roturas ou modificações que ultrapassem o seu limite de tolerância, traduz-se por uma estabilização dinâmica da comunidade, com a energia disponível canalizada fundamentalmente para a manutenção do sistema. Esta fase final estável da evolução de um ecossistema chama-se **fase climax**.

É possível prever as características climáticas de um ecossistema desde que sejam bem conhecidos os seus factores limitantes.

A fig. 2 mostra o modelo hipotético da evolução ao longo de 100 anos de um ecossistema de bosque.



Repare-se no crescimento progressivo da biomassa e no equilíbrio final entre a produção bruta (P_B) e a respiração total da comunidade (R); não sobra energia para o crescimento, ela esgota-se na manutenção.

Reportemos-nos agora à região de S. Mamede. Será possível saber qual a vegetação climática da região, logo após o Mesolítico? Tudo leva a crer que sim.

O relevo de S. Mamede, a sua orientação e conseqüente exposição das encostas, a natureza do solo, são factores limitantes, no sentido que atrás foi referido, isto é, condicionam a evolução dos sistemas ecológicos locais.

A influência predominante atlântica das encostas viradas a nordeste e predominante mediterrânica das encostas viradas a sudoeste, fez convergir nesta região situações climáticas diferenciadas.

As áreas de clima atlântico têm nos carvalhos caducifólios a expressão máxima do seu desenvolvimento; o carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) ocupou densamente S. Mamede e ainda hoje está bem representado.

Também o carvalho roble (*Quercus robur*) povoou estas paragens embora hoje esteja reduzido a um número extremamente baixo de exemplares.

Em contrapartida, no domínio mediterrânico a fase climax é representada, em termos arbóreos, pelas quercíneas perenifólias: sobreiro (*Quercus suber*) e azinheira (*Quercus ilex*). Esta distribuição, condicionada pelos factores limitantes, não tem uma fronteira rigorosa, sendo possível encontrar o sobreiro em "território" do carvalho negral e este nos domínios daquele.

O castanheiro (*Castanea sativa*) espécie perfeitamente adaptada às áreas de carvalhos caducifólios, também em S. Mamede ocupa uma área considerável, embora constitua uma presença exótica, quer aqui, quer em todo o sudoeste europeu. Teria sido trazido para Portugal no tempo do Império Romano.

A oliveira (*Olea sativa*) e a videira (*Vitis vinifera*) bem conhecidas nas nossas latitudes e, obviamente, na região em apreço, teriam sido trazidos pelos gregos para França, 600 anos a.C., e daqui irradiado para a Itália, a Gália e a Península Ibérica. O naturalista romano do séc. I, Plínio o Velho, na sua "história Natural" afirma que, no reinado de Tarquínio o Antigo (616 - 579 a.C.), ainda não existiam oliveiras nem na Europa, nem no Norte de África.

O pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), tão abundante hoje em S. Mamede, foi aqui introduzido há cerca de um século e, de forma maciça, há cerca de 50 anos.

Recorde-se, por outro lado que desde os tempos megalíticos, o homem, nas regiões europeias, deixa de ser um puro caçador - colector. Ele explora minérios, faz agricultura, cria gado e, claro, continua a utilizar o fogo. Estando a cultura megalítica bem atestada em toda a região de S. Mamede, parece lógico concluir que a delapidação sistemática das matas climáticas teve início nesta época. Subsequentemente, a introdução de exóticas, as sucessivas polífticas cerealíferas e a urbanização vieram adicionar-se aos factores anteriores a acelerar as modificações já em curso.

Podemos concluir este capítulo afirmando que, na serra de S. Mamede, no séc. XVI e início do séc. XVII, período em que foram escritos os "Diálogos" e o "Tratado da Cidade de Portalegre", as matas de quercíneas eram bem mais extensas e densas do que actualmente, os castanheiros ocupavam espaços muito vastos, a oliveira, a vinha e outras árvores de fruto estavam bem implantadas, o pinheiro bravo não existia.

V. O CONFRONTO DOS TESTEMUNHOS

Voltaremos aos nossos autores clássicos.

No que respeita ao clima da serra de Portalegre, Arrais é mais poético, Sotto Maior mais conciso. De comum, a afirmação clara de Verões suaves e de frescura. O nunca perder "de toda a formosura da sua primavera", conforme diz Amador Arrais, traduz essa frescura. Quanto ao Inverno, as afirmações são mais vagas. A mais explícita: "de Inverno é (a cidade) algum tanto fria" (Sotto Maior). A expressão é ambígua subjectiva e consequentemente, inconclusiva.

Quanto à cobertura vegetal os autores referem a existência de soutos, vinhas, olivais, castanheiros.

A palavra soto significa, etimologicamente, mata espessa, bosque cerrado.

Segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira "desde época indeterminada até pelo menos ao séc. XIII, soto designava aglomerado mais ou menos extenso de certas espécies de árvores de fruto, pelo menos castanheiros e cerejeiras". A partir do séc. XIV "passou a significar terreno plantado de castanheiros".

Hoje, em linguagem técnica, e não só, o termo **soto** é utilizado produção de castanha. Em contrapartida, usa-se a designação de **castiçal** para a mata de castanheiros bravos, utilizados para a obtenção de madeira.

Atente-se agora, com mais pormenor, em Amador Arrais: "É (a serra de Portalegre) toda coberta de sombrios soutos, pomares, vinhas, olivais e mui altos castanheiros e outras árvores". Não há referência expressa aos carvalhos. O que serão, para o autor, os "sombrios soutos"? Os "altos castanheiros"? As "outras árvores"?

Sotto Maior também não fala em carvalhos, apenas refere olivais, vinhas e soutos.

Estamos, recorde-se, na viragem do séc. XVI para o séc. XVII e, pelo que atrás se disse, já nesta época soto significava mata de castanheiros.

É, portanto, lógico considerar que ambos os autores chamam soutos ao conjunto de castanheiros mansos. É nossa convicção que eles estão primordialmente interessados em referir as árvores de fruto para consumo humano existentes na região; repare-se que Amador Arrais as coloca em primeiríssimo plano e que Sotto Maior delas fala exclusivamente. Por isso, os carvalhos não são mencionados.

Os "altos castanheiros" de Arrais correspondem, certamente, a castiçais e as "outras árvores", do mesmo autor, poderão, agora sim, englobar os carvalhos.

Para terminar, não pode passar em claro o largo aproveitamento de madeira referido pelos dois autores. Amador Arrais é, neste particular, bem explícito: "e de todas elas (árvores) se corta tanta madeira que provê grande parte dos lugares d'Alentejo e da arraia de Castela.". Por seu turno Sotto Maior diz: "...e se torna a empregar o dinheiro em madeira,...".

Toda esta madeira era certamente obtida, fundamentalmente a partir dos carvalhos e dos castiçais.

O desbaste das matas para o aproveitamento de madeira era, assim, uma prática corrente, sistemática e significativa, nos séc. XVI e XVII, na serra de S. Mamede.

VI. CONCLUSÃO

D. Frei Amador Arrais e o Padre Diogo Pereira Sotto Maior têm sido, até hoje, figuras frequentemente evocadas pelos homens de cultura. O primeiro como humanista, clássico da literatura portuguesa, personalidade de fina sensibilidade artística, fundador do Seminário de Portalegre quinhentista. Neste pequeno ensaio foram evocados, penso que pela primeira vez, numa outra perspectiva. Pedimos-lhes um testemunho sobre o clima e a vegetação da serra de S. Mamede do seu tempo. Foram breves mas não nos decepcionaram.

Um tanto vagos no que concerne ao clima referem, contudo, uma época de verões suaves (bem mais suaves que actualmente) e de invernos "um tanto" frios (certamente mais frios que os de hoje). No fundo, contam-nos, embora de forma não muito impressiva, como sentiram, em Portalegre, a Pequena Idade do Gelo. Bem mais interessante e elucidativo é o modo como descrevem uma serra verde, fresca, abundante de água, de castanheiros, de vinhas, de oliveiras e outras árvores, de frescos legumes e variada fruta. Como revelam o desbaste das matas para aproveitamento da madeira. Dizem-nos, em suma que, nesta época, a mata climática (de quercíneas) estava já intensamente mutilada e substituída por exóticas (castanheiro, oliveira, vinha,...).

Não esqueçamos, porém, que a extensão das quercíneas em S. Mamede era, no final do séc. XVI, bem mais significativa do que é hoje. Este facto não é explicitado pelos nossos autores. Tal omissão deriva, em nosso entender e como já referimos, da sua intenção em enfatizar a importância e valor das árvores de fruto, da região.

Concluindo, os testemunhos de D. Frei Amador Arrais e do Padre Diogo Pereira Sotto Maior não contradizem os conhecimentos paleoclimáticos e paleoecológicos que hoje possuímos sobre os séc. XVI e XVII. Pelo contrário, estão em franca sintonia com eles.

VII. BIBLIOGRAFIA

- **ARRAIS**, D. Frei Amador - *"Diálogos"*, Col. Tesouros da Literatura e da História, Lello & Irmão, 1974.
- **DIAS**, João Manuel Alveirinho - *"Alguns factores condicionantes da sedimentogénese recente em Portugal"*, Comunicação à Associação Portuguesa de Geólogos, 1989.
- **MACHADO**, José Pedro - *"Dicionário etimológico da Língua Portuguesa"*, Livros Horizonte, 1989.
- **MAIOR**, Diogo Pereira Sotto - *"Tratado da Cidade de Portalegre"*, Col. Temas Portugueses, co-edição Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Câmara Municipal de Portalegre, 1984.
- **MARTINS**, Cristina Maria Torres - *Análise do uso do solo e da paisagem da Serra de S. Mamede*, Universidade de Évora, 1990.
- **ODUM**, Eugene P. - *Ecologia*, Nueva Editorial Interamericana, 1971.
- **PEIXOTO**, José Pinto - *As variações do clima e o Ambiente*, SEARN, 1987.
- **PEIXOTO**, José Pinto - *O sistema climático e as bases físicas do clima*, SEARN, 1987.
- **VÁRIOS** - *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editorial Enciclopédia.

REGISTOS MINEIROS NA REGIÃO DE PORTALEGRE NO PERÍODO FONTISTA

Manuel Inácio Pestana

I. INTRODUÇÃO

1. Foi durante o período dito da **Regeneração** - designação histórica por que ficou conhecido o esforço do eminente estadista Fontes Pereira de Melo para arrancar o País da degradada situação em que o mergulharam os erros cabralistas - que se desenvolveu a exploração mineira em Portugal.

Diz o Prof. Joaquim Veríssimo Serrão (1) que a Regeneração, um terceiro liberalismo, prosseguiu a política de fomento mineiro, porque, entretanto, essa preocupação era já anterior, do tempo em que, sendo Intendente Geral das Minas e Metais do Reino (1801-1819) José Bonifácio de Andrade e Silva se procedeu ao registo geral das minas e se incrementou a exploração do carvão de pedra.

Determinados os governos nesse sentido, todo o País despertou activamente para as pesquisas do subsolo à procura de riquezas ocultas, valorizando terrenos, proporcionando oportunidades de investimento quer a nacionais quer a estrangeiros. Pretendia-se industrializar um país em atraso que desejava, segundo as expectativas dos seus governantes, acompanhar a Europa.

A Lei de 30 de Abril de 1849 e a criação de uma Comissão de Minas em Julho do ano seguinte demonstram claramente tais objectivos. Se não se atingiram inteiramente resultados previstos, o certo é que o espírito renovador da política fontista animou vivamente o País de Norte a Sul, tornando-se esse período de quase décadas um sinal expressivo do desenvolvimento económico e de progresso que efectivamente aconteceu.

2. O Alentejo não ficou indiferente, atingido também por essa autêntica **febre mineira**. Carlos Ribeiro, figura relevante de cientista, geólogo e arqueólogo de reconhecida competência, dirigiu nessa época a Comissão Geológica de Minas e a ele se ficaram devendo os pareceres sobre as explorações que profundamente se requereram a partir dos manifestos registados, por força da lei, nas câmaras municipais.

Em dois dos tomos do Senado Portalegrense fomos encontrar, precisamente correspondendo ao período da Regeneração Fontista, uma série de registos que, pelo seu inegável interesse para a história económica da região, entendemos trazer ao conhecimento geral.

Citam-se os produtos localizados, evidência da riqueza do subsolo do concelho de Portalegre, classificados uns, ainda que às vezes, cremos, de modo empírico, desconhecidos outros; identificam-se os requerentes das minas, com suas origens de naturalidade e residência, às vezes, com indicação de idade, profissão e estado civil, assim como também se referem em muitos casos os proprietários dos terrenos, e demarcação destes e outros eventuais dados, todos eles muito úteis para se avaliar a perspectiva do panorama mineiro do concelho e da subsequente exploração e animação industrial da região que viesse a acontecer. Não passaram de intenções; apenas se pretendeu assegurar o direito às minas e

se fizeram alguns eventuais ensaios. Estrangeiros, dos que já se encontravam instalados por aqui ligados por outros interesses económicos - caso conhecido dos Robinson, Reynolds e Larcher - poderiam ter avançado com programas mais concretos, mas não temos conhecimento de projectos consecutivos. Nem no concelho nem na região se instalaram indústrias extractivas ou transformadoras de aproveitamento dos minérios detectados no subsolo agora devassado. O levantamento da capacidade produtiva foi feito e ficou registado e isso, sem dúvida, é um facto importante da história económica local.

3. As descrições dos manifestos que adiante se desenvolvem mostram como os proprietários das minas e dos terrenos correspondem a gente de reconhecida capacidade económica, alguns com evidentes provas dadas, como os já referidos estrangeiros que tinham investido nos lanifícios e nas cortiças, que poderiam prosseguir novas experiências, outros eram pessoas ligadas à vida agrícola ou com peso social e político.

Os registos são, de qualquer forma, importantes ainda e também, no ponto de vista documental, pela informação que trazem à toponímia local, nomeadamente em relação a alguns microtopónimos, assim como à distribuição da propriedade. No ponto de vista geológico naturalmente os geólogos especialistas se terão pronunciado de modo científico apreciando as qualidades do material descoberto e sobre as razões certas da sua localização, mais perto ou mais longe das linhas de água, mais nas zonas áridas da montanha, mais perto ou mais longe da raia fronteiriça, do que no interior. De qualquer modo, por este levantamento se pode ficar a conhecer uma boa mancha mineira e se pode traçar um mapa da distribuição e da qualidade e quantidade do produto existente no concelho de Portalegre.

4. O **Diário do Governo** publicava os pedidos de concessão.

Feito o requerimento de registo solicitavam os interessados a **certidão dos direitos de descoberta da mina**, mas o primeiro passo era sempre a declaração de manifesto na respectiva câmara municipal.

A Direcção-Geral das Obras Públicas e Minas, pela 2.^a secção da respectiva repartição, fazia então publicar no jornal oficial o diploma de concessão, desde que tivessem sido cumpridas as obrigações expressas na legislação aplicável estipuladas concretamente no decreto-lei de 31. Dez. 1853. Só assim, visto ainda o relatório do encarregado da inspecção de minas que tinha de reconhecer e verificar a existência do depósito de minerais e visto também o parecer resultante da consulta da Secção de Minas do Concelho Superior, se declarava, finalmente, o requerente como proprietário legal da descoberta da mina, cujo processo teria ainda de ser acompanhado de planta topográfica do terreno correctamente demarcado.

A partir da data da publicação desta concessão no *Diário de Lisboa* (assim se designou o **DG** entre 1859 e 1868) o interessado dispunha de um prazo não prorrogável de 6 meses para organizar uma companhia ou empresa ou para demonstrar que possuía os meios necessários para a lavra mineira, prazo findo o qual, se não cumpridas estas estipulações, se poria a concessão a concurso.

5. A descrição que se segue corresponde aos títulos dos manifestos registados no Senado de Portalegre no período exacto de 1851 a 1867, deles se retirando as informações que interessam ao reconhecimento da importância deste levantamento e que esquematizámos em gráficos e mapas anexos, dos quais se anota facilmente o seguinte:

- era a freguesia de **Alegrete** a mais abundante, logo seguida do Reguengo e de

S. Julião (Mapa I);

- para além dos minérios não classificados, o peróxido de manganês era o mais frequente na região, vindo depois o carvão de pedra, um dos que mais interessava explorar pela necessidade mais imediata na industrialização que se programava no País, e ainda em quantidade estatisticamente interessantes as minas de chumbo/plumbagina e de prata/matéria argentífera (Gráfico I);

- as regiões de onde provinham os requerentes ou os proprietários eram, na sua maioria, as redondezas, desde Marvão, Valência de Alcântara, Castelo de Vide e o próprio concelho e cidade de Portalegre; outros tinham suas raízes mais afastadas: Lisboa, Teixoso, Chão de Mações, Monsaraz, além do caso de súbditos estrangeiros de Inglaterra, França e Espanha, radicados ou em Lisboa ou na região alentejana (Mapa II);

- finalmente, para além de outras análises que se poderão fazer, regista-se que o ano de maior incremento de manifestos foi o de 1867, o último deste período e também o último deste período constante dos livros do Senado Municipal; 1856 e 1866 são os que se seguem, distancia-os entre si uma década, o mais dilatado lapso de tempo sem actividades de pesquisa registada.

II. TÍTULOS DOS REGISTOS MINEIROS / 1851-1867 (Livros 3.º e 4.º do Senado de Portalegre)

1.
Requerimento de Vitorino da Silva, do lugar dos **Galegos**, termo de **Marvão**, pelo qual se mostra ter descoberto uma mina de prata e cobre no sítio chamado Serrinha, no meio dos baldios da **Serra de São Mamede**, concelho de **Portalegre**.
1851.12.06 L.º 3.º f. 356

2.
Requerimento que fez à Câmara José Joaquim Panasco, desta cidade de Portalegre, relativo a uma mina que diz descobrira em um souto de que diz ser senhor e possuidor no sítio da Caleira, próximo da vila de Alegrete (dois "vieiros" de ferro, aurífero e argentífero e indícios de outros).
1852.12.22 L.º 3.º f. 363

3.
Manifesto que faz Ildefonso Justiniano Firme, viúvo, proprietário na vila de Campo Maior, de dois terrenos minerais, um na herdade do Vale de Mouro, termo de Alegrete, freguesia de São João Baptista, no baldio do Castanheiro, e o segundo nos soutos mansos em Sovrete, também da freguesia de São João Baptista de Alegrete, no sítio dos Caldeiros.
1856.06.20 L.º 3.º f. 364 v.º

4.
Manifesto que faz António de Castro, casado, natural do lugar de Teixoso, concelho da Covilhã, morador na vila de Arronches, de uma mina de prata e outros metais em um terreno pertencente a um moinho em que mora José Anacleto de que é senhor Julio Augusto Lázaro e em outros terrenos contíguos à Ribeira de Arronches, no termo de Alegrete.
1856.06.21 L.º 3.º f. 364 v.º
5.
Manifesto que faz Luís d'Ália Azinhais, casado, proprietário da vila de Campo Maior, que tendo descoberto dois terrenos minerais julga ser chumbo e prata e outros metais, os pretende manifestar, sendo o primeiro na Serra da Mina, freguesia de São João Baptista de Alegrete e o segundo nos soutos da Caldeira, na mesma freguesia.
1856.06.29 L.º 3.º f. 365
6.
Manifesto que fazem António Velez Teixeira, Manuel Pinguinhas Bessa, Joaquim Pedro da Silva, José António Velez Teixeira e Manuel António da Silva, moradores na vila de Campo Maior, de um mineral de carvão de pedra na herdade do Vale de Monteiro, termo da vila de Alegrete, cujo jazigo se acha na Serra Betelheira, junto do monte da dita herdade.
1856.12.26 L.º 3.º f. 369
7.
Manifesto que faz José Rodrigues Tocha, natural de Chão de Maçãs, concelho de Tomar, viúvo de 38 anos de idade, residente em Estremoz, negociante e proprietário, de seis minerais de cobre, ferro e chumbo em a vila de Alegrete, deste termo de Portalegre.
1858.04.28 L.º 3.º f. 377
8.
Manifesto feito por João José da Fonseca Frausto, natural de Montalvão, residente em Marvão, de uma mina de fosforeto de cal no sítio dos Inglezinhos, na propriedade de Álvaro da Fonseca Coutinho, desta cidade de Portalegre.
1866.10.08 L.º 4.º f. 379
9.
Manifesto feito por Jorge Robinson, súbdito inglês, negociante e proprietário, desta cidade de Portalegre, de uma mina de enxofre e cobre, situada na Tapada da Fonte Santa, pertencente a Joaquim Manuel Fernandes e na fazenda denominada a Gafa, de Luís Xavier de Barros Castelo Branco, na freguesia da Sé, desta cidade. Declarou pertencer a Tapada da Fonte Santa a D. Ana Fernandes e não a Joaquim Manuel Fernandes.
1866.11.19 L.º 4.º f. 379
10.
Manifesto feito por Francisco Ramalho, desta cidade, natural da freguesia do Reguengo, de

2 minas de fosforeto de cal, uma na fazenda de José Lourenço Galope denominada Tapada da Abadessa e outra nos Matinhos, junto da estrada que vai para a Quinta Ferreira.

1866.11.26

L.º 4.º f. 379 v.º

11.

Manifesto feito por Manuel Caetano de Barros Castelo Branco, natural de Portalegre e residente em Castelo de Vide e em Portalegre, proprietário de uma mina de plumbagina e outros metais, situada em parte na fazenda da Azenha Queimada, freguesia do Reguengo, do domínio útil de Catarina Maria Pinadas, residente nesta cidade, e à borda do ribeiro e o seu rumo segue para o Pomarinho e Sítio do Carrapato.

1866.12.22

L.º 3.º f. 380 v.º

12.

Manifesto feito por Manuel Caetano de Barros Castelo Branco, Joaquim Achioli de Barros da Fonseca Coutinho e Francisco Ramalho, de uma mina de plumbagina e outros metais situada na fazenda do Pomarinho, freguesia do Reguengo, em terreno de D. Joaquina Cândida Terrenho Fraústo, da Escusa, termo de Marvão, cujo rumo é para o Sul em direcção aos Soutos de D. Ana Crespo e Forninhos.

1867.02.07

L.º 4.º f. 382

13.

Manifesto feito por Ramiro Larcher, natural de Lisboa, residente em Portalegre, proprietário de uma mina de fosfato de cal, situada na Tapada do Capitão Mor, neste concelho, confinando com a calçada de Santo António e Azinhaga do Boi de Água, Rossio e propriedade de Larcher & Sobrinho.

1867.02.07

L.º 4.º f. 382

14.

Manifesto feito por Manuel Caetano de Barros Castelo Branco e Francisco Ramalho, de 2 minas de chumbo e outros minerais, situadas a primeira, parte dela, na fazenda da Azenha Queimada, freguesia do Reguengo, e em terreno útil de Catarina Maria Pinada, à borda do ribeiro; a segunda, na fazenda do Pomarinho em terreno de D. Joaquina Cândida Terrenho Fraústo, da Escusa, termo de Marvão, ao pé da fonte.

1867.02.09

L.º 4.º f. 382

15.

Manifesto feito por Vitorino José Mendes, natural de Marvão, alfaiate, de uma mina de cobre e outros metais, situada na Serrinha do Meio, Serra de São Mamede.

1867.02.17

L.º 4.º f. 383

16.

Manifesto feito por Guilherme Henriques de Miranda, natural de Monsarás, estudante, de 17 anos de idade, residente em Marvão, de uma mina de ferro e outros metais na Serra de S. Mamede, confrontando a Sul com a capela de S. Mamede.

1867.02.17

L.º 4.º f. 384

17.

Manifesto feito por António da Alegria Roxo, morador no concelho de Marvão, de uma mina de ferro na Serra da Torre, freguesia de São Julião.

1867.02.27

L.º 4.º f. 384

18.

Manifesto feito por Jorge Robinson, casado, de 53 anos, súbdito inglês, comerciante nesta cidade, de uma mina de cal e outros minerais, situada em Cabeça de Seixo, dentro do Tapadão dos Salgueiros, freguesia de São Sebastião das Carreiras.

1867.03.14

L.º 4.º f. 384

19.

Manifesto feito por Jorge Robinson, casado, de 53 anos, súbdito inglês, comerciante, residente em Portalegre, de uma mina de fosfato de cal e outros minerais, no Cabeço do Seixo do Pisão, freguesia de São Sebastião das Carreiras.

1867.03.14

L.º 4.º f. 385

20.

Manifesto feito por Jorge Robinson de uma mina de fosfato de cal e outros minerais, situada na Cabeça de Valverde, freguesia de São Domingos dos Fortios.

1867.03.14

L.º 4.º f. 385

21.

Manifesto feito por Manuel Caetano de Barros Castelo Branco, solteiro, de 47 anos, natural e residente em Portalegre, proprietário, de uma mina de peróxido de manganês e outros minerais.

1867.03.20

L.º 4.º f. 385 v.º

22.

Manifesto feito por Manuel Caetano de Barros Castelo Branco de uma mina de manganês e outros metais, situada no cabeço que dá vertentes para a Fazenda dos Besteiros de Cima.

1867.03.23

L.º 4.º f. 386

23.

Manifesto feito por Jorge Robinson, de uma mina de cobre puro e outros minerais, situada no sítio do Estendouro de lã, na freguesia da Sé desta cidade, que confronta pelo Norte com o cemitério público.

1867.03.26

L.º 4.º f. 386

24.

Manifesto feito por Alonso Ponce Macias, na qualidade de procurador de D. Francisco Garcia Barroso, negociante, residente em Lisboa, de uma mina de manganês, na freguesia de São Julião, na Portela das Ferrarias.

1867.05.08

L.º 4.º f. 386

25.
Manifesto feito pelo mesmo Macias de outra mina de manganês na mesma freguesia, na raia de Espanha e Portela denominada de Jola.
1867.05.08 L.º 4.º f. 386
26.
Manifesto feito por João de Sousa Meneses Chichorro, de 45 anos, casado, natural de Vila Viçosa, residente em Portalegre, proprietário, de uma mina de carvão de pedra e outros metais, situada na Herdade de Vale de Mouro, termo de Alegrete, confinante com a raia de Espanha.
1867.06.03 L.º 4.º f. 387
27.
Manifesto feito por João António Ribeiro de Carvalho, casado, proprietário, de 42 anos, natural de Elvas e residente em Portalegre, de uma mina de ferro ourífero e argentífero e indícios de outros metais, situada no sítio da Caleira, próximo de Alegrete.
1867.06.06 L.º 4.º f. 387
28.
Manifesto feito por João António Ribeiro de Carvalho, de Elvas, residente em Portalegre, de uma mina de metais aurífero e argentífero e outros não conhecidos, no sítio do Salto da Pêga, freguesia de São Julião, termo de Alegrete.
1867.06.06 L.º 4.º f. 387 v.º
29.
Manifesto feito por João António Ribeiro de Carvallho de uma mina de chumbo e ferro e outros metais ainda não conhecidos, situada na Serra do Pico, no extinto concelho de Alegrete.
1867.06.12 L.º 4.º f. 387 v.º
30.
Manifesto feito por João António Ribeiro de Carvalho de uma mina de pirites de ferro, com indícios de carvão de pedra e outros minerais ainda não conhecidos, situada no Salto da Pêga, freguesia de São Julião do extinto concelho de Alegrete.
1867.06.12 L.º 4.º f. 388
31.
Manifesto feito por Alonso Ponce Macias, como procurador de D. Francisco Garcia Barroso, residente em Lisboa, de uma mina de manganês, no sítio do Salto da Pêga.
1867.06.18 L.º 4.º f. 388

32.

Manifesto feito pelo mesmo Macias de outra mina de manganês na mesma freguesia, na freguesia de São Julião, no Salto da Pêga.

1867.06.18

L.º 4.º f. 388

33.

Manifesto feito pelo mesmo Macias de uma mina de manganês, no sítio da Ribeira de Arronches, próximo da Portela da Cruz do Cumo.

1867

L.º 4.º

34.

Manifesto feito por Manuel Gerardo Queirós, casado, proprietário, de 50 anos de idade, natural da vila de Borba, mas residente nesta cidade, de uma mina de carvão de pedra na Herdade de Vale de Monteiro, no sítio da Serra da Botelheira, termo de Alegrete.

1867.06.18

L.º 4.º f. 389

35.

Manifesto feito pelo mesmo, de seis minerais de cobre, ferro e chumbo, sítos na Coutada de Alegrete, na Serra da Mina, na Serra da Granja, em Soverete, na Serra do Pico e na horta de Manuel Dias Alho, junto à Serra do Pico, todas em Alegrete.

1867.06.18

L.º 4.º f. 389

36.

Manifesto feito pelo mesmo de uma mina de prata, chumbo e outros metais ainda não conhecidos, na Serra da Mina, freguesia de Alegrete, em 2 terrenos, o segundo nos Soutos da Caldeira.

1867.06.18

L.º 4.º f. 389

37.

Manifesto feito pelo mesmo, de minerais de prata, estanho e chumbo e outros metais ainda não conhecidos, descobertos em dois terrenos, sendo um na Herdade de Vale de Mouro, no sítio do baldio do Castanheiro e outro nos soutos mansos em Soverete, no sítio das Covas das Caldeiras, na freguesia de São João Baptista de Alegrete.

1867.06.18

L.º 4.º f. 389

38.

Manifesto feito pelo mesmo, de uma mina de prata e outros metais ainda não conhecidos, no terreno de um moinho de que é senhorio Augusto César, com outros terrenos junto à Ribeira de Arronches, no termo de Alegrete.

1867.06.18

L.º 4.º f. 389

39.

Manifesto feito por Alonso Ponce Macias, procurador de D. Francisco Garcia Barroso, negociante, residente em Lisboa, solteiro, de 44 anos, de uma mina de manganês, sita no

sítio da Pedra Alta, ao pé da estrada real.

1867.06.22

L.º 4.º f. 390

40.

Manifesto feito pelo mesmo, na mesma qualidade, de uma mina de manganês situada no sítio das Barrocas.

1867.06.22

L.º 4.º f. 390

41.

Manifesto feito por João de Sousa Meneses, casado, proprietário, de 45 anos de idade, natural de Vila Viçosa mas residente nesta cidade, de uma mina de manganês e outros metais não conhecidos, situada no Ribeiro Concelhio.

1867.06.22

L.º 4.º f. 389

42.

Manifesto feito por Eugénio Rodrigues Maia, de Valência de Alcântara (Espanha), proprietário, casado, de 37 anos, de uma mina de manganês que descobriu no sítio da Serra dos Baldios, freguesia de Alegrete.

1867.06.24

L.º 4.º f. 390

43.

Manifesto feito pelo mesmo, de uma mina de manganês no sítio das Vargês e terras da Herdade da Torre, dos herdeiros de José Maria Peralta, próxima do Moinho das Vargês, Cabeço do Carquejal, freguesia de São Julião.

1867.06.24

L.º 4.º f. 390

44.

Manifesto feito pelo mesmo, de uma mina de manganês no sítio da Caldeira, Serra do Meio, freguesia de Alegrete e em terras do Ilmo. Sr. Doutor Araújo.

1867.06.24

L.º 4.º f. 391

45.

Manifesto feito pelo mesmo, de uma mina de manganês no sítio da Serra do Meio, por baixo da Barroca dos Currais, freguesia de Alegrete.

1867.06.24

L.º 4.º f. 391

46.

Manifesto feito por João de Sousa Meneses, de uma mina de manganês e de outros metais desconhecidos em duas propriedades de souto e olival, uma de António Dias e outra de António José, no sítio da Barreira da Penha da Abelheira, na freguesia de São Julião.

1867.06.27

L.º 4.º f. 391

47.

Manifesto feito por Alonso Ponce Macias, como procurador de D. Francisco Garcia Barroso,

de uma mina de manganês no sítio da Barreira da Penha da Abelheira, na freguesia de São Julião.

1867.07.01

L.º 4.º f. 391

48.

Manifesto feito por Manuel Gerardo Queirós, de uma mina de manganês e outros minerais numa fazenda chamada do Torrejão, de D. Maria José Serra de Mendonça Barbarino, desta cidade, na freguesia de São Julião.

1867.07.03

L.º 4.º f. 392

49.

Manifesto feito por Hermenegildo da Silva Elvas, António Maria Falcão ambos residentes na freguesia do Reguengo, e José Velez Caroch, residente nesta cidade, de uma mina de manganês na freguesia do Reguengo.

1867.07.03

L.º 4.º f. 392

50.

Manifesto feito por Joaquim Rodrigues Belo, viúvo, proprietário, natural de São Julião, de uma mina de manganês, situada ao cimo das Barrocas dos Poços, na Serra Fria, termo de Portalegre, freguesia de São Julião, findando com a raia de Espanha.

1867.07.11

L.º 4.º f. 392

51.

Manifesto feito por João António Ribeiro de Carvalho, casado, de 42 anos, natural de Elvas, mas residente em Portalegre, de uma mina de prata e outros metais, na coutada dos herdeiros do Conde de Melo, numa courela denominada Ribeiro da Folhinha, freguesia das Carreiras.

1867.07.12

L.º 4.º f. 392 v.º

52.

Manifesto feito por João da Fonseca Coutinho Achiolo de Barros, solteiro, de 31 anos de idade, proprietário, residente em Portalegre, de uma mina de manganês e outros metais, no sítio da Barroca da Ameixoeira, na freguesia de São Julião.

1867.07.12

L.º 4.º f. 392 v.º

53.

Manifesto feito por Francisco Ramalho, de 29 anos, viúvo, negociante, natural da freguesia do Reguengo, de uma mina de peróxido de manganês e outros minerais, situada ao cimo do Cabeço Redondo, junto às Serras do Sobral, onde corta um ordinário caminho do Reguengo para o Souto Queimado e Ribeira de Arronches.

1867.07.18

L.º 4.º f. 393

Mapa I

Concelho PORTALEGRE

REGISTO DE MINAS POR FREGUESIAS

Número e Percentagem



Mapa II

Naturalidade ou
Residência dos
Requerentes de Minas
e dos Proprietários
dos terrenos



MINAS REGISTRADAS

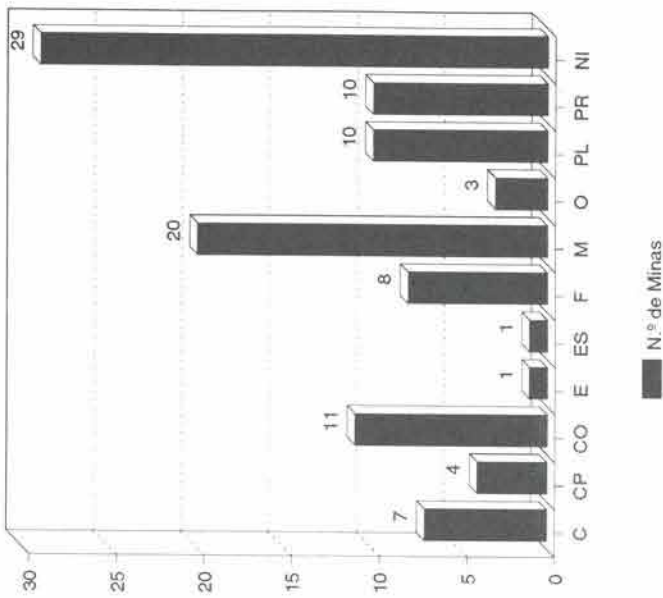


Gráfico I

C	Cal	ES	Estanho	PL	Plumbagina
CP	Carvão de Pedra	F	Ferro	PR	Prata
CO	Cobre	M	Manganês	NI	Não Identificados
E	Enxofre	O	Ouro		

MINAS REGISTRADAS
por anos

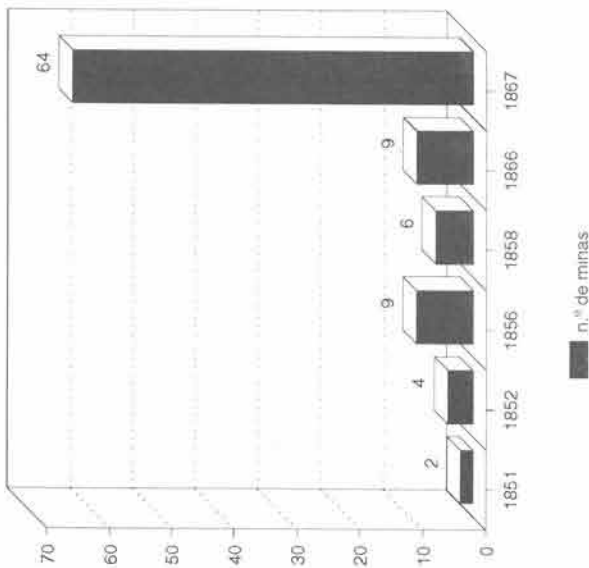


Gráfico II

PLAZA ESPAÑOLA CON PISO PORTUGUÉS

Elías Diéguez Luengo

Durante las guerras entre Portugal y España, la localidad española de VALENCIA DE ALCANTARA, por su proximidad a la frontera, permaneció varias veces bajo el dominio portugués.

Las dos épocas más largas de esta permanencia fueron desde 1664 a 1668 y desde 1705 hasta 1715. Más de catorce años pues estuvo VALENCIA DE ALCANTARA, incorporada a Portugal por causa de las guerras peninsulares.

La influencia portuguesa es aquí notoria y notable. Esa es la razón por la que, cuando nuestros vecinos portugueses nos visitan, al llegar a la Plaza, podemos decirles: "Están ustedes en territorio portugués". Y ante la sorpresa y el asombro de los visitantes, les contamos que el pavimento, el piso de piedras blancas y negras de esta Plaza, es portugués auténtico.

La curiosa historia de este "extraño Gibraltar" en versión portuguesa, es ésta:

La Plaza de la Constitución, al tener el piso de tierra, se convertía en un barrizal en invierno y en un polverío en verano. Se pensó pavimentarla con piedras. Se anunció. Uno de los interesados en la obra, fue el maestro portugués José dos Santos, quien dijo al Presidente, según el Libro de Acuerdos, que la piedra blanca y negra de España, era mala y la rechazaba para la obra, pero en cambio se comprometía a traerla de Portugal, donde la calidad y resistencia de las piedras eran inmejorables.

Esta es pues la pequeña historia de este enclave portugués en tierra española. En el libro de Acuerdos del Ayuntamiento de Valencia de Alcántara, en la sesión del 24 de marzo de 1873 leemos:

"El Sr. Presidente manifestó que el portugués José de los Santos le había comunicado la imposibilidad de empedrar el cuadro de la Plaza con la piedra que le proponen de España y que convenía traerla de Portugal, siendo de su cuenta sacarla e acarrearla por 3,000 reales. En el Ayuntamiento, teniendo en cuenta la clase de piedras, lo que podían costar las de España, que no darían resultado, y la corta diferencia de precios con la propuesta por dos Santos, se informaron, por el Ayudante de Obras Sr. Cárdenas, que necesitarían 100 carros o seis mil arrobas de piedras blancas y negras. Se avisó a dos Santos, quien se presentó en el Ayuntamiento diciendo que no podía rebajar el precio. En consecuencia, por unanimidad, se admitió la propuesta del portugués José dos Santos, bajo las siguientes condiciones:

1.^a - Que el José dos Santos deberá poner, por su cuenta en la Plaza pública de esta Villa, la piedra blanca de cal, como la muestra que la obra en este Ayuntamiento, para empedrar el cuadro de la misma, o sea la mitad de esta clase.

2.^a - Que del mismo modo traerá, a la misma Plaza, la otra mitad de las negras que también se tienen exhibidas, todo del término de Portugal, el completo del empedrado de dicho cuadro.

3.^a - Que el Ayuntamiento se obliga, con el José dos Santos, a vencer cualquier obstáculo que pueda ponerse en la Raya a la entrada de los carros, siempre que no traigan otro cargamento que la piedra.

4.^a - También se obliga, con el Ayuntamiento a pagarle los tres mil reales en la forma siguiente: De presente se le abonarán 800 reales. Cuando tenga acarreados cincuenta carros de piedra, se le abonarán mil reales y el resto al concluir el acarreo." En conformidad firmaron todos los concurrentes.

He aquí pues demostrado documentalmente que el piso de la Plaza de VALENCIA DE ALCANTARA está hecho con piedras traídas de Portugal. Curioso enclave luso en el corazón de la villa española de VALENCIA DE ALCANTARA.

Como un pequeño Gibraltar comprado, donde los lusitanos que nos visiten pueden pisar territorio portugués: Las piedras que cien carretadas trajeron del país vecino, pagando por ellas, tres mil reales, el Ayuntamiento valenciano.



Foto de Elfas Diégues Luengo

Enclave territorial portugués en la Plaza de Valencia de Alcántara (Cáceres)

tempore de experimentis

POESIAS

José da Silva Máximo

O CASTANHEIRO

MOTE

O castanheiro imponente
Venerado e com razão
É um cartaz atraente
Do concelho de Marvão

1.ª Glosa

Árvore de grande porte
Não requer grandes cuidados,
Apenas os chãos lavrados
E cresce robusto e forte!
Mas hoje luta co'a morte
Pois encontra-se doente;
Uma doença inclemente
Já muitos tem destruído,
Tem de ser mais protegido
O castanheiro imponente

2.ª Glosa

Dá-nos a lenha e madeira
Além do fruto - a castanha,
Que o agricultor apanha
Quando Novembro se abeira;
De grande copa altaneira
Dá-nos a sombra, no Verão,
Alguns, centenários são
De perímetro avantajado,
Sendo por nós adorado
Venerado e com razão.

3.ª Glosa

Quando novos, castinceira,
De quando em quando cortadas,
Delas se fazem escadas
E cestos que vão à feira;
Esta mata canasteira
Em Marvão está presente;
A sua folha cadente
Com seu tom de verde-escuro
Torna o ambiente mais puro
É um cartaz atraente!

4.ª Glosa

Crescem seus frutos guardados
Num invólucro espinhoso,
Que abre voluntarioso
Quando estes estão criados;
Sendo muito apreciados
Basta apanhá-los do chão,
Esses frutos que nos dão
Delfcias à nossa mesa,
São uma grande riqueza
Do concelho de Marvão.

O PÔR DO SOL EM MARVÃO

I

O pôr do Sol em Marvão
Fica longe, muito longe!
P'ralém das serras que são
Solitárias que nem monge!

II

É para lá da colina
Que ele se vai escondendo;
Onde as aves de rapina
Tão sozinhas vão vivendo!

III

Imagem maravilhosa
Quando o Sol se vai sumindo!
As cores vermelho-rosa
Nas nuvens se reflectindo!

IV

Só vendo tem descrição
Este espectáculo tão belo!
Das muralhas de Marvão,
Do alto do seu Castelo!

V

Extasiado vou vê-lo
Sumir, abalar por fim!
Pois não consigo fazê-lo
Ficar mais tempo p'ra mim!

VI

Parecendo não ligar,
Ignorando o meu sentir,
Vai teimando em se baixar
Dizendo adeus, a sorrir!

VII

Chego a pensar que podia
Ir com ele, se saltasse!
Só voltar ao outro dia
Quando Marvão acordasse!

VIII

Nada mais surpreendente
E deslumbrante também
Que ver o Sol no Poente
Ir cada vez mais além!

IX

Em Marvão até parece
Se já mal o descobrimos
Que não é o Sol que desce,
Mas somos nós que subimos!

X

Se é que em Marvão esteja
Admirando a vastidão,
Fique mais um pouco e veja
O PÔR DO SOL EM MARVÃO

JOSÉ DA SILVA MÁXIMO

"Marvão 50 anos depois"

- I -

Penhascos da minha infância
Só vós estais ainda aqui
Solenes, dignos, firmes, imponetes.

Quantas almas já foram para o céu
Quantas almas já saíram do inferno
Enquanto tantos homens como eu
Deram a volta ao mundo
Rindo, sofrendo, chorando, gozando
E se afundaram, se levantaram e caíram de novo.

Quantos envelheceram
Ou morreram já
Quantas folhas de árvores
Secaram, caíram e reverdeceram,
En quanto vós
Penhascos da minha infância
Continuais aí
Altivos, serenos, fieis
À espera
Que a eternidade tenha fim.

Até aquele côncavo
Do penedo mais alto
Que fazia lembrar
Um frade em coração
Lá está ainda

Que nunca vi outra igual.
O seu correr não cantava
E a água que ali brotava
Trazia um sabor a sal.

Um dia quis descobrir
Como é que a água da serra
Que nascia no granito
Se escoava entre os penhascos
E corria no silêncio
Daquele remoto vale
Podia saber a sal.

E subi encosta acima
A procurar a origem
Do fiozinho de água
Que ora vinha à superfície
Ora entrava nas cavernas
Que se abriam no mistério
Daquele remoto vale.

E sempre, sempre subindo
E seguindo
O fiozinho de água
Acabei
Por chegar
Ao morro mais alto da serra.

E então foi que deparei
Com uma coisa tão bela
Que tão bela e singular
Nunca pude imaginar.

O fiozinho de água
Que vinha
Lá desde o fundo do vale
Acabava por furar
Os rechedos de granito
E penetrar
Nas casas
Das pessoas
Que sofriam
E choravam
No alto daquele morro.

E como se fora um amigo
Ali os confortava,
Lhes lavava as faces,
E lhes enxugava as lágrimas
Levando-as
Curso abaixo
Consigo.

Foi então que eu entendi
Como é que a água brotando
Daquela fonte tão estranha
Tão estranha e tão imprevista
Que nunca vi outra igual
Podia saber a sal...

**"Vistas cá de baixo, as luzes de Marvão
confudem a Terra com o Céu"**

- III -

Aquelas cintilações de luz
Que à noite se veem
No alto da serra
Serão ainda reflexos de lâmpadas
Projectadas no céu,
Ou serão já
Estrelas de um firmamento
Onde anoiteceu?

São astros, são fogo,
São gente, são anjos,
São alunos, são éter?

Não sei.
Mas aquelas cintilações
De quando anoiteceu
São qualquer coisa que fica
No limiar
Entre a Terra e o Céu.

"A paisagem de Marvão não tem limites, mas, em dias de nevoeiro,
nem se chega a avistar a Igreja de Nossa Senhora da Estrela.
O dia de hoje faz-me lembrar a poesia de José Gomes Ferreira".

- IV -

Dia de nevoeiro cerrado
No alto do morro.

Dia triste
Como estar encarcerado
Numa prisão tão antiga
Que já não tem idade.

Dia triste
Como não haver liberdade
De soltar asas
E ficar sonhando.

Dia inquieto
Como não encontrar os caminhos
Que descem até ao vale.

Dia de nevoeiro cerrado
No alto do morro.

Dia indeciso
Como não saber
Se tudo isto é real.

"Aonde será colocada a cruz comemorativa no ano 2000?"

- V -

No pino de cada morro
(Lá tão alta que parece

Suspensa numraio de Luz)
Há quase sempre uma cruz.

Às vezes a celebrar
Passagem de um século mais.
(Como se a eternidade
Se contasse
Em anos ou em milénios
E a dor se medisse em ais.)

Outras vezes a marcar
O sítio aonde uma alma
Da Terra se desprende.
(Como se as almas precisassem
De tomar fôlego
Para encetarem
A caminhada para o Céu.)

"Antigamente as crianças escorregavam na laje de S. Tiago."

- VI -

No tempo em que nós éramos crianças
Não havia parques para brincar.

O nosso "escorrega"
Era
Aquela laje
Lisa e fria
Que descia
Lá do alto do rochedo
E onde nós deslizávamos
Felizes
Até tocar na rua.

(Se pensava algum de nós
Que essa pedra poderia
Ser tão fria
Como a campa dos avós.)

Tão pequena que era a laje
E a nós nos parecia
Tão grande.

Tão pequena
Que quem a descia
Não entendia
Que a descida
Não era mais que um segundo.

E deslizava com porte
Sem perceber
Que por vezes um segundo
É a diferença
Entre a Vida e a Morte.

"Todas as festas têm uma quermesse".

- VII -

Quermesse de bugigangas
Armada
Em forma de pirâmide
Como a querer sugerir
Riquezas de tempos perdidos.

Pobre dela
Armadura de madeira.
Não tem ouro, não tem joias,
Nem grandezas
Nem memórias
De opulentos faraós-
Pirâmide de bugigangas
Tão sem valor - como nós.

E assim mesmo
As gentes lé do morro
Fazem círculos em redor
E sonham embevecidas

Naquele prémio maior.

Compram rifas
E sai branco
Na leitura nunca lida -
Sempre branco,
Tudo branco - como a vida.

Mas as gentes lá do morro
Sonhadoras
Continuam
A comprar rifas
Sonhando nas bugigangas
Que conhecem já de cor.

- Que cada um é que sabe
Aquilo que tem valor...

"Será que existem cidades?"

- VII -

Desci
Lá do alto do morro
Da terra onde todas as pedras
Têm memória
E todos os arcos
Todas as muralhas
Todas as torres
Têm história.

Desci
E fui à cidade
Das lojas
Dos prédios gigantes
Das velocidades
Das pessoas-formigueiro
E do conforto
Sempre crescente.

Voltei ao morro.

Afinal
Há de tudo na cidade-
Menos gente.

"A paisagem de Marvão é maravilhosa mas às vezes faz pensar"

- IX -

Daqui do alto do morro
Do tal morro de granito
É a paisagem tão vasta
Que aquilo que a vista alcança
É de certo o infinito.
Até lá
Há serras nuas
De penhascos
Com fendas que descem
Até ao interior da Terra
Onde o fogo em convulsão
É eterno.
(Dizem alguns por engano
Que fica ali o inferno...)

E há também
Serras verdes de castanheiros
Que em Novembro riem castanhas
Enquanto as oliveiras choram azeite.

E há casas salpicadas no meio das serras.
Algumas, cansadas de estarem sós,
Juntam-se em grupos
E conversam ao luar que não vem.

Outras ficam sozinhas
E meditam ao entardecer
No que haverá para além das estrelas.

Em cada casa há uma história.
(Mas há mil histórias
Que ficam por contar).

Naquela casa
Que está
Além debaixo das nuvens
Haverá
Uma criança a brincar
Ou um doente a sofrer
Ou um poeta a sonhar?

Lá longe, naquela janela,
Acendeu-se uma luzinha.
Será
O pai que volta do trabalho
O filho que agora vai estudar
Ou a filha a pentear-se para o baile
(De esta noite, de amanhã, de nunca?)

E há também rebanhos que pastam de dia
Nas ervas criadas pelo sal
E que ao entardecer voltam ao redil
A ruminar lembranças
Do dia que passou.
Enquanto o pastor só tem direito a ruminar
Sonhos iguais
Aos que sempre sonhou...

.....

E lá do fundo do vale
Chega
Até ao alto do morro
Um grito.
- É alguém
Com sede de infinito...

"Os agricultores da região agrupam-se a toda a volta do morro"

- X -

À noitinha
Nas chaminés
Das casas do vale e das encostas
Começa a sair o rumo.

Direitinho às vezes
E turbulento outras
Sem achar rumo.

É a hora solene
Quase mística
De acender o lume.

Para aquecer as mãos,
Os pés, o corpo todo,
E talvez até a alma.

É a hora da ceia
que todos comem com carinho
Como se o espírito também se alimentasse
De pão e de vinho.

Entretanto
Cá no alto do morro
Enternece

A sensação
De saber que naquelas casas
Não há frio
Nem fome de pão.

"Uma das encostas de Marvão é verde e quase suave;
a outra é íngreme e agreste."

- XI -

O velho subiu
Pela encosta verde da serra
Com sol na relva
E seiva no coração das árvores.

E quando chegou
Ao alto do morro
Avistou
- Num rodofiar de vertigens nos olhos
E inquietação na alma -
O outro lado da serra
Escarpado e íngreme
Sem relva para o sol
Nem árvores para a seiva.

E então,
Sentido-se incapaz
De descer a encosta agreste,
Deixou-se ficar imóvel
A olhar o vento que passava
E os pássaros que voavam
Com asas de liberdade...

E ali se deixou ficar
- Para a eternidade.

"A certas horas, a paz do Castelo de Marvão penetra-nos
na alma sem darmos por isso".

- XII -

Aqui,
Neste castelo feito de pedra,
Tão alto que por cima só tem céu,

E onde o inferno já acabou
Porque as chamas devoraram
Os ossos dos últimos guerreiros
Que por aqui passaram,

Aqui,
Neste castelo de arcos e torres,
Feito de pedras,
E de memórias,
E de histórias
Tão antigas
Que o tempo já não destingue
Entre o Bem e o Mal

É aqui que ainda se pode encontrar
Um pedacinho de paz total.

"As melhores histórias são as da nossa infância."

- XIII -

O poeta ia escrever.

Era uma história pequena
Que falava de uma infância
Sonhada
Sentida
Vivida
No morro mais alto da serra.

Uma história
De musgo nos rochedos
De crianças a saltar entre os penhascos
De pássaros a voar por debaixo das muralhas
De vento a soprar na paisagem sem limites.

Então o poeta concluiu
Que aquela história quase igual à sua
Deveria ser contada.

E, ligando a memória,
Ficou a escrever até de madrugada.

POEMAS

Clara P. Oliveira

GRATIDÃO

Singela homenagem ao Ex.mo Sr. Dr. Manuel Magro Machado

Bem haja, Senhor Doutor,
Por tanta dedicação
E, creia, não é favor,
É dito com o coração.

Uma enorme competência
Há muito demonstrado.
Não tem medida a paciência
Com que todos tem tratado.

Com carinho e amizade
E sempre com desinteresse,
Seja qual for a idade
A mesma atenção merece

Da parte do missionário
Que é o Doutor Machado.
É mais do que um funcionário
Pois nos é tão dedicado!

Que Deus lhe prolongue a vida
Por muitos e muitos anos...
De pensar na despedida,
Só Deus sabe como ficamos...

Desculpa lhe quero pedir
Por ter dito a verdade
Pois tenho medo de ferir
A sua sensibilidade.

ONTEM E HOJE

Nos tempos que já lá vão
Vivia-se de outra maneira;
Conversava-se ao serão,
Todos juntos à lareira.

Falava-se da sementeira,
Mais das regras e das cavas,
E da poda da parreira,
Das ervilhas e das favas.

Mesmo à luz da candeia
Aproveitava-se o serão;
Fazia-se renda e meia
Para o pai, para o irmão.

E quando o sono chegava
Iam todos descansar.
A lareira se apagava,
Silenciava-se o lar.

Hoje é tudo diferente.
Já não se conversa, não,
Porque agora toda a gente
Quer ver a televisão.

Não se trocam impressões
E não se pedem conselhos.
Não se abrem corações,
Não se ouvem os mais velhos.

Vivem todos isolados
Mesmo estando bem juntinhos
Pois ficam todos calados
Como se estivessem mortinhos.

É preciso modificar
Toda esta situação
Mesmo continuando a olhar
Para o écran da televisão.

Vamos então dar um jeito
E pensar um pouco mais
Naquilo que vai sendo feito
Pelos filhos e pelos pais.

E assim haverá então,
Disso tenho a certeza,
Uma maior compreensão,
Um mundo com mais beleza.

A FESTA DO CASTANHEIRO

Marvão, vila leal,
Tão risonha e tão branquinha !
É filha de Portugal
E das vilas é rainha.

Rainha pelo seu castelo,
Uma das suas belezas,
Pois não é um gosto vê-lo,
Olhando-o das redondezas?

Em boa hora se fez
A Festa do Castanheiro.
Já se viu alguma vez
Magusto assim? - É o primeiro !

Primeiro pelo seu valor
Pois reúne o povo seu
Ali, com Nosso Senhor,
Tão alto, perto do céu.

E revive-se o passado
Com exposições e Museu
Encontrando-se, lado a lado,
O mais "nobre" e o "plebeu".

Parabéns a todo o povo
Do concelho de Marvão !
É assim o Mundo Novo,
Com todos de mão na mão.

NATAL EM SANTO ANTÓNIO

Em Santo António, no adro,
Só na noite de Natal
Se vê um tão belo quadro
Como não vi outro igual !

Junto da fogueira acesa,
Reunidos ao serão,
Como que à mesma mesa
Unidos em comunhão.

Conversa-se com o vizinho
Mais do que no ano inteiro,
Tanto faz ser pobrezinho,
Ou tenha muito dinheiro.

É família em reunião,
Família da nossa terra,
E, assim, estendendo a mão,
Se combate a própria guerra.

Era bom não esquecer
Desta noite a lição:
Que todos queiram viver
Sempre em paz com o irmão !

Que não seja uma ilusão,
Porém, o que aqui se vê,
Se alguém não tiver pão,
Tem de se saber porquê .

Arranjar uma solução
Com certeza custará.
Mas, com todos em união,
Algo se conseguirá...

À meia noite, na igreja
Se assiste à "missa do galo".
Amem! Que sempre assim seja!
Como hoje aqui vos falo.

POEMAS E OUTROS ESCRITOS

Manuel Cebolas

MARVÃO

Das vilas de Portugal
A mais bela é Marvão.
"Mui Nobre e Sempre Leal";
E seu honroso Brasão.

A nossa forma é diferente
Meu velho Nobre, Marvão
- Tu és tão forte gigante
E eu, tão fragil anão!

Perante tanta grandeza
Ergo ao céu, os braços meus:
Saudando a Natureza;
Louvando a obra de Deus!

Se vindes visitar Marvão
Atentai nesta verdade:
Deixareis o coração
E levareis a saudade.

Foste Cristão, foste Mouro;
Foste grande, quase eterno.
Marvão meu berço de ouro;
Marvão, meu ninho paterno!

* * *

MOTE

Um forno de cozer pão;
Uma pá a enfiar.
As poias nem sempre dão
P'ró dono se governar.

I

Em tempos já distantes,
Na Portagem não havia
Uma sequer, padaria,
Ou padeiros ambulantes;
As faltas eram constantes.
Só um forneiro artesão
Resolvia a situação.
O povo bem o sabia:
No lugar só existia
Um forno de cozer pão.

II

Causava grande transtorno
Os dias em que chovia:
Pois a grande maioria
Morava longe do forno.
Para não haver suborno,
Cada qual o seu lugar
Com ritmo e harmonia
O pão entrava e saía:
Uma pá a enfornar.

III

Lenha tinha que comprar:
Xara ou rama de pinheiro.
O bom do nosso forneiro
Poia, tinha que cobrar
"O ganho está no contar"...
Neste negócio do pão,
Dizia o forneiro então,
Apura-se algum dinheiro.
Mas salário verdadeiro...
As poias, nem sempre dão

IV

O pão depois de amassado,
Bem finto e bem tendido,
Num tabuleiro é metido
E para o forno é levado:
C'um pano bem resguardado.
"Muitas voltas vai levar
Coradinho e bem cozido."
Era preciso sentido
P'ro dono se governar.

MOTE

Na apanha da azeitona
Cantava-se ao desafio.
- Animava o manajeiro:
Fazia esquecer o frio...

I

Dos tempos que já lá vão
Ainda existe a lembrança
Duma boa vizinhança
Ou de histórias, ao serão;
Ouvidas com atenção...
Os ranchos em maratona,
Iam, semana a semana
Despedindo, os olivais;
Alegres e joviais
Na apanha da azeitona.

III

O barulho era infernal:
Enchia o ar de cantigas.
As vozes das raparigas
Corriam pelo olival.
Corria o mês do Natal
E todo o mês de Janeiro;
Só paravam em Fevereiro.
Com dichotes e chalaças,
Anedotas e pirraças,
Animava o Manajeiro.

II

Oliveiras carregadas
Da azeitona, já madura;
Nalgumas, de grande altura,
Empoleiravam-se escadas;
E todas eram ripadas...
Das folhas, o gelo frio
Escorria, fio a fio.
Para esquecer as agruras
E geladas amarguras,
Cantava-se ao desafio

IV

Vinha a hora do almoço.
- Acendia-se a fogueira
Com giestas, ou carrasqueira.
E todos, em alvoroço,
Fosse velho ou fosse moço,
Tirava o seu avio
Da bolsa atada com fio.
- Lá vinha pão e toucinho.
Ao lado, o garrafão de vinho
Fazia o frio...

MOTE

Perdeu-se a Águia Real
Nas alturas de Marvão.
Dessa ave magistral
Ficou só... recordação!

I

Rondava o céu nas alturas,
Em voltas e reviravoltas.
- Só se via pelas costas...
Ironia conjecturas:
Bom humor das criaturas...
Não foi morte natural,
Mas incidente fatal
Que vitimou a rainha.
Com pena e saudade minha
Perdeu-se a Águia Real.

III

Alegrou-se a bicharada.
Mas, perdeu-se a tradição
Que dava graça a Marvão:
Uma história contada
De forma bem humorada...
Sob o aspecto moral,
Ou mesmo material,
A perda não foi pequena;
E, confesso, tenho pena
Dessa ave magistral.

II

Desapareceu num momento;
Infeliz, mas decisivo.
Já se conhece o motivo
Do seu desaparecimento;
Foi obra de saneamento:
Bichos mortos - infecção
Na sua alimentação...
Os efeitos foram tais
Que vista será jamais
Nas alturas de Marvão.

IV

Parece que estou a vê-la
Com meus olhos de criança!
Mas foi-se, ficou a esperança
De ser fácil revê-la.
O mais fácil foi perdê-la...
Já não vês céu de Marvão
Meu "infantil avião"!
Foi-se a ave de rapina;
Duma vida de rotina
Ficou só... recordação...

LENDA DO ROUXINOL

Rouxinol novo, dormia
Toda a noite, e parte do dia,
Em cima duma parreira.
Mas a gavinha cresceu;
Uma perna lha prendeu,
Fica a ave prisioneira

Logo ali faz o aviso:
Meu filho toma juízo,
Revive a tua alegria;
Afina essa garganta,
Em vez de dormires, canta
Toda a noite e todo o dia

- Minha mãe me disse, disse
Que nunca mais me dormisse
Enquanto o elo crescesse.
Minha mãe me disse, disse
Que enquanto a parra florisse
Nunca mais adormecesse...

Logo que o dia rompeu
sua mãe apareceu
E pôs termo à situação
- Com bico rijo puxou,
O elo desenrolou:
Sai o filho da "prisão"!

Rouxinol novo, cumpriu
Tudo o que a mãe lhe pediu
Com empenho e devoção.
- Canta com muita alegria,
Dia e noite, noite e dia
Esta bonita canção.

Nota: Esta lenda, a que o autor quis dar forma poética, foi ouvida por este, de sua mãe Maria da Estrela Nunes, mais conhecida por Estrela Alfaiate, (1888 a 1978) que seu pai António Nunes (Alfaiate) lhe havia contado (1851 a 1927).

Portanto, tem sido transmitida de geração a geração. Não se sabe ao certo se será oriunda desta região alentejana ou se terá tido qualquer influência de outras regiões onde estes alegres cantores abundam.

Mas tudo leva a crer que seja lenda popular oriunda do Concelho de Marvão e limítrofes, por quanto nada vi escrito acerca desta Lenda. Curiosa, valha a verdade, porque na realidade o rouxinol é uma das raras aves que canta a qualquer hora do dia ou da noite.

Razão que a argúcia popular aproveitou para pressupor que ele canta, por encomendação da mãe, para não adormecer durante aquele período em que as videiras estão em reformação e não ser de novo, preso pelas gavinhas.

Bem imaginada e com certa lógica...

* * *

GALEGOS - MARVÃO

Galegos, Galegos,
Galegos - Marvão.
Também há Galegos
Nesta região?

"Galegos" não são...
- São finos e claros
Galegos - Marvão,
São Galegos raros.

Não fazem reparos
A quem hostiliza.
São Galegos raros;
Não são da Galiza...

Galegos - Galiza;
Esses é que são...
Mas, quem hostiliza
Galegos - Marvão?...

* * *

FALANDO DE MÚSICA

Recordamos aqui um famoso conjunto de acordeonistas que, nas décadas de 40 e 50 existiu na Portagem.

Tratava-se de um excelente agrupamento musical formado por cinco acordeonistas - curiosamente todos irmãos. Conhecidos pelo conjunto "Irmãos Carrilhos".

Ei-los por ordem de idades:

O Vitorino, o Romão, o Manuel (já falecido), o João e o José Vitorino (também já falecido).

De salientar o facto de nenhum deles conhecer sequer uma nota de música.

A sua fama (e proveito também) era tal que eram chamdos a actuar pelos mais diversos pontos do país. E, se não estou erro, tiveram algumas saídas ao estrangeiro. Pelo menos em Espanha actuaram bastantes vezes, nomeadamente nas povoações fronteiriças.

Este brioso conjunto de jovens (pois de jovens se tratava na altura) não se limitava a actuar em conjunto. Todos os fins de semana eram convidados a abrilhantar, isoladamente, os diversos bailaricos que se organizavam pelas terra circunvizinhas.

Assenta, que nem luva, aquele dito popular:

Não tinha mãos a medir. Neste caso era;

Não tinha música a medir...

Apesar de tudo, havia quase sempre um disponível, todas as semanas, para animar os foliões do sítio da Portagem.

Como naqueles tempos não havia cinema aqui por estas bandas e a televisão não existia sequer na mete dos indígenas, os rapazes (e não só) agrupavam-se à volta do acordeonista, cantando e esvaziando garrafas do "precioso" vinho do Trindade.

Achamos interessante anotar esta curiosa e pitoresca referência:

- Quando num péssimo ano de produção vinícola alguém se lembrou de perguntar ao grande Industrial e Comerciante de vinhos senhor Trindade, se não iria ter dificuldades



Foto tirada em 27 de Julho de 1940.

O acordeonista Vitorino Carrilho animando um grupo de foliões da Portagem.

em abastecer os seus clientes, este respondeu pronta e irónicamente:

- "Se por ventura faltar a água no Distrito de Portalegre, claro que teremos de ir procurá-la onde quer que se encontre..."

Não esquecer que naquela época era "proibido" às pessoas mais desfavorecidas beberem cerveja. Por se tratar de uma bebida de luxo...

É com muita satisfação (e saudade à mistura) que ilustramos este apontamento com o acordeonista senhor Vitorino Carrilho, o actuante mais velho do grupo e dos irmãos, animando um grupo de foliões da Portagem. Do qual faz parte, como não podia deixar de ser, o autor deste modesto trabalho.

NINHO DE ÁGUIAS

Jaime da Cruz Soares

NINHO DE ÁGUIAS

- Ó de longe !
Anda, vem ver,
onde a cem léguas do Paço
a rocha foi carne e aço!...

Anda, vem,
ao nosso mundo,
onde Dom Sancho
o segundo,
num alto cancho,
rotundo,
deixou gente, deu foral...
e um contorno a Portugal!

E embora que cá fiques,
vem ver a Família, ausente!
Vem rever Afonso Henriques,
conquistador desta praça;
vem rever a sua raça,
dos velhos tempos, presente,
que bem se sente,
sem medos,
nos seus homens, seus corceis...
uns perdendo aqui os dedos,
outros ganhando os anéis,
ricos e belos, da terra,
- burgo mourisco, na serra,
vendo as águias pelas costas
voando a soberba altura,
a planar pelas encostas
e a dar, de sombra, a figura,
no fresco tom da verdura!

- Vem ver Marvão,
ó de longe!...

Vem ver, no são,
este pico;
que nas gentes de Marvão
foi grosso lápis,
foi bico,
neste chão,
fronteiras dum país rico
nas jeiras do coração;
- as semeando onde mora
e as levando mundo fora!...

- Vem ver Marvão,
ó de longe!

Marvão dos que vão embora...
Marvão dos que a vida inteira,
hora a hora,
dizem não;
ficando, à sua maneira,
no seu ninho,
seu rincão!...

AS PASSARINHAS

J. Caldeira Martins

Boas palavras, as dos mestres da velha escola veterinária.

Sentenciavam eles que, no lidar diário com o homem do campo, havíamos de nos socorrer de um vocabulário chão e correntio. Nada de palavras arrebicadas de cidade, sonoras mas impenetráveis em gente que pouco castigou os bancos da escola, (gente que um deles, num calhamaço com que nos arruinou a memória mas que também foi fonte inesgotável para a nossa irreverência pré-abrilina, tratou saborosamente por...lapuzes.)

Agora, depois deste tempo todo a lavutar com os lapuzes, reconheço que a intenção, não sendo má sofre de exagerada moderação. Uma vêzes porque os camponeses, defendendo-se das palavras estranhas que aos poucos lhes vão poluindo o falar, pegam nelas, ajeitam-nas, mastigam-nas, moldam-nas a outras de sua convivência e deixam-nas nos braços, domesticadas mas irreconhecíveis. Outras vêzes, porque desconfiando da simplicidade do nosso discurso, se põem a fantasiar obscuras interpretações.

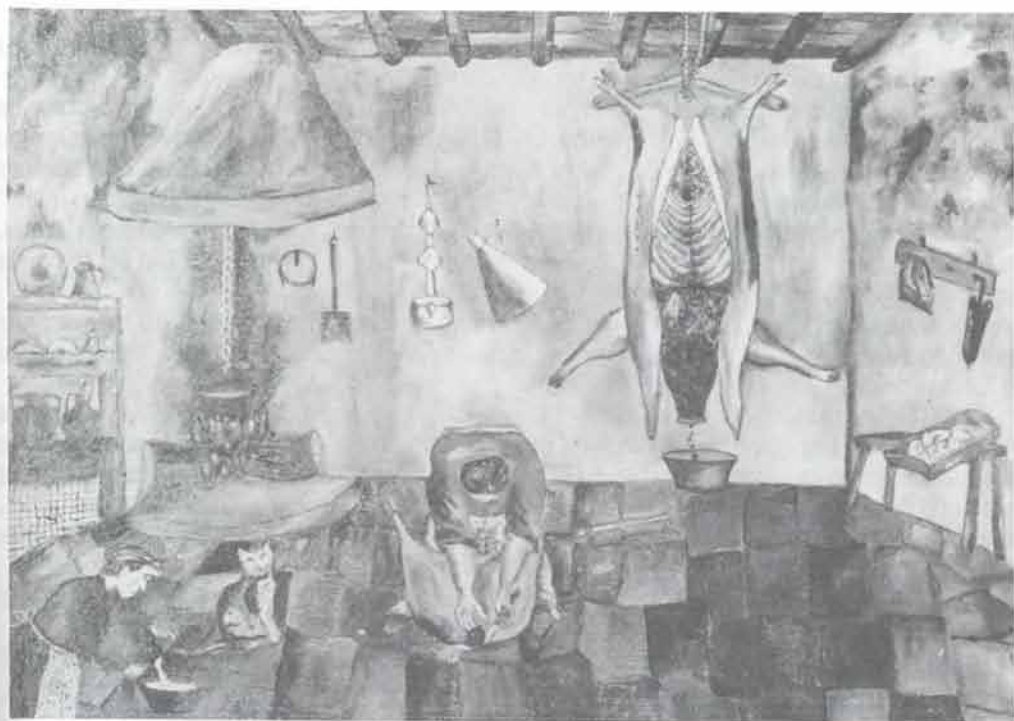


Foto de Augusto Raimho

"A matança do porco" - Pintura de M. Tempera

Tomemos, como ilustrativos da primeira situação, os seguintes exemplos:

Um dia, cheguei sem mandar recado, a um casal perdido lá pelas alturas da Serra de S. Mamede. Não mais do que umas vacas manhosas e uma Dona arregougada e milagrenta. Esta, assim que me viu veio de braços espantados em forquilha, numa grande admiração:

- Ele há cada adrêgo ! tivérindes chegado um migalho mais cedo e empeçávides no homem da Menina São. Ele, com esta, já são três vezes as que cá vem.

Só para não desgostar a criatura, que tão sincera se mostrara no seu entusiasmo, é que eu reprimi um alarve "empeçavamos em quem?!". Há uma, porque o homem da Menina São não é o que se diga das minhas relações; há outra, porque não sabia sequer que a Menina São tinha homem; e por último, porque não conheço nenhuma Menina São.

Mas não me desmanchei. E, sem esfriar a perplexidade da xevareira, teimei em saber quem era o andarilho que persistia naquele corropio a caminho dos montes.

Deitei-lhe milho com um neutro "ai ele esteve cá outra vêz?" e fiz logo ali a apanhadia:

- É a Medalha ! O raio do animarejo lá aquecer aquece, mas revolta-se sempre...

Ora aí estava ! O esgravunha era o técnico de inseminação artificial, incapaz de convencer a vaca Medalha a trocar os prazeres do método natural pela fria prática da introdução da palhinha.

De outra ocasião fui procurado pelo senhor Barbas. Barbas não é má-nome, antes apelido muito honrado de quase toda a gente daquele lugar dos Alvarrões.

Pois o senhor Barbas vinha para ajustarmos o tratamento de uma mão-cheia de badanas, enfaloucadas do má-passadio nuns pastos magros da Safra Alta. Mas ao contrário dos outros, que deixam a meu cuidado a escolha das medicinas, este sabia o que queria e queria que lhe vacinasse as ovelhas contra a "sexo fêmea". Não perguntei "contra o quê?!" como também não dissertei sobre a discriminação sexual nas sociedades modernas. Antes, muito prosaicamente, fui-me às badanas e pique-as contra a septicémia. Não sei se contra vontade do dono, vacinei também o carneiro.

Ainda relacionado com vacinações, lembro-me de um outro episódio, mas na parte norte do concelho. Passou-se no princípio da outra década, quando a febre aftosa nos deu o último susto.

Uma mulher, e isto só podia mesmo acontecer com uma mulher, alvoroçada com o alastramento do morbo, perguntou-me para que lhe protegesse os animais contra a...febre afectuosa. Nunca a safrenha soube, mas deixou-me uma boa meia-hora trauteando o "com açúcar com afecto" do Chico Buarte, que e a escrever no ar a etiologia, os sintomas, as lesões, o tratamento e a profilaxia desta moléstia que, existisse ela, e não seria de brutos não, mas antes de deuses e arcanjos.

Também dos campos do sobrenatural me pareceu o caso do cidadão que, farto de amezinhar contra os Cristos que lhe atazanavam as cabras, me veio pedir conselho.

Afinal, tudo não passava de uns têtelos purulentos de uns vulgares quistos. Mas não lhe emendei a terminologia, que o assunto é melindroso e sabe-se como, nos dias de hoje, uma laracha sobre tal tema nos pode pôr a comer saramagos.

Mas também acontece, como disse atrás, que se me sirvo de um falar rasteiro, há quem entenda uma intenção... subterrânea:

Ainda hoje é um homem novo, mas bem mais o seria na altura em que entendeu estabelecer-se com uma pequena indústria de salsicharia. Nesse tempo, os suínos eram abatidos em pequenos matadouros familiares onde o veterinário municipal os inspeccionava em dias combinados.

Logo na primeira vêz que visitei o novo sachineiro me apercebi do absoluto estado de inocência do rapaz em relação aos trabalhos em que se foi meter. Ainda é como que estou a ver: de três chamberis escorriam outros tantos porcos, vitimados por uma faca que lhes andou pelo galhote à torna baldia até esbarrar no osso-do-peito. Os vergalhos tinham

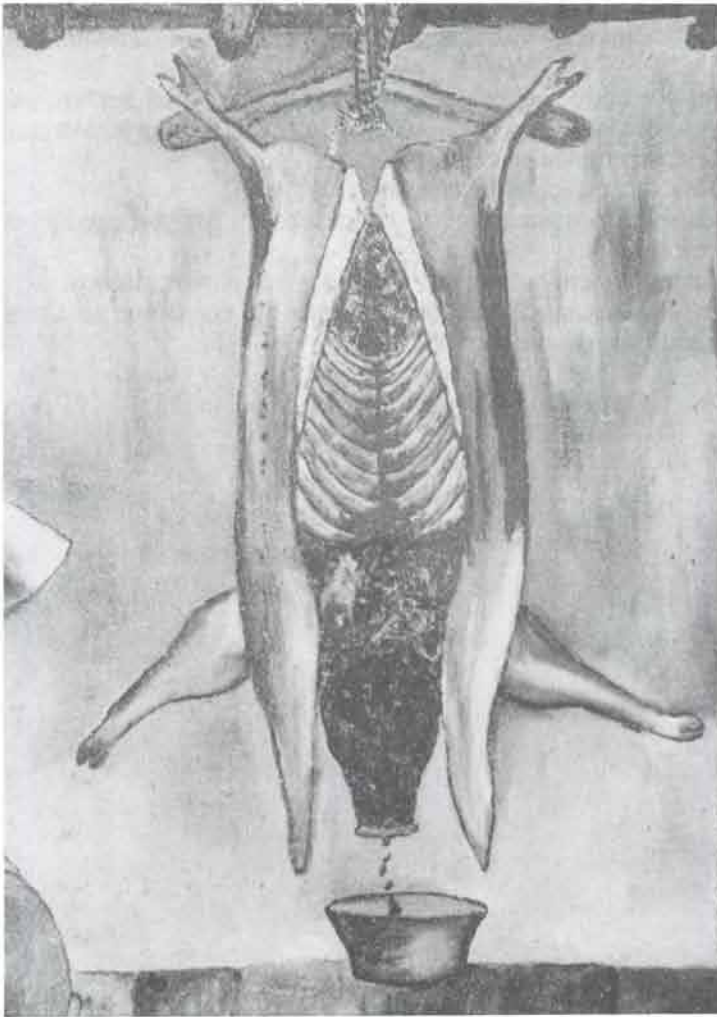


Foto de Augusto Rainho

"A matança do porco" - Pintura de M. Tempera

teimado e conseguido ficar nas carcaças, apesar de ameaçados pelo ziguezagueante corte de abertura. Mais nos chispes, mas um pouco por todo o corpo, irrompiam vigorosos tufos de cerdas, virgens ao lume e à mangarreira.

Estava visto que, vida que o teu pai não usou qual foi o diabo que te tentou.

Não fui áspero no correctivo, que o sujeito era caloiro na arte. Antes lhe sugeri algumas alterações, enquanto procedia ao rotineiros cortes de inspecção nas reses suspensas.

Depois quis examinar as vísceras mas não as encontrei:

- Olhe, traga-me lá as miudezas...

O homem foi para dentro e na casa do fundo senti grande lavarinto, com vozes a segredarem e alguidares a arrastar pelo chão. Pouco esperei até ver entrar duas alcatraias amparando um tabuleiro com três ventres que empestaram a sala de um cheiro fecalóide característico.

Vistoriei por entre a massa das tripas e lá estavam os buchos, as cacholas, os entretinhos, mas dos baços nem viva alma. Bem revoltinhei tudo ali junto à grande curvatura dos estômagos, onde pertence encontrá-los, mas... nada.

- Oh amigo, onde é que estão as passarinhas ?

O grande velhaco, mancou-me da poupa da marrafa às gáspeas dos butes e com um doar cúmplice resolveu:

- Oh senhor Doutor, não têm passarinha. São todos três porcos machos.

É no que dá uma mocidade que, do cantar em coro, teve pelo menos a prática arrastada do "minha mãe casai-me cedo...".

gentle moss

DEPOIS DO EXÍLIO UMA RÉSTEA DE SOL
in "Apátridas" - JOÃO APOLINÁRIO

Felicidade Sanches Homem Tavares / Emilia Lima Mourato Silva

1981
Marvão, Domingo, 28 de Junho: Tenho vontade de pôr aqui as coisas que julgo com interesse para mim. Não esquecer, agora que a memória me falta tantas vezes, talvez seja bom para o futuro poder lembrar factos, ideias, impressões ou propósitos que vão ocorrendo na minha vida. Sobretudo a partir de Marvão. Quando chego a casa, a minha casa verdadeiramente minha, sinto que me exijo (ou é ela que me exige?) a memória do tempo que me resta viver com este Santo António, a vida simples, no silêncio e na solidão, o passar dos dias vividos por dentro, deixando para trás estas coisas que têm o tamanho do meu passado. Bom: Não tenho isto são coisas que me ficam aqui deusas, pois se o tempo for hoje começava e acabava (ou quase) o dia (?) que desejo fazer. Ainda apenas começar. E começar: Comecei quase um ano depois de ter começado esta casa (4/7/80). Do resto, o meu estado de espírito de hoje não seria para mais: estou como costumo estar em Marvão: ao mesmo tempo enjoo e sem inspiração. Assim como quem fica espantado de que a realidade não seja outra.



"1981 - Marvão, Domingo, 28 de Junho: Tenho vontade de pôr aqui as coisas que julgo com interesse para mim. Não esquecer, agora que a memória me falta tantas vezes, talvez seja bom para o futuro poder lembrar factos, ideias, impressões ou propósitos que vão ocorrendo na minha vida. Sobretudo a partir de Marvão. Quando chego a casa, a minha casa verdadeiramente minha, sinto que me exijo (ou é ela que me exige?) a memória do

tempo que me resta viver com este sonho antigo: a vida simples, no silêncio e na solidão, o passar dos dias vividos por dentro, deixando para trás este cansaço que tem o tamanho do eu passado. Bom. Mas tudo isto são coisas que irei pondo aqui devagar, pois se o fosse fazer hoje começava e acabava (ou quase) o diário (?) que desejo fazer. Quis apenas começar. E comecei. Comecei quase um ano depois de ter comprado esta casa (4/7/80). De resto, o meu estado de espírito de hoje não daria para mais. Estou como costume estar em Marvão: ao mesmo tempo eufórico e sem inspiração. Assim como quem fica espantado de que a realidade não seja tanto."

Entrevista concedida por Maria Vasconcelos Teixeira Pinto, esposa do escritor João Apolinário, no ano de 1992

FELICIDADE - Disse-me um dia que Marvão era, para si e para o poeta João Apolinário, "A nossa Ilha no Espaço".

MARIA - Eu e o João quizemos viver numa ilha e se tivéssemos ficado no Brasil o nosso lugar para viver seria o litoral norte de São Paulo, especialmente a Baía da Fortaleza, na Praia Vermelha, em Ubatuba, cujo mar é cheio de ilhas.

Muito possivelmente não viveríamos numa delas, visto que o custo disso seria demasiado elevado, mas sim numa espécie de promotório.

Como o seu exílio terminou em 75 e nós nos mudámos para cá, num dia de Inverno de 79, viemos a Portalegre, onde tínhamos amigos. Falavam imenso de Marvão e o João, que já conhecia a Vila, convidou-me para passarmos aqui o fim de semana.

Subimos a rua do Castelo, estacionámos o carro em frente à igreja de Santa Maria e eu disse: "Enfim encontrei o lugar para viver".

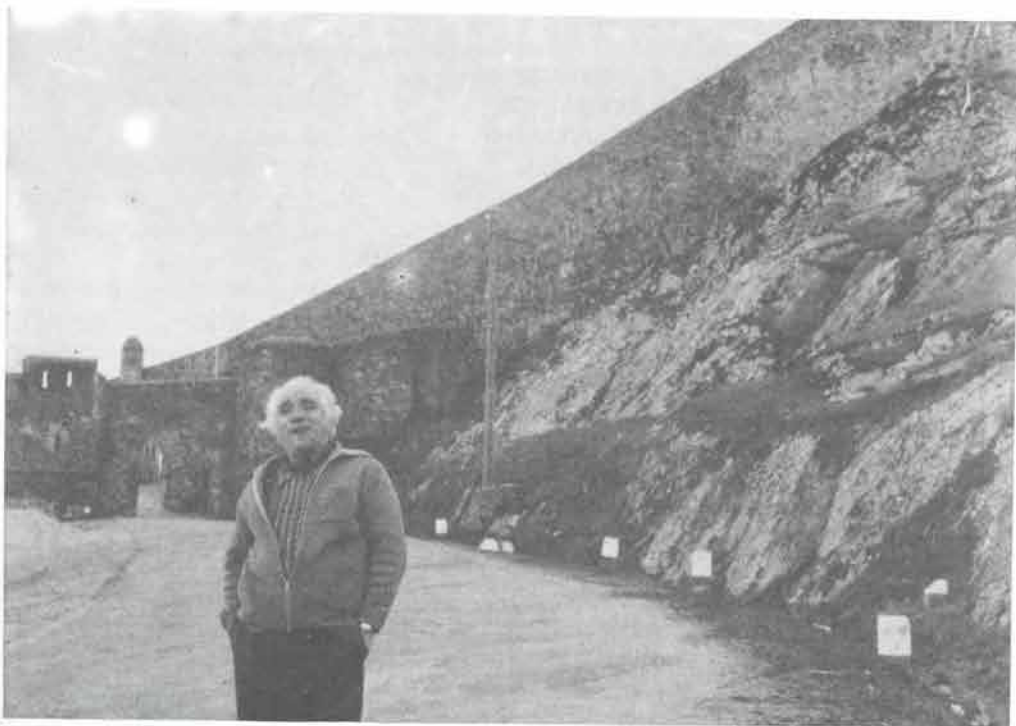
O João perguntou-me: Vamos comprar a nossa casa aqui?

A seguir começámos a procurar casa, sem, na realidade, sabermos se a íamos encontrar ou não. A questão é que estávamos tão completamente extasiados com tudo, que nem nos preocupámos em pensar fosse o que fosse.

FELICIDADE - E a seguir?

MARIA - Ficámos hospedados na Pousada e perguntámos ao gerente se havia casas à venda. Ele prometeu-nos que iria pesquisar e assim que tivesse alguma informação falaria conosco. Lembro-me que ele nos informou que Marvão naquele dia tinha 214 habitantes. É claro que esse facto nos fez rir muitíssimo, porque estávamos chegando, ou quase, de São Paulo, que já tinha 10 milhões de habitantes.

A partir daquele momento, Marvão significou, para nós dois, um pouso muito



João Apolinário em Marvão - 1980

estável e, para ele, o reencontro com as suas origens mais profundas, pois uma parte da sua vida tinha sido passada em Trás-os-Montes, já na fronteira com Espanha, no Vale da Pomba, onde vivera com a mãe, com a avó e muitos tios e primos Teixeira Pinto. Esse reencontro com a montanha e este rochedo magnífico deu-lhe tranquilidade que ele, especialmente, esperava. E nós, depois de comprarmos a nossa casa, passámos a viver na nossa ilha, agora "no espaço", como ele gostava de dizer. Há dois poemas que revelam bem esse reencontro do João com as suas origens:

TRANSMUTAÇÃO 3

Medito a pedra
procuro ver
o que é que nela
está a nascer

A pedra dentro
tem e oferece
o pensamento
que de si cresce

Corpo tangível
forma criada
do impossível
até ao nada

CASTANHEIRO VERDE

Castanheiro verde
fruta da madeira
placenta de neve
com flores de ouriço

Raízes tamanhas
que dão Primavera
na casca dos troncos

Poente de Verão
que põe horizontes
e poesia no chão

Outono dourado
magusto na boca
fruta da madeira

Placenta de neve
com flores de ouriço

Castanheiro verde

FELICIDADE - E quando é que a casa foi comprada?

MARIA - Em Julho de 79, o João entrou em contacto com a poeta Fernanda de Castro, que a possuía desde 68. Neste período iniciou-se a negociação que resultou na sua compra no Verão de 80.

Houve, desde a nossa chegada a Marvão, uma grande sincronia dos nossos sentimentos com a realidade que passámos a viver: basta dizer que aqui a Primavera, (e ele amava as flores), o Outono e o Inverno são estações lindíssimas e essas também eram as suas preferidas. Um exemplo?

OS ANIMAIS E AS FLORES

Os animais e as flores
de quando era menino
Coisas deste sentimento
que tenho da minha infância

É um encontro secreto
com a minha identidade
Alguma coisa que cresce
na reversão do meu corpo

Desço da ponta dos dedos
às formas miniaturais
que perpassam nos meus olhos
até ficar pequenino

Com as imagens de criança
minha alma fica livre
A liberdade do sol
De quando era menino

in Poeta descalço, Lisboa, 1978



O poeta no seu jardim, em 1983

MARIA - Seguiram-se, então, longos períodos de Férias e fins de semana, que aproveitá-mos para colocar a casa de acordo com o nosso gosto e necessidades. Isto aconteceu até Agosto de 88, quando nos mudámos definitivamente para cá.

Para ele "a mudança definitiva" foi trágica, pois morreu no dia 22 de Outubro desse ano.

Este lugar continua sendo para mim aquele que escolhi para viver e a minha ilha no espaço.

Para ele Marvão foi essencialmente:

Depois
Do Exílio
Uma réstea
De Sol

Depois do exílio pode ser um grão de areia
uma nesga de céu ou uma réstea de sol
talvez mesmo uma lasca de fraga
ou o rebento da urze que se abre nela

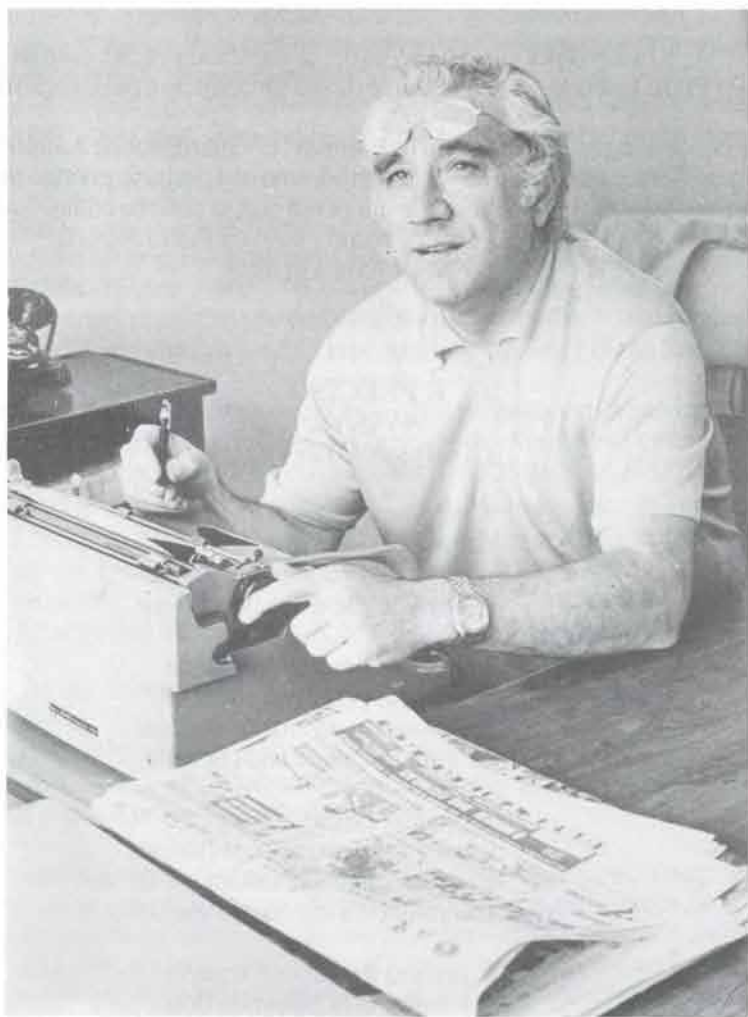
Pode ser o cheiro do alecrim que ninguém queira
ou uma daquelas pedrinhas dos seixos
talvez mesmo uma das cinco pedrinhas da infância
sempre próxima da castanha madura

pode ser um buraco no ar um vácuo de sombra
ou uma pobre flor enjeitada pelo vento
talvez uma folha seca que restou do outono
ou um graveto sem nenhuma importância - como eu

pode ser o que sobra ninguém queira nunca alguém quis
qualquer coisa infinita ínfima e dócil como a água
talvez apenas o som que ela faz ao cair
ou simplesmente a gota que salta na queda

pode ser o que seja (o menos possível)
mas que tenha nascido comigo seja ainda meu
florindo dentro deste sentimento português
que tenho do meu pedaço de pátria
para depois do exílio

in "Apátridas", João Apolinário,
Rio de Janeiro, 1975



São Paulo - Redacção do Jornal "O Globo", em 1970

EMILIA - Como se identificava João Apolinário enquanto poeta?

MARIA - Foi um poeta de combate durante a sua juventude e parte da sua vida adulta.

Há um facto que foi determinante na sua vida de anti-fascista: de 44 a 47 viveu em Paris e foi correspondente de guerra da agência de imprensa "Logos", de Madrid. Fez parte do primeiro contingente de jornalistas internacionais que visitou todo o teatro de guerra, tinha apenas vinte anos, um curso de Direito, uma formação literária muito cuidada e a sua vocação de poeta já definida.

Isto é significativo por si só. Mais tarde, já na década de 50, com as perseguições e as torturas da PIDE fazendo parte integrante da sua vida, inicia a publicação dos primeiros livros:

"Morse de Sangue", "Primavera de Estrelas" e "Guardador de Automóveis", são os primeiros livros. Serão, na década de 70, integrados no seu projecto poético que tem, como grande objectivo, transmitir a voz forte de um poeta que se definiu como: "um cronista do seu tempo, por ser este o dever do poeta", como escreveu Pablo Neruda.

Pensou sempre ser "preciso avisar toda a gente".

**É PRECISO
AVISAR
TODA A GENTE**

É preciso avisar toda a gente
dar notícia informar prevenir
que por cada flor estrangulada
há milhões de sementes a florir

É preciso avisar toda a gente
segredar a palavra e a senha
engrossando a verdade corrente
de uma força que nada detenha

É preciso avisar toda a gente
que há fogo no meio da floresta
e que os mortos apontam em frente
o caminho da esperança que resta

É preciso avisar toda a gente
transmitir este morse de dores
é preciso imperioso e urgente
mais flores mais flores mais flores

in "poeta Descalço",

João Apolinário, Lisboa, 1978

FELICIDADE - O que é ele escreveu?

MARIA - O João escreveu e publicou, como já disse, "Morse de sangue" (1955), "O Guardador de Automóveis" (1956), "Primavera de Estrelas" (1960), e ainda "Esboço de Orientação ou Início de uma Prática de Teatro", em colaboração (1960), "Arte de Dizer" (1963), "Apátridas" (1975), "O Poeta Descalço" (1978), "Poemas Cívicos" (1977), "Amor Fazer Amor" (1980), "Eco Húmus Homem Lógico" (1981) "Portugal - Revolução Modelo" (1974).

Tenho para publicar o volume de críticas de Teatro de 1964 a 1974 e o seu último Livro de poesia "Sonetos Populares Incompletos". Esta última obra termina o seu projecto poético iniciada com "O Poeta Descalço".

FELICIDADE - Em que obras podemos encontrar informações bibliográficas sobre o Poeta?

MARIA - Nas seguintes obras: "Líricas Portuguesas" (3.ª Série), Selecção, Prefácio e Notas de Jorge de Sena (Portugália Editora - Lisboa - 1958); "Poesia Portuguesa do Pós-Guerra" (Editora Ulisséa - Lisboa - 1965); "800 Anos de Poesia Portuguesa". org. de Orlando Neves e Serafim Ferreira (Edição Círculo de Leitores - Lisboa 1973); "Cancioneiro da Esperança", org. de Maria Teresa Horta e José Carlos Ary dos Santos (Edição Seara Nova - Lisboa - 1971).

Vários dos seus poemas, sobretudo os de protesto, estão musicados e gravados em discos comerciais em Portugal, França e Brasil (João Apolinário é parceiro do seu filho, o compositor João Ricardo, criador do conjunto SECOS & MOLHADOS).

"História da Literatura Portuguesa", de António José Saraiva e Oscar Lopes (Porto - Editora - 2.ª edição (1956) e seguintes); "História do Teatro Europeu", de G. N. Boiadzhiev, Adzivelegov e S. Ignatovo (Resenha sobre o Teatro Português de Rogério Paulo - Editora Prelo Lisboa, 1960); "Literatura Portuguesa Moderna", org. de Massaud Moisés (Editora Culturix e Editora da Universidade de São Paulo - 1973).

EMILIA - De que forma a crítica reagiu a uma poesia que eu sei ser muito contundente?

MARIA - Acho que posso referir quatro críticos e historiadores da literatura, tanto aqui como no Brasil. Todos eles reconhecem na sua poesia uma linguagem muito pessoal, uma voz própria, o que é raro encontrar-se num poeta.

"Os seus poemas, numa linguagem corrente e popularizante, utilizam as conquistas expressivas do neo-realismo e do surrealismo, para sugerir, muito directamente e com algum sarcasmo irónico, uma poesia de recolha citadina, que, embora por vezes frouxamente sentimental no seu alcance, tem, na simplicidade procurada, uma força rítmica de bom quilate, que arrasta e comove o leitor para lá da facilidade imediata da expressão".

Jorge de Sena

"Entre quase todos aqueles que entre nós querem abrir a poesia às ansiedades populares, João Apolinário distingue-se por mais de um título. Em primeiro lugar, pela sua originalidade. Esta originalidade reside em qualquer coisa como um tom, ou atitude, por assim dizer. Esse tom ou atitude caracteriza-se (tanto quanto é possível caracterizar uma poesia) por uma ausência daquela simpatia ostensiva ou compaixão que tanto soa a falso na nossa tradição (que já tem um século) de poesia dita social."

Oscar Lopes

Recordamos ainda a surpresa que constitui a voz que nos veio do porto com "Morse de Sangue", a meados desses sinistros anos cinquenta, voz fresca e fluente dum poeta tenso, habitado por um lirismo raivoso e carnal, de quotidiano crispado, de evidências reais donde emerge uma lucidez também política, quer dizer aberta e pública, como um antigo oráculo.

PÁGINA UM

E se não houvesse outra qualidade em "Apátridas" pelo menos uma residiria nessas páginas tão pungentes, tão contundentes, tão cheias de boa poesia, isto é, a denúncia no melhor sentido, aquela que não recorre à demagogia, mas que procura através da metáfora despertar no âmago dos seres e das coisas a fundamental necessidade, não apenas de novos caminhos, mas de toda uma nova vida que está ainda aí por ser vivida, reestruturada, mesmo que seja demolição de valores obsoletos.

Reynaldo Bairrão - JORNAL DO BRASIL



João Apolinário e Antunes Filho, director teatral, na Redacção da "Última Hora", São Paulo, em 1970

No entanto, o João nunca esteve totalmente de acordo com alguns deles e a maneira como analisaram a sua obra.

EMILIA - O que é que o João Apolinário pensava da poesia, e, especialmente, da poesia em Portugal?

MARIA - O João dizia, (e isto está publicado no Folhetim, Cadernos Cultural do Jornal Folha de São Paulo, numa das pouquíssimas entrevistas que ele quis dar na vida, em Agosto de 77) que "a poesia em Portugal, tem, sempre teve, uma função social, mesmo quando era apenas aquela poesia de serão literário, aquela poesia de declamação rectórica, académica, ainda assim tinha uma função social.

Nos tempos de crise ela passou a desempenhar um papel de desmistificação da realidade, de denúncia e de protesto contra a realidade Salazarista, a realidade Fascista. E o que aconteceu é que, durante estes anos todos, a maior parte dos poetas portugueses teve uma intervenção decisiva para a consciência popular. Hoje estão todos ou quase todos integrados nas colectâneas das escolas secundárias e primárias, mas naquele tempo circulavam os poemas como se fossem, digamos, panfletos, que era proibido mostrar, que era até arriscado, mas as pessoas liam os poemas, e, através delas, encontravam explicação e até adquiriam uma consciência de protesto contra o fascismo, não é? Isso eu acho que a poesia portuguesa teve. Até acho que ela pagou um preço por isso, por ter sido, durante os anos de neo-realismo, uma poesia toda voltada para o fenómeno humano, do ponto de vista social e económico, e não voltada para o transcendente, para o metafísico, o oculto.

Então, os poetas viveram estes anos de luta, talvez romântica, mas, na verdade, era uma luta. Que consistia em fazer poesia útil, que extravazasse o livro, que deixasse de ser o que normalmente é para os amantes da poesia: algo para ler e contemplar interiormente, dentro do seu próprio espírito."



Manuel da Fonseca, Baptista Bastos, João Apolinário, José Gomes Ferreira - Lançamento de "Amor fazer Amor" - Lisboa 1980

EMILIA - Falámos, até agora do João Apolinário como poeta. Onde nasceu e viveu?

MARIA - O João nasceu em Belas, numa quinta da família, em 1924. Viveu, depois, os anos da infância, adolescência e juventude entre o Vale da Pomba, em Trás-os-Montes, Chaves, Lisboa, Coimbra, Lisboa novamente, Paris, um pouco por toda a Europa, até aos últimos anos da década de 40.

Casou-se em 49 e passou a viver no norte do País, e muito especialmente no Porto.

Teve dois filhos desse casamento, João Ricardo e Gabriela. Os dois vivem hoje no Brasil. João Ricardo, músico e poeta, fundou um conjunto "Secos & Molhados" na década de 70. A Gaby é bailarina e professora de dança.

Em 1963, depois de uma longa temporada nas prisões da PIDE, exilou-se nada voluntariamente no Brasil, onde permaneceu até 1975, quando viemos para Carcavelos.

EMILIA - Em São Paulo foi jornalista, não é verdade?

MARIA - Sim, foi jornalista, actividade que já tinha tido no Porto, no Jornal de Notícias, como editor do suplemento literário e crítico de teatro. Voltou, a partir de 1964, a ser editor e crítico teatral, função que lhe deixou muitos traumas, porque criticar é um trabalho arrasador.

Fazer juízos a respeito das pessoas e das suas obras é muito duro. Mas foi uma actividade que lhe deu muito prestígio e mereceu o respeito dos críticos e da classe teatral, pela seriedade, sensibilidade, segurança (cultural, claro) e oportunidade das suas críticas.

Em São Paulo criticava-se mais o texto do que o espectáculo, e ele passou a escrever sobre o todo da obra colocada em cena. O que, naturalmente era, afinal, uma crítica muito "necessária e urgente", visto ter um carácter de formação de um público avisado e com senso crítico.

O João continuou a "avisar toda a gente", porque o Brasil precisava, e ainda precisa, de pessoas cultas e sensíveis que ajam no sentido de se criar ou desenvolver uma cultura, que mais que uma dimensão nacional (no sentido de ser comum a todas as classes sociais), seja uma afirmação de toda a tremenda carga orientativa do seu povo. Desde sempre, como sabemos, o país foi colonizado, ora pelos portugueses, ora pelos ingleses, franceses, alemães, alternadamente ou ao mesmo tempo, e agora, desde 1964, ostensiva e violentamente, pelos norte-americanos. Estes, então, mandaram para as prisões militares milhares de pessoas (das quais a grande maioria morreu), com a conivência de muitos brasileiros, infelizmente, e de uma maneira feroz impõem valores culturais que nada têm a ver conosco, com a delicadeza própria de um elefante "passeando por uma loja de cristais".

Pessoas como o João (que, aliás, dizia que a PIDE era "inocente" se comparada com os órgãos da polícia política brasileira, pela violência absurda dos seus métodos de acção) eram super-necessárias.

Ele mesmo foi ameaçado de morte algumas vezes pelas suas intervenções culturais - fossem elas críticas, cursos ou conferências.

EMILIA - E quando é que se conheceram?

MARIA - Tenho que voltar um pouco atrás no tempo, até 1969, quando nós nos conhecemos e, a seguir, nos casámos em 1970, em São Paulo, onde vivemos até Março de 1975.

"Abril de 74" já tinha acontecido e a sua condenação a 28 anos de prisão tinha passado à história.

Se calhar
já nem recordas
como tudo começou

simples
como estar
no mar

encalhámos
um
no
outro

in "Amor Fazer Amor", João Apolinário, Lisboa, 1980

FELICIDADE - O livro de críticas abrange um período de 10 anos. Não é pequeno. Pode falar-me sobre isso?

MARIA - O livro reúne críticas escritas e publicadas durante o período mais criativo que o teatro brasileiro já teve. Por causa das características do João como crítico, significa um documento imprescindível para o conhecimento, não só da criatividade teatral desenvolvida de 64 a 74, como também do pensamento e das atitudes que é necessário considerar para se entender esse mesmo período.

FELICIDADE - E como foi para o João Apolinário o regresso a Portugal, já depois de Abril de 74?

Como é que ele viu o país?

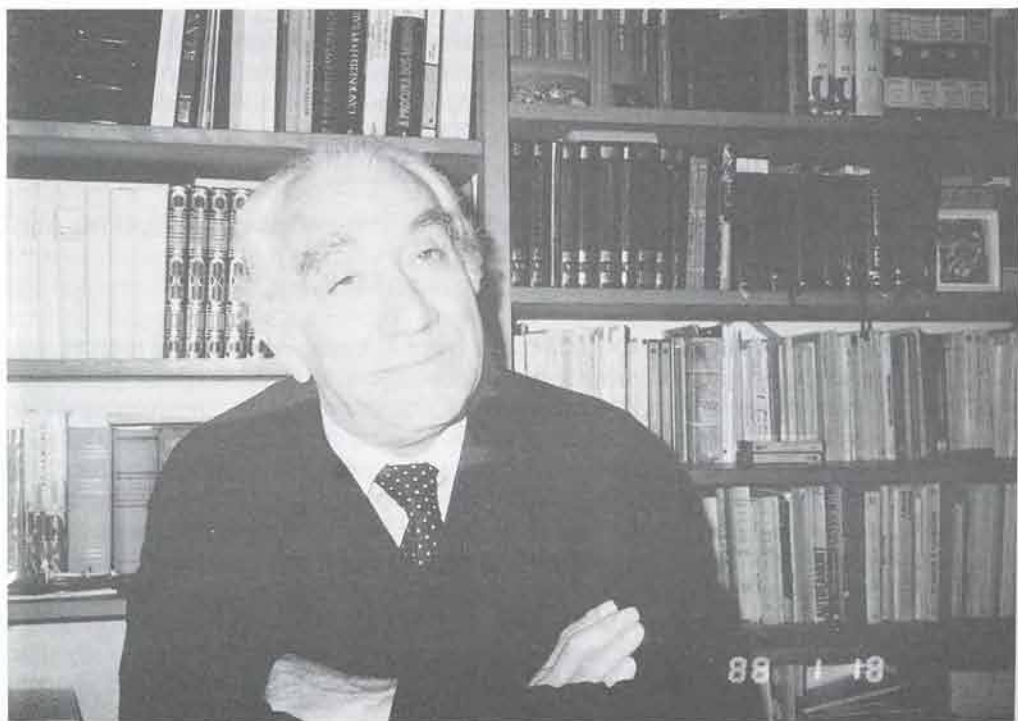
MARIA - Bom. Inicialmente tudo o que aconteceu em 74 causou-lhe, como é natural, uma grande alegria. Depois de 12 anos fora do país, e com a possibilidade de nunca mais vê-lo, visto estar condenado, à revelia, a 28 anos de prisão, ele pôde regressar. Escreveu, ainda em 74, reportagens sobre esse período, que revelam quase uma certeza absoluta de que, realmente, tudo mudaria profundamente. Portugal viveria uma revolução cultural. As reportagens foram reunidas num livro: "Portugal - Revolução Modelo", o que diz da sua esperança/certeza e respeito de tudo o que se viveu. Em 3 anos a sua atitude mudou a ponto de levá-lo a afirmar em 77, que "o drama de Portugal é: O Partido Socialista, no poder, não é socialista" e "Não houve revolução cultural nem vai haver nos próximos tempos". Em 88 ele afirmou que ficar no Brasil não era a melhor solução de vida para ele mas regressar a Portugal não tinha sido a solução ideal. Por isso, encontra-se em Marvão e situar-se definitivamente na sua "ilha no espaço" foi a benção dos céus. A Felicidade e a Emília podem estranhar o que eu digo, mas foi realmente o que se passou.

Ele escreveu: Beijo este chão liberto e livre canto
pela primeira vez meu canto livre
perdi tudo nos poentes do exílio
mas ganho a Pátria que antes nunca tive

Todos somos contraditórios, não é? Na verdade, ele também não teve a pátria que nunca tivera.

FELICIDADE - E o poeta? Integrou-se na nova realidade cultural?

MARIA - Eu agora vou dar a palavra ao meu marido. Ninguém como ele poderá definir o que viveu e sentiu, porque depois de poucos anos viu que aqui. *"a história não tinha mudado assim tanto. Eu acho que, a rigor, não estou ainda integrado na cultura portuguesa. Isso talvez venha a acontecer depois de eu começar a publicar as minhas coisas, não é? O primeiro livro sai agora, sairá um outro a seguir, e acho que em 78 sairão mais dois livros. Aí eu terei uma medida de como eles me integraram, porque eu estou integrado, digamos, teoricamente. Talvez porque a minha poesia ainda não voltou. Há vinte anos eu era em Portugal um poeta conhecido, não é verdade? E tinha uma existência real. Depois passei a ter uma existência bastante mitológica, como a de todos os exilados. De qualquer forma,*



Biblioteca da Casa de Carcavelos, em 1988.

o povo cantava essas coisas, dizia que fulano estava no estrangeiro e tal. Agora o fulano volta, recusa-se a dar entrevistas. A realidade é política. Eu não sou um político e a minha militância vai ser cultural, tenho que aguardar o momento de aparecer. Com este primeiro livro haverá, deve haver, aquilo que podemos chamar de refluxo. Agora acontece o seguinte: vai ser muito difícil para mim aceitar uma prática cultural que não afina mais com a prática cultural que adquirir aqui no Brasil. A começar pela língua. Eu uso a língua portuguesa no Brasil. Não sei se recordam das coisas que eu escrevia quando vivi aqui, quando trabalhava aqui. Nunca apareceu ninguém que dissesse - você é português, porque escreve desta maneira.

Eu, hoje, não posso escrever doutra maneira. Eu não tenho mais condições de voltar a escrever na imprensa portuguesa, e por isso é talvez um dos motivos pelos quais eu não estou trabalhando na imprensa portuguesa, é que eu não concordo com o que se está escrevendo lá e como se escreve lá. Tenho amigos, colegas nossos, que sabem disso. Quero dizer, até me agonia às vezes, ver a maneira como se tratam os assuntos, a maneira prolixa e académica como se faz um jornal (...). E também penso que ninguém deseja a minha contribuição. E para isso eu deveria pertencer a um partido político. Um partido político onde me dessem condições de trabalho. Porque sabe como é que eles me acham, a mim e a todos os outros que fomos ao estrangeiro? Fomos da França, fomos da Alemanha, da União Soviética, da Venezuela, do Brasil. nós somos uns "estrangeirados". A nossa incorporação à cultura portuguesa tem que ser feita lentamente, através do trabalho que fomos realizando e que foi sendo aceite. Não podemos impôr nada, mas não estou preocupado com isso, porque a minha reserva moral e intelectual é o Brasil. E, se começar a caça às bruxas no meu país eu volto para o Brasil. E até, aliás, com muito prazer, porque agora volto para a minha segunda pátria, não é?"

Pois é. Era a segunda pátria, mas não era a melhor solução de vida para ele, como disse atrás. Até ao fim a sua integração foi mesmo bastante complexa. O seu senso crítico era demasiado apurado e o seu sentimento de nacionalidade forte demais para se adaptar a uma realidade que ele pensava estar muito espúria. Até, num determinado momento, achou que correria demasiados riscos e sofrera muito "para avisar toda a gente".

Quem avisou o povo que as flores
eram urgentes
Para coroar os heróis da grande
Cavalgada
Onde estão os poetas dessa nova
madrugada
Com os épicos cravos rubros
entre os dentes...

in "Apátridas",
João Apolinário, Rio de Janeiro, 1975

Na realidade, pensou que se tinha gasto, sem nenhum retorno que compensasse fosse o que fosse, tal, a pequenez que via.

"Chamo Camões
Os deuses da epopéia
e os nossos imortais
para te julgar
Presidente
do crime de seres pequeno
de mais
para tão grande Povo"

in "Poemas Cívicos", João Apolinário, Lisboa, 1979

Mas, como um bom nacionalista, no bom sentido, e uma pessoa muito autêntica e verdadeira, reconciliou-se com o "Morse de Sangue" sua vida, enfim, poucos dias antes de morrer, cantando o poema com uma música sua. A única, de facto, que foi fiel ao seu sentido profundo e único.

FELICIDADE - E os amigos, como é que eles reagiram a essas atitudes?

MARIA - Alguns entenderam muitíssimo bem o que o João disse e fez. Não que tivessem posições idênticas, mas porque o respeitavam e, muito possivelmente (e essa era uma opinião dele e é, ainda hoje, a minha), porque admiravam a sua coragem e a sua independência. Outros, embora respeitando tais atitudes (e só assim eram seus amigos) não concordaram com elas. Pensavam que a sua intervenção deveria ter um carácter também social. E, para acrescentar um detalhe engraçado, em 78 e em 80 ele concordou em fazer duas sessões de autógrafo: uma na Feira do Livro e outra no lançamento do "Amor Fazer Amor" na Lfbrís, livraria que fechou, infelizmente, e que era o ponto de encontro de muitos poetas com posturas semelhantes à dele.

É claro que a independência tem um preço muito alto e o meu marido sofreu as consequências disso.

EMILIA - Durante os nossos encontros a Maria disse que o João Apolinário tinha um sentido de humor muito refinado.

MARIA - Disse sim, e vou demonstrá-lo com poemas:

1

Uma comissão de trabalhadores
depois de exaustivos plênários
procura solução

Para saber quais são
e quais não são
trabalhadores

2

À última hora
Grupos radicais
de direita
armados de gazuas
atravessaram os mares
em direcção ao Rossio

Exigem ainda
as perdas
fechaduras
dos cofres
africanos

Esperem a lua cheia
nas sombras do sol posto

Com a pátria no bolso
e os dólares na Suíça

3

Chegou agora mesmo
à nossa redacção
este comunicado
apartidário:

- acaba de ser linchado
um pequeno proprietário
minhoto

por ser canhoto

4

Começam a aparecer
entre a direita
e a esquerda
partidos políticos
com bases
centralizadas
à direita da esquerda
e à esquerda da direita

É nítido o conflito
das ideologias em crise

Ignora-se (entretanto)
o destino dos fascistas

Mas sabe-se que alguns
mais fiéis
estão ingressando
nas células regionais
dos quartéis

5

Algumas fontes
contactadas
pelo telefone
garantiram que a CIA
paga hoje
os salários
em atraso
aos "socialistas"
remanescentes
do fascismo

6

Com este pequeno burguês
no poder
 (un general
 outra vez)
não há muito o que dizer

Tudo continua a ser
igual à ditadura

Mudará talvez
o cravo
mas não muda
a ferradura

7

Trincas as vogais
para não trincares a língua
portuguesa

E assim vais
tropeçando nas palavras
da realeza

Solene
batata quente
na boca do País

in "Poemas Cívicos",
João Apolinário, Lisboa, 1977

OS TECNOCRÁTAS

Passam abúlicos
ou vão sonâmbulos
hirtos mecânicos
de gestos pálidos
às vezes púlicos
mas sempre fálicos
os irascíveis
insaciáveis
senhores metálicos
rostos satânicos
verde e esquálidos
aérodinâmicos
e automáticos
com risos práticos
ou sorumbáticos
sempre fanáticos
sempre confusos
talvez lunáticos
senhores metálicos
com os seus pânicos
talvez obtusos
roscas de orgânicos
parafusos sádicos

in "O Poeta Descalço",

João Apolinário, Lisboa, 1978

8

Se nós, ou elas, ou simplesmente vós
(vê bem como são coisas maliciosas)
Sem elas, sim. gostosamente sós,
ou com elas, igualmente gulosas,
Fizéssemos certas coisas amorosas
Que a sós, tal como elas, ou mesmo entre nós,
(vê bem como são coisas deliciosas)
Elas e nós fazemos tanto a sós...

Se, salvo outras opiniões mais respeitosas
Nós, mesmo sós, até com alguns de vós,
Esperimentássemos tais coisas saborosas...
Jamais haveria coisas duvidosas,
Que nós e elas, e até muitos de vós,
liricamente fingimos escabrosas.

9

Até aos vinte podes comer tudo.
Dos vinte aos trinta, já um pouco menos.
Depois, esse tudo já merece estudo
E comer a intervalos mais pequenos.

Aos cinquenta não jantes, fica mudo
Às tentações, apetites e acenos
Desse teu amigo, glutão pançudo
Que é especialista em todos os venenos.

Faz do chásinho à noite um bom escudo.
E tem calma, jantar é de somenos.
Vê se emagreces porque estás cascudo...

O importante é teres sonhos bons, serenos,
Viver a vida como um grande entrudo
E continuar rindo aqui, entre os terrenos.

10

Se, como o povo diz, viver não custa
Mas o que custa é saber viver
Tal sabedoria nunca poderá ser
Uma boa razão, uma razão justa.

Para além de se saber ou não saber
O que na vida se ganha ou se frustra
Toda a gente deve viver à sua custa
Para saber quanto custa assim viver

Essa malícia posta em tal "saber"
Alguém viver, naturalmente à custa
do trabalho de alguém, esse qualquer...

Infelizmente, há que reconhecer,
É uma artimanha corrente, mas injusta,
De quem vive à custa desse tal "saber"

João Apolinário
"Poema Inédito"

FELICIDADE - Ele gostava de ser poeta?

MARIA - O João sempre privilegiou a poesia na sua obra de escritor. Era realmente o que ele gostava e preferia fazer. Sua vocação e profissão dominante era a de poeta, tanto que quando nós viemos para cá disse-me que passava a ser exclusivamente o poeta João Apolinário. Teve uma actividade jornalística muito significativa, o que o ajudou em muitos momentos, menos quando fazia crítica. Sofria muito quando criticava. A grande reportagem também era alguma coisa que lhe agradava bastante e como tinha muitos contactos nos meios intelectuais brasileiros, portugueses, espanhóis e franceses tornava-se fácil para ele realizar esse trabalho.

FELICIDADE - Entre as obras que escreveu houve alguma pela qual tivesse preferência?

MARIA - Teve sim. Gostou muito de críticas que escreveu e muitas reportagens deram-lhe prazer. Posso falar de uma que fez com Jorge Luís Borges, em S. Paulo, e com Orlando Rodrigues, que foi morto durante o golpe contra Allende, no Chile, onde era director do curso de Arte Dramática da Universidade do Chile, e também com Henrique Buenaventura, um grande teatrólogo e director de teatro colombiano.

Na poesia a obra que lhe deu maior satisfação ao escrever foi "Amor Fazer Amor". Embora o "Eco Humos Homem Lógico" tenha iniciado uma nova forma do João "expressar" o seu mundo, assim como os Sonetos Populares Incompletos (este ainda inédito), dizia-me sempre, e com muito gosto, que a obra que o agradava integralmente era mesmo o "Amor Fazer Amor".

FELICIDADE - Penso que a linguagem do Amor Fazer Amor é linda e simples.

MARIA - É isso mesmo. Essa beleza e simplicidade é o que também lhe agradava e nós sabemos o que, para o poeta, significa expressar-se numa linguagem assim. O profundo sentimento e percepção de si próprio, de quem ama ou não ama, a vida íntima, familiar, plena e feliz, o desamor, com a sua tremenda carga de infelicidade, e assim por diante...

FELICIDADE - A Maria tem promovido desde 91 algumas actividades culturais.

MARIA - Estou iniciando, com essas actividades a organização da **Casa do Poeta João Apolinário**.

Quero criar um centro de cultura e arte que reuna, periodicamente, intelectuais e artistas plásticos, joalheiros, fotógrafos portugueses, espanhóis e brasileiros, que são neste momento as pessoas com as quais convivo, para fazer um intercâmbio cultural entre esses três países. Para isso já realizei quatro encontros: o primeiro, em Outubro de 91, que reuniu um grupo brasileiro que viajava por Portugal e Espanha, com fins culturais, com a população de Marvão, Castelo de Vide e Portalegre, complementando, no dia seguinte, com uma visita a Marvão e às Ruínas Pré-históricas e Medievais de Castelo de Vide. Em Dezembro do mesmo ano, juntamente com a Escola C+S de Castelo de Vide, um concerto de piano e violino, com a participação do pianista português Emanuel Serrão e o violinista búlgaro Nicolay Lalov; em Setembro deste ano também realizei um encontro com um grupo brasileiro aqui em Marvão. Penso que esse intercâmbio tem tido resultados muito agradáveis e positivos. As realizações futuras estão sendo planeadas, e algumas delas eu pretendo que

tenham lugar numa sala de minha casa que está sendo preparada para essa acções. Ainda é cedo para eu anunciá-las.

FELICIDADE - E a Biblioteca?

MARIA - A Biblioteca também está sendo montada, mas ainda não tem data prevista para ser colocada ao dispor das pessoas. Isso ainda depende de acordos que pretendo fazer com outras entidades.

É claro que desejo que o projecto se concretize, porque estamos numa região muito carente de instituições desse tipo. Mas isso é futuro e dele eu não falo.

FELICIDADE - Retornando ao poeta João Apolinário, gostava que colocasse aqui um poema bastante significativo para si.

MARIA - Bom. Há muitos poemas que são muito significativos para mim. Vou buscar três ao "Amor Fazer Amor", se me permite:

1

Quando eu chego a casa
nunca sei dizer
se és tu que chegas
se sou eu que estava
aonde te encontro

2

Gosto de ficar contigo
Viver esse dia-a-dia
dar e receber ternura

Olhar a sombra dos móveis
e sentir que a eternidade
existe nesse momento
para morrer nesse instante

3

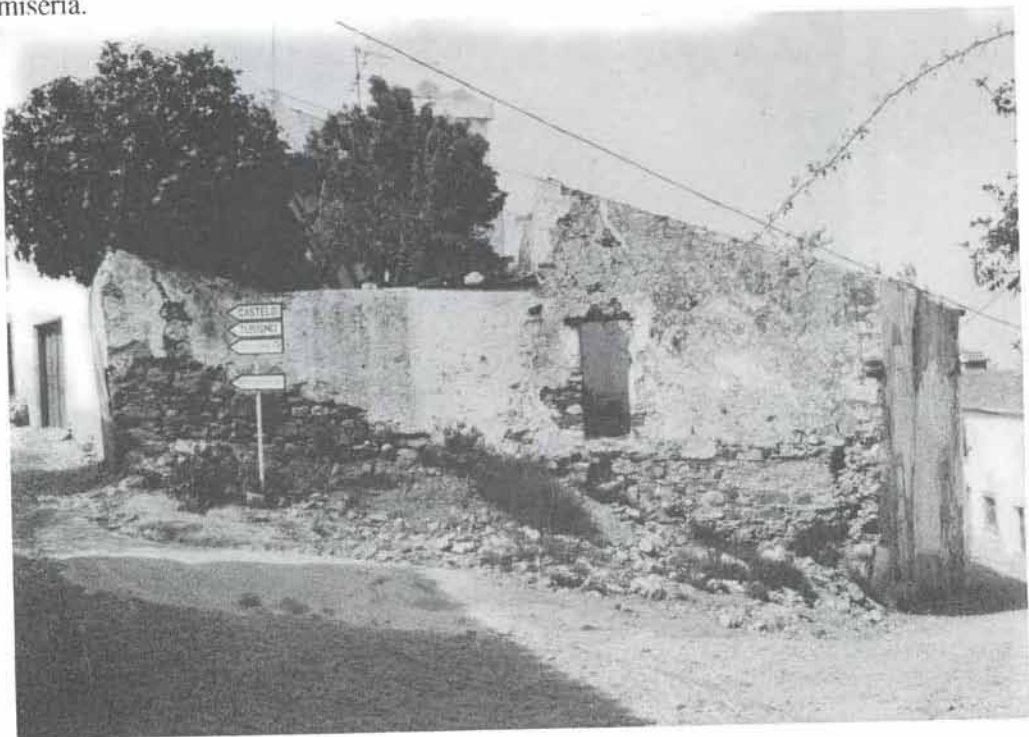
Só nos falta saber
se depois da morte
ainda poderá viver
esta enorme saudade
que temos de nos ter

EM MEMÓRIA DO JOÃO LUÍS, O JOÃO DA AREIA

Dionísio Gonçalves

Antes de darmos início a algumas das verídicas histórias que sabemos a respeito do saudoso João Luís, convém aqui lembrar que se tratava de uma figura típica, sempre mal vestido, *de chapéu às três pancadas*, de "gabine" às costas, que era como ele chamava à semelhança de gabardine que usava, tanto para a chuva e frio, como para o sol. Filho de fraquíssimos recursos, era o mandaite cá da terra, fazendo muitas vezes serviços que os próprios interessados não queriam fazer e, quantas vezes, a troco de 50 centavos ou de um simples copo de vinho.

Viveu nesta Vila, desde que nasceu até à sua morte que ocorreu no dia 31 de Março de 1984, sendo sepultado no dia seguinte, dia em que Marvão se despovoou para, de lágrimas nos olhos, lhe prestar a última e merecida homenagem, deste povo que apesar de tudo, sempre o acarinhou e muitas vezes lhe matou a fome até ao dia em que, pela mão de um amigo, deu entrada no Lar da Misericórdia, mesmo sem estar inscrito na lista de espera, sem reforma e sem qualquer outro bem que pudesse entregar à Instituição, a Mesa Administrativa de então, fez questão de o aceitar, sabendo antecipadamente que dali só poderia esperar miséria.



Ruínas da Casa onde habitava o João da Areia

Tratou-se de uma acção digna de realce, já que os Mesários **deste** tempo quiseram assim mostrar ao povo que estavam ali para respeitar os fins para os **quais** estas Casas foram criadas.

E depois desta breve apresentação, vamos então dar início a **algumas** das histórias a que acima nos referimos, e que, valha a verdade, não será lá muito **fácil**, já que são tantas as peripécias que sabemos a seu respeito, que se torna difícil saber **qual** delas contar.



O João da Areia a fazer o pino

Foto de Jorge Oliveira



Um copo em memória do João Areia (na taberna da Sra. Amélia)

Eu também bebo um em memória do João Areia (na taberna da Sra. Amélia)



Foto de Jorge Oliveira

Entretanto e no intuito de satisfazer o que nos foi pedido pelo nosso amigo Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira, sempre nos atrevemos a fazê-lo, contando algumas das mais marcantes da sua vida, tentando imitar tanto quanto possível a sua linguagem:

Certo dia, chega o nosso amigo João Luís à tasca da senhora Amélia, onde nós já nos encontrávamos e para se fazer a um copito faz a seguinte pergunta:

"Senhô Amélia, sabes quales são os três vícios que três homens têm?"

Não sei João. Diz lá! "É cemei, é bebei,... sum olhe que digo, conlicença, opos não paeça mal. Bem vá lá a vê, opôs nã zangue-se comigo". Não zangue vá diz! "Bem é vo dizê opôs não paeça mal nã venha cá chatiei, é comei é bebei, vá isso paeçe mal, dete lá mazé um copinho. Paga vomecê ou pago eu?".



O João da Areia a fazer o pino

Como muitos estarão lembrados, este nosso amigo ia alí para os lados do Areeiro apanhar pedras de areia, que depois nos baixos da sua casa - se é que se podia chamar casa às ruínas onde vivia - as esfregava noutra mais rija, a fim de extrair a fina areia que mais tarde ia vender às *senhoras*.

Então certo dia contava-nos o seguinte: "Sabe fui vendei areia às senhoas lá prá Corrilhã e opos vim por Abantes, vi lá uma mulhé, sabe uma mulhé... opos fui com ela lá po pé do cemitéi". E o que fostes lá fazer?. "Bem conlicença, nã posso dizei, senã opos parece mal, sabe,ê tinha que dá-le 20\$00, mas como estava bêbado e nã fui capaz". Mas não foste capaz de quê João? "Bem nã teja a chatiei senã ê digo e opos nã chateisse comigo, conlicença ê peguntei a ela canto devo?. Tã eram 20\$00, mas como nã foi capaz e vomece também é pobezinho, dá só pái 10\$00".

Como também era costume o bom João Luís, aparecia em todas as touradas muitas vezes a fazer o pino para ganhar alguns pataquitos para os seus copos e, de quando em vez, também fazia a sua faena mesmo do lado de fora das *baías*.

Assim, a certa altura contava-nos o seguinte: "Sabe hoje ande mal, fui à toieda, vei delá a vaca ê comecei a afiela, a puta vaca marro co braço aqui no mê corno agoia doime e está inchedo."

Este mesmo João Luís que a princípio podia parecer mau, e que pelo seu estilo metia medo a certas crianças, afinal não o era.

Maus éramos nós, que só depois de o vermos zangado a chamar-nos todos os nomes que lhe vinham à cabeça é que ficávamos satisfeitos. A história que vem a seguir mostra bem que ele era bom e não tinha coragem de fazer mal a ninguém: Certa vez zangado e com razão, com uma senhora de duvidosa reputação que também habitava e talvez habite nesta Vila, porque ela lhe tinha dado com um pau num braço, correu atrás dela com uma pedra na mão e esperando que a mulher se metesse em casa atirou com a pedra à porta semi-fechada e com grande satisfação, já sentado no poial a que nós chamamos da má língua, proferiu as seguintes palavras: "Já as papou, ela tinha papalas, agoia já nã mete-se mas comigo, toma ficasta fesca, é pa sabês, agoia vá quexasse". Ora isto é bem a prova do que acima dissemos, o João Luís era bom. Nós é que eramos maus.

MEMORIAS

VISITAS PRESIDENCIAIS A MARVÃO

Carmona, Tomás, Soares

LEGENDA DAS FOTOGRAFIAS:

Foto n.º 1 - Recepção popular ao Presidente da República Portuguesa, General António Óscar de Fragoso Carmona durante a sua visita oficial a Marvão em 1935.

Foto n.º 2 - Recepção ao Presidente da República General Carmona na Praça do Pelourinho em Marvão.

Foto n.º 3 - O Presidente da República General Óscar Carmona recebido nos Paços do Concelho pelo Presidente da Câmara Prof. José Domingos de Oliveira

Foto n.º 4 - Recepção ao Presidente da República, Almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás pelo Presidente da Câmara, Dr. Manuel Magro Machado nos Paços de Concelho em 16 de junho de 1963.

Foto n.º 5 - Recepção popular ao Presidente da República Almirante Américo Tomás junto à Igreja de St.ª Maria em Marvão.

Foto n.º 6 - O Presidente da Câmara, Dr. Manuel M. Machado usando da palavra durante o almoço de boas vindas ao Presidente da República no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Foto n.º 7 - O Presidente da Câmara Municipal de Marvão, Sr. António Andrade usando da palavra durante a recepção oficial ao Presidente da República no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Marvão.

Foto n.º 8 - Recepção popular ao Presidente da República Dr. Mário Soares durante a visita presidencial em 17 de Março de 1989.

Foto n.º 9 - O Presidente da República Dr. Mário Soares acompanhado pelo Presidente da Câmara, Sr. António Andrade e pelo Dr. Jorge de Oliveira na visita ao Museu Municipal de Marvão.

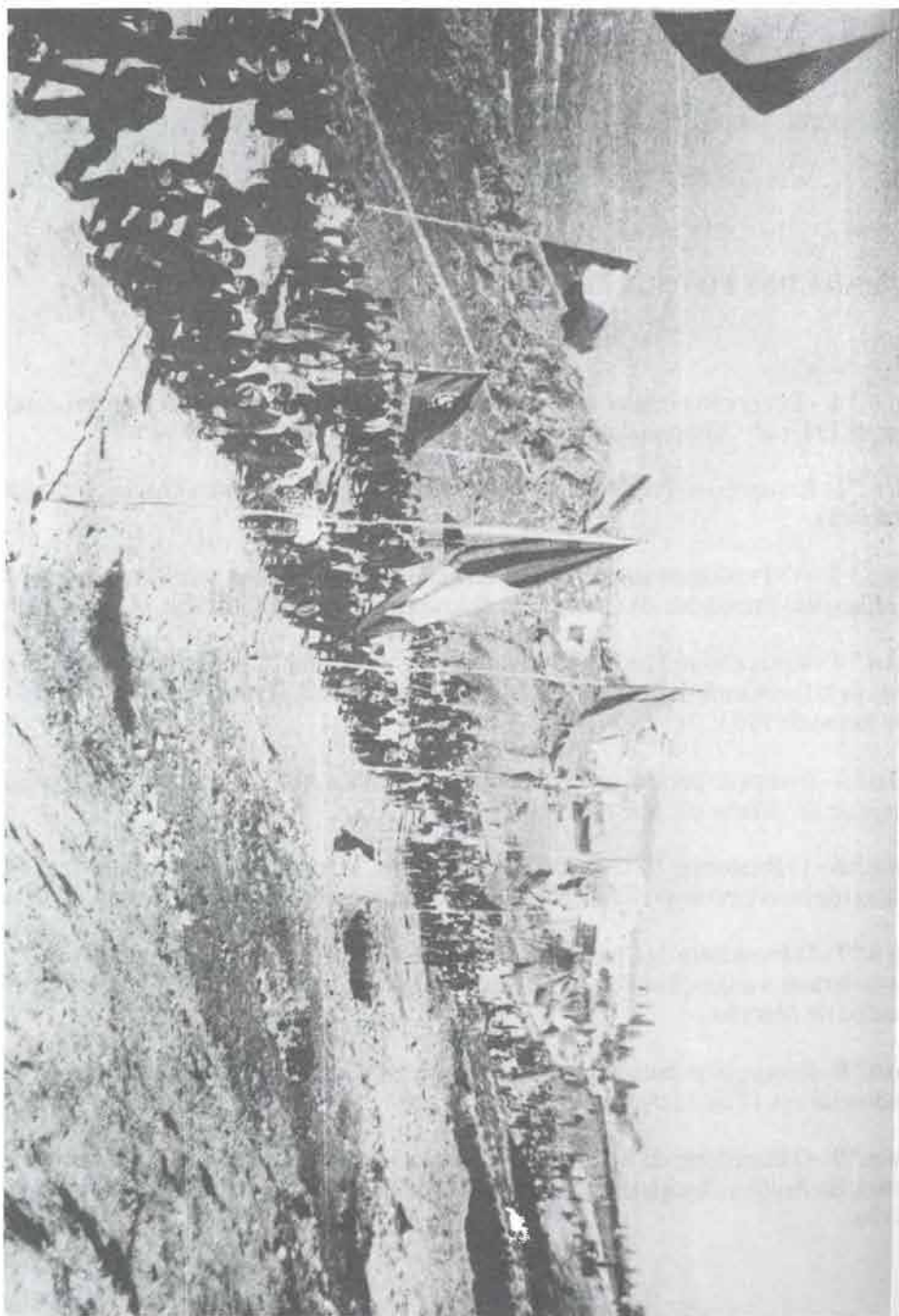


Foto n.º 1

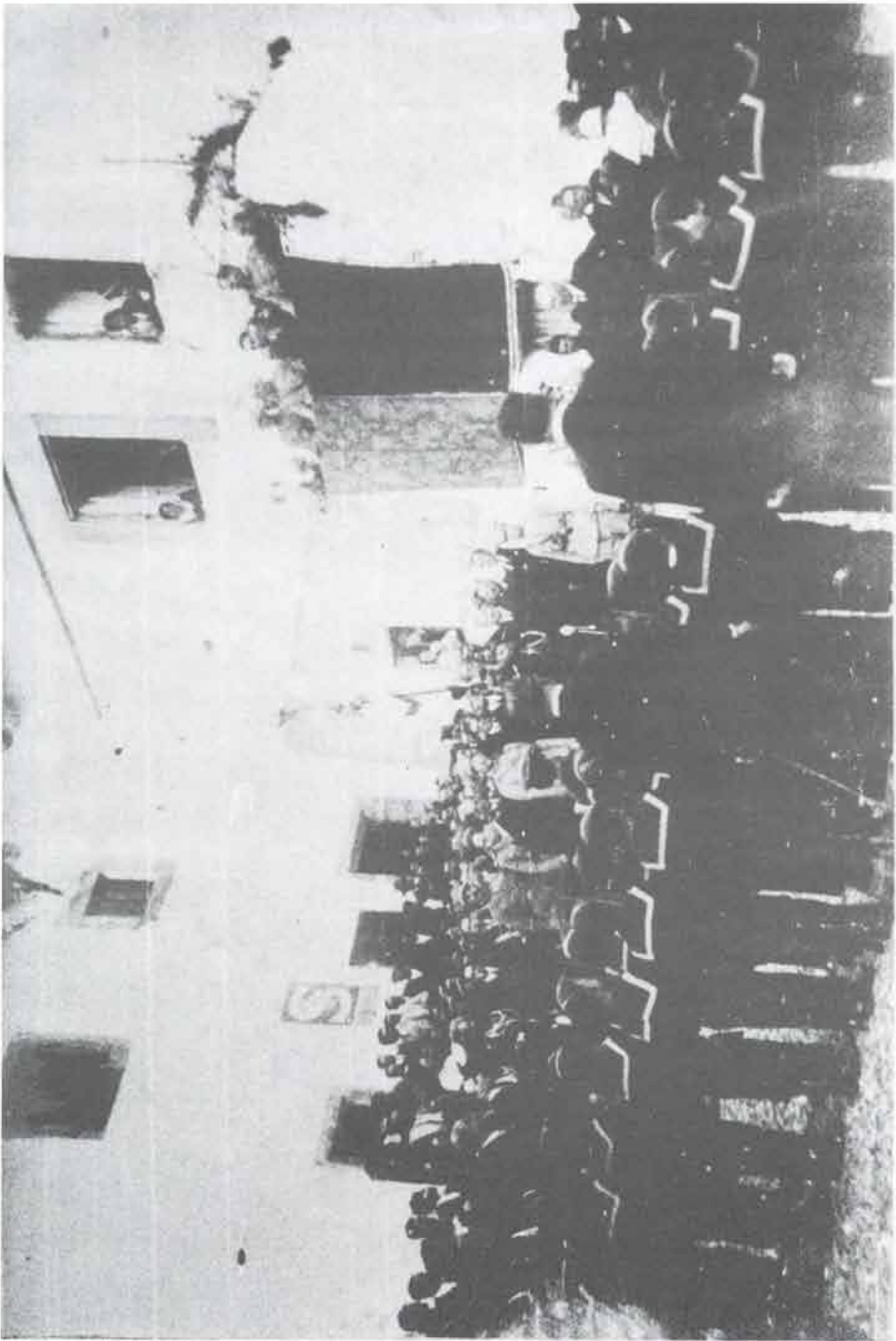


Foto n.º 2

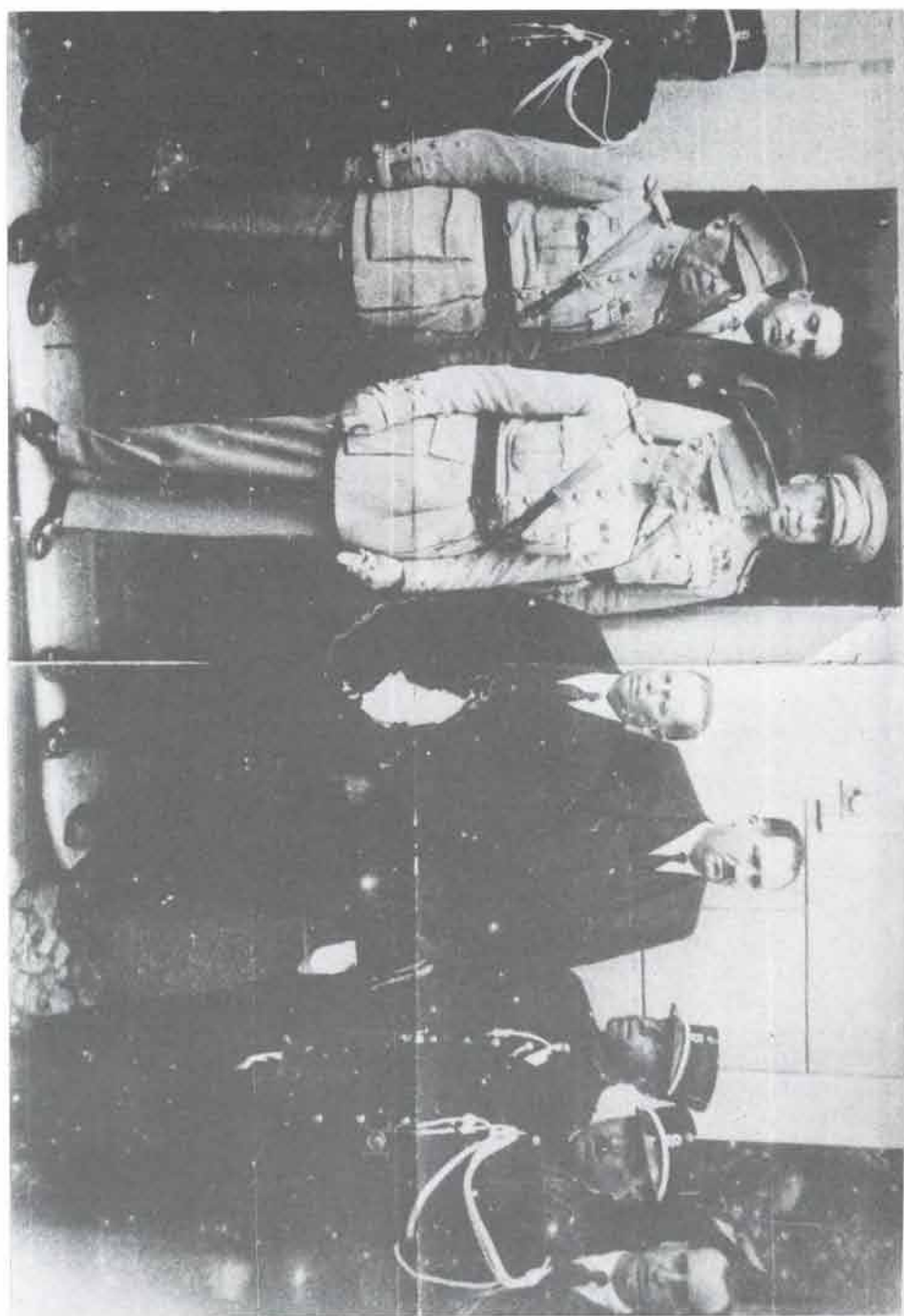


Foto n.º 3



Foto n.º 4

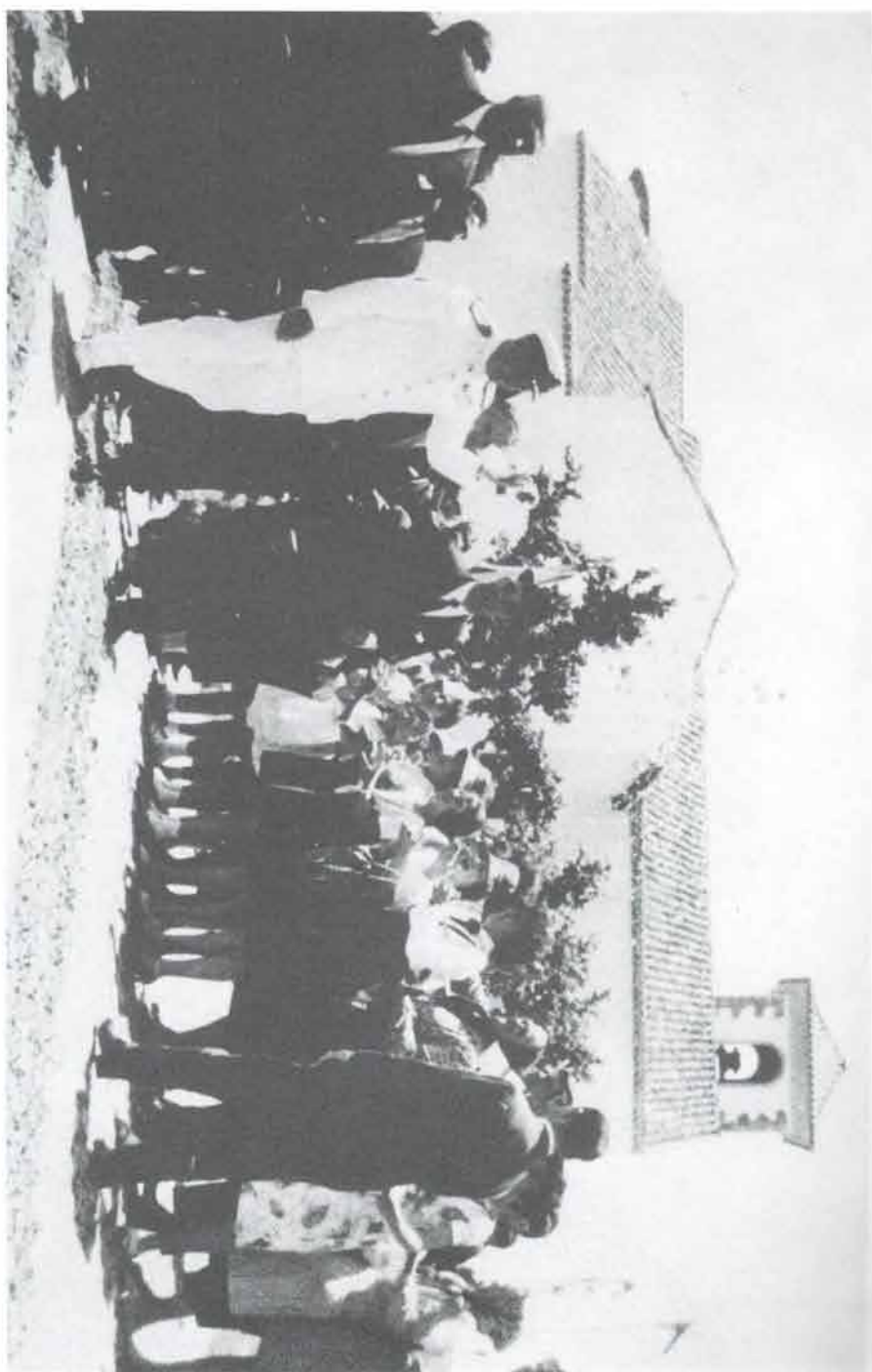


Foto n.º 5

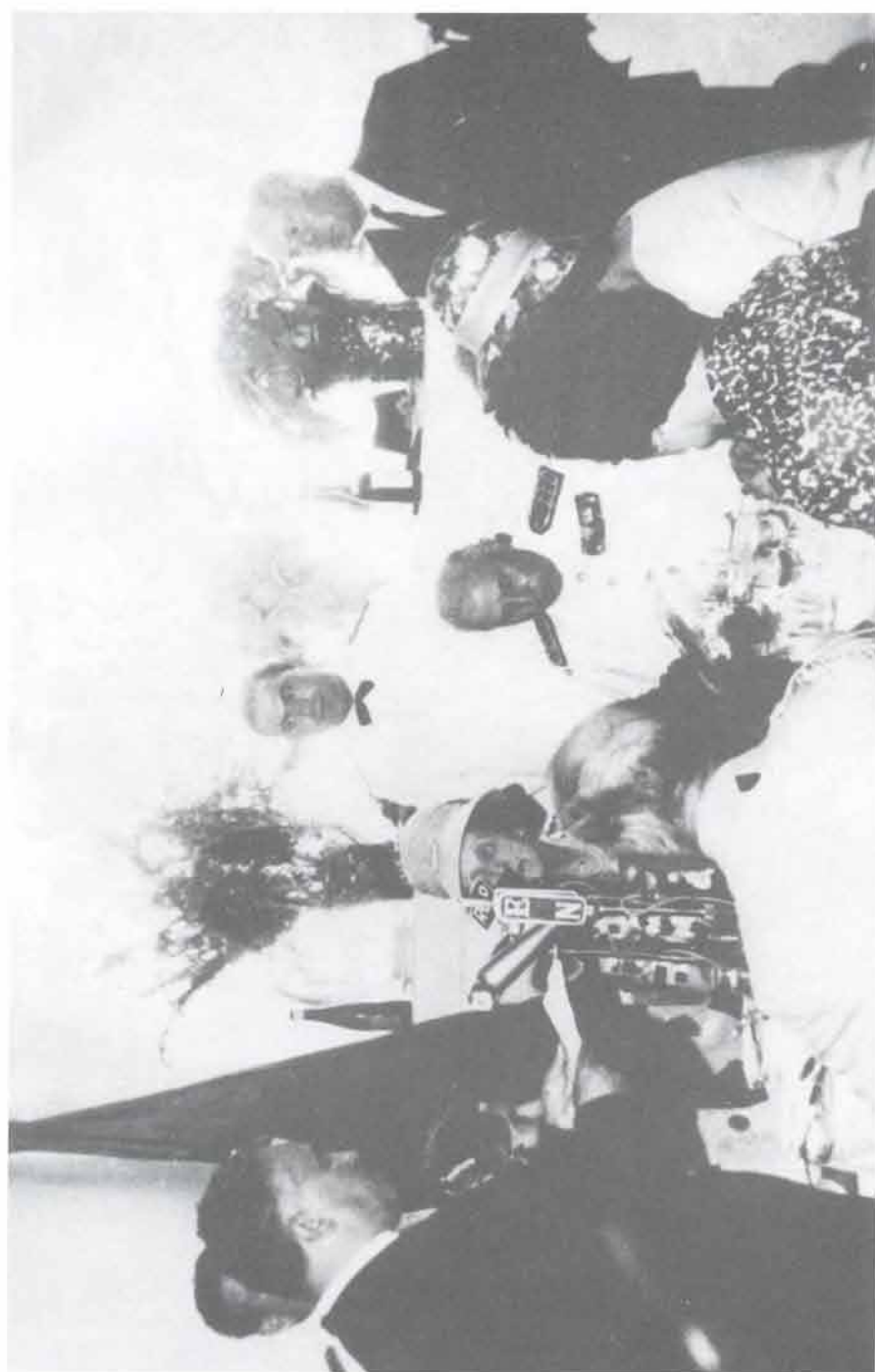


Foto n.º 6



Foto n.º 7



Foto n.º 8

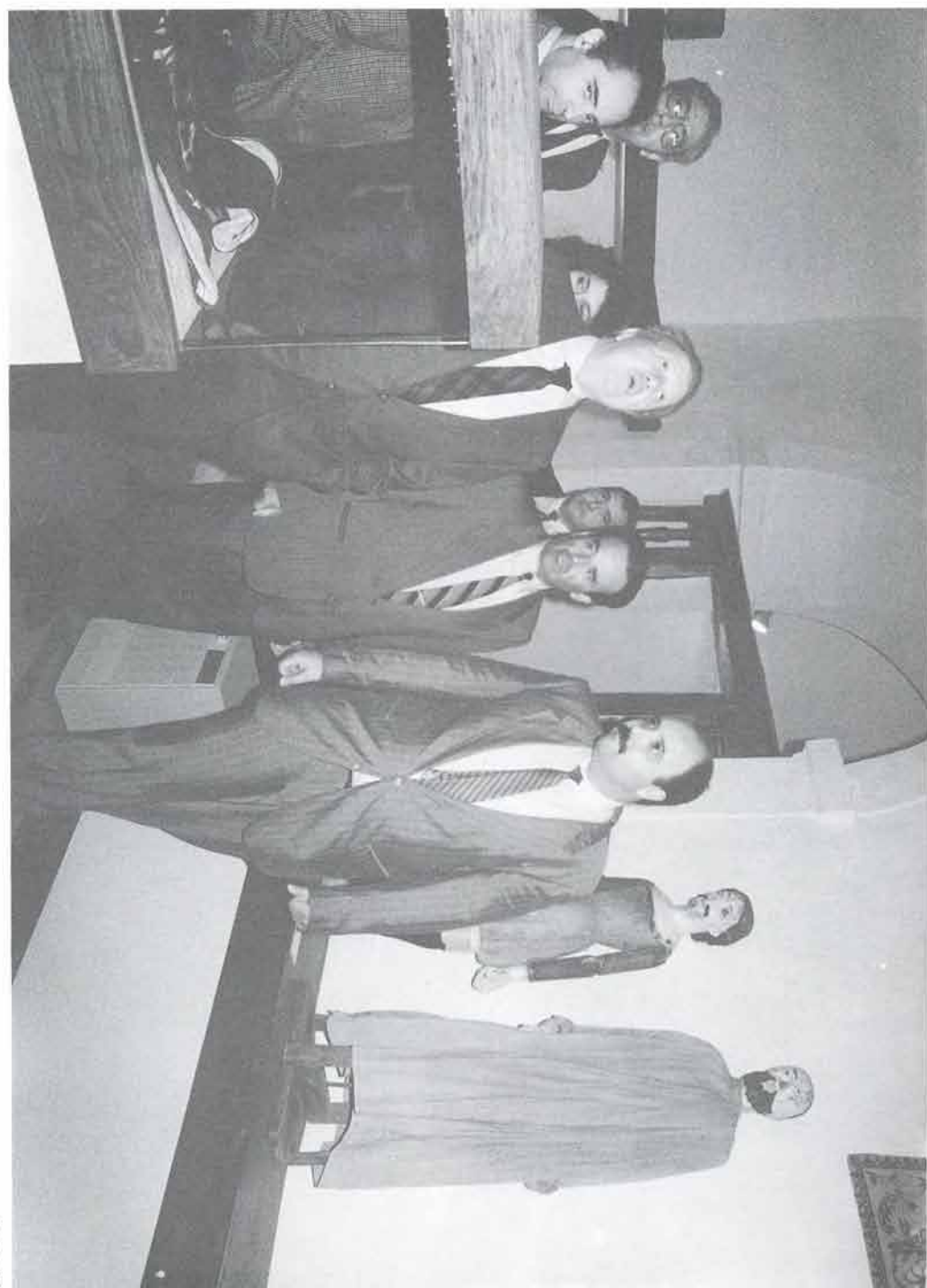


Foto n.º 9

FORGOTTEN

WORDS



1.º ESPECTÁCULO — ÉPOCA DE 1949
Segunda-feira, 25 de Abril de 1949 (Às 17,30 horas
5 1/2 da tarde)
ATRAENTE E SENSACIONAL ESPECTÁCULO DE VARIEDADES TAURINAS
EM QUE SERÃO LIDADAS
6-BRAVISSIMAS E PURAS RESES-6
de um conceituado lavrador da região



ELISA BARROSO

CAVALEIRA

Apresentação pela primeira vez nesta praça
da muito festejada e inconfundível

Elisa Barroso

que tantos sucessos tem alcançado em todas as
praças em que tem actuado e recentemente em
Caldas da Rainha e Campo Pequeno

E A

Reaparição do jovem e querido artista acrobata

António Augusto

Um valente GRUPO DE FORCADOS da região fará todas as pegas
ESPADAS

:: António Martins e Joaquim Silva ::

Única «parelha», verdadeira competência, que tantos êxitos tem obtido em todas as
Praças de Touros do país onde se tem exibido

Abre-lenta o espectáculo, que será dirigido
pelo seu delegado da
Inspeção Geral dos Espectáculos, uma
excelente Banda de Música
da região

PREÇOS POPULARÍSSIMOS

**ATENÇÃO!
MUITA ATENÇÃO!!**

Que ninguém falte a este
formidável espectáculo, para
admirar a nável e simpática
cavaleira ELISA BARROSO, que
causará o maior assombro com
os seus fenomenais FERRAS DE
PALMO.



Elisa Barroso num magistral ferro curto "à tira" (Caldas da Rainha)

N. B. — Estão em vigor todas as disposições policiais de arena em uso nêstos espectáculos.

180-14710-1.000 tel. — Typ. O Torreforte — T. Vedras

TEATRO

Sociedade de Beneficência Instrução e Recreio - Portagem
Grandioso Teatro realizado por um grupo de amadores desta região no dia 11 do corrente pelas 21 horas na sede da Sociedade.

1.º - Os Filhos da Miséria (Drama em 1 acto)

Elvira	Maria Joaquina Marques
Fernando	Júlio Sernadas
Pamponet Reinaudo	Américo Rolo

2.º - O Diabo á Solta — (Comédia em 1 acto) —

Calisto Enguiçado	Américo Rolo Andrade
Jeremias	Júlio Maria Sernadas
Silvestre	José dos Santos Rolo
Gaudencio Pissarra	José Maria Sernadas

3.º - A Velha Vaidosa — (Comédia em 1 acto) —

D. Amélia	Joana dos Santos Rolo
Barão das Laranjeiras	Américo Rolo Andrade
Eduardo Lucas	Camilo Rolo Andrade
Ernestina	Maria Joaquina R. Marques
Carolina	Ascensão Rolo Marques

— Acto de Variedades —

Américo Rolo	Joana Rolo
Camilo Rolo	Ascensão Rolo
José Rolo	Adriana Rolo
António Rolo	Maria Joaquina Marques
Casemiro Delicado Bruno	
José Sernadas	
Júlio Sernadas	

Este Teatro será acompanhado e abrihantado pelos afamados acordeonistas e guitarristas Vitorino Carrilho e João Batista Carrilho.

PREÇOS POPULARES

Este programa pode se alterado por qualquer motivo imprevisto.
Tip. Sequeira Areias 100 Exemplares em 5/3/1951

SOLENES FESTAS RELIGIOSAS

Em honra de Nossa Senhora da Esperança

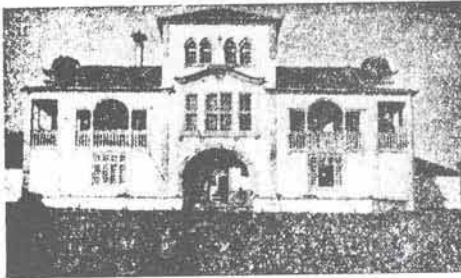
GRANDIOSOS FESTEJOS PÚBLICOS

NA

HERDADE DO PEREIRO

NO DIA 17 DE MAIO DE 1953 (DOMINGO)

Levadas a efeito por uma Comissão de trabalhadores aqui residentes.



(Fachada Principal)

executará um escolhido repertório sob a hábil regencia do Sr. Celestino José Casimiro, durante o qual se procederá ao leilão das oferendas da kermesse.

A's 16,30 hor.- Procissão que percorrerá o Monte acompanhada pela mesma Banda.

A's 18 horas- Grandiosa Ferra à Alentejana.

A's 22 horas- Dár-se-há início ao grandioso Baile que durará até de madrugada.

No recinto haverá um **Bufete** com um esmerado serviço de vinhos, cervejas e petiscos.

IMPORTANTE:- Nesse dia a **Herdade do Pereiro** ficará à guarda dos visitantes, pelo que todos têm a liberdade de verem o que quiserem com a condição de nada danificarem.

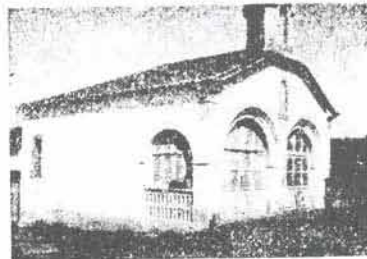
A's 7 horas- Alvorada com uma girândola de foguetes e morteiros.

A's 12 horas- Chegada da Banda da Casa do Povo de Santo António das Areias que cumprimentará os membros da Comissão e o povo em geral procedendo-se em seguida à abertura da kermesse.

A's 12,30 hor.- Missa em honra de Nossa S.ª da Esperança.

A's 13,30 hor.- Podem os festeiros principiar o ataque aos seus farnéis aproveitando as boas sombras e relvados do Monte.

A's 15 horas- Grandioso concerto pela afamada Banda que



Capela de N. S. da Esperança

Este programa pode ser alterado por qualquer motivo imprevisto

Tip. Sequeira-D. H. Areias, 1000 Exemp. 17-4-1953

Visto em
o Del. do
Gen. de
19/9/53
da Direcção
de 107.

Grandes Festejos

EM PONTE VELHA

em Honra de Santo António dos Barros Cardos

Nos dias 20 e 21 de Setembro de 1953

Constando de Festividade religiosa, concertos musicais, kermesse, divertimentos desportivos, arraial com fogo de artifício, preso e Aquático, etc.

DIA 20

A'S 7 HORAS—O estrear dos foguetes e morteiros, anunciará o principio dos Festejos.

A'S 9 HORAS—Chegada a esta localidade da categorizada Banda de Música da Casa do Povo de St.º António das Areias, que apresentará os cumprimentos habituais.

A'S 9,30 HORAS—A Comissão dos Festejos acompanhados da já citada Banda e dos simpatizantes desta festa fará a entrega da Bandeira de Santo António, na Igreja.

A'S 11 HORAS—Abertura da kermesse, e concerto pela Banda no átrio da Igreja.

A'S 13 HORAS—Solene festividade religiosa em honra de Santo António, subindo ao púlpito um distinto orador sagrado.

DAS 15 às 17 HORAS—Leilão de fogaças e venda da Flor.

A'S 18 HORAS—Imponente procissão religiosa com a Imagem de Santo António que percorrerá o itinerário dos anos anteriores.

A'S 21 HORAS—Começo do grandioso arraial com esmerado fogo de artifício preso e aquático, fornecido pelos afamados pirotécnicos das Mouriscas, Francisco Marques Amante e Filhos. Durante o arraial serão leiloadas algumas prendas da kermesse. Este arraial será animado por uma excelente Orquestra.

—Fim do arraial será lançado ou ar um vistoso botão.

DIA 21

A'S 7 HORAS Muitas dezenas de foguetes anunciará a continuação dos Festejos.

A'S 8 HORAS—A Comissão e Banda de Musica, irá apresentar cumprimentos á residência dos habitantes desta localidade.

A'S 10 HORAS—Reabertura da Kermesse e concerto pela Banda no átrio da Igreja.

A'S 12 HORAS—Missa por alma dos falecidos de todas as famílias que concorrerem para esta Festa.

A'S 14 HORAS—Proceder-se-á como habitualmente á entrega da Bandeira de Santo António ao festeiro que a pediu no ano pretérito.

A'S 17 HORAS—O habitual número desportivo dos anos anteriores, (ver programa especial.)

DAS 21 HORAS até há madrugada—Haverá as habituais surpresas dos anos anteriores animando assim todo o público.

IMPORTANTE:—Para a colocação de Barracas é indispensável o parecer da Comissão.

No Largo das festas, funcionará em serviço permanente uma barraca de chá com esmerado serviço.

Espectáculo sem classificação especial (para maiores de 13 anos)

CINEMA SONORO

M. G. P. Soeiro — Ambulante

Tem a honra de apresentar em

Buro

No dia *26* de *Julho* de 195*6*

(às *22* horas em ponto)

A mais fantástica reconstituição feita até hoje em Hollywood



O despertar do mundo

(Um Milhão de
Anos Antes
de Cristo)

com-VICTOR MATURE e criado de Sansão e Dalila Carol Landis e Lon Chaney Jr.

Monstros pré-históricos em terríveis combates.

Um espectáculo aterrorador que nos conduz aos
tempos remotos da Pré-História!

UM FILME MILAGRE QUE SÓ
HOLLYWOOD
TERIA O ARROJO DE PRODUZIR!

«Clous» Espantosos



A luta de morte entre um urso gigante e uma serpente feroz.

A erupção vulcânica e o terremoto que fende a terra.

A fantástica luta com o dinossauro. — A floresta em chamas.

A torrente de lava — O ataque dos monstros à tribo do homem das cavernas.

NOS DOCUMENTARIOS—Uma tourada com os grandes matadores de touros

Manuel dos Santos e Diamantino Viseu

na Praça de Santarém, um grandioso desafio de futebol entre as selecções da Itália e da Espanha, em que a Espanha vence por 1-0 e ainda um emocionante combate de

Boxe para o título de Campeão Nacional.

AVISO—Se o espectáculo for interrompido por qualquer motivo imprevisto, a Empresa não é obrigada a restituir a importância dos bilhetes.

Tip. Cereb. Entrancamento, Lda. — 1000 av.

Grandes Festas

Visto
Merço... de 27 AGO 1956 de 19

O Delegado da I. G. Espectáculos

FRANCISCO INHA

INHA Nos

2 de Setembro de 1956

PROGRAMA

DIA 1 (Sábado)

- Às 8 horas: - Uma salva de morteiros anunciará o começo das festas.
- Às 8,30 hr: - Chegada da Banda de Música da Casa do Povo de Santo António das Areias.
- Às 9 horas: - Abertura da barraca de chá com um esmerado serviço de comidas e bebidas.
- Às 10,30 hr: - Festa religiosa.
- Às 11 horas: - Abertura da Quermesse e venda da Flor.

DIA 2 (Domingo)

- Às 7 horas: - Uma girândola de foguetes anunciará a continuação das festas.
- Às 11 horas: - Reabertura da Quermesse.
- Às 15 horas: - Corrida de cântaros, por seis alegres meninas desta terra.
- Às 17 horas: - Grandiosa Férra à Alentejana com bravíssimo gado gentilmente cedido pelos lavradores desta terra *Francisco Bonacho Junior e José da Costa Bonacho*.
- CAVALEIRO**: - O profissional e já muito conhecido nos meios tauromáquicos, *Alexandre Guedelha* e seu ajudante *Francisco da Paz* que se farão acompanhar de uma Marcha.

NOTA: - A comissão das festas não se responsabiliza por qualquer desastre que possa ocorrer durante a férra.

Às 22 horas: - Haverá uma surpresa.

Este programa pode ser alterado por qualquer motivo imprevisto.
Tip. Sequeira-Santo António das Areias, 500 exemplares, 3-8-1956